

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

JOÃO VITOR TOSSINI

A presença militar do Reino Unido no Atlântico Sul: os interesses geoestratégicos
britânicos na região (1990-2016)

São Paulo

2021

JOÃO VITOR TOSSINI

A presença militar do Reino Unido no Atlântico Sul: os interesses geoestratégicos
britânicos na região (1990-2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Pensamento Estratégico, Defesa e Política Externa”.

Orientador: Samuel Alves Soares.

São Paulo

2021

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Tossini, João Vitor.

T715 A presença militar do Reino Unido no Atlântico Sul : os interesses geoestratégicos britânicos na região (1990-2016) / João Vitor Tossini. – São Paulo, 2021.

177 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Samuel Alves Soares.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2021.

1. Reino Unido – Política militar – Aspectos políticos. 2. Reino Unido – Relações exteriores – Atlântico Sul, Oceano, Região – Aspectos militares. 3. Guerra das Malvinas, 1982. I. Título.

CDD 355.033541

JOÃO VITOR TOSSINI

A presença militar do Reino Unido no Atlântico Sul: os interesses geoestratégicos britânicos na região (1990-2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Pensamento Estratégico, Defesa e Política Externa”.

Orientador: Samuel Alves Soares.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Cauê Rodrigues Pimentel (Instituto Rio Branco)

São Paulo, 04 de março de 2021.

A Otávio, Antônia e Carly [*in memoriam*].

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, entre março e junho de 2019, e, posteriormente, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre junho de 2019 a fevereiro de 2021 (processo nº 2019/04474-3). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES.

Nunca medindo esforços para me ajudar, agradeço imensamente aos meus pais, Claudia Cristina dos Santos Tossini e Ronaldo Tossini. O incessante suporte, apoio e compreensão de vocês permitiram que este trabalho fosse realizado. Obrigado por me incentivarem e acreditarem mim.

Aproveito para agradecer aos meus familiares, em especial a Luzia e Everton.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Samuel Alves Soares, pelos inúmeros conselhos acadêmicos, pelo suporte e atenção que recebo desde a Iniciação Científica. Espero que esta parceria persista nos anos vindouros.

Agradeço aos funcionários e funcionárias do PPGRI San Tiago Dantas pelo suporte e atenção que contribuíram para facilitar o cotidiano da elaboração deste trabalho. Giovana, Isabela e Graziela, agradeço pelo trabalho crucial durante esses dois anos.

Aos docentes do PPGRI San Tiago Dantas, com os quais o aprendizado não foi reservado as salas de aula, mas nas variadas trocas de conhecimento ao longo desses anos.

Agradeço aos professores Luís Alexandre Fuccille e Cauê Rodrigues Pimentel, que contribuíram para o avanço deste trabalho com valiosas sugestões e conselhos no exame de qualificação, por aceitarem prontamente a participação como membros da banca de defesa.

Aos meus colegas e amigos, pelas excelentes trocas ao longo da elaboração deste trabalho.

“[...] *For who are so free as the sons of the waves?*”
David Garrick

RESUMO

O trabalho visa analisar os interesses geoestratégicos do Reino Unido no Atlântico Sul considerando seu histórico como grande potência. Além disso, será analisada a natureza da presença militar britânica na região, as capacidades expedicionárias do Reino Unido no pós-Guerra Fria e a projeção de poder nesse período de 1990 a 2016. Apesar de um período de declínio relativo, o Reino Unido continua a ser tradicionalmente caracterizado como uma grande potência, com significativo peso militar, econômico e político no sistema internacional, sendo um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), um dos membros mais ativos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o aliado mais próximo dos Estados Unidos. Esses fatores possibilitam ao país uma liberdade relativamente significativa de ação no Atlântico Sul onde é a única grande potência militar estrangeira além dos Estados Unidos a possuir uma presença permanente no Atlântico ao sul do Equador. Ademais, o Reino Unido manteve um sistema de projeção de poder militar aeronaval baseado em seus Territórios Ultramarinos localizados em regiões de grande relevância geoestratégica. Entende-se que as Ilhas Malvinas/Falklands e Ascensão no Atlântico Sul, Gibraltar na entrada oeste do Mediterrâneo, Diego Garcia no Oceano Índico, dentre outras possessões, são pilares essenciais para a capacidade de projeção de poder britânico, para o controle relativo das áreas vizinhas e, consequentemente, para a posição do Reino Unido como uma grande potência militar. Logo, o Atlântico Sul, região que possui uma concentração relevante desses territórios, está no centro das considerações estratégicas do Reino Unido, especialmente durante e após a Guerra das Malvinas/Falklands quando esse sistema de projeção de poder esteve ameaçado. Dessa forma, ao analisar os interesses geoestratégicos do Reino Unido no Atlântico Sul, considera-se o histórico conflituoso do país na região, suas capacidades expedicionárias e a natureza da sua presença militar na região. Com isso, espera-se contribuir para o melhor entendimento do entorno geoestratégico que os países regionais estão inseridos, da relação das capacidades expedicionárias de Londres com os territórios britânicos e expandir a literatura nacional sobre a presença do Reino Unido no Atlântico Sul para além da disputa de soberania das Ilhas Malvinas/Falklands.

Palavras-chave: Projeção de Poder. Reino Unido. Interesses Geoestratégicos. Atlântico Sul.

ABSTRACT

This research aims to analyse the United Kingdom's geostrategic interests in the South Atlantic, taking into account the country's history as a great power. Beyond that, the research will be analysing the nature of the British military presence in the region, the expeditionary capabilities of the United Kingdom in the post-Cold War years and power projection of this period from 1990 to 2016. Despite a period of relative decline, the United Kingdom remains characterised as a great power, bearing significant military, economic and political power in the international system, being one of the permanent members of the United Nations' Security Council, one of the most proactive members of the North Atlantic Treaty Organisation (NATO) and the closest ally of the United States. These factors enable the country to have relatively meaningful freedom of action in the South Atlantic. The United Kingdom is the only foreign great power beyond the United States with a permanent presence south of the Equator. Additionally, the United Kingdom kept a power projection system based on its Overseas Territories, located on significant geostrategic relevant areas. It is supported that the Malvinas/Falklands and Ascension in the South Atlantic, Gibraltar in the western Mediterranean, Diego Garcia in the Indian Ocean, amongst other territories, are essential pillars for the British power projection capabilities, relative control of surrounding areas and, consequently, for the position of the United Kingdom as a great military power. Therefore, the South Atlantic, a region with an appropriate amount of those territories, is in the centre of the British strategic considerations, especially during and after the Malvinas/Falklands War that threatened this power projection system. Thus, analysing the United Kingdom's geostrategic interests in the South Atlantic, the past conflicts, and the expeditionary capabilities and military presence in the region of the country are going to be taken into consideration. It is expected that this dissertation might contribute to the studies concerning the strategic environment that surrounds the regional countries, to the links between the British expeditionary warfare and the British Overseas Territories in the South Atlantic, in addition to expanding the national studies about the United Kingdom in the region to areas beyond the Falklands/Malvinas sovereignty dispute.

Keywords: Power Projection. United Kingdom. Geostrategic Interests. South Atlantic.

RESUMEN

Esta investigación pretende analizar los intereses geoestratégicos del Reino Unido en el Atlántico Sur, teniendo en cuenta la historia del país como gran potencia. Además, la investigación analizará la naturaleza de la presencia militar británica en la región, las capacidades expedicionarias del Reino Unido en los años posteriores a la Guerra Fría y la proyección de poder de este período de 1990 a 2016. A pesar de un período de relativa disminución de su poder, el Reino Unido sigue caracterizado como una gran potencia, que tiene un importante poder militar, económico y político en el sistema internacional, siendo uno de los miembros permanentes del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, uno de los miembros más activos de la Organización del Tratado del Atlántico del Norte (OTAN) y el aliado más cercano de los Estados Unidos. Estos factores permiten que el país tenga una libertad de acción relativamente significativa en el Atlántico Sur. El Reino Unido es la única gran potencia extranjera después de los Estados Unidos con una presencia permanente al sur del Ecuador. Además, el Reino Unido mantuvo un sistema de proyección de poder basado en sus Territorios de Ultramar, cerca de importantes zonas geoestratégicas. Se afirma que las Malvinas/Falklands y la Ascensión en el Atlántico Sur, Gibraltar en el Mediterráneo occidental, Diego García en el Océano Índico, entre otros territorios, son pilares esenciales para la capacidad de proyección de poder británico, el control relativo de las zonas circundantes y, en consecuencia, por la posición del Reino Unido como una gran potencia militar. Por lo tanto, el Atlántico Sur, una región con una cantidad significativa de esos territorios, está en el centro de las consideraciones estratégicas británicas, especialmente durante y después de la Guerra Malvinas/Falklands que amenazó este sistema de proyección de poder. Así pues, se van a tener en cuenta los intereses geoestratégicos del Reino Unido en el Atlántico Sur, los conflictos pasados, las capacidades expedicionarias y la presencia militar en la región del país. Se espera que esta investigación contribuya a la investigación científica nacional con una comprensión completa del entorno estratégico que rodea a los países regionales, una mejor comprensión de la relación entre la guerra expedicionaria británica y los Territorios británicos de Ultramar en el Atlántico Sur, además de ampliar los estudios sobre el Reino Unido en la región con cuestiones que superan la disputa de soberanía de las Malvinas/Falklands.

Palabras clave: Proyección de Poder. Reino Unido. Intereses geoestratégicos. Atlántico Sur.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Estações Carvoeiras do Império Britânico (1870-1914)	38
Mapa 2 –	A Estratégia de Ilhas (<i>Island Strategy, 1962</i>) do Governo Britânico	42
Mapa 3 –	Territórios Ultramarinos Britânicos	61
Gráfico –	Gasto Militar em Porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB)	72
Mapa 4 –	Os Territórios Ultramarinos do Reino Unido no Atlântico Sul	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição das principais unidades da Royal Navy entre 1990 e 2020	86
Tabela 2 – Os oito países com os maiores orçamentos militares em 2015	95
Tabela 3 – Infraestrutura e Presença Militar nos Territórios britânicos no Atlântico, Mediterrâneo e Índico	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	British Army (Exército Britânico)
CSR	Comprehensive Spending Review (Revisão Abrangente de Gastos)
HMS	His/Her Majesty's Ship (Navio de Sua Majestade)
JEF	Joint Expeditionary Force (Força Conjunta Expedicionária)
JRRF	Joint Rapid Reaction Forces (Forças Conjuntas de Reação Rápida)
NSS/SDSR	National Security Strategy and Strategic Defence and Security Review
ONU	Organização das Nações Unidas/United Nations Organization
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
RAF	Royal Air Force (Força Aérea Real)
RFA	Royal Fleet Auxiliary (Frota Real Auxiliar)
RN	Royal Navy (Marinha Real)
SDR	Strategic Defence Review (Revisão Estratégica de Defesa)
USAF	United States Air Force (Força Aérea dos Estados Unidos da América)
USN	United States Navy (Marinha dos Estados Unidos da América)
ZOPACAS	Zone de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	O Reino Unido, a Projeção de Poder e os resquícios imperiais no Atlântico Sul	17
2	PROJEÇÃO DE PODER NAVAL NO PÓS-GUERRA FRIA	22
2.1	Territórios e bases militares ultramarinas: Pivôs para a Projeção de Poder	36
2.2	Os custos da Projeção de Poder	46
2.3	Conclusões Parciais	55
3	O PODER MILITAR EXPEDICIONÁRIO BRITÂNICO NO PÓS-GUERRA FRIA	59
3.1	O declínio relativo e a posição internacional do Reino Unido	59
3.2	A Política de Defesa no Governo John Major (1990-1997)	68
3.3	A Política de Defesa do Governo Tony Blair (1997-2007)	74
3.4	A Política de Defesa do Governo Brown (2007-2010)	81
3.5	A Política de Defesa do primeiro Governo David Cameron (2010-2015)	84
3.6	A Política de Defesa do segundo Governo Cameron (2015-2016)	90
3.7	Conclusões Parciais	97
4	A NATUREZA DA PRESENÇA MILITAR BRITÂNICA NO ATLÂNTICO SUL	102
4.1	Serra Leoa e o intervencionismo do Reino Unido no Governo Blair.....	103
4.2	África do Sul: O porto de Simon's Town	108
4.3	O Contingente Militar do Reino Unido no Atlântico Sul	114
4.3.1	Ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha	116
4.3.2	Ilhas Malvinas/Falklands e Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul	124
4.4	O Reino Unido como ator regional e os efeitos para os Estados sul-atlânticos	131
4.5	Conclusões Parciais	142
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
	REFERÊNCIAS	157

1 INTRODUÇÃO

Apesar do processo de descolonização que levou ao fim dos impérios coloniais europeus, o Reino Unido continuou a usufruir da utilidade militar de seus territórios remanescentes no Mediterrâneo, Caribe, Índico e, em menor escala, no Atlântico Sul. A Guerra das Malvinas/Falklands mudaria o engajamento de Londres na região, estabelecendo o Atlântico Sul como uma das principais áreas de atuação das Forças Armadas Britânicas, especialmente no pós-Guerra Fria, período que houve o contínuo decréscimo da presença britânica na Alemanha e o consequente crescimento da relevância relativa da presença militar do Reino Unido em suas possessões ultramarinas.

Enquanto determinados territórios além-mar foram deliberadamente mantidos pelo Governo Britânico nos anos 1960, a guerra de 1982 traria ao Atlântico Sul a concepção estratégica-militar aplicada pelo Reino Unido no Mediterrâneo que estabelecia principalmente uma presença militar para a manutenção do controle britânico sobre esses territórios ao passo que inseria essas possessões regionais em um sistema global de projeção de poder. Similarmente ao Mediterrâneo, o Atlântico Sul se tornava uma das principais áreas de considerações estratégicas de Londres, apesar da ausência aparente de potências hostis que mantivessem uma presença robusta e permanente na região.

Dessa forma, chega-se a pergunta que norteou o trabalho: Quais os interesses geoestratégicos britânicos no Atlântico Sul no período pós-Guerra Fria? Além disso, buscase entender a relevância dessas possessões para a posição internacional do Reino Unido como uma grande potência militar e as capacidades militares britânicas destinadas à guerra expedicionária, visando entender as condições do país em destinar reforços para seus territórios ultramarinos. Outro aspecto foi a inquirição sobre as consequências da presença territorial e militar do Reino Unido na região para os projetos regionais que visam o estabelecimento de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. Essas são as principais perguntas que guiaram o trabalho, estando presentes em diferentes momentos do processo argumentativo apresentado na dissertação. Com isso, o trabalho permeia áreas das Relações Internacionais como a Política Externa e de Defesa, a Projeção de Poder Militar, Grandes Potências e o quadro de segurança sul-atlântico.

A hipótese inicial levantada neste trabalho defende que os Territórios Ultramarinos Britânicos no Atlântico Sul reduzem os custos e os desafios da projeção de poder militar, ampliam o escopo de atuação das forças militares britânicas e contribuem para que o Reino Unido retenha o status de grande potência militar, mais especificamente de uma

“superpotência de bolso”¹. Esta superpotência de bolso representaria a singularidade da posição do Reino Unido no sistema internacional pós-Guerra Fria, devido em certa medida, à retenção de características do seu passado hegemônico: capacidades militares e uma indústria nacional de Defesa significativas, relações próximas e acordos com ex-colônias, conservação de bases e territórios de apoio para operações além-mar, poder militar expedicionário significativo - somente superado pelos Estados Unidos e por vezes igualado pela França – e um compromisso perene em manter-se como um ator para além da Europa. Nota-se que essas capacidades não seriam equivalentes à superpotência do período a ser analisado, os Estados Unidos, e podendo ser superado pela rápida ascensão chinesa, especialmente a partir dos anos 2010. Assim, o termo “superpotência de bolso” pode ser empregado para diferenciar o Reino Unido como grande potência com capacidades expedicionárias inferiores apenas aos Estados Unidos, ainda que possua uma capacidade de combate em operações terrestres de grande escala relativamente inferior à Rússia e à China.

Buscando estabelecer um recorte temporal que incidisse sobre o pós-Guerra das Malvinas/Falklands e inserisse as subseqüentes políticas de Defesa britânicas, o recorte selecionado para a análise foi o período de 1990 a 2016. Assim, pode-se analisar a totalidade de quatro governos britânicos e suas respectivas ações na área de Defesa e nos Territórios Ultramarinos Britânicos ao passo que inclui o Reino Unido no contexto das primeiras décadas do pós-Guerra Fria, no qual o país adotou uma política externa relativamente mais intervencionista e enfrentou mudanças significativas na configuração de suas forças militares, especialmente a partir de 1990. Ademais, a retomada de investimentos de grande escala na infraestrutura dos territórios no Atlântico Sul nos anos 2010 e as intervenções militares nos Balcãs, em Serra Leoa, no Iraque e no Afeganistão, durante o Governo Blair, elevando a intensidade da atividade das forças britânicas ao maior nível desde a Segunda Guerra Mundial, contribuem para a delimitação do escopo temporal.

Nesse sentido, visando alcançar os objetivos expostos acima, a presente dissertação foi dividida em cinco capítulos, incluindo a Introdução e as Conclusões Finais. Desse modo, a Introdução apresenta o contexto histórico do Reino Unido com potência imperial, a aquisição dos Territórios Ultramarinos Britânicos no Atlântico Sul e considerações sobre o poder naval do país. Com o exposto, foi possível avançar em direção aos capítulos que tratam de questões mais específicas.

No segundo capítulo, intitulado “Projeção de Poder Naval no Pós-Guerra Fria”,

¹O termo superpotência de bolso foi utilizado previamente por autores como Stephen Petrie (2010).

procura-se expor uma abordagem teórica do poder naval e da projeção de poder, incluindo os custos e desafios da guerra expedicionária. Assim, visando o exercício de uma análise mais pormenorizada de cada ponto, o capítulo foi dividido em três partes. A primeira aborda a discussão teórica do poder naval, tendo em Alfred T. Mahan (1890) e Sir Julian Corbett (1911) os pontos de referência iniciais. Neste tópico são discutidas as estratégias de emprego do poder naval e marítimo, além dos requisitos necessários para que um Estado desenvolva e mantenha capacidades navais para estabelecer o comando dos oceanos. Ademais, foram exploradas algumas das principais classificações das marinhas de guerra, indicando aspectos que devem ser tomados em consideração para avaliar o poder naval de um país no período pós-Guerra Fria. Procura-se expor, dentre outras questões, que a manutenção de um poder naval capaz de almejar o controle dos oceanos está reservado aos Estados como maior poder relativo, as grandes potências, e a existência de aspectos indicados por Mahan e Corbett que continuam sendo amplamente empregados pelas forças navais durante e após a Guerra Fria.

Na segunda parte aborda-se o uso de bases e territórios além-mar para a projeção de poder, analisando a função histórica desempenhada por essas bases, tendo o histórico imperial britânico como exemplo. Em adição é feita uma análise a respeito de quais Estados continuam a utilizar sistemas de bases ou territórios ultramarinos para objetivos militares, incluindo os Estados Unidos e o Reino Unido. Por fim, a terceira seção combina os entendimentos derivados das duas partes anteriores ao apresentar os custos e desafios da projeção de poder e o papel desempenhado pelos territórios ultramarinos. O caso do Reino Unido na Guerra das Malvinas/Falklands é tomado como uma exemplificação histórica ao indicar que a projeção de poder e a manutenção de bases e territórios, que contribuem para a guerra expedicionária, do mesmo modo como o comando dos oceanos, estão reservados às grandes potências.

O terceiro capítulo, “O Poder Militar Expedicionário Britânico no Pós-Guerra Fria”, trata da questão do Reino Unido como uma grande potência militar e, conseqüentemente, detentor de um poder expedicionário capaz de garantir alcance global. Logo, dentro do escopo temporal deste trabalho, visto que a presença militar britânica no Atlântico Sul está diretamente ligada à habilidade de projeção de poder, visa-se identificar as capacidades militares do Reino Unido nos anos pós-Guerra Fria e analisar variações na habilidade do país em projeção de poder. Para tanto, são analisados separadamente os quatro governos britânicos entre 1990 e 2016: John Major (1990-1997), Tony Blair (1997-2007), Gordon Brown (2007-2010) e David Cameron (2010-2016). O critério de divisão foi baseado grandemente na publicação das Revisões de Defesa, os principais documentos que

estabelecem os investimentos, os números de efetivos, equipamentos, dentre outros planos de cada novo governo para defesa do reino. Entre 1990 e 2016 foram publicadas quatro dessas Revisões, sendo o Governo Cameron responsável por duas, a primeira em 2010 e a segunda em 2015, e os governos Tony Blair e John Major responsáveis por uma revisão cada, em 1998 e 1990 respectivamente. Adicionalmente, com este capítulo considera-se possível identificar as alterações internas do Reino Unido na área de Defesa e as políticas que a antiga potência hegemônica adotou para suas Forças Armadas no contexto de reorientação estratégica dos anos após o fim da Guerra Fria.

No quarto capítulo, intitulado “A natureza da presença militar britânica no Atlântico Sul”, explica-se sobre a presença militar e territorial do Reino Unido no Atlântico Sul, as relações bilaterais britânicas com dois Estados sul-atlânticos – Serra Leoa e África do Sul - que possuem laços próximos com Londres e os impactos regionais dessa presença. Estes pontos foram incluídos visando uma análise pormenorizada das capacidades militares britânicas em seus territórios, a utilidade destes para a posição do país como uma grande potência militar ou “superpotência de bolso” e as realações regionais que podem contribuir para a legitimidade do controle britânico sobre territórios disputados. O capítulo apresenta-se dividido em três grandes partes. Na primeira delas explora-se as relações, especialmente na área de Defesa do Reino Unido com Serra Leoa e a África do Sul. Objetivando a exposição do contexto histórico das relações entre Londres e os dois países africanos, o escopo de análise foi brevemente expandido, com destaque para o caso da África do Sul, contudo o enfoque principal permaneceu no período de 1990 a 2016.

A segunda parte é dedicada à análise da presença militar britânica nos Territórios Ultramarinos de “Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha”, Ilhas Malvinas/Falklands e “Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul”. Os impactos regionais dessa presença militar e territorial de uma grande potência militar são analisados na última seção. Por fim, tendo examinado questões como o poder naval e projeção de poder, as capacidades militares do Reino Unido, a presença militar britânica e a utilidade para Londres dos territórios ultramarinos no Atlântico Sul, segue as Considerações Finais deste trabalho.

Para situar adequadamente as questões propostas, cabe adentrar no contexto histórico e alguns do temas que permeiam a questão do Reino Unido no Atlântico Sul. A partir disso, as questões posteriormente analisadas da projeção de poder, das políticas de Defesa britânicas e da presença militar do Reino Unido no Atlântico Sul estarão brevemente contextualizadas.

1.1 O Reino Unido, a Projeção de Poder e os resquícios imperiais no Atlântico Sul

A presença militar do Reino Unido no Atlântico Sul está diretamente ligada à expansão imperial britânica entre os séculos XVIII e XIX. A supremacia naval da Royal Navy – a Marinha Real - demandava um sistema de apoio global para a frota de guerra que crescia seguindo a rápida expansão do comércio britânico, fomentado pelos efeitos da Primeira Revolução Industrial (DARWIN, 2009; KENNEDY, 2004). Dessa forma, ao passo que o comércio estimulava uma força naval para a sua proteção, a esquadra de guerra demandava a expansão das bases ultramarinas britânicas que serviriam de apoio às operações militares do Império Britânico.

Logo, pequenos enclaves ou ilhotas seriam o alvo inicial do Reino Unido no Atlântico Sul, no Índico, no Mediterrâneo e no Caribe. Durante a primeira metade do século XIX, o Império Britânico consolidou sua presença nos diminutos territórios que continuam sendo controlados por Londres no Atlântico Sul e nas duas colônias que se tornariam Estados soberanos com laços militares próximos com os britânicos. Assim, as possessões que serão analisadas neste trabalho foram reivindicadas ou conquistadas pelo Reino Unido majoritariamente antes do auge territorial do Império, sendo a Ilha de Ascensão ocupada em 1815, Tristão da Cunha em 1816, as Malvinas/Falklands em 1833² e a Ilha de Santa Helena bem antes, em 1657, sendo esta a primeira base permanente de Londres na região (KENNEDY, 2004).

Adicionalmente, o Reino Unido estabeleceria bases na África continental banhada pelo Atlântico, com a conquista da Colônia do Cabo em 1806, o estabelecimento da colônia de Freetown em 1792 que daria origem a Serra Leoa e com a colônia de Banjul em 1821 que se tornaria a capital da Gâmbia Britânica. Ademais, a presença britânica poderia ser encontrada em enclaves que se tornariam colônias e posteriormente os Estados soberanos de Gana e Nigéria (DARWIN, 2009; FERGUSON, 2004). Consequentemente, a presença britânica no Atlântico Sul pode ser compreendida como parte da ascensão comercial-industrial do Reino Unido, na segunda metade século XVIII e início do XIX, que estimulou o estabelecimento de bases ultramarinas para a sustentação de seu crescente poder marítimo. Em outras palavras, essa presença no Atlântico Sul está inclusa no período em que o Reino

² Nota-se que a presença britânica nas Ilhas Malvinas/Falklands remonta ao ano de 1766, evacuada em 1774 e retornando em 1833 após conflitos diplomáticos com a Argentina que resultaram na retomada do território e na expulsão das autoridades argentinas na ilha.

Unido transitava para a consolidar sua hegemonia sistêmica, por vezes intitulada “Pax Britannica”, com a derrota definitiva da França Napoleônica em 1815.

Com o avanço da propulsão a vapor, o Reino Unido converte suas bases navais ao redor do globo em estações carvoeiras assegurando a capacidade operacional de sua principal força militar e, conseqüentemente, a segurança do Império. O sistema de estações carvoeiras seria amplamente implementado no Atlântico Sul com bases nas Ilhas Malvinas/Falklands, Ascensão, Santa Helena, Freetown, Lagos, Cidade do Cabo, Banjul e Cape Coast. Por sua vez, este sistema seria adaptado para a era do petróleo a partir do fim dos anos 1890, assegurando a preponderância marítima do país. Os desafios logísticos e os custos de manutenção e eventual atualização desse sistema global garantia que o Império Britânico seria o grande expoente do poder naval até o período Entreguerras, quando multiplica-se a competição de outras potências (GRAY, 2014; 2017). Assim, no início da década de 1900, o Reino Unido havia se consolidado como o centro de um vasto sistema imperial, com ampla capacidade de projeção de poder baseado na Royal Navy, suas bases ultramarinas (GRAY, 2014) e pela capacidade terrestre de seus exércitos coloniais (JAMES, 1994).

Apesar da diminuição da relevância da rota do Cabo após a abertura do Canal de Suez – e o posterior controle britânico do Egito – Londres continuaria a manter o sistema de bases na região. Considerando a totalidade do Atlântico, o país detinha quatorze bases do Canadá até as Ilhas Malvinas/Falklands o que possibilitava ao Reino Unido o controle da totalidade das rotas comerciais do Atlântico e do Mar do Caribe (PENHA, 2011). As bases navais ao redor do globo podem ser identificadas como símbolos do poder militar e da hegemonia britânica no século XIX e início do XX.

Todavia, com as duas Guerras Mundiais, a posição hegemônica do Reino Unido seria suplantada pela hegemonia dos Estados Unidos nos anos 1940. Os custos dessas duas guerras, combinado com o crescimento dos movimentos independentistas no Império e com a ascensão econômico-militar dos Estados Unidos, além da existência de uma superpotência soviética, favoreceria o declínio relativo do Reino Unido no sistema internacional (DARWIN, 2009; FERGUSON, 2004). A Crise de Suez de 1956, resultado de uma intervenção militar anglo-francesa em conjunto com Israel contra o Egito, afeta grandemente o prestígio internacional dos dois países europeus e expõe o fim do status do Reino Unido como uma das superpotências, contribuindo para a aceleração do recuo imperial britânico (DARWIN, 2009). Nesse contexto, o processo de descolonização afetou diretamente a presença militar britânica além-mar. Entre os anos 1957 e 1966 ocorreu o auge da descolonização do Império Britânico, eliminando todos os territórios continentais

controlados por Londres lindeiros ao Atlântico Sul. A partir de 1966, a presença territorial do país na região seria reservada aos arquipélagos e ilhas que são objetos de análise deste trabalho.

As possessões remanescentes seriam gradativamente reorganizadas nos quatorze “Territórios Ultramarinos Britânicos”, incluindo as reivindicações do Reino Unido na Antártica. Cada unidade administrativa possui liberdade legislativa, com suas próprias constituições e eleições gerais locais. Contudo, essas possessões não elegem representantes para o Parlamento Britânico e, ainda que seus habitantes sejam cidadãos britânicos, não são partes constituintes do Reino Unido. Ademais, Londres possui responsabilidade total sobre as áreas de Defesa e Relações Exteriores destas possessões. Apesar de relativamente numerosos, os territórios possuem pequena expressividade populacional e territorial³. Contudo, como notado pelo Parlamento Europeu, as possessões retidas são, majoritariamente, localizadas em áreas de grande relevância geoestratégica, ideais para a projeção de poder e manutenção de uma presença militar permanente, que mesmo em escalas relativamente reduzidas, permite a realização de operações militares em seu entorno geográfico (EUROPEAN UNION, 2009). No caso europeu, o Reino Unido e a França são principais os detentores dessas possessões.

Assim, considerando a utilização militar por parte das forças britânicas, destacam-se Gibraltar, as Bases Soberanas no Chipre – ambos localizados em extremidades opostas no Mediterrâneo -, o Território Britânico no Oceano Índico⁴, a Ilha de Bermuda no Atlântico Norte e as Ilhas Malvinas/Falklands, Ascensão e Santa Helena ao longo do Atlântico Sul. Outros Territórios Ultramarinos, especialmente no Caribe, são utilizados pelas forças britânicas em escala reduzida. Essas possessões ao redor do globo serão frequentemente mencionadas ao longo dos capítulos, visando compará-las entre si e destacar sua característica global e função na projeção de poder militar do Reino Unido.

Parcela destes territórios, como as Malvinas/Falklands e Gibraltar, possui uma relevância que ultrapassa as considerações estratégicas. O valor simbólico e de prestígio

³Em 2019, a população dos Territórios Ultramarinos era de aproximadamente 270 mil habitantes, com uma extensão aproximada de 18,110 km². Estes cálculos não incluem as reivindicações britânicas na Antártica.

⁴O “Território Britânico no Oceano Índico”, por vezes, pode ser citado como “Diego Garcia”, a única ilha do arquipélago de Chagos utilizada pelas forças militares do Reino Unido e dos Estados Unidos. Diego Garcia é geralmente classificada como um “porta-aviões inafundável” (*unsinkable aircraft carrier*) devido ao seu vasto sistema de apoio a operações militares, especialmente aeronavais, e sua posição privilegiada no Índico. Este termo será explorado no segundo capítulo.

desses territórios, adquiridos ao longo do histórico das relações conflituosas do Reino Unido com a Argentina, no caso das Malvinas/Falklands, e com a Espanha, no caso de Gibraltar, coloca-se como outro fator que contribui para o interesse britânico nessas possessões (GRANDPIERRON, 2017). No período em análise, esse contexto envolvendo aspectos militares e simbólicos, associados ao prestígio internacional britânico, está reforçado no Reino Unido pela Guerra das Malvinas/Falklands. Além disso, a presença militar no Atlântico Sul desta potência extrarregional adentraria um período de estabilização com números significativamente superiores aos do anos pré-1982, demonstrando que Londres buscou a manutenção de uma presença de longo prazo, mesmo tendo restabelecido relações diplomáticas com Buenos Aires em 1990.

Nesse contexto, a dissolução da União Soviética, fonte de uma das principais justificativas da presença militar do Reino Unido na região nos anos 1980 (BEACH, 1986), possui poucos efeitos na configuração da presença britânica no Atlântico Sul. O fim da atuação soviética deixa o Reino Unido e os Estados Unidos – e em menor escala a França por meio da Guiana Francesa – como as únicas potências extrarregionais com atuação militar na área nas duas décadas seguintes. Assim, entende-se que no escopo temporal analisado, o Reino Unido compartilhou o Atlântico Sul com seu aliado mais próximo e obteve oposição apenas da Argentina sobre a questão das Malvinas/Falklands. Gestos de solidariedade entre Estados sul-americanos para com a posição argentina foram cuidadosamente elaborados para evitar o aparecimento de atritos comerciais e políticos com Londres, como no caso do Brasil (GUIMARÃES, 2016), que recebe o apoio britânico na busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Entre 2010 e 2011, articulações da diplomacia argentina no Mercado Comum do Sul resultaram na concordância dos membros em proibir que embarcações com a bandeira do território britânico das Malvinas/Falklands atraquem em seus portos (DAVIES; PHILLIPS, 2011). Similarmente, no mesmo período a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) condenou os exercícios militares do Reino Unido no território disputado com os argentinos (GUIMARÃES, 2010). Entretanto, como será exposto ao longo do trabalho, a posição estratégica britânica no Atlântico Sul é minimamente afetada, pois embarcações militares do Reino Unido patrulhando as Malvinas/Falklands, mesmo com acesso negado aos portos sul-americanos⁵, não dependem de auxílio de Estados regionais para a manutenção de sua

⁵Em 2011, o Governo Brasileiro recusou o acesso aos seus portos do navio da Royal Navy permanentemente baseado nas Ilhas Malvinas/Falklands. Londres declarou que a posição britânica sobre as Malvinas/Falklands permaneceria inalterada, sendo o pedido de acesso aos portos parte dos

operabilidade local, podendo utilizar a infraestrutura presente nos territórios britânicos, que funcionam para o país como “trampolins estratégicos” para a projeção de poder (CASTRO, 2002). Em adição, os navios da Royal Navy possuem acesso aos portos de países na África sul-atlântica, com destaque para o caso de Simon’s Town na África do Sul.

Novamente, reaparecem os territórios e bases ultramarinas, um dos temas centrais deste trabalho, auxiliando o Reino Unido na continuidade da sua presença militar e no estabelecimento de um controle relativo das águas sul-atlânticas. Como indicado por Sir Julian Corbett (1911), deter o comando dos oceanos (ou “comando do mar”) significa, em tempos de paz, que o Estado possui “posições navais adequadas”, além de uma frota capaz de assegurar este comando em tempos de guerra. Completando essa questão, o comando dos oceanos pode ser entendido como uma forma de evitar que o inimigo utilize o meio marítimo para interferir seriamente nas operações pelas quais o Estado busca alcançar seus objetivos na guerra (CORBETT, 1911). O inimigo poderia ter uma atuação naval, mas seria incapaz de influenciar a direção do conflito a partir deste meio. Com este alinhamento são apresentadas as “posições navais” britânicas no Atlântico Sul e as políticas de Defesa que guiam o estabelecimento de uma frota adequada para exercer esse comando. Contudo, no próximo capítulo, torna-se necessário explorar mais detalhadamente o debate teórico sobre o poder naval e marítimo, seu papel central para projeção de poder, suas bases de sustentação e suas características, para avançar posteriormente na análise das capacidades militares expedicionárias e na presença militar do Reino Unido no Atlântico Sul.

planos de rotina. O Parlamento Britânico destacou a coincidência da negação com o encontro entre os presidentes do Brasil e da Argentina, indicando a percepção de que não ocorria uma mudança significativa na posição brasileira (UNITED KINGDOM, 2011).

2 PROJEÇÃO DE PODER NAVAL NO PÓS-GUERRA FRIA

A capacidade de um Estado de projetar e sustentar suas forças militares para além de seu território apresenta-se como uma das questões centrais das relações interestatais ao delimitar quais atores possuem os meios que possibilitam maior alcance geográfico de seu poder militar. Quanto maior a disponibilidade dessas capacidades, mais significativa é a potência do ator estatal em relação aos seus competidores no sistema internacional ao realizar a guerra. Em suma, os conflitos interestatais são em grande medida possibilitados pela projeção de poder militar. Logo, a análise sobre as capacidades necessárias para atores obterem alcances extrarregionais e, especialmente, globais, apontam para a existência de uma hierarquia dentre os Estados, sendo aqueles com grande potência relativa os que podem ser classificados como os detentores dos meios para influenciar em maior escala os eventos intrasistêmicos. Nesse sentido, uma análise das capacidades expedicionárias - ou de projeção de poder – apresenta-se como um dos possíveis caminhos para identificar as “grandes potências” militares que apresentam maior capacidade relativa de moldar as regras do sistema internacional e realizar a guerra (FARISS; MARKOWITZ, 2013; MODELSKI; THOMPSON, 1988).

Torna-se necessário uma breve definição de “projeção de poder”. O Departamento de Defesa dos Estados Unidos estabelece o termo como sendo a habilidade de uma nação de “[...] empregar todo ou parte de seus elementos do poder nacional [...] para sustentar e deslocar rápida e eficazmente suas forças em e a partir de múltiplos locais dispersos visando responder à crises, contribuir para a dissuasão, e incrementar a estabilidade regional.” (UNITED STATES, 2010, p. 367, tradução nossa)⁶. Os elementos do poder nacional são definidos como sendo “políticos, econômicos, informacionais ou militares”, indicando a correlação do poder militar com as bases político-econômicas do Estado, além da relevância de questões informacionais, centrais para o desenvolvimento de estratégias e percepções de ameaças.

Em adição ao postulado pelo Departamento de Defesa, entende-se que a finalidade da projeção de poder, assim como a guerra, reside principalmente na defesa ou expansão de interesses econômicos, estratégicos e políticos, além de não raramente ser baseada por motivações derivadas de anseios pela glória ou prestígio nacional, como proposto por

⁶ “[...] *to apply all or some of its elements of national power [...] to rapidly and effectively deploy and sustain forces in and from multiple dispersed locations to respond to crises, to contribute to deterrence, and to enhance regional stability.*” (UNITED STATES, p. 367, 2010).

Raymond Aron (2002). Assim, para fins analíticos, entende-se projeção de poder como “a capacidade de um Estado de empregar parcela ou a totalidade de seus elementos de poder nacional”, especialmente militar, para responder rapidamente, descolocando e sustentando suas forças em diversas regiões para além de seu entorno geográfico imediato de atuação, visando a defesa ou imposição de seus interesses estratégicos, econômicos e políticos. O enfoque estratégico-militar do trabalho requer maior espaço aos aspectos militares da “projeção de poder”, em especial o aspecto naval ao abordar a projeção para além da região de atuação dos Estados.

O Ministério da Defesa britânico define a projeção de poder naval como “[...] a ameaça, ou uso, do poder nacional a partir dos mares para influenciar eventos [...]”⁷ (UNITED KINGDOM, 2017a, p. 45, tradução nossa), sendo que esse poder:

“[...] explora o controle dos mares e as manobras marítimas para alcançar os meios para ameaçar ou projetar força em terra, usando uma combinação de forças anfíbias, aeronaves embarcadas, armamentos contra forças terrestres, capacidades cibernéticas, guerra eletrônica e forças especiais.”⁸ (UNITED KINGDOM, 2017a, p. 45, tradução nossa).

Logo, se apresenta como uma das principais formas de emprego do poder militar nacional. Todavia, apesar da centralidade do poder naval, outro aspecto relevante reside na interoperabilidade dos três braços das forças armadas, visando integrá-las em operações conjuntas de projeção de poder.

No decorrer do século XX, as forças navais e terrestres passam a compartilhar espaço com as forças aéreas que rapidamente seriam empregadas como parte das capacidades expedicionárias das grandes potências. Com o advento do poder aéreo, ocorre a implementação de elementos desse novo braço armado nos exércitos e nas marinhas, especialmente por meio da introdução dos porta-aviões e, posteriormente, dos porta-helicópteros (MODELSKI; THOMPSON, 1988). Logo, pode-se apontar para a formação de um “poder aeronaval”, centrado nos porta-aviões. Essa nova capacidade militar foi amplamente utilizada na Segunda Guerra Mundial, especialmente nos conflitos travados no Oceano Pacífico entre os Estados Unidos e o Império do Japão.

Assim, no contexto da projeção de poder ultramarino, as capacidades aéreas e navais

⁷ “[...] *the threat, or use, of national power from the sea to influence events*” (UNITED KINGDOM, p. 45, 2017a).

⁸ “[...] *exploits sea control and maritime manoeuvre to achieve access to threaten or project force ashore using a combination of amphibious forces, embarked aircraft, land attack weapons, cyber capabilities, electronic warfare and special forces.*” (UNITED KINGDOM, p. 45, 2017a).

mostram-se tão essenciais quanto as forças terrestres que realizam a ocupação do território. A partir disso, é válido citar brevemente as condicionantes para que Estados, limitados por seus recursos, privilegiem determinadas capacidades em detrimento de outras. Durante o fim do século XIX e a primeira metade do XX, com a ascensão de estudos sobre a Geopolítica, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, ocorre um dos períodos mais férteis das considerações sobre quais forças deveriam ser privilegiadas: a força terrestre (MACKINDER, 1904), a naval (CORBETT, 1911; MAHAN, 1890) e, após os anos 1910, a aérea (DE SEVERSKY, 1942).

Autores como Alfred T. Mahan, com a obra *The Influence of Sea Power upon History* de 1890 e Sir Julian Corbett com *Some Principles of Maritime Strategy* de 1911, apresentam-se como os primeiros a traçarem justificativas e princípios estratégicos para o emprego do poder naval ou marítimo⁹. Apesar das divergências, ambos os autores possuem considerações históricas e geográficas sobre esse poder. Corbett dedica ponderações ao explicitar e explorar a questão do território como condicionante para o poder marítimo, o que intitula de “condições geográficas” (CORBETT, 1988). Dessa forma, o autor britânico realiza um amálgama dos termos “território” e “geografia” ao considerá-los como as bases para que os Estados, e seus comandantes e líderes, executem suas estratégias e suas relações políticas (UEBEL, 2018).

A condição geográfica coloca-se como um conjunto de fatores que podem maximizar ou reduzir os efeitos de uma estratégia militar naval. Destarte, Mahan e Corbett reconhecem que a geografia auxilia no potencial naval ou marítimo de Estados insulares, como o Reino Unido, ou distantes de grandes competidores, como os Estados Unidos. Nesse contexto, Mahan buscou elaborar um discussão sobre o poder naval a partir de uma análise histórica do poderio naval britânico, além de entender como Londres empregou uma estratégia que lançou o país ao posto de predomínio nos oceanos por mais de dois séculos (MAHAN, 1890). Concomitantemente, Mahan buscava demonstrar o potencial do poder naval, tendo em consideração a ascensão dos Estados Unidos como uma grande potência mundial (VIOLANTE, 2015).

Assim, a teoria do poder marítimo de Mahan concentra-se em demonstrar a importância dos oceanos para a prosperidade do Estado, entender os princípios históricos que

⁹Entende-se que “poder marítimo” inclui aspectos mais amplos do que poder naval, incluindo questões como frotas auxiliares, treinamento e efetivo militar, portos e indústria naval, e especialmente, aspectos geopolíticos e político-econômicos. O poder naval é mais restrito, sendo um poder exclusivamente militar (MELLO, 1997).

regem a guerra no mar e iluminar a classe dirigente dos Estados Unidos sobre a relevância das políticas navais para o poder nacional (VIOLANTE, 2015). Com isso, é possível identificar que o poder marítimo, segundo Mahan, seria baseado em três aspectos. O primeiro deles seria uma economia nacional robusta, que estimularia o intercâmbio comercial com outras nações. Outro ponto seria a marinha mercante, mais especificamente o transporte de bens realizados pelas embarcações comerciais de uma nação. O terceiro aspecto reside na obtenção e manutenção de colônias, vistas como necessárias por aspectos econômicos – a comercialização de produtos – e militares, como bases de apoio para navios militares e mercantes (MAHAN, 1890; VIOLANTE, 2015).

Ademais, na concepção de Mahan, a manutenção de uma grande esquadra, composta por navios de batalha, no período analisado pelo autor estes eram os navios de linha (*ships of the line*), seria a configuração primordial do poder militar nos oceanos. Considerando a proteção das rotas comerciais e de comunicação como a função central das marinhas, Mahan privilegia a busca por uma “batalha decisiva”, que acabaria com a ameaça naval do inimigo em um único golpe (MAHAN, 1890). Logo, o controle dos oceanos por meio da concentração das forças em uma grande frota visando a obtenção de uma batalha naval decisiva, demonstra a adaptação da concepção terrestre dos choques decisivos entre Exércitos como abordado por Antoine-Henri Jomini, uma das grandes influências presentes no trabalho de Alfred Mahan. Adicionalmente, a estratégia de Mahan na guerra naval apresenta-se orientada por uma postura ofensiva, em linha com a postura da guerra terrestre em Jomini, mesmo tendo concordado com Clausewitz sobre a efetividade da defesa (VIOLANTE, 2015).

Concernente a nações que não possuíssem a superioridade de esquadras, Mahan propôs a adoção de uma estratégia que ficaria conhecida como “esquadra em potência”. Nesta abordagem a frota inferior deveria permanecer nos portos e bases guarnecidas, restando ao poder superior do inimigo vigiar essa força e impossibilitá-la de adotar ações ofensivas. Segundo Mahan, essa esquadra tornaria impeditivo o completo domínio dos oceanos. Contudo, o autor destacava que essa estratégia deveria ser relativizada (ALMEIDA, 2009). Como demonstrado nas Guerras Revolucionárias e Napoleônicas, a superioridade da Royal Navy em números e em qualidade relegaria a marinha francesa aos portos, como Toulon e Brest, especialmente após uma série de batalhas navais¹⁰ que resultaram na constante redução

¹⁰Entre 1793 e 1815, a Royal Navy obteve vitórias significativas contra a França e seus aliados, especialmente na Batalha do Cabo de São Vicente (1797), na Batalha do Nilo (1798), na Batalha de Copenhague (1801), na Segunda Batalha de Algeciras (1801), na Batalha de Trafalgar (1805) e na Batalha de San Domingo (1806). Após Trafalgar, o que pode ser apontada como uma “batalha

das capacidades francesas de realizar a guerra no mar e, conseqüentemente, de possuir a superioridade necessária no Canal da Mancha para lançar a invasão das Ilhas Britânicas e de manter seu comércio e império ultramarinos seguros dos ataques britânicos (KENNEDY, 2004). Corbett compreendia que a esquadra em potência poderia facilmente ceder o domínio total dos oceanos ao inimigo caso reservasse seu propósito a permanecer nos portos vigiada pelas forças hostis. Conseqüentemente, o autor indica que a esquadra inferior pode optar por operações de menor intensidade, evitando o encontro com forças militares superiores, impossibilitando o uso completo do mar pelo inimigo (ALMEIDA, 2009).

O princípio de concentração esquematizado por Mahan estabelecia que a “esquadra” não poderia ser dividida, visando a superioridade no momento do desfecho do golpe por meio da batalha naval decisiva (MAHAN, 1890). Do mesmo modo, esse princípio demandava o controle de infraestrutura, bases e ilhas estratégicas que permitissem a continuidade da “concentração” da esquadra¹¹. Entretanto, apesar de ser possível a utilização de exemplos históricos para apoiar o uso da abordagem de “concentração da esquadra”, como a Batalha de Trafalgar de 1805, destaca-se que mesmo nesses engajamentos a “esquadra”, isto é a força militar naval da nação, raramente está concentrada em sua totalidade. Segmentos da força naval geralmente encontram-se espalhados em outros teatros de guerra, como ocorreu com a Royal Navy nas Guerras Napoleônicas e na Primeira Guerra Mundial, apesar deste último conflito ser caracterizado pela maior concentração das forças navais britânicas no Canal da Mancha e no Mar do Norte através da *Home Fleet* (KENNEDY, 2004).

Divergindo de Corbett, Mahan apresentava-se relutante no apoio do uso do poder naval para a imposição de bloqueios marítimos e considerava inadequado o emprego da marinha de guerra em operações periféricas, como o ataque ao comércio ultramarino do inimigo (*Commerce raiding*) (MAHAN, 1890; SPRANCE, 2004). As divergências entre Mahan e Corbett ocorrem especialmente devido ao enfoque dado pelo primeiro à tática militar, pois a estratégia era considerada como definida pelos princípios imutáveis da guerra (VIOLANTE, 2015). Similarmente a Jomini, Mahan elabora sua principal obra sem considerações sobre as novas tecnologias militares, que se apresentavam na segunda metade

decisiva” (KENNEDY, 2004), San Domingo foi o último encontro entre as duas frotas em águas abertas, marcando a consolidação da superioridade naval britânica.

¹¹Mahan refere-se ao potencial do canal do Panamá que passou por tentativas de construção pelos franceses entre 1881 e 1894. Os Estados Unidos assumiriam formalmente os planos de construção em 1904. Outro território de destaque seria Gibraltar por apresentar uma posição central que impediria a “concentração” da esquadra francesa atlântica baseada em Brest e da mediterrânica em Toulon (VIOLANTE, 2018).

do século XIX como uma revolução na natureza dos conflitos (FULLER, 2002), bem posteriormente denominada como “Revolução nos Assuntos Militares (RAM) (VIOLANTE, 2015).

Por meio de suas considerações sobre o poder marítimo, Sir Julian Corbett busca apresentar uma abordagem que integre a teoria da guerra de Clausewitz ao estudo dos conflitos no mar. Assim, o autor apresenta um balanceamento à abordagem grandemente jominiana de Mahan, apesar de não aspirar o estabelecimento de uma teoria (SUMIDA, 1993). O objetivo central do autor britânico era “mostrar que o poder naval possuía algumas características que o diferenciava do poder terrestre, e que sua contribuição para a estratégia seria apontar suas limitações e possibilidades.” (VIOLANTE, 2015). Corbett reconhecia que a história naval seria a principal fonte para a elaboração e demonstração das características que diferenciavam o poder naval do terrestre e como os comandantes das forças navais poderiam aproveitar as experiências prévias. Com isso, Corbett buscava avançar para além dos reducionismos estratégicos e organizacionais, por vezes presentes na abordagem de Mahan e influentes nos círculos de comando das marinhas das principais potências do período (ALMEIDA, 2009).

Dessa forma, o autor elabora considerações mais amplas sobre o poder marítimo, transpassando estudos de táticas e decisões militares pormenorizadas, presentes nos trabalhos de Alfred Mahan (O’LAVIN, 2009). Em sua obra seminal, Corbett apresenta o entendimento de que as forças navais e, conseqüentemente, a estratégia marítima, geralmente constituem parte de um esforço de suporte para as forças militares terrestres, apesar de sua relevância: “Visto que os homens vivem em terra e não no mar, grandes questões entre nações em guerra tem sido sempre decididas [...] seja pelo o que seu exército pode fazer contra o território e vida nacional do inimigo, ou então pelo medo do que a frota possibilita a seu exército fazer.”¹² (CORBETT, 1911, p. 12, tradução nossa).

O posicionamento de que o poder marítimo não apresenta-se como suficiente para a vitória coloca Corbett contra a literatura dominante de sua época, permeada pela influência de Mahan. Esta “literatura clássica” possuía como ponto de partida a guerra naval como um mundo próprio, sem reservar destaque para interdependência entre as forças militares terrestres e as navais (VIOLANTE, 2015). Conseqüentemente, operações conjuntas entre as marinhas e os exércitos eram ignoradas mesmo possuindo exemplos históricos no próprio

¹² “*since men live upon the land and not upon the sea, great issues between nations at war have always been decided [...] either by what your army can do against your enemy’s territory and national life, or else by the fear of what the fleet makes it possible for your army to do.*” (CORBETT, 1911, p.12).

século XIX, como o papel do Reino Unido contra as forças napoleônicas na Península Ibérica (KENNEDY, 2004).

Nesse sentido, o poder naval estaria diretamente relacionado com o poder terrestre, sendo ambos utilizados em conjunto para alcançar os objetivos estabelecidos pelas lideranças políticas do Estado. Logo, dependendo da estratégia nacional, os objetivos podem apresentar-se como limitados, retirando das concepções a destruição total do inimigo e, conseqüentemente, de suas forças, terrestres e navais. A utilização conjunta dessas forças deve compelir o inimigo à mesa de negociações. Corbett descarta a utilidade do princípio da indivisibilidade da esquadra e de uma posição ofensiva nos conflitos militares, adotando a posição de Clausewitz sobre a defesa ao passo que se opõe ao princípio de Jomini sobre a ofensiva. Além disso, discordando de Mahan, o autor britânico entende que os princípios da guerra terrestre seriam divergentes dos presentes na guerra naval (CORBETT, 1988).

Ademais, segundo Corbett, o relevante para a obtenção de um poder marítimo adequado deveria ser a compreensão das necessidades do uso dos oceanos por parte da nação. O modo e a intensidade do uso dos oceanos por parte das nações estava exposto a variações. Com isso, dependendo das demandas nacionais da utilização do meio marítimo, a destruição da esquadra inimiga em uma “batalha decisiva” poderia ser um objetivo desnecessário para determinados países (CORBETT, 1988). Conseqüentemente, o controle dos oceanos apresenta graus de intensidade, podendo ser o exercício de um controle local ou global, passageiro ou permanente (PROENÇA; DINIZ; RAZA, 1999; VIOLANTE, 2015). Estados podem exercer o controle marítimo relativo de regiões garantindo a manutenção de rotas de comunicação e de comércio sem o emprego de grandes números de embarcações militares, e, em tempos de guerra, a batalha decisiva pode não ser necessária para o grau de comando dos mares ambicionado pelos responsáveis pela estratégia nacional.

Outro aspecto corbettiano reside na superação do princípio de “concentração da esquadra” de Mahan. A divisão da esquadra em forças menores, concentradas em realizar tarefas específicas e sendo capazes de se juntarem quando necessário, apresentava-se como uma vantagem. O reagrupamento ocasional da esquadra poderia ocorrer para sua aplicação tática ou para a obtenção de objetivos estratégicos. Não obstante, a dispersão das forças possibilitaria que o poder naval exercesse controle relativo de maiores áreas operacionais. A dispersão das forças navais seria possível ao passo que suas partes mantivessem comunicação e coordenação. Esta estratégia esquematizada por Corbett, praticada por diversas marinhas durante séculos sem grande esquematização, seria sistematicamente empregada no decorrer do século XX, sendo prática presente durante e no pós-Guerra Fria (VIOLANTE, 2015). Em

adição, o entendimento de que o controle do mar reside em uma força naval com variedade de embarcações e não apenas dos “navios de linha de combate”, apresenta-se como outro legado de Corbett para a estratégia naval¹³ (ALMEIDA, 2009; VIOLANTE, 2015).

Por fim, o autor britânico entende que o poder naval deve ser utilizado para a escolta de comboios comerciais e para o bloqueio de portos inimigos. O bloqueio naval seria o eixo central da guerra no mar devido à dificuldades que um força superior pode encontrar em atrair o inimigo para a realização de “batalhas decisivas”. Assim, o bloqueio era a opção central do Estado detentor da superioridade naval (CORBETT, 1988). Conter o inimigo nos portos abria caminho para a domínio dos oceanos, assegurando as rotas de comunicação e de comércio, o controle de territórios ultramarinos e a liberdade de contribuir para o esforço de guerra de aliados por meio de reforços financeiros e materiais ao passo que auxilia para dilapidação do comércio, das possessões e de possíveis movimentos estratégicos do inimigo (KENNEDY, 2004). Logo, negar o comando dos oceanos ao inimigo apresenta-se como uma prioridade mais significativa do que o estabelecimento do comando por meio de uma grande batalha (SPRANCE, 2004).

Ambos os autores possuem contribuições para o poder marítimo no pós-Guerra Fria, especialmente tendo seus conceitos atualizados e contextualizados para o fim do século XX e início do XXI. Corbett possui um entendimento do papel das forças navais diretamente associado ao emprego dessa força em conjunto com a terrestre, assemelhando-se a “interoperabilidade” presente nas forças armadas de países com histórico naval de destaque, como o Reino Unido, a França e os Estados Unidos, abrindo espaço para análise do poder marítimo como meio que possibilita a projeção de poder além-mar do poder terrestre. Ademais, o controle de bases ultramarinas era compreendido como contribuições positivas para o poder marítimo por ambos os autores, especialmente por Mahan. No fim do século XX, apesar do desmantelamento dos impérios coloniais entre as décadas de 1950 e 1960, os Estados que possuem capacidades expedicionárias expressivas – em sua maioria, os mesmos que apresentam históricos recentes de grandes capacidades marítimas – continuaram a reter pontos de apoio ao redor do globo. Por fim ambos destacam a relevância da atividade econômica para o poder nacional e Corbett (1988) abre caminho para o reconhecimento dos impactos das inovações tecnológicas no meio naval. Dessa forma, a partir dos dois principais autores clássicos do poder marítimo, reúne-se os princípios introdutórios das concepções

¹³As marinhas de guerra das principais potências do pós-Guerra Fria apresentam uma composição variada, incluindo fragatas, porta-aviões, navios-anfíbios, contratorpedeiros (*destroyers*), navios patrulha, submarinos, porta-helicópteros, dentre outras classes com propósitos específicos.

estratégicas da guerra no mar, do papel das marinhas, do controle de bases além-mar, dentre outros.

Contudo, outros aspectos devem receber maior espaço para considerações sobre a projeção de poder ultramarino desde as Guerras Mundiais. A economia e a tecnologia do Estados apresentam-se como questões centrais. Concomitantemente, a extensão territorial e o “caráter da população” postulado por Mahan são reduzidos em relevância por essas considerações. Um Estado com uma população e território relativamente diminutos pode deter capacidades comerciais e tecnológicas que tornem sua marinha de guerra superior àqueles que detenham maior extensão territorial e populacional, mas apresentem menor atividade econômica e emprego de tecnologia de ponta (TILL, 2009), sendo o caso da expansão ibérica no século XVI, da hegemonia holandesa em parte do século XVII e da Grã-Bretanha entre o século XVIII e início do século XX (KNUTSEN, 1999). As bases econômicas, tecnológicas e geográficas possuem relevância em análises sobre todas as maneiras de poder militar, sendo indicadores das características do poder marítimo, terrestre, aéreo e, mais recentemente, cibernético de um Estado.

Assim, concernente ao poder marítimo, Coutau-Bégarie (2010 apud VIOLANTE, 2015) identifica a existência de duas formas desse poder, grandemente caracterizados pela duração e pelos pontos centrais em que se baseiam. As duas faces do poder marítimo são o “estável” ou de longa duração e o “instável de curta duração” ou transitório¹⁴. O primeiro deles possui como aspecto essencial os quesitos geográficos de Mahan, marcado pelo controle de territórios ultramarinos estratégicos que auxiliariam as capacidade navais do Estado. O poder marítimo instável de curta duração seria baseado nos aspectos econômicos e políticos, sujeitos a variações (COUTAU-BEGARIE, 2006). Esta forma seria caracterizada pela presença e atenção transitória de um Estado para determinadas regiões, exercendo seu poder marítimo conforme o contexto político e estratégico aparenta mostrar necessário. O poder transitório requer maiores recursos relativos para a sustentação do controle dos oceanos, contudo o período desses deslocamentos seriam reduzidos, cessando conforme os objetivos são alcançados pelo Estado.

A base econômica pode ser sintetizada em quatro pontos relevantes para o poder marítimo. Segundo Coutau-Bégarie (2006), estes pontos seriam (1) as atividades comerciais,

¹⁴Entende-se que termo “poder marítimo transitório” sintetiza o significado atribuído por Coutau-Bégarie de forma mais adequada, evitando possíveis interpretações errôneas sobre essa forma de poder marítimo como em “poder instável de curta duração”, o que pode sugerir aspecto de subalternidade ao “estável” ou de longa duração.

(2) o nível da capacidade industrial e de mobilização de recursos, (3) a infraestrutura de suporte, que incluem portos e estaleiros, e (4) o desenvolvimento tecnológico e científico nacional. Assim como em Corbett, nota-se a ausência da centralidade da extensão territorial para as bases do poder marítimo e a presença do reconhecimento do papel dos quesitos tecnológicos para a proeminência militar de um ator. A base política do poder marítimo seria pontuada por uma política doméstica privilegiando os quatro pontos mencionados acima e a política externa, marcada pelas alianças que contribuem para os deslocamentos do aspecto militar desse poder.

A partir da contextualização dos trabalhos de Mahan e Corbett, além das produções sobre o poder marítimo na segunda metade do século XX e início do XXI de Geoffrey Till (2009; 2012), Patrick Batton (2012) e Coutau-Bégarie (2006), pode ser apontado que a projeção de poder militar nos oceanos demanda a existência de forças navais com capacidades singulares. As “marinhas de águas azuis” apresentam-se como pertencentes ao seleto grupo de Estados com maior poder relativo, capazes de reunir as condições econômicas, políticas e tecnológicas para a manutenção de um poder marítimo que possui poucos ou nenhum equivalente. Nesse contexto, alguns autores propõem a classificação de marinhas de guerra de acordo as capacidades de projeção de poder militar, dividindo-as em marinhas de “águas azuis”, “águas verdes” e de “águas marrons” (BATTON; TILL, 2012).

Apesar das variações sobre o emprego e definição dos termos, essas denominações apresentam-se úteis para a distinção entre as principais formas organizações das marinhas no pós-Guerra Fria. Entretanto, as múltiplas definições são comumente elaboradas seguindo considerações sobre o alcance operacional das marinhas. Till e Batton (2012, p. 96) definem “[...] uma marinha de águas marrons, capaz de defender suas zonas costeiras, uma marinha de águas verdes sendo competente para operar em seu mar regional e finalmente uma marinha de águas azuis como uma marinha com capacidade de operar em águas profundas”¹⁵ (tradução nossa). Nota-se que outros autores buscam uma delimitação de atuação geográfica específica que determinaria as capacidades navais de um Estado¹⁶, mas a capacidade

¹⁵ “[...] *a brown-water navy standing for a navy capable of defending its coastal zones, a green-water navy for a navy competent to operate in regional sea and finally a blue-water navy described as a navy with capability to operate across the deep waters.*” (BATTON; TILL, 2012, p. 96).

¹⁶ Amardeep Athwal (2007) define os espaço de atuação de marinhas de águas marrons como sendo de no máximo 100 milhas náuticas da costa, as de águas verdes atuam a partir das 100 milhas náuticas (cerca de 185km) até a próxima grande formação de terras emersas. Por fim, as marinhas de águas azuis possuem capacidade operacional de no mínimo 1.500 milhas náuticas (aproximadamente 2.780km).

operacional contínua sendo a base destas considerações.

Em suma, uma marinha de águas marrons pode ser apontada como uma força grandemente costeira ou ribeirinha, sendo as mais comuns em número de Estados que possuem essa capacidade militar reduzida. Em seguida, há as marinhas de águas verdes detentoras de uma capacidade operacional regional, sendo caracterizadas como forças intermediárias de potências regionais. As principais forças existentes que podem almejar o controle dos oceanos podem ser classificadas como “marinhas de águas azuis”. Além de capazes de operar em “alto-mar” e possuir capacidade de alcance global, essa marinha pode:

[...] se proteger contra ameaças submarinas, de superfície e aéreas e que, sustentada por um apoio logístico móvel, pode se manter operando por considerável período de tempo a grandes distâncias de suas bases, ou também aquela que opera em alto-mar, geralmente com apoio de navios-aeródromo, com capacidade de projetar o poder naval sobre terra. (VIDIGAL, 2010, p.8).

Apesar das três divisões apresentadas acima, as capacidades navais incluídas em cada termo podem apresentar disparidades sensíveis. Neste contexto, Batton e Till (2012) identificam o caso das marinhas dos Estados Unidos e da França, ambas de “águas azuis”, contudo ressaltam que as capacidades da Marinha dos Estados Unidos são significativamente superiores, demonstrando a necessidade de considerações individuais sobre a classificação de cada força naval. A classificação de Batton e Till apresenta apenas uma estrutura básica de categorização das marinhas de guerra. Todavia, a literatura sobre a estratégia e o poder naval possui um longo histórico de tentativas de classificação das marinhas, especialmente a partir dos anos 1980, incluindo Michael Morris (1988), Eric Grove (1990), Daniel Todd e Michael Lindberg (1996), Hervé Coutau-Bégarie (2006) e Francisco de Almeida e Ricardo Cabral (2018), dentre outros.

Michael Morris (1988) possuía como objetivo estabelecer a hierarquia das marinhas do “Terceiro Mundo”¹⁷ ao passo que fornecia um método para classificar essas forças navais – que considerava distintas das marinhas do “mundo desenvolvido” - de acordo com sua atuação geográfica e capacidade de projeção de poder. Assim, adotou um método predominantemente quantitativo ao estabelecer as divisões do poder naval do que chamou de

¹⁷Termo utilizado especialmente no contexto da Guerra Fria inicialmente para denominar os Estados não-alinhados. O termo apresenta severas limitações, mas se tornou durante a Guerra Fria sinônimo de países capitalistas considerados como subdesenvolvidos, sendo utilizado como um indicador de divisões econômicas interestatais.

Terceiro Mundo¹⁸. Uma classificação das marinhas com elementos qualitativos e com comparações relativas entre elas não seria realizada, além de não incluir as marinhas dos Estados “desenvolvidos”.

Com isso, Eric Grove (1990) buscou estabelecer uma listagem do poder naval em escala global, mas acompanhado de uma análise majoritariamente quantitativa. Grove apresentou uma hierarquização contendo uma análise quantitativa com breves considerações qualitativas e sem os aspectos comparativos, elaborando os “níveis” de poder naval e os possíveis Estados correspondentes de acordo com sua “percepção” (ALMEIDA; CABRAL, 2018; GERMOND, 2014). Por sua vez, o estrategista francês Coutau-Bégarie (2006), apresenta considerações similares ao elaborado por Grove no quesito qualitativo, não elaborando uma análise extensa do poder das marinhas em relação à suas concorrentes. Coutau-Bégarie estabelece suas considerações de acordo com as tarefas que cada força pode alcançar, apontando a primazia naval dos Estados Unidos e elaborando conclusões similares a Grove ao estabelecer uma hierarquia funcional entre as marinhas (GERMOND, 2014). Os autores mencionados evitam a elaboração de uma análise comparativa e qualitativa detalhada das marinhas de guerra, depositando parcialmente as conclusões em percepções próprias sobre as capacidades operacionais das principais forças navais ou no caso de Morris, das forças navais do que chamou de “Terceiro Mundo” (ALMEIDA; CABRAL, 2018).

Considerando as limitações da classificação do poder militar, Geoffrey Till (2009) reconhece que hierarquizações são passíveis de apresentar pontos sensíveis e generalizações¹⁹. Apesar disso, o autor oferece determinados pontos que podem ser guias relativamente adequados para a elaboração de uma classificação. O primeiro aspecto é o tamanho e natureza da marinha (*Size and Nature of the Navy*), que inclui a capacidade de manter e operar grandes navios de superfície, como fragatas, contratorpedeiros e porta-aviões. Neste ponto, os números totais de uma força naval não devem ser tomados como indicadores absolutos de poder, sendo necessário o entendimento da composição da frota. Outro aspecto seria o alcance geográfico, incluindo as áreas de atuação da marinha,

¹⁸Morris (1988) elaborou seis divisões para as marinhas de guerra da periferia: (1) regionais, (2) sub-regionais, (3) marinhas de áreas reduzidas (*for area defense*), (4) costeiras, (5) de vigilância e (6) marinhas simbólicas.

¹⁹Sendo assim, Geoffrey Till (2009) não estabelece uma hierarquia entre as marinhas de guerra, identificando que forças variadas possuem propósitos diversos e em sua maioria não almejam o comando dos oceanos. Em relação a tentativas de análises que incluam aspectos qualitativos, quantitativos e comparativos, destaca-se o trabalho de Almeida e Cabral (2018) na listagem das marinhas do continente americano.

deslocamentos rotineiros e especiais, e as capacidades de sustentação e atuação da frota quando deslocada para regiões sensíveis. Ademais, deve-se considerar as funções desempenhadas, com destaque para os tipos de missões desempenhadas em cada marinha. Outra questão relevante para uma análise das forças navais reside no quesito tecnológico, ou seja a habilidade de desenvolver ou adquirir tecnologias avançadas, assimilá-las e operá-las de maneira efetiva. Por fim, Till (2009) considera que as marinhas devem ser classificadas de acordo com a sua efetividade relativa. A eficiência pode ser estimada pelo alcance geográfico desejado, pela qualificação de seu efetivo, capacidade de mobilização e sustentação da frota e a versatilidade, possibilitando a realização de diversas missões (GERMOND, 2014).

Assim, ainda que a classificação do poder militar seja uma tarefa complexa, a partir dos autores citados, dentre outros, ocorre a prevalência de determinados Estados no topo das listagens do poder naval. Entre os anos 1980 e 2010 podem ser apontadas duas grandes alterações na dinâmica de força das marinhas de guerra, sendo a primeira delas o declínio e dissolução da União Soviética, seguido nos anos 2000 e 2010 pelas tentativas de Moscou de reafirmar a Rússia como uma grande potência. A segunda modificação ocorre com a rápida ascensão da China, que estabelece uma crescente e tecnológica força naval, apoiada em uma significativa capacidade industrial e grandes contingentes bem treinados, concentrada especialmente na contenção de ameaças em seu litoral e vizinhança imediata, apesar do aumento de suas capacidades de projeção de poder (KIRCHBERGER, 2015).

Dessa forma, é possível indicar uma relativa aceitação na literatura de que os Estados Unidos detém, desde a sua participação na Segunda Guerra Mundial, a principal força naval do globo, seguidos pelo Reino Unido²⁰, França e, mais recentemente, pela China e Rússia²¹ (BARBER; SIPOS, 2004; GROVE, 1990; KIRCHBERGER, 2015; LINDBERG; TODD, 1996). Nesse sentido, além dos Estados Unidos, o Reino Unido e a França apresentam forças navais orientadas para a projeção de poder e missões expedicionárias, por vezes classificadas como potências com “projeção de poder de alcance global limitado” em contraste com a

²⁰ As capacidades militares e a política de Defesa do Reino Unido serão analisadas pormenorizadamente no próximo capítulo, tendo alguns breves paralelos com as capacidades da França.

²¹ A União Soviética era apontada como a segunda força naval do período de 1950 a 1990, com capacidades superiores ao Reino Unido e França (GROVE, 1990). Contudo, há questionamentos sobre a hierarquização da marinha soviética e principalmente sobre suas capacidades de projeção de poder que poderiam colocá-la como superior – ou não – às forças navais britânicas e francesas, especialmente como elaborado por Grove que estabelece uma classificação própria para a marinha soviética (GERMOND, 2014).

capacidade superior dos norte-americanos. Assim, a diferença entre as duas grandes potências europeias e a superpotência norte-americana reside na capacidade dessas de realizar “no mínimo uma grande operação de projeção de poder global” enquanto que a superpotência apresenta-se capaz de “múltiplas, regulares e prolongadas missões de projeção de poder ao redor do globo”. Em seguida, a Rússia pode ser classificada como detentora de uma força naval apta para “missões de projeção de poder em regiões além da Zona Econômica Exclusiva” (KIRCHBERGER, 2015; LINDBERG; TODD, 1996). A classificação elaborada por Lindberg e Todd (1996) e atualizada por Kirchberger (2015), apresenta a China como a principal força em ascensão, sendo uma “marinha de águas azuis” em processo de consolidação, apesar de considerá-la em meados dos anos 2010 ainda ligeiramente abaixo das forças navais russas, francesas, britânicas e norte-americanas.

Um aspecto que pode ser destacado das cinco marinhas mencionadas acima reside na busca pelo estabelecimento de força navais sem grande especialização em determinadas tarefas, mantendo a flexibilidade da frota, especialmente no pós-Guerra Fria. Neste caso, considerando principalmente as marinhas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com a exceção dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França, as forças navais dessa organização adotaram funções especializadas, como o caso da Bélgica e patrulha anti-minas (*minesweeping*), ou foram reduzidas para papéis de defesa territorial, patrulha antissubmarino e escolta de forças aliadas superiores que adentram regiões próximas de seu território nacional, como o caso da Espanha, além de posteriormente participarem de operações antipirataria e de controle imigratório (GERMOND, 2014). No pós-Guerra Fria, essa configuração deixou de ser generalizada, mas as marinhas expedicionárias e mais flexíveis da OTAN continuariam centradas nas forças navais de Washington, Londres e Paris (BARBER; SIPOS, 2004).

Assim, entende-se que as capacidades expedicionárias de um Estado estão diretamente ligadas com sua força naval e, indiretamente, com seu poder marítimo que residem no poder econômico nacional. Os postulados de Sir Julian Corbett sobre a necessidade de empregar o poder naval do Estado em conjunto com o terrestre, como parte de uma única estratégia reside no centro das considerações sobre a projeção de poder militar. O advento e consolidação do poder aéreo consolidou e ampliou os princípios de interoperabilidade dos distintos braços das forças armadas. Esta concepção apresenta-se amplamente generalizada nas práticas das principais potências militares do sistema internacional, especialmente naquelas que possuem forças expedicionárias. Ademais, a questão tecnológica e sua influência no modo de fazer a guerra, reconhecida por Corbett em

1911, coloca-se como um dos principais aspectos dos novos conflitos assimétricos e das “pequenas guerras”²² desde os anos iniciais da Guerra Fria (TILL, 2009), além de ser parte essencial das tentativas de mensuração do poder relativo dos Estados.

Ainda que as inovações tecnológicas no meio militar tenham contribuído para a alteração do modo em que as guerras possam ser travadas, no período pós-Guerra Fria a prática de manutenção de bases e territórios ultramarinos por parte das principais potências militares permaneceu, embora em escala reduzida. Um grupo seleto de Estados mantém ao redor do globo instalações que possuem como um de seus deveres auxiliar na sustentação de sua projeção de poder militar. Em adição ao suporte aos deslocamentos expedicionários, determinadas bases e possessões desempenham o papel de apoios permanentes (EUROPEAN UNION, 2009), estabelecendo áreas distantes do território nacional do Estado como parte da zona operacional primária de suas forças armadas. Tanto Mahan (1890) e Corbett (1988) compreendiam a utilidade de bases de apoio além-mar, no caso de Mahan para principalmente manter a concentração e indivisibilidade da esquadra, e conseqüentemente facilitar a “batalha decisiva” e o posterior comando dos oceanos²³. Com sua visão direcionada à coordenação das forças navais e terrestres por meio de uma única estratégia durante o tempo de guerra, Corbett reconhecia o potencial dos territórios na forma de pontos de apoio para a marinha de guerra, de bases para controle de áreas específicas e para influenciar os eventos em terra (CORBETT, 1988). Como será exposto, os avanços tecnológicos, incluindo o advento do poder aéreo, expandiriam e consolidariam o uso de bases ultramarinas nas décadas após os trabalhos seminais de Mahan e Corbett.

2.1 Territórios e bases militares ultramarinas: Pivôs para a Projeção de Poder

A aquisição de bases de apoio logístico para operações além-mar é uma prática característica de potências que buscam estabelecer, manter ou expandir seus interesses políticos, econômicos e militares em regiões distantes de seu território nacional, como o caso

²²Till (2009) aplica o termo “pequenas guerras” (*small wars*) sem uma definição precisa, mas visando descrever uma série de conflitos a partir do século XIX que não envolveram Grandes Potências em posições antagônicas. Em suma, a partir dos exemplos as guerras coloniais, de descolonização e da Guerra Fria dados pelo autor, esses conflitos ocorrem entre Grandes Potências e Estados periféricos de menor poder relativo ou organizações políticas não reconhecidas como “Estados modernos” e insurgências, sendo conflitos de “menor duração”.

²³Segundo Mahan (1890), é válido destacar que o comércio com colônias – e a aquisição destas - era vista como forma de fomentar o poder marítimo do Estado.

da Grã-Bretanha que possuía um robusto poder marítimo quando iniciou a expansão de suas forças terrestres no século XVIII e da Holanda um século antes (MODELSKI; THOMPSON, 1988). Entre grande parte do período iniciado pela colonização europeia das américas até a Primeira Guerra Mundial, essas bases possuíam o duplo propósito de facilitar a expansão territorial-econômica dos Estados que as controlassem e fornecer apoio para as forças militares encarregadas de assegurar o fluxo comercial. Logo, países como a Grã-Bretanha buscaram o estabelecimento do controle de diversos territórios que apresentavam poucos benefícios se considerados isoladamente, mas funcionavam ativamente como bases militares ultramarinas (KENNEDY, 2004).

Durante esse período, o comércio marítimo estava intrinsicamente ligado às motivações de estabelecimento dessas bases de apoio além-mar. Nesse contexto, as bases possibilitavam a ampliação da área de operações da marinha de guerra, forneciam suporte para a frota mercante e eram facilmente defendidas através do uso quase exclusivo do poder naval (TILLY, 1990). Ademais, como mencionado anteriormente, Mahan (1890) reconhecia a importância do controle de territórios estratégicos que auxiliassem no processo de impedimento da concentração das forças navais do inimigo, facilitando a busca pela supremacia nos oceanos. Entretanto, essa função esboçada por Mahan apresenta-se como apenas uma das utilizações dessas bases.

O século XIX pode ser apontado como o auge das bases militares ultramarinas das grandes potências. Nesse período, os principais impérios coloniais europeus consolidaram um vasto sistema de colônias ao redor globo permeadas por possessões insulares ou enclaves que detinham como objetivo principal assegurar o controle relativo das regiões adjacentes ao passo que fossem facilmente defendidas se necessário. Os impérios britânico e francês, acompanhados pelos Estados Unidos a partir de 1898²⁴, são os expoentes da utilização de pequenas possessões para fins estratégicos. Nesse período, devido aos avanços tecnológicos no meio marítimo, essas bases desempenhavam o papel de “estações carvoeiras”, sendo símbolos da capacidade de projeção de poder naval de um nação. Em 1901, o Reino Unido por meio de seu império controlava estações em todos os oceanos. Como pode ser visto no Mapa 1, algumas dessas estações localizavam-se em territórios como as Ilhas Malvinas/Falklands, Gibraltar, Ilha de Bermuda, Santa Helena, Arquipélago de Chagos ou Diego Garcia, Singapura, Hong Kong, dentre outras (GRAY, 2014).

²⁴Em 1898 os Estados Unidos obtiveram colônias espanholas após a Guerra Hispano-Americana, marcando a posição do país como uma Grande Potência em ascensão. Os Estados Unidos assumiram o controle das Filipinas, Guam, Porto Rico e, temporariamente, de Cuba (FERGUSON, 2011).

Mapa 1 – Estações Carvoeiras do Império Britânico (1870-1914)



Fonte: GRAY, 2017, p. 5.

Esse sistema global de bases de apoio em conjunto com a mais numerosa e altamente avançada esquadra de guerra e uma robusta indústria naval, além de uma extensa frota mercante, mantinha na década após o fim da Era Vitoriana a primazia do poder marítimo britânico, apesar da ascensão do Império Alemão e dos Estados Unidos (GRAY, 2017) (KENNEDY, 2004). Ademais, o sistema de bases de reabastecimento possuía o duplo propósito de servir as marinhas mercantes e de guerra dos Estados detentores dessa infraestrutura. Similarmente, essa estratégia permitia que atores como o Reino Unido negassem a utilização de suas bases por parte de terceiros quando necessário. Estes Estados podiam exercer influência no modo como outras forças navais utilizavam os oceanos e, em determinados contextos, no resultado de conflitos em que apresentavam neutralidade sem a necessidade de engajar o inimigo em batalha (GRAY, 2017).

O caso da Frota do Báltico deslocada pelo Império Russo em 1905 durante a guerra contra o Império do Japão, com o objetivo de auxiliar as forças russas no Pacífico, exemplifica a papel das bases ultramarinas para a mobilidade e emprego do poder naval. A Frota Russa do Báltico passaria por desafios de abastecimento e de acesso à rotas controladas por outras potências. A neutralidade britânica no conflito levaria ao declínio em permitir a travessia da Frota do Báltico pelo Canal de Suez e pela proibição de acesso desta força aos portos do Império Britânico, incluindo as estações carvoeiras. Similarmente, a pressão britânica e os protestos japoneses tornariam as bases francesas e de outras potências

inacessíveis em diversas ocasiões. Consequentemente, neste caso, Londres enfraqueceu a posição naval russa na guerra contra o Japão ao explorar a ausência de bases de apoio para o poder naval do Império Russo (GRAY, 2017). Em outras palavras, o poder marítimo britânico enfraqueceu indiretamente o poder naval russo na guerra de 1905 contra o Império do Japão.

Assim, um dos papéis centrais desempenhado pelas instalações militares ultramarinas pode ser identificado no seu uso pelos Estados para fortalecer sua posição relativa na guerra e em períodos de paz. Nesse contexto, durante guerras, aliados teriam acesso à infraestrutura ultramarina do Estado em questão ao passo que inimigos dependeriam de suas próprias capacidades e de atores neutros. Em tempos de paz, assim como na guerra, o Estado detentor não dependeria de terceiros ao passo que aliados, em muitos casos, continuariam a depender de sua infraestrutura. O principal exemplo dessa prática reside novamente no Reino Unido na era da combustão a vapor sendo que “Suas extensas instalações carvoeiras significavam que não necessitava depender de atores neutros, enquanto que os seus potenciais inimigos seriam forçados a essa dependência se operassem globalmente.”²⁵ (GRAY, 2017, p. 9, tradução nossa). Historicamente, o declínio relativo de grandes potências abre caminho para o recuo estratégico de bases militares e possessões antes consideradas como parte dos elementos que contribuía para sua posição no sistema internacional. A redução de compromissos para novos patamares condizentes com a situação nacional pode ocorrer especialmente por meio de considerações dos governantes (*retrenchment*), pela guerra contra outras potências em ascensão e pela exaustão político-econômica subsequente aos conflitos do período de declínio (MACDONALD; PARENT, 2011).

Logo, entende-se que o declínio das grandes potências europeias e o fim da hegemonia britânica no sistema internacional na primeira metade do século XX, acompanhados pela ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética como “superpotências” e pelos movimentos nacionalistas, abalariam a estrutura global de bases militares em possessões além-mar de alguns dos principais países que empregavam essa estratégia nas décadas anteriores. O processo de descolonização do pós-Segunda Guerra Mundial testemunharia o dismantelamento dos impérios coloniais europeus e o recuo estratégico da presença militar-territorial desses países, com destaque para o Reino Unido e

²⁵“*Its extensive coaling facilities meant it did not have to rely on neutral powers, whereas any potential enemy would be forced to if they were to operate globally.*” (GRAY, 2017, p. 9).

a França, os centros do grandes impérios coloniais da Europa²⁶ (DARWIN, 2009).

Entretanto, Londres e Paris reteriam um pequena parcela de territórios ao redor do globo que poderiam desempenhar um papel similar às antigas estações carvoeiras. Parte desses vestígios imperiais auxiliariam na manutenção de um poder naval britânico e francês de alcance global e independente de aliados quando necessário, como destacado do pelo Parlamento Europeu (2009) e indicado pela classificação atualizada de Kirchberger (2015) originalmente elaborada por Lindberg e Todd (1996). Adicionalmente, a superpotência norte-americana detém uma série de possessões com propósitos similares adquiridas na guerra de 1898 contra a Espanha ou na Segunda Guerra Mundial, estando concentradas grandemente no Oceano Pacífico²⁷, com destaque para Guam e Wake Island.

Não obstante, os Estados Unidos possuem diversas bases militares presentes em Estados soberanos que compartilham de relações diplomáticas relativamente próximas com Washington, sendo o Japão, a Coreia do Sul e a Alemanha os principais recipientes dessa presença nos anos 2010. Em 2018, o Departamento de Defesa declarou que os Estados Unidos possuem 514 sítios ou locais (*sites*) além-mar sob sua administração e outros 111 nas possessões ultramarinas norte-americanas. Contudo, o Departamento destaca que bases militares (*installations*) podem conter diversos “sítios” dentro de suas instalações. Nota-se que os “locais” além-mar ou em outros países operados pelo Departamento de Defesa representavam 19% das bases utilizadas pela Marinha dos Estados Unidos, a maior parcela dentre os serviços militares (UNITED STATES, 2018), reafirmando o papel especial dessas instalações ultramarinas para o poder naval.

Desde o início da Guerra Fria, o termo “porta-aviões inafundáveis” (*unsinkable aircraft carriers*) passou a ser empregado para descrever a nova utilidade de ilhas ou enclaves

²⁶A descolonização dos impérios europeus foi marcada por conflitos coloniais entre a metrópole e as colônias em busca da independência, sendo o caso da Holanda nas Índias Orientais Neerlandesas – futura Indonésia –, da França na “Indochina Francesa” e na Argélia e as guerras coloniais de Portugal. Darwin (2009) destaca o caso britânico em operações na “Emergência Malaia” e no Quênia que buscavam eliminar ameaças de grupos “comunistas” e hostis ao Reino Unido para posteriormente garantir a independência dessas colônias.

²⁷Alguns destes territórios no Oceano Pacífico são: Guam (conquistado da Espanha em 1898), Samoa Americana e Ilhas Marianas do Norte (adquirida nos acordos do fim da Segunda Guerra Mundial), além da livre associação que os Estados Federados da Micronésia possuem com os Estados Unidos. Ademais, há um conjunto de ilhas da região sobre o controle de Washington classificadas como *United States Minor Outlying Islands* que incluem possessões como Wake Island utilizada como uma grande base militar entre os Estados Unidos e a Ásia.

políticos para a capacidade aeronaval²⁸ dos Estados (BREWSTER, 2018). Os porta-aviões inafundáveis desempenhariam papel similar aos porta-aviões “convencionais”, projetando o poder aéreo a partir de bases nos oceanos e sendo “inafundáveis” devido à suas características geográficas. O termo pode designar bases militares que abrigam os três braços das forças armadas de um Estado, servindo como pontos de apoio para deslocamentos militares em regiões adjacentes. Em suma, entende-se que a denominação serve especialmente para contextualizar a relevância de bases de apoio e as capacidades militares que podem ser estabelecidas em pequenas possessões ultramarinas, apresentando-se como uma sucessora no campo militar das antigas “estações carvoeiras”.

A concepção de uma capacidade aeronaval centrada nos porta-aviões inafundáveis geraria ponderações sobre a forma que a projeção de poder poderia ser aplicada. No início dos anos 1960, o Governo Britânico considerava o modo como o país continuaria a deter alcance militar global. As dificuldades econômicas do Reino Unido desde o fim da Segunda Guerra pesavam sobre o debate que se desenhava dentro do Ministério da Defesa britânico²⁹, tendo os chefes da Royal Air Force (RAF) e da Royal Navy em lados opostos dos possíveis planos. A RAF apoiava a utilização de uma Estratégia de Ilhas (*Island Strategy*) para assegurar o alcance operacional das forças armadas do país, defendendo o estabelecimento de instalações militares em uma série de possessões controladas pelo Reino Unido nos oceanos Atlântico e Índico. O argumento dos chefes da Royal Air Force residia na redução de custos que a Estratégia de Ilhas proveria ao contribuinte britânico ao passo que, diferindo dos porta-aviões convencionais, essa estratégia não dependeria de portos para manter-se operacional no longo prazo (BREWSTER, 2018).

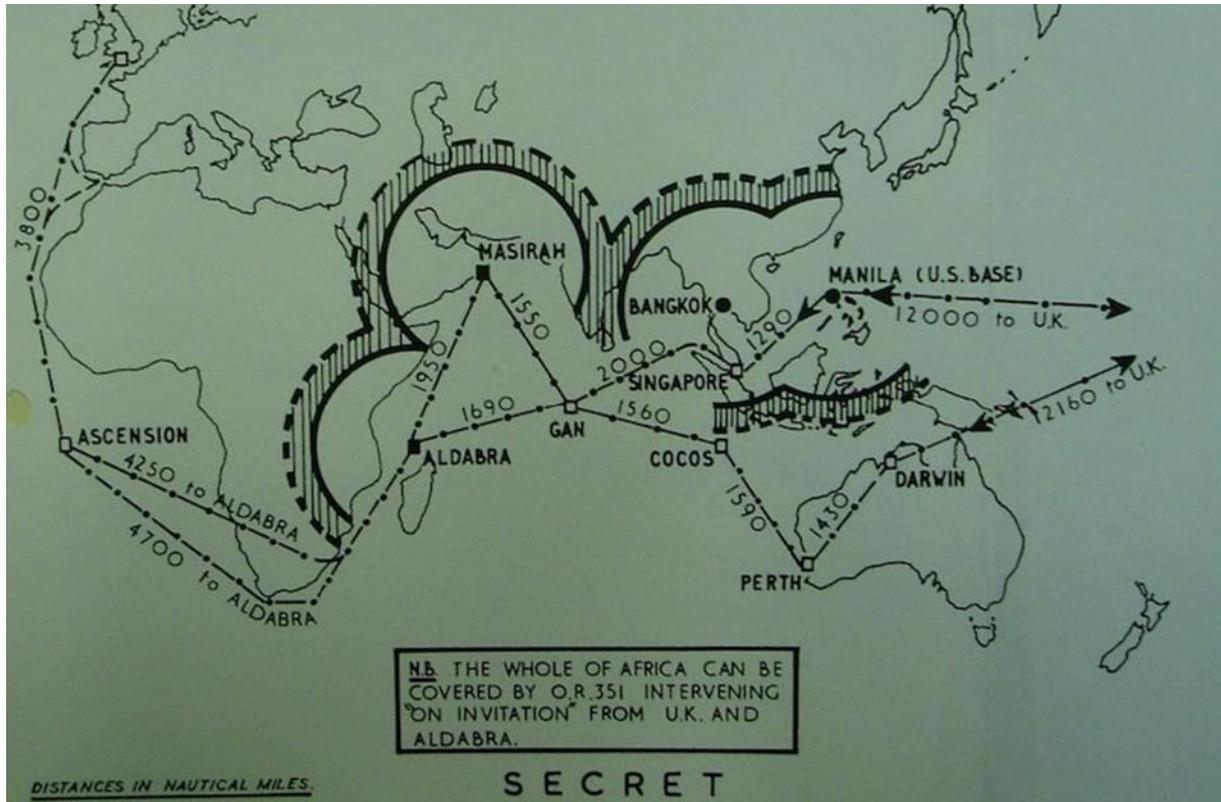
Por sua vez, o Almirantado indicou que a estratégia proposta pela Royal Air Force não apresentava a mesma flexibilidade operacional que os porta-aviões tradicionais. Nessa linha, a estratégia poderia expor a riscos políticos todo o sistema de projeção de poder militar do Reino Unido, pois as possessões além-mar poderiam alcançar a independência com governos indispostos a abrigar bases britânicas ou, em menor escala devido ao

²⁸O termo “aeronaval” é empregado em linha com o entendimento de Julian Corbett sobre a interoperabilidade das forças militares, sendo a utilização do poder aéreo pelas forças navais na forma dos porta-aviões um exemplo prático e relativamente comum entre as principais potências do sistema internacional.

²⁹Até 1964, o Reino Unido apresentava uma organização grandemente descentralizada no quesito departamental da Defesa, possuindo cinco departamentos de Estado realizando as funções do futuro “Ministério da Defesa”, sendo estes o Almirantado, o Departamento de Guerra (*War Office*), o Ministério do Ar (*Air Ministry*), o Ministério da Aviação e o antigo Ministério da Defesa com reduzido escopo de atuação (UNITED KINGDOM, 2012a).

posicionamento geográfico centrado no Índico, acabarem inclusas dentro de áreas operacionais de outras grandes potências (BREWSTER, 2018).

Mapa 2 – A Estratégia de Ilhas (*Island Strategy, 1962*) do Governo Britânico



Fonte: BREWSTER, 2018.

Inicialmente o Governo Britânico optou pela posição defendida pela Royal Air Force. Contudo, com o avanço da descolonização e especialmente pelas dificuldades econômicas que levaram ao anúncio de Londres em 1968 do recuo operacional das regiões “a Leste de Suez”, a Estratégia de Ilhas não seria implementada (Idem). Destaca-se que apesar disso, o legado do debate seria visto na retenção do Arquipélago de Chagos ou Diego Garcia por parte do Reino Unido em 1965³⁰, que seria o ponto de apoio central no Oceano Índico da Estratégia de Ilhas (ver Mapa 2, Diego Garcia como “GAN”) formulada pela Royal Air Force em 1962.

Outra consequência apresentou-se com a continuidade do uso dos porta-aviões por

³⁰Em 1965, o Arquipélago de Chagos foi separado da então colônia britânica de Maurício visando o estabelecimento de um território dedicado à uma base militar anglo-americana. Os habitantes foram removidos entre 1966 e 1971, abrindo um longo histórico de disputas legais nas cortes do Reino Unido sobre o direito dessa população de retornar ao Arquipélago (BAKER, 2007). Em 2019, após a emissão de um parecer da Corte Internacional de Justiça, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução indicando de Chagos é parte da República de Maurício e pedindo pelo fim do controle britânico “dentro de seis meses”. O Reino Unido e os Estados Unidos rejeitaram a decisão da Corte e a resolução. O representante britânico destacou que tanto a opinião legal da Corte e a resolução da Assembleia não são vinculantes (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2019).

parte da Royal Navy, apesar da classe dessas embarcações, que seriam encomendadas nos anos 1970, serem reduzidas em dimensões pelos britânicos (CHILDS, 2014). Logo, por meio da tentativa de elaborar uma única estratégia de manutenção de alcance militar global, Londres estabeleceu que sua projeção de poder se consolidaria como a combinação das capacidades aeronavais dos porta-aviões tradicionais e dos territórios retidos durante o período da descolonização, como Diego Garcia, Gibraltar, Ascensão, dentre outros. Neste ponto, é válido destacar a semelhança que a França possui com o Reino Unido no quesito de possessões ultramarinas.

O emprego de “porta-aviões inafundáveis” ou variações da “Estratégia de Ilhas” estaria presente nas concepções estratégicas de outros países além dos Estados Unidos e do Reino Unido. No pós-Guerra Fria, em crescente ascensão no sistema internacional, a China iniciaria a expansão de suas capacidades navais que possuía como principal símbolo a construção de porta-aviões chineses, sem a dependência de aquisições externas. Os planos da China envolvem sua marinha de guerra com uma frota de no mínimo três porta-aviões, sendo dois completamente construídos domesticamente. Com duas embarcações da classe operacionais no fim dos anos 2010, a China passou a fazer parte do seleto grupo de Estados com mais de um porta-aviões, ao lado da superpotência norte-americana e dos britânicos. No mesmo período, a Índia detinha planos para uma força de dois porta aviões (CHILDS, 2018). Em complemento ao poderio naval em crescimento, a China iniciaria a construção de seus porta-aviões inafundáveis em ilhotas de soberania disputada com países vizinhos no Mar do Sul da China (STAVRIDIS, 2015).

Neste aspecto do caso chinês, o estabelecimento dessas bases militares visa o controle relativo da região com o estabelecimento de um poder naval “estável” ou de longa duração e de capacidades militares que possam negar o avanço do poder naval de inimigos durante crises, adotando uma doutrina de “defesa ativa” nas proximidades de seu litoral (BIRKELAND, 2013) ao invés do enfoque estratégico na projeção de poder além-mar. Assim, é válido uma breve menção aos investimentos chineses em países como o Sri Lanka e o Djibuti, principalmente por meio da Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*). Os investimentos chineses em alguns países de menor poder relativo podem ser compreendidos como parte de “uma diplomacia da armadilha da dívida” (*debt-trap diplomacy*) em que o credor intencionalmente busca o endividamento de terceiros objetivando incrementar sua influência sobre estes atores. Apesar de não haver um consenso sobre as intenções da China ou sobre a presença dessa prática da diplomacia da dívida (HAMERI; JONES, 2020), os investimentos do país expandem rapidamente seus interesses

econômicos e políticos ao redor do globo. Entre 2016 e 2017, a China estabeleceu a sua primeira base ultramarina no Djibuti, país que abriga bases dos Estados Unidos e França e Itália, criando para o seu crescente poder naval um ponto de apoio para operações no Oceano Índico (HEADLEY, 2018).

Com o exposto acima, entende-se que as indicações de Mahan (1890) e Corbett (1911) sobre a utilidade do controle de determinadas possessões para o poder marítimo e, conseqüentemente, para o poder naval e nacional de um Estado continuam presentes nos anos após o fim da Guerra Fria. As principais potências do sistema internacional que possuem capacidades navais significativas ou em expansão, destacando-se os Estados Unidos, o Reino Unido, a França e a China, buscam assegurar bases de apoio, similar às potências imperiais na era das estações carvoeiras, grupo que Londres e Paris eram exemplares de destaque. Assim, as possessões e bases contribuem para que os Estados com maior poder relativo exerçam o “controle relativo” de regiões de maneira independente.

No aspecto marítimo, o controle relativo pode ser entendido como baseado em uma presença militar permanente, contribuindo para a manutenção de um poder naval estável ou de longo prazo em contraposição com o poder naval de “curta duração” marcado pela presença e atenção transitória dos atores estatais. A capacidade de realizar o controle relativo coloca-se como uma das principais funcionalidades dessas bases e territórios ultramarinos, atuando como parte das capacidades de um Estado de projetar poder naval e aéreo. Apesar desses sistemas de projeção de poder comportarem-se como complementos das capacidades militares convencionais, os atores que controlam e empregam essa estratégia geralmente podem ser identificados como os detentores de capacidades militares expressivas. Nesse contexto, entende-se que as bases e os territórios ao redor do globo utilizados para fins militares por um Estado são um dos indicadores que contribuem para a identificação das principais potências do sistema interestatal.

Por fim, as bases e territórios ultramarinos podem contribuir para que os atores estatais exerçam as diversas formas da projeção de poder, divididas em projeções “brandas” (*soft*) e “duras” (*hard*). A manutenção da segurança das rotas marítimas comerciais e de comunicação, respostas humanitárias, evacuação de não-combatentes, operações de manutenção da paz (*peacekeeping*), estariam inclusas na projeção “brandas” de poder. Demonstrações simbólicas de força militar, operações de punição e de dissuasão, intervenções e invasões militares, seriam parte das operações de projeção de poder “duro”. Em ambos os casos, a existência de bases operacionais avançadas contribuem para a execução dos objetivos políticos do Estado ao projetar seu poder militar (LADWIG, 2010).

Destaca-se que as duas principais formas de projeção de poder atuam como frequentes ferramentas diplomáticas que procuram influenciar as decisões e comportamento de atores externos.

Dessa forma, a projeção branda de poder possui potencial para contribuir para o que Joseph Nye chamou de “poder brando” (*soft power*), sendo esta a capacidade de influenciar os demais atores através da cooptação no lugar da coerção ou indução material na forma de pagamentos e similares. O poder brando é baseado na imagem que os demais possuem de aspectos da cultura, dos valores políticos e das políticas de um Estado, compreendendo essas políticas e as subsequentes ações desse Estado como legítimas e detentoras de uma autoridade moral (NYE, 2011). Logo, ainda que diferenciado do convencional “poder duro” (*hard power*), centrado nas capacidades militares e materiais dos Estados, o poder brando pode se beneficiar da utilização do poderio convencional do Estado, especialmente em operações de projeção brandas de poder. A partir disso, a existência de bases avançadas ou territórios ultramarinos – a consequente projeção de poder - possuem um aspecto adicional: assegurar a continuidade dos compromissos nas áreas de Defesa e Segurança entre os Estados, estreitando laços entre o detentor das bases e o país que abriga essas instalações³¹, assegurar aos aliados a manutenção de uma presença militar de longo prazo em áreas estratégicas (BLECHMAN; KAPLAN, 1978), desenvolver novas relações de cooperação com países regionais (LAKE, 1999), reafirmar a soberania sobre essas possessões e reforçar os laços com as populações locais, como é o caso da presença britânica em Gibraltar e nas Malvinas/Falklands.

Desse modo, o sistema de projeção de poder complementado por territórios ultramarinos possui aspectos que podem envolver o prestígio nacional do Estado, abrindo espaço para investimentos em infraestrutura e presença militar que visam reafirmar sua soberania. Nesses casos, a projeção de poder aeronaval apresenta-se como uma resultante de interesses territoriais ligados ao histórico e à importância nacional dedicada a essas possessões além-mar pelas lideranças políticas e pelo público doméstico do Estado³² (DITTMER; DODDS, 2008).

³¹Pode-se apontar o caso da presença militar dos Estados Unidos nos estados membros da OTAN na Europa, simbolizando o compromisso de Washington com a organização. Outros exemplos são as bases do Reino Unido no Brunei, servindo de apoio para o Sultão do país asiático por décadas, além da presença dos Estados Unidos nos países do Golfo Pérsico.

³²O aspecto da significância atribuída aos territórios ultramarinos pelas lideranças será abordado com maior ênfase nos próximos capítulos ao tratar do caso do Reino Unido e as Ilhas Malvinas/Falklands.

2.2 Os custos da Projeção de Poder

A manutenção de forças militares em regiões distantes das intermediações geográficas de um Estado são acompanhadas pela necessidade de investimentos em tecnologias, equipamentos e bases militares, além do treinamento das tropas e de diversas questões logísticas. A projeção de poder apresenta-se como um exercício custoso para parcela significativa dos atores do sistema interestatal, estando reservada especialmente às grandes potências. Essas potências podem ser indicadas como os principais atores sistêmicos³³ no sentido que, por meio de seu maior poder relativo, moldam as regras dentro do sistema internacional, estabelecem hierarquias informais entre os Estados e empregam suas forças militares para a manutenção de suas posições privilegiadas e para eliminar ameaças. Assim, a projeção de poder – seja projeção “branda” ou “dura” (LADWIG, 2010) – empregada por esses atores, demanda uma análise que exponha o custo e a complexidade de sua execução.

Por meio de seu trabalho seminal, *A Tragédia da Política das Grandes Potências*, John Mearsheimer (2001), defende que os oceanos são um dos principais entraves para a consolidação de um *hegemon* global. Dessa forma, os Estados almejariam pela consolidação de suas posições como “*hegemons* regionais”. Assim, ao destacar que as grandes potências “[...] estão sempre buscando por oportunidades para obter poder sobre seus rivais, tendo a hegemonia como objetivo final.”³⁴ (MEARSHEIMER, 2001, p. 29, tradução nossa), este objetivo final de hegemonia estaria restrito ao entorno geográfico dos atores e às tentativas de evitar que outros *hegemons* ascendam em suas respectivas áreas. Consequentemente, em contraste com Mahan, Mearsheimer (2001) defende a existência do “poder parador das águas”, que daria a vantagem estratégica comparativa aos Estados que concentram suas capacidades militares no poder terrestre dos exércitos.

Considerando os oceanos como obstáculos formidáveis, que levam ao surgimento de problemas para a projeção de poder, Mearsheimer (2001) defende que apesar da possibilidade de um ator construir grandes forças militares que podem ser deslocadas ao litoral do inimigo, a conquista do outros Estados, especialmente de potências terrestres, através da projeção de poder naval apresenta-se como improvável. Objetivando expor exemplos históricos, o autor aponta que essa dificuldade seria o motivo pelo qual o Estados Unidos e o Reino Unido

³³Autores das correntes realistas como John Mearsheimer (2001) e Kenneth Waltz (1979) defendem a centralidade das Grandes Potências para a análise das relações interestatais.

³⁴ “[...] *are always searching for opportunities to gain power over their rivals, with hegemony as their final goal.*” (MEARSHEIMER, 2001, p. 29).

permaneceram livres de invasões por outras grandes potências. Além disso, defende que os “problemas da projeção de poder” seriam a principal razão que levou o Reino Unido a não buscar conquistar a Europa continental, e os Estados Unidos a conquistar regiões na Ásia e na Europa. Entretanto, na tentativa de demonstrar o poder explanatório de sua teoria, Mearsheimer ignora as motivações domésticas, essenciais para o entendimento das tomadas de decisões nas políticas externas dos atores estatais.

Adicionalmente, o “poder parador das águas” não impediu grandes operações de projeção de poder pelos Estados, em especial pelas potências navais. Exemplos dessas capacidades são o desembarque na Normandia e na Sicília e a liberação da França na Segunda Guerra Mundial, a expansão marítima do Império do Japão (KAPLAN, 2012), que obteve vitórias e conquistas contra Estados dependentes do poder terrestre como o Império Russo e a China, e a própria derrota desse império marítimo japonês³⁵. Apesar de reconhecer o papel da geografia na manutenção de países como o Reino Unido livre de invasões, Mearsheimer (2001) ignora a função que o poder naval desempenhou na contenção de ameaças de invasões, especialmente no histórico britânico de conflitos contra os franceses e os espanhóis. Neste ponto, o autor destaca os efeitos quase irrisórios da vitória britânica na Batalha de Trafalgar (1805) entre a Royal Navy e a frota franco-espanhola, apontando corretamente que a derrota no mar não impediria Napoleão de prosseguir com sua conquista e vitórias terrestres na Europa continental. Entretanto, Mearsheimer ignora os objetivos das lideranças britânicas alcançados por meio da vitória em Trafalgar: o fim da ameaça de invasão das Ilhas Britânicas, disponibilizando recursos e o domínio dos oceanos para o envolvimento direto de Londres no continente europeu por meio da Guerra Peninsular (KENNEDY, 2004).

Apesar disso, a principal contribuição das considerações de Mearsheimer sobre projeção de poder reside no entendimento que o deslocamento das capacidades militares de um Estado para regiões além de seu entorno geográfico apresenta-se como um desafio significativo, especialmente quando visando a conquista territorial³⁶. Considerando a relação direta entre poder econômico e o emprego do poder militar (KENNEDY, 2004; MEARSHEIMER, 2001), a extensão das capacidades de um Estado de projetar sua força militar auxilia na caracterização de sua posição no sistema internacional. Logo, os atores com

³⁵Mearsheimer (2001) concede que a derrota do Japão em 1945 se deve tanto ao poder terrestre quanto ao poder naval, mas este seria um caso de “exceção”.

³⁶Nesse aspecto, nota-se que Kenneth E. Boulding (1962) possui contribuição prévia ao indicar que o “gradiente de força” militar de um Estado diminui conforme a distância entre o seu território e o alvo se expande.

maior poder relativo possuem o potencial operacional geográfico mais amplo (FARISS; MARKOWITZ, 2013).

A frequência e a distância dessas operações ultramarinas podem ser apontadas como dois pontos sensíveis do emprego das forças expedicionárias. Inovações tecnológicas reduziram os custos do transporte, abastecimento e manutenção de forças militares além-mar, minimizando os desafios logísticos com a projeção de poder e, conseqüentemente, possibilitando aos Estados maior alcance geográfico (FARISS; MARKOWITZ, 2013). Contudo, essas inovações estão historicamente concentradas grandemente nas grandes potências, chegando tardiamente nos Estados periféricos quando suas utilidades originais são substituídas por novas tecnologias. Ademais, a despeito das inovações, a frequência da utilização da projeção de poder está limitada pelos seus custos e pelos os recursos disponíveis ao Estado. A partir disto, quanto maior o poder relativo de um Estado, maior a distância inclusa dentro do alcance de suas capacidades militares e com mais frequência poderá empregar suas forças. Destarte, Estados em ascensão tenderiam a projetar gradativamente mais poder a maiores distancias e com mais frequência, como seria o caso da China no pós-Guerra Fria (FARISS; MARKOWITZ, 2013). O Inverso se aplicaria aos Estados em declínios relativo.

Com o exposto, torna-se necessário abordar alguns dos principais aspectos da projeção de poder que restringem sua prática. Um dos aspectos iniciais que pode ser destacado é habilidade de estabelecimento ou controle de Bases Avançadas (*Forward Basing*). Nos anos 1990, esse primeiro ponto pode ser tomado como o diferencial entre a superpotência norte-americana e as demais grandes potências, como o Reino Unido e a França, visto que os Estados Unidos possuiriam amplos meios técnicos de estabelecimento de bases militares relativamente complexas em território hostil ao passo que os britânicos e franceses seriam mais dependentes de infraestrutura pré-estabelecida (LISTON; PETERS; SHLAPK, 2000). Esta infraestrutura fornece previamente instalações como aeródromos para as forças armadas, podendo estar presentes em bases militares em países aliados ou em territórios ultramarinos. Assim, as bases militares e das possessões além-mar possuem maior importância relativa para determinadas potências que praticam a projeção de poder ao serem utilizadas como alternativas que demandam esforços técnicos reduzidos quando comparados com a construção e defesa de bases de operação em território hostil.

Além das Bases Avançadas, o transporte de tropas, suprimentos e equipamentos, além da própria disponibilidade destes para mobilização rápida, estão inseridos nos desafios dos deslocamentos expedicionários (*Long-Range Deployment*). A questão do transporte

representa a habilidade que o Estado possui de mover suas forças para os teatros de operações e abastecê-las ao longo da duração dos engajamentos militares. Por sua vez, a capacidade de fornecer abastecimento e equipamentos adequados para a força militar contribui para assegurar a “efetividade” da projeção de poder e a manutenção de uma operacionalidade plena de todas as capacidades envolvidas³⁷ (LISTON; PETERS; SHLAPK, 2000).

O Comando e Controle (*Command and Control*) apresenta-se como outro aspecto central, sendo a competência das lideranças políticas e militares de estabelecer objetivos, desempenhar a coordenação ou sincronização de todas as suas unidades em campo de conflito e de obter informações de inteligência, como imagens de satélite, radares e espionagem, possibilitando o conhecimento das movimentações e dos planos inimigos, identificando e engajando alvos específicos, dentre outras questões. As forças aéreas desempenham parcela significativa na tarefa de obtenção de informações, juntamente com os serviços estatais de inteligência e das capacidades nacionais de desenvolver e operar satélites militares. Os principais Estados da OTAN que se destacavam na década de 1990 pelas capacidades de “Comando e Controle” e deslocamentos de longo alcance (*Long-Range Deployment*) eram a França, o Reino Unido e, principalmente, os Estados Unidos (LISTON; PETERS; SHLAPK, 2000).

Os gastos derivados do emprego e manutenção dessas capacidades expedicionárias, em conjunto com os investimentos em tecnologias, preparação de pessoal e maximização da efetividade operacional, contribui para a redução gradiente do poder nacional conforme o crescimento das distâncias (BOULDING, 1962). Entretanto, os altos custos não significam a impossibilidade de realização, mas sim a restrição do número de Estados capazes de amalgamar os meios e a vontade política para a projeção de poder. Logo, o que Mearsheimer (2001) identificou como o “poder parador das águas”, aplica-se grandemente aos Estados de menor poder relativo, sendo um fator desafiador mas não impeditivo para as grandes potências realizarem conquistas extrarregionais³⁸. Entende-se que em conflitos envolvendo apenas um desses Estados com maiores capacidades relativas, o desafios da projeção de

³⁷A capacidade de manutenção e emprego de uma frota de aeronaves de apoio que asseguram o “Reabastecimento em voo” ou *air-to-air refueling* (AAR) de aeronaves de combate, maximizando o alcance operacional e o tempo de voo, estão incluídas nos esforços de abastecimento e efetividade das forças armadas.

³⁸Mearsheimer (2001) aponta que a projeção de poder não é impedida pelo poder parador das águas, podendo ocorrer apesar das dificuldades. O estabelecimento de um *hegemon* global seria impedido pelo poder parador das águas. Isso ocorre pois seria necessário a conquista territorial de outros Estados para a formação de um *hegemon* em escala global ou um *império global*.

poder são relativamente reduzidos, devido ao menor poder militar necessário para a vitória da grande potência contra seu adversário.

Dessa forma, a Guerra das Malvinas/Falklands exemplifica as dificuldades e os custos de uma grande potência em declínio relativo, o Reino Unido, em projetar poder militar para a retomada de seu território ultramarino invadido por forças militares de um Estado regional, a Argentina. A invasão argentina das ilhas ocorreria em 2 de abril de 1982, após considerações da Junta Militar governante, encabeçada pelo General Leopoldo Galtieri, que enfrentava crescente descontentamento doméstico. Na visão da Junta Militar argentina, a invasão seria rápida, apresentando um *fait accompli* ao Governo Britânico, e Londres não adotaria uma resposta militar. A mobilização de uma Força Tarefa para ser enviada ao Atlântico Sul pelo Governo Margaret Thatcher rapidamente eliminou a expectativa argentina (MELLO, 1996).

O primeiro desafio do Governo Britânico seria a mobilização de componentes das Forças Armadas Britânicas destinados ao combate expedicionário. Ainda que houvesse unidades dedicadas à projeção de poder, a urgência da mobilização apresentou problemas na organização dos meios de transporte e desembarque anfíbio, além da necessidade de redirecionar parte da frota da Royal Navy em operações no Oriente Médio e Mediterrâneo para escoltar os transportes (FREEDMAN, 2005). Apesar disso, a Força Tarefa avançou em direção ao Atlântico Sul, reunindo cerca 28 mil militares e 130 navios³⁹, incluindo dois porta-aviões, e utilizando as instalações na ilha britânica de Ascensão, que se tornaria uma base operacional central para o esforço de guerra do Reino Unido (HASTINGS; JENKINS, 2010).

Londres iniciaria a retomada dos territórios após a emissão da Resolução 502 do Conselho de Segurança da ONU de 3 de abril, demandando a retirada da Argentina das ilhas, e após a percepção de que a mediação dos Estados Unidos não avançaria devido à resistência de ambos os lados em negociar suas reivindicações de soberania. Em 25 de abril uma pequena parte da Força Tarefa, na forma de Fuzileiros Reais (*Royal Marines*) do 42 *Commando*, juntamente com elementos das forças especiais britânicas incluindo o Serviço Aéreo Especial (*Special Air Service*, conhecido pela sigla “SAS”) e o *Special Boat Service* (SBS), além de apoio e transporte realizado pela Royal Navy e pela Royal Fleet Auxiliary⁴⁰,

³⁹Além das embarcações da Frota Real Auxiliar (Royal Fleet Auxiliary) o Ministério da Defesa do Reino Unido reserva-se ao direito de confiscar navios civis em tempos de guerra (*ship taken up from trade* ou STUFT).

⁴⁰ A Royal Fleet Auxiliary é uma frota civil ligada ao Ministério da Defesa britânico. Possui como propósito fornecer combustíveis, munições, suprimentos e outras formas de reabastecimento e suporte

reconquistaram as Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul (VAN DER BIJL, 2007). Concomitantemente, o Governo Britânico estabeleceu uma Zona de Exclusão Marítima, uma circunferência com raio de 200 milhas náuticas (370km) a partir da centro geográfico das Malvinas/Falklands, alertando que qualquer embarcação militar ou auxiliar argentina dentro dessa área poderia ser atacada. Posteriormente, em 30 de abril, essa área foi transformada em uma Zona de Exclusão Total, sendo passível de ataque qualquer embarcação presente no seu raio de vigência (HASTINGS; JENKINS, 2010).

A estratégia britânica visava isolar as forças militares argentinas nas Malvinas/Falklands, estabelecendo o controle do espaço aéreo e do mar ao redor das ilhas, para avançar com os planos de invasão anfíbia. As consequências do bloqueio britânico afetariam a habilidade de fornecimento de mantimentos, equipamentos, munições, dentre outros itens, por parte da Argentina, privando suas tropas nas ilhas da oportunidade de maximizar sua posição defensiva. Nas semanas antes do desembarque britânico, a Junta Militar priorizava a defesa pois entendia que os dispêndios derivados da prolongação do conflito resultariam na mudança do posicionamento do Governo Britânico. Contudo, os planos de Londres prosseguiriam, sendo as primeiras tropas desembarcadas nas Falklands/Malvinas em 21 de maio (FURTADO; SANDERSON, 2011).

O desembarque britânico reiniciaria a campanha terrestre da guerra, reduzindo a dominância dos combates aeronavais entre as duas partes que haviam resultado em perdas e danos significativos para a frota de escolta da Royal Navy e o afundamento do maior navio de combate de superfície argentino, o *ARA General Belgrano*, um submarino, o *ARA Santa Fe*, além da destruição de quase três dezenas de aeronaves militares da Argentina (FURTADO; SANDERSON, 2011). O desembarque anfíbio britânico inicial rapidamente assegurou um ponto de apoio para o início das operações terrestres. As forças britânicas enfrentaram especialmente a ausência de transportes na campanha terrestre. Muitos veículos de transporte apresentavam-se inadequados para as condições das Malvinas/Falklands e um grande carregamento de helicópteros havia sido afundado pelos argentinos. Apesar das dificuldades e das perdas, a superioridade relativa dos equipamentos, das linhas de suprimento, do treinamento e da coordenação das tropas do Reino Unido contribuiriam para que o conflito prosseguisse com contínuos avanços britânicos. Em 14 de julho, ocorre a rendição das forças argentinas nas Malvinas/Falklands, encerrando os 74 dias de conflito

para a Royal Navy. Ademais, é parcialmente responsável pelo transporte de efetivos do Exército e dos Royal Marines, tornando-se parte essencial da capacidade expedicionária do Reino Unido.

militar (FREEDMAN, 2005).

Antes de adentrar os custos desse conflito, torna-se necessário explorar a contribuição dos Estados Unidos para o esforço de guerra britânico. O território além-mar britânico de Ascensão provou-se essencial para a vitória do Reino Unido contra a Argentina em 1982. Tendo que cerca de 12.850km separam as Ilhas Britânicas e as Malvinas/Falklands, a localização geográfica de Ascensão, a 6.100km das Malvinas/Falklands, representava uma redução de aproximadamente 6.750km na distância total (Idem). Contudo, a possessão ultramarina abrigava uma base aérea dos Estados Unidos. Por meio de um acordo de 1956, Londres autorizou a presença norte-americana na ilha até 1975 e possibilitou renovações anuais após esse período. Modificações em 1962 no acordo inicial, estabeleciam que as instalações de Washington estariam disponíveis para uso britânico (MCQUEEN, 2008). Ademais, como notado por Margaret Thatcher (1993), a questão da disponibilidade de Ascensão e suas instalações militares ao Reino Unido não era passível de objeções por parte dos Estados Unidos⁴¹. Dessa forma, quando Al Haig, Secretário de Estado dos Estados Unidos, informou o Governo Britânico que Washington necessitava de uma demonstração de neutralidade, indicando que as instalações militares em Ascensão seriam restringidas, Thatcher (1993, p. 200) destacou “[...] que a Ilha de Ascensão era nossa ilha, a ilha da Rainha. Os americanos a usaram como uma base – mas, como o Secretário de Estado sabia muito bem, isto ocorria sob um acordo que deixava claro que a soberania permanecia conosco.”⁴².

Após a chegada de parcela da Força Tarefa britânica em Ascensão, os Estados Unidos disponibilizariam suas reservas de combustíveis e as objeções da utilização da infraestrutura levantadas por Al Haig seriam retiradas. Destaca-se que apesar do fornecimento de combustíveis por parte de Washington, Londres operava uma rota de suprimentos a partir de Gibraltar e a infraestrutura de abastecimento do aeroporto seria construída pelos *Royal Engineers* (PRIVRATSKY, 2014). Entende-se que a disponibilização de combustíveis em Ascensão desempenhou um papel facilitador e não decisivo para o deslocamento da Força Tarefa, especialmente ao considerar que Londres enviava suprimentos via Gibraltar logo no início da presença das forças no Atlântico Sul.

⁴¹Em 1982, a presença militar norte-americana em Ascensão era composta por apenas um oficial, sendo o aeródromo operado por civis. No ano anterior, a média mensal de aeronaves utilizando AS instalações era de 24.4. Durante o conflito, o aeródromo tornou-se um dos mais movimentados do mundo (MCQUEEN, 2008).

⁴²“[...] *that Ascension Island was our island, indeed the Queen's island. The Americans used it as a base — but, as the Secretary of State well knew, this was under an agreement which made it clear that sovereignty remained with us.*” (THATCHER, 1993, p. 200).

Contudo, a contribuição dos Estados Unidos foi mais expressiva no fornecimento de mísseis *Sidewinder* e de informações de inteligência aos britânicos (BORGER, 2012; WATT, 2002). Os *Sidewinder* seriam utilizados pela Royal Air Force no incremento da habilidade interceptação de aeronaves argentinas. As informações disponibilizadas por Washington eram derivadas de dados coletados por satélites militares⁴³ sobre o posicionamento das tropas argentinas nas ilhas disputadas. Logo, apesar dessa contribuição que teve papel na retomada das Malvinas/Falklands e na vitória britânica⁴⁴, a projeção de poder do Reino Unido não dependeu do auxílio direto dos Estados Unidos para sua mobilização e deslocamento. Por sua vez, a Argentina apresentou dificuldades de manutenção da capacidade de combate de suas forças, que, sofriam com desabastecimento de alimentos, falta de uniformes adequados ao clima das ilhas e equipamentos de proteção, dentre outros (BADSEY, 2013).

Assim, analisando o desempenho logístico do Reino Unido nas Malvinas/Falklands, Stephen Badsey (2013) destaca que:

Na logística, assim como em todos os demais aspectos da campanha, os britânicos dependeram grandemente da alta qualidade de improvisação de seu pessoal para superar as dificuldades que encontraram. Apesar dos fatores logísticos terem um papel crítico durante a campanha, não ocorreram ocasiões em que desafios logísticos se tornaram insuperáveis. Partindo dessa perspectiva, e certamente quando comparado com os seus adversários, a logística britânica na Guerra das Falklands deve ser contada como um sucesso considerável.⁴⁵ (BADSEY, 2013, p. 113-114, tradução nossa).

Ademais, o desempenho do Reino Unido na conflito repercutira positivamente no Governo dos Estados Unidos, em especial a velocidade em que a Força Tarefa de mais de uma centena de embarcações foi mobilizada e despachada ao Atlântico Sul (VALOVICIN, 1992). Concomitantemente, as lições do conflito seriam amplamente estudadas pelos oficiais norte-americanos (Idem) e seria classificado o marco do fim do recuo estratégico britânico no sistema internacional (LECLERC-DESJARDINS, 2018).

Pelo exposto, torna-se possível avançar aos custos da projeção de poder no caso do Reino Unido durante a Guerra das Malvinas/Falklands. Tendo em consideração a distância

⁴³Posteriormente, Londres passaria a ter seu próprio sistema de imagens via satélites militares, o Carbonite-2.

⁴⁴Sobre o esforço de guerra e a derrota argentina, ver Nietzel (2007).

⁴⁵“*In logistics, as in all other aspects of their campaign, the British depended very heavily on high-quality personnel improvising to overcome the difficulties that they faced. Although logistical factors inevitably played a critical role in the campaign, there was no occasion on which adverse logistical issues became insuperable. From that perspective, and certainly when compared to their adversaries, British logistics in the Falklands War must count as a considerable success.*” (BADSEY, 2013, p. 113-114).

entre os beligerantes e o palco do conflito, o Reino Unido enfrentaria desafios logísticos e dispêndios significativamente maiores que a Argentina⁴⁶. Esses custos seriam amenizados pela Ilha de Ascensão que reduziu quase pela metade a quantidade de suprimentos transportados do Reino Unido ao Atlântico Sul, além de estabelecer um centro de comando regional para as operações do país no conflito (FURTADO; SANDERSON, 2011).

Assim, a manutenção de uma Força Tarefa que rapidamente possuía entre 28 mil e 29 mil militares (HASTINGS; JENKINS, 2010), mais que o dobro de todas as forças oponentes envolvidas no conflito, em uma distância operacional – a partir de Ascensão - 11 vezes superior ao caso argentino, apresentaria uma demanda logística naval que representou 97% do esforço logístico por mar do conflito. Destaca-se que mais da metade da frota britânica era formada por embarcações de apoio logístico. Dessa forma, a Royal Navy, em conjunto com a Royal Fleet Auxiliary e a Marinha Mercante, realizaram esforços logísticos que resultaram no transporte de 31 vezes mais suprimentos quando comparados à Argentina. A carga transportada pelo mar incluía suporte médico, alimentos refrigerados, “líquidos (combustíveis e água)” e “cargas em geral (incluindo veículos, munições e tropas)”, essenciais para a sustentação da capacidade de combate das tropas (FURTADO; SANDERSON, 2011).

No meio aéreo, ocorreu uma menor discrepância entre Londres e Buenos Aires. Tendo consolidado a invasão e com o estabelecimento das Zonas de Exclusão, a Junta Militar argentina concentraria seus esforços logísticos no meio aéreo. Todavia, o Reino Unido transportaria quase três vezes mais cargas do que a Argentina ou aproximadamente 70% de todo os esforços logísticos aéreos do conflito. Em suma, o Reino Unido representaria aproximadamente 75% do total de esforços logísticos no conflito contra a Argentina, consequência direta dos desafios existentes para a projeção de poder, e cerca de 67% do esforço total da guerra, incluindo capacidades não relacionadas ao suporte de tropas (FURTADO; SANDERSON, 2011).

A preponderância britânica no campo logístico possui dois pontos de consideração. Primeiramente, a demanda de uma extensa habilidade de suporte devido aos constrangimentos da distância. Em segundo lugar, como exposto, a Força Tarefa britânica representava mais que o dobro das forças argentinas, demandando um maior aporte logístico independentemente do intervalo de espaço de suas operações. Neste caso, ainda que a

⁴⁶Cerca de 560km separam a Argentina e as Malvinas/Falklands. Em 1982, a contribuição militar britânica para a OTAN, na Alemanha Ocidental, se situava em um distância similar.

demanda logística preencheu espaço relativamente significativo dos números absolutos britânicos na Guerra das Malvinas/Falklands, o envio de uma força combatente superior foi parte da estratégia de Londres (FREEDMAN, 2005).

Em valores de 1988, a campanha britânica para retomada das Malvinas/Falklands, *Operation Corporate*, custou ao Reino Unido 1,5 bilhão de libras esterlinas. Os custos de reposição dos equipamentos perdidos no conflito seriam 1,27 bilhão de libras, incluindo a encomenda de novos navios para a Royal Navy e aeronaves para a Royal Air Force. Assim, os dispêndios totalizariam 2,77 bilhões de libras em valores de 1988 (FREEDMAN, 1988). Dessa forma, a projeção de poder necessita da vontade política do centro decisório em arcar com os custos financeiros para seu emprego.

No contexto da Guerra Fria, as Forças Armadas Britânicas estavam grandemente preparadas para um conflito convencional no continente europeu contra a União Soviética. As operações das Malvinas/Falklands seriam realizadas por meio das capacidades expedicionárias retidas pelo Reino Unido, que enfrentavam reduções incessantes desde a Segunda Guerra Mundial (FREEDMAN, 2005). Os custos e os desafios logísticos da retomada das ilhas, amenizados por fatores como o controle da Ilha de Ascensão e pelo fornecimento de inteligência norte-americana, foram enfrentados especialmente devido à vontade política reunida em Londres pelo Governo Thatcher contra a Junta Militar argentina e pelas capacidades militares das forças enviadas ao Atlântico Sul.

Desse modo, a concepção de que o gradiente do poderio militar de um Estado se dilui conforme a distância (BOULDING, 1962), se reforça no caso do Reino Unido na Guerra das Malvinas/Falklands. Londres necessitou de um esforço logístico e militar significativamente superior aos argentinos para atingir seu objetivo na guerra. Os custos e desafios enfrentados pelo Reino Unido reforça a característica da projeção de poder como ferramenta empregada especialmente pelos Estados com maior poder relativo no sistema internacional. Nesse contexto, os detentores da habilidade de projetar poder são os mesmos que possuem maiores possibilidade de conservar ou expandir seu poder relativo e, conseqüentemente sua segurança.

2.3 Conclusões Parciais

O território apresenta-se como um dos condicionantes básicos das considerações sobre o poder militar de um Estado. Dando destaque aos fatores geográficos, Alfred Mahan (1890) defendia a concepção de que o investimento na consolidação de um grande poder

naval seria o caminho para a grandeza nacional. Mahan elaboraria uma extensa análise histórica do caso do poder naval britânico na Era da Vela, e entenderia esse poder como uma força grandemente ofensiva, visando a vitória em uma “batalha decisiva” em tempos de guerra para estabelecer o domínio dos mares. Por sua vez, Sir Julian Corbett (1911) estabeleceria o início das análises sobre a utilidade da operação conjunta do poder naval e do poder terrestre. Apesar de historicamente comum, como Corbett demonstra, a interoperabilidade⁴⁷ entre os diferentes braços das forças armadas ganharia justificativa teórica, sendo amplamente empregada pelos Estados e revolucionando o próprio poder naval com a introdução dos porta-aviões. Ademais, a estratégia de Corbett para o uso do poder naval apresenta-se mais flexível em comparação com a defendida por Mahan, apontando que o domínio dos mares depende da negação de partes deste ao inimigo – por meio do bloqueio de portos, patrulha das rotas comerciais, transporte de tropas - e não necessariamente de uma batalha decisiva. Dessa forma, Corbett (1911) reserva espaço para a capacidade de projeção de poder militar ao afirmar que um dos papéis do poder naval reside no controle dos mares para o transporte e desembarque de tropas, além do reconhecimento do impacto das inovações tecnológicas no meio militar. Por fim, ambos os autores reconhecem a utilidade de possessões ultramarinas para o poder naval e marítimo.

Logo, a habilidade de um Estado projetar poder militar para além do seu entorno geográfico reside especialmente na existência de capacidades nacionais significativas em sustentar um poder marítimo expressivo. Como abordado previamente, essas capacidades dependem de aspectos econômicos, incluindo as atividades comerciais, o nível da capacidade industrial e de mobilização de recursos, a infraestrutura de apoio e o desenvolvimento tecnológico e científico nacional (COUTAU-BÉGARIE, 2006). A presença de um robusto poder marítimo, com bases econômicas e industriais, apresenta-se como princípio essencial para a manutenção do poder naval (KENNEDY, 2004). Assim, os países detentores das principais forças navais do sistema internacional podem ser identificados como aqueles que concentram maior poder relativo, as grandes potências. Dentre estas, como indicado por Mahan (1890), beneficiam-se as detentoras de geografia favorável à manutenção do poder marítimo, as nações insulares ou geograficamente distantes de competidores, como os Estados Unidos.

A classificação e hierarquização das marinhas de guerra apresenta-se como um

⁴⁷Nota-se que Corbett não emprega especificamente o termo “interoperabilidade” entre as forças terrestres e navais, mas pode-se inferir isto a partir da obra do autor.

processo delicado devido aos diversos tópicos que devem ser considerados para considerações adequadas. Os fatores mais comuns nessas listagens são os quantitativos, reduzindo a importância (GROVE, 1990) ou quase completamente ignorando os aspectos qualitativos (MORRIS, 1988). Além disso, como destacado por Almeida e Cabral (2018), essas classificações não adentram adequadamente os aspectos qualitativos e comparativos. Apesar das dificuldades, Geoffrey Till (2009) indica alguns pontos para auxiliar na identificação das principais marinhas de guerra: o tamanho e a natureza ou composição da marinha, o alcance geográfico e a capacidade de sustentação da frota, a função desempenhada e o nível tecnológico de suas unidades, além das capacidades de assimilar e operar eficientemente essas tecnologias. Mesmo com esses pontos, Till destaca a necessidade de classificar as marinhas de acordo com a sua efetividade relativa. Assim, conclui-se poucas forças navais do sistema internacional aspiram ao comando dos oceanos.

A partir dessas considerações, pode-se apontar os Estados detentores das capacidades navais preponderantes nas três décadas do pós-Guerra Fria. Destacam-se os Estados Unidos, amplamente classificado como o principal poder naval do período, o Reino Unido e França, apesar do declínio relativo destes países no século XX, a Rússia, mesmo que sem a preponderância do período soviético, e, mais recentemente, a China (BARBER; SIPOS, 2004) (GROVE, 1990) (KIRCHBERGER, 2015) (LINDBERG; TODD, 1996), sendo estes os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Todas essas potências possuem, em diferentes intensidades, bases avançadas de apoio para os deslocamentos de suas forças navais em suas possessões além-mar ou em países aliados. Os expoentes no quesito de territórios ultramarinos para uso militar são os Estados Unidos, o Reino Unido e a França. Estes países são acompanhados pela Rússia e China no aspecto de manutenção de bases militares além-mar.

As bases militares e os territórios ultramarinos contribuem para que os Estados possam estabelecer um controle relativo de determinadas áreas. Como já exposto, no aspecto marítimo, o controle relativo é uma presença militar permanente que contribui para a manutenção de um poder naval de longo prazo em contraposição com o poder naval de curta duração marcado pela presença e atenção transitória dos atores estatais. Assim, os territórios podem funcionar como bases avançadas para o poder aeronaval de um Estado, atuando como “porta-aviões inafundáveis”.

Por fim, bases avançadas contribuem para a redução do gradiente de difusão da força militar (BOULDING, 1962) de um Estado, facilitando a transposição das questões logísticas ao projetar poder militar. Conclui-se que as bases militares ultramarinas possuem dentro de

suas funções, o papel de reduzir os custos e os desafios logísticos em operações de projeção de poder. O caso do Reino Unido nas Malvinas/Falklands exemplifica a utilidade dessas bases, por meio da centralidade da Ilha de Ascensão no esforço de guerra britânico, ao passo que expõe os dispêndios e os desafios logísticos expressivos que o país enfrentou para o emprego de seu poder militar no Atlântico Sul.

3 O PODER MILITAR EXPEDICIONÁRIO BRITÂNICO NO PÓS-GUERRA FRIA

3.1 O declínio relativo e a posição internacional do Reino Unido

O Reino Unido é tradicionalmente caracterizado como uma grande potência militar, econômica e política. A tradicional posição britânica no cenário internacional tem suas raízes nos séculos de expansão imperial, na sua liderança na Revolução Industrial, na sua primazia comercial e na utilização de sua força militar, especialmente naval, para a manutenção de seus interesses (FERGUSON, 2004; KENNEDY, 2004).

No auge de sua hegemonia global, durante meados do século XIX, o Reino Unido era capaz de reunir a maior e mais bem equipada marinha de guerra de seu tempo e um reduzido, mas altamente treinado, exército terrestre auxiliado por quase intermináveis tropas coloniais do subcontinente indiano (JAMES, 1994; 1998). Ademais, o país mantinha um vasto e complexo sistema de estações carvoeiras e bases navais ao redor do globo que funcionavam como pontos de apoio para a projeção do poder naval britânico e garantiam a segurança do Império em expansão (GRAY, 2014).

O poderio imperial britânico, centrado na Royal Navy, raramente resultava em custos significativamente elevado para o governo. Em 1870, o total destinado à defesa do Império era de aproximadamente 2% (KENNEDY, 2004; PUGH, 1986) do Produto Interno Bruto (PIB) do Reino Unido. Considerando os relativamente baixos custos militares e a primazia industrial-comercial da nação, o Governo Britânico dispunha de vastos recursos para manter o que poderia ser chamado de um “sistema-mundo britânico” (DARWIN, 2011).

O século áureo da hegemonia do Reino Unido, intitulado de Pax Britannica (1815-1914), foi caracterizado pela incessante expansão imperial de Londres. Entre 1837 e 1872 o Império Britânico expandiu em média 250 mil km² ao ano – aproximadamente o tamanho do Reino Unido -, culminando na formação do maior império da história (FARMER, 2018). No auge de sua extensão territorial em 1920, Londres governava cerca de um quarto das terras emersas e quase a mesma proporção da população mundial (FERGUSON, 2004). Durante a Pax Britannica, a influência econômica do Reino Unido cresceu rapidamente, estando presente em diversas áreas e estabelecendo relações de dependência com diversos países que gradualmente seriam caracterizados como parte do “Império Informal” britânico, um resultado direto do Imperialismo do Livre-Comércio (GALLAGHER; ROBINSON, 1953). A América do Sul, destino de significativos investimentos britânicos no século XIX, pode ser indicada como parte desse império informal, com destaque para a Argentina (PORTER,

1999).

Contudo, com o avanço da competição de potências que buscavam a modificação do status quo durante a primeira metade do século XX, a posição privilegiada do Reino Unido seria grandemente afetada. A fragilização da economia e do poder político-militar britânico no pós-Segunda Guerra Mundial acelerou o processo de descolonização e, consequentemente, abriu caminho para o recuo estratégico do Reino Unido de territórios anteriormente essenciais para sua posição como potência hegemônica.

Além disso, no âmbito comercial-industrial, um dos pilares da primazia de Londres desde a Revolução Industrial, o país havia cedido espaço para os Estados Unidos. Entre os anos 1960 e 1970, o Reino Unido passaria por um longo período de declínio econômico relativo, sendo por vezes intitulado de o “homem doente da Europa” (GOWLAND, 2013). Estes anos de dificuldades econômicas foram marcados pela aceleração das reconsiderações estratégicas de Londres, resultando em políticas que concentraram as forças do país grandemente na defesa da Europa continental.

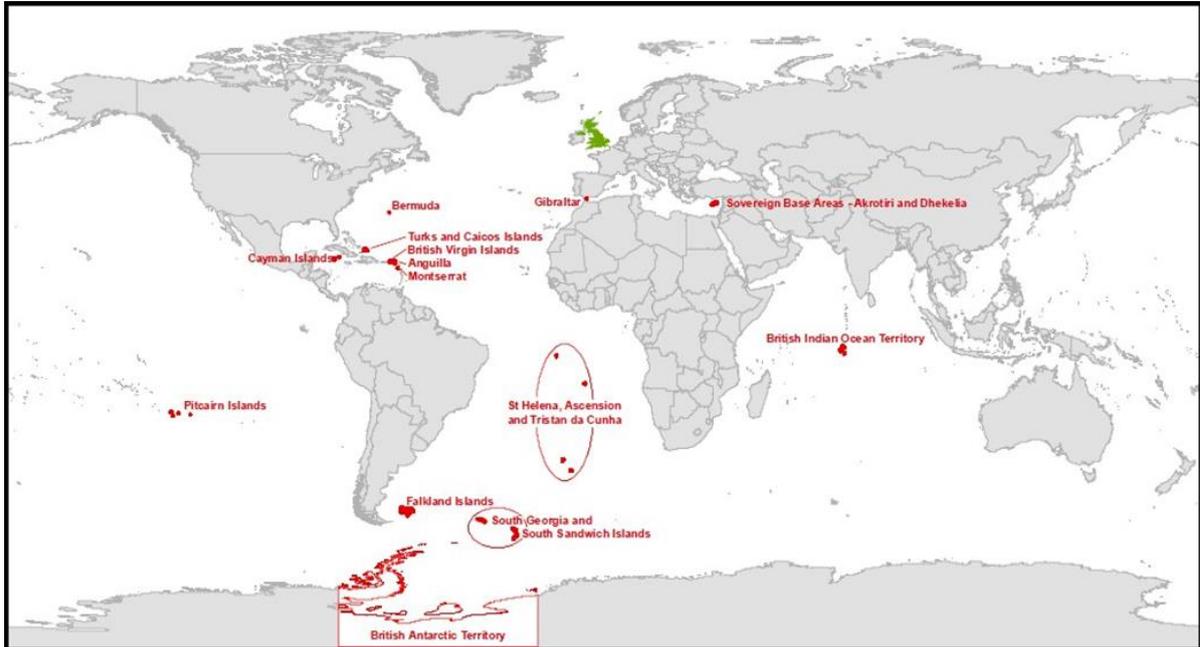
Apesar do declínio no período mencionado, a posição relativa britânica perante seus pares europeus, Alemanha e França, passou nas décadas seguintes, especialmente entre 1980 e 2008, por uma relativa ascensão econômica na qual o Reino Unido retoma sua posição como uma economia dinâmica com índices de crescimento significativos (AGHION, 2013). Este crescimento econômico, interrompido por crises intermitentes, terá efeitos diretos nas forças militares do país.

O declínio econômico relativo resultaria na gradativa redução de suas forças militares. Como será exposto, os anos de grande poderio militar custos relativamente baixos ao orçamento haviam se tornado parte do passado hegemônico do reino. Contudo, o país manteve uma força militar expedicionária significativa apoiada pelos Territórios Ultramarinos Britânicos, que permaneceram sob a proteção de Londres após a descolonização. Como pode ser notado no Mapa 3, essas possessões são geralmente localizadas em regiões de grande relevância estratégica⁴⁸, sendo que o Reino Unido investe na infraestrutura militar desses territórios, em especial nas Ilhas Malvinas/Falklands no Atlântico Sul, em Gibraltar na entrada oeste do Mediterrâneo e nas Bases Soberanas

⁴⁸ A relevância estratégica pode ser identificada ao considerar aspectos geográficos, econômicos e políticos. Determinadas áreas localizam-se próximas de rotas comerciais significativas, de regiões relativamente abundantes em recursos naturais, de parceiros relevantes ou de ameaças em potencial, além de poderem agir como bases de apoio para operações em outras regiões distantes, reduzindo custos de projeção de poder nacional. Esses fatores contribuem para identificar a “relevância estratégica” de determinados territórios e regiões.

Britânicas de Akrotiri e Dhekelia no Chipre.

Mapa 3: Territórios Ultramarinos Britânicos



Fonte: UNITED KINGDOM, 2012a, p. 2.

Parcela dessas possessões, com destaque para o Território Britânico no Oceano Índico, os enclaves de Akrotiri e Dhekelia⁴⁹ e Gibraltar, foram deliberadamente mantidos pelo Governo Britânico. Nos dois primeiros casos, Londres firmou acordos com as colônias em processo de independência retendo os territórios que seriam utilizados para operações no Mediterrâneo, Oriente Médio e Oceano Índico. Logo, torna-se possível indicar que um dos “interesses geoestratégicos” do Reino Unido reside na manutenção de determinadas possessões ao redor do globo que assegurem uma presença territorial-militar em regiões distantes das Ilhas Britânicas, reduzindo custos de projeção de poder e dependência de parceiros regionais, além de tornar o Reino Unido um relevante parceiro em potencial para atores externos a essas áreas em momentos de crises ao disponibilizar suas instalações.

A abordagem de “interesses” ou “interesses nacionais” (*national interests*) encontrada em autores como Hans Morgenthau em *Politics Among Nations* seria uma das utilizadas neste ponto. Na obra de Morgenthau (1997), o “interesse nacional” está diretamente associado com as capacidades/recursos, especialmente militares e econômicos, e as limitações dessas capacidades que determinam o “poder nacional” relativo de um Estado no sistema internacional. Quanto maior o poder nacional, os interesses tendem a ser mais

⁴⁹Akrotiri e Dhekelia representam aproximadamente 3% da Ilha do Chipre, com 254 km². Estes dois enclaves foram mantidos pelo Reino Unido por meio das negociações dos “Acordos de Londres e Zurique” de 1959 sobre a constituição de um Estado soberano na Ilha do Chipre. Os Acordos resultaram na aceleração do processo de independência do Chipre.

amplos. No caso dos territórios, sua relevância está diretamente associada a sua capacidade militar-econômica para o poder nacional do Reino Unido. Assim, o “interesse” de Londres pode ser identificado como a busca pela continuidade de seu controle sobre essas possessões que auxiliam na determinação do poder nacional do Estado britânico.

Por sua vez, Raymond Aron (2002) destaca que os “os Objetivos da Política Externa” estão associados a segurança e a “força” – *puissance* ou potência - da unidade política, além da busca pela “glória” nacional. O aspecto da glória nacional envolve a tomada de ações visando expandir ou reafirmar o reconhecimento e o prestígio de um Estado por parte dos demais, auxiliando no entendimento da tomada de decisões que colocam a “segurança nacional” em segundo plano. Nesse sentido, Aron destaca que as unidades políticas “não querem ser fortes apenas para desencorajar a agressão e gozar a paz, mas para ser temidas, respeitadas ou admiradas” estabelecendo ações e objetivos que aceitam “um risco de morte” (Idem). Assim, apesar de a segurança poder ser entendida como um objetivo último do Estado, ela divide espaço com a força/potência e a glória. Apesar de preferir a diferenciação a partir de exemplos históricos como Napoleão – representando a potência - e Luís XIV – representando a busca pela glória -, Aron (2002) aponta que é possível entender a glória como “um outro nome ou um outro aspecto da potência reconhecida pelos outros, cuja fama se alastra pelo mundo”. Logo, considerações sobre os “Objetivos da Política Externa” de um Estado podem apresentar interpretações mais elaboradas ao incluir a potência e a glória em conjunto com a tradicional questão da segurança nacional.

Estas questões influenciam no entendimento dos “interesses nacionais” de um Estado como um conceito mais heterogêneo e mutável do que apresentado por teóricos realistas como Morgenthau (1997), pois, como colocado por Aron (2002, p. 150): “se a rivalidade dos Estados pode ser comparada a um jogo, o que está ‘em jogo’ não pode ser designado como um conceito único, válido para todas as civilizações e todas as épocas”. Dessa forma, entende-se que “A diplomacia é um jogo no qual os atores às vezes se arriscam a perder a vida e podem preferir a vitória em si aos benefícios que ela proporciona.” (ARON, 2002, p. 150), divergindo do entendimento racional do comportamento da unidade política. Por fim, a variedade de objetivos que uma unidade política possuiu impossibilitaria uma “definição racional de ‘interesse nacional’” o que leva Aron (2002, p. 151-152) a afirmar que “O interesse nacional da unidade política só aparece determinado concretamente nas situações em que a rivalidade o leva a uma competição pura [...]”, especialmente em situações em que nenhuma das partes arrisca sua existência. Os interesses nacionais são permeados pelas variáveis dos objetivos da política externa, podendo envolver questões como potência/força,

prestígio e glória, costumes e segurança da unidade.

Nesse contexto, a expansão territorial e o aumento dos recursos de um Estado podem ser entendidos como elementos da busca por segurança, pela força/potência e, não raramente, pela glória. Isto não significa que a conquista ou controle de determinado território não possa ser uma busca como um fim em si. O significado para a unidade política que uma província, arquipélago ou cidade, assim como os habitantes dessas áreas, pode adquirir contribui para que alcancem “uma significação histórica, um valor simbólico” para uma unidade política (ARON, 2002). Tornam-se assim parte de seus objetivos centrais a manutenção ou reconquista dessas composições especiais da unidade, mesmo que os aparentes benefícios para a segurança ou potência sejam irrisórios. O prestígio e a glória derivados do significado atribuído ao controle dessas áreas ou populações superam as demais considerações, tornando as possessões símbolos dos valores nacionais e da posição internacional do ator questão.

Permeando esses três aspectos da segurança, potência e glória, estão presentes os objetos e temas mais constantes nos conflitos humanos, como o “espaço” que uma unidade política almeja ou ocupa. Assim, a conquista do espaço pode possuir diversos motivos para sua implementação que podem ser reduzidos em três argumentos base: “a *importância militar ou estratégica*; a *vantagem territorial e demográfica* e o *lucro territorial econômico*” (ARON, 2002, p. 135). Como notado por Aron (2002), esses argumentos estão abertos à “lei das transformações”, derivada das mudanças tecnológicas, das técnicas de combate, da demografia, do estado das relações internacionais, das ideias vigentes, dentre outras questões. Logo, conquistas territoriais possuem motivações adversas com resultados variados no longo prazo. Territórios outrora vistos como partes essenciais de um Estado imperial são passíveis de perderem sua relevância com as transformações citadas. Apesar disso, como mencionado, alguns acontecimentos históricos podem fornecer uma significação nacional especial à áreas e populações que haviam deixado o centro das considerações da unidade política, garantindo à elas um simbolismo e interesse há muito ausente.

Entende-se que as Ilhas Malvinas/Falklands passaram por um ressignificação com a guerra contra a Argentina em 1982. A Guerra das Malvinas/Falklands simbolizou o fim de uma política marcada pelo desinteresse de Londres pelas ilhas e marcou a retomada de uma posição britânica assertiva no Atlântico Sul. Em partes, a concepção dos ilhéus serem vítimas de uma agressão por parte de uma força externa e ditatorial abria espaço para paralelos com a posição do Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente nos meses após a queda da França quando o Império Britânico lutou sem aliados independentes contra a Alemanha Nazista. Ademais, a vitória no conflito sul-atlântico logo tornou-se um questão de

prestígio nacional, um símbolo de que os anos de recuo do Reino Unido no sistema internacional haviam acabado. O país lutaria pelo seu prestígio e sua posição ao passo que combateria a agressão de um regime oposto aos seus ideais democráticos. Pode-se apontar que o conflito colocaria a própria identidade nacional do Reino Unido, como uma potência especial no sistema internacional, em questionamento, tendo que a “expectativa coletiva”⁵⁰ do público britânico era que o Reino Unido reagisse militarmente ao ataque militar de um país periférico contra súditos da Coroa e obtivesse a vitória, especialmente a partir do momento em que novas informações sobre as Ilhas Malvinas/Falklands espalhavam-se pelos meios de comunicação⁵¹ (BJORK, 1985).

Com a vitória em na guerra, as Ilhas Malvinas/Falklands - e como efeito cascata Gibraltar e outras possessões – estariam cimentadas na política nacional britânica e nos “Objetivos da Política Externa” como parte da comunidade que simbolizava o Reino Unido no sistema internacional. Conseqüentemente, a utilidade dessas possessões receberia novas considerações por parte de Londres que passaria a enfatizar o que Aron (2002) destaca como “importância militar ou estratégica” e, posteriormente, o “lucro territorial econômico”. No caso britânico, desde 1982, parcela dos argumentos resgatados são similares aos existentes durante a era imperial.

A importância geoestratégica desses territórios além-mar ficou evidente durante a Guerra das Malvinas/Falklands. No decorrer do conflito com a Argentina, as forças britânicas utilizaram as instalações militares em territórios ultramarinas (HASTINGS; JENKINS, 2010). Entende-se que a Guerra das Malvinas/Falklands trouxe as considerações sobre a utilidade de possessões além-mar de volta ao centro das ponderações estratégicas de sucessivos governos britânicos. Assim, o conflito de 1982 representa um marco para a presença do Reino Unido no Atlântico Sul, reforçando a utilidade e a necessidade da

⁵⁰ Expectativas coletivas podem ser diretamente associadas como parte de *normas* que, em determinadas situações, regem o comportamento dos tomadores de decisões de uma unidade política, atuando como regras que definem a identidade do ator. Assim, essas normas possuem efeitos constitutivos que especificam quais ações causarão outras ações relevantes, auxiliando na identificação de uma identidade específica e reforçando expectativas quando a ação realizada está dentro do esperado. Em suma, essas normas criam expectativas de determinadas respostas de um Estado tornando-as parte da identidade nacional dessa unidade (KATZENSTEIN, 1996).

⁵¹ Durante todo o conflito – que durou de 2 de abril a 14 de junho - o Governo Thatcher possuiu a aprovação da maioria do público britânico. Conforme a guerra avançou, o percentual continuou a subir. Em abril 60% aprovavam a atuação do Governo, em maio 70% e em junho 84%. Desde a Segunda Guerra Mundial, nenhuma ação militar britânica havia reunido tal parcela de apoio. Assim, a Guerra das Malvinas/Falklands não foi um embate apenas de Margaret Thatcher. Após o conflito, 81% dos britânicos entendiam que o Reino Unido havia conquistado orgulho e respeito internacional com a guerra (BJORK, 1985).

manutenção da soberania britânica sobre os territórios ultramarinos remanescentes na região e em outras áreas. Formando um vasto cinturão de projeção de poder para além da Europa, esses territórios asseguram a projeção independente de poder militar britânico, especialmente para operações de pequeno e médio porte que se tornaram o modelo preferencial do governo britânico desde o fim da Guerra Fria⁵². Logo, a construção de uma ampla infraestrutura militar nas Ilhas Malvinas/Falklands entre 1982 e 1985 e a expansão da presença das forças militares britânicas no Atlântico Sul (BEACH, 1986) pode ser entendida como o reconhecimento da relevância desses territórios e os possíveis prejuízos para as capacidades militares do país em caso de perda dessas possessões presentes ao redor do globo.

Ademais, como mencionado, o Reino Unido utiliza esses territórios para incrementar sua posição perante seus aliados, em especial os Estados Unidos, ao permitir a instalação de bases militares, como no caso de Ascensão e o Território Britânico do Oceano Índico ou para o uso em operações militares, como no caso das Bases Soberanas de Akrotiri e Dhekelia no Chipre⁵³.

Destarte, desde o fim da Guerra das Malvinas/Falklands, os territórios ultramarinos do Reino Unido no Atlântico Sul passaram a ocupar uma parcela significativa do prestígio e da capacidade de projeção de poder nacional. Logo, as capacidades expedicionárias britânicas possuem como complementos significativos os Territórios Ultramarinos, contribuindo para legitimar a presença e os interesses de Londres em regiões longínquas e, concomitantemente, facilitar a projeção de poder militar além-mar do país. Assim como Leonel Itaussu Mello (1996) destaca, entende-se que a presença territorial do Reino Unido no Atlântico Sul possui fator legitimador para as reivindicações britânicas no continente antártico em detrimento das ambições chilenas e argentinas⁵⁴. Sucessivos governos britânicos

⁵² O total de forças destinadas a operações de “pequena” e “média” escala não apresenta-se estritamente delimitado pelos governos britânicos. Entende-se que a intervenção do Reino Unido em Serra Leoa no ano 2000, envolvendo em seu ápice aproximadamente 5 mil militares, como “pequena” operação e a intervenção no Iraque em 2003 que mobilizou cerca de 45 mil militares como uma operação de “grande escala”. Em 2004, o Governo Britânico defende que o país seria capaz de realizar três operações entre pequena e média escala simultâneas sem comprometer a eficiência das forças, contudo, isso incluía as duas operações em andamento no Iraque e no Afeganistão, restando ao Reino Unido a capacidade de realizar uma operação de pequena/média escala se necessário e preferencialmente de curto prazo e baixa intensidade (UNITED KINGDOM, 2010a).

⁵³ Exemplo disso foi o uso militar por parte dos Estados Unidos dos enclaves britânicos no Chipre entre 2013 e 2017 para operações aéreas na região. O Reino Unido disponibilizou o território, mas os Estados Unidos custearam suas próprias atividades sem contribuição financeira britânica (HAZOU, 2018) (UNITED STATES, 2018).

⁵⁴ Ademais, apesar do “congelamento” das reivindicações, o Território Antártico Britânico possui reconhecimento de outros Estados com ambições territoriais na Antártica, como a França, Noruega,

buscam diferenciar a presença do Reino Unido na Antártica destacando que o país possui a mais antiga reivindicação no continente, distanciando a posição britânica das reivindicações “recentes” da Argentina e do Chile⁵⁵ (DODDS; HEMMING, 2013).

Por fim, destaca-se que sucessivos governos britânicos, liderando um Estado-nação insular, buscaram tradicionalmente manter a “balança de poder” no continente europeu para que o Reino Unido pudesse concentrar seus interesses tanto na Europa quanto além-mar. Como parte dessa estratégia, o Reino Unido procurou participar nos últimos séculos de diversas alianças e parcerias com outros Estados para minimizar os custos dessa política. Logo, a tendência dos governos britânicos é evitar o isolamento nacional e possuir relações próximas com determinados aliados. Isto torna-se visível nas Revisões de Defesa que buscam analisar e determinar as capacidades e as relações bilaterais militares do país. A tradicional ênfase na relevância da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a “relação especial” com Estados Unidos, dentro da perspectiva histórica da política de defesa britânica, tornou-se a mais recente concretização dessa estratégia perene (DORMAN, 2017).

Nesse contexto, serão analisadas as capacidades expedicionárias do Reino Unido no pós-Guerra Fria devido às modificações geoestratégicas do cenário internacional com a dissolução da União Soviética e o subsequente “dividendo da paz” adotado pelo Governo Britânico. Por fim, nas Conclusões Parciais, será realizado uma breve recapitulação das últimas revisões gerais de defesa do país e o comprometimento do Reino Unido em manter sua posição como potência de alcance global apesar de frequentes limitações orçamentárias.

Assim, visando uma explanação relativamente mais clara, será exposto que os anos pós-Guerra Fria para o Reino Unido foram marcados por quatro períodos relevantes para a composição de sua capacidade militar. O primeiro deles, no Governo John Major, é caracterizado pelo “dividendo da paz” e pelos consequentes cortes nas forças britânicas que se apresentavam com capacidades significativas para enfrentar a ameaça soviética. O segundo período, nos anos do Governo Tony Blair, tornou-se relevante por reorientar o poderio militar britânico de volta à capacidade expedicionária, inaugurando anos de “renascença” das forças navais e para a projeção de poder além-mar (DORMAN, 2017). O terceiro momento é iniciado pelo Governo Cameron ao buscar enfrentar os efeitos da Crise Financeira de 2007-2008, dando início aos anos de austeridade e cortes severos em uma força

Austrália e Nova Zelândia. Estes quatro países não reconhecem as reivindicações chilenas e argentinas (HEADLAND, 1990).

⁵⁵A reivindicação do Reino Unido data de 1908. Chile e Argentina reivindicaram oficialmente partes do continente antártico respectivamente em 1940 e 1942.

militar reduzida pelo dividendo da paz e cortes superficiais dos anos finais do Governo Blair e Brown. Por fim, o quarto período foi iniciado pelo segundo Governo Cameron ao buscar reverter parte significativa dos cortes de sua primeira administração devido a mudanças no cenário internacional e à necessidade estratégica de remediar decisões equivocadas dos anos anteriores na área da defesa nacional.

Durante todos esses governos, em especial a partir de Tony Blair, Londres possui a visão de ser uma grande potência singular com capacidades similares aos Estados Unidos, mas em escala reduzida. Esta posição geralmente caracteriza o Reino Unido como sendo uma “superpotência de bolso” (*pocket superpower*) (PETRIE, 2010) somente ultrapassada, na capacidade de projeção de poder ultramarino, pelos Estados Unidos e, no aspecto terrestre, pela rápida ascensão da China. Essa denominação expressa uma forma de como os líderes e parcela significativa da população britânica esperavam que o Reino Unido fosse reconhecido no período pós-Guerra Fria.

Considerando que a superpotência norte-americana possui capacidade de projetar suas forças militares em diversas regiões, a projeção de poder ultramarino apresenta-se como central para a manutenção desse suposto status especial do Reino Unido como “superpotência de bolso” (PETRIE, 2010). Destarte, sucessivos governos britânicos desde o fim da Guerra Fria buscaram consolidar a capacidade militar britânica como uma força expedicionária capaz de projeção de poder em diversas áreas, mas em menor proporção quando comparado aos Estados Unidos. Além disso, essa concepção auxilia no entendimento do Reino Unido como uma potência de alcance global que opta por possuir o potencial de realizar intervenções e operações expedicionárias, mas devido em partes à limitações político-econômicas e ao foco britânico em forças aeronavais, opera com forças terrestres relativamente reduzidas, focadas em campanhas de pequeno e médio porte em regiões periféricas. Contudo, o conceito de “superpotência de bolso” enfrentaria desafios para sua manutenção, especialmente durante períodos de restrições orçamentárias derivados de recessões econômicas e de crescimento de compromissos militares além-mar.

Nota-se que essa mentalidade do Reino Unido ser uma grande potência especial se apresenta como uma linha condutora para as políticas de Defesa do país na determinação da capacidade militar nacional. Assim, seja em cortes ou em acréscimos nas capacidades convencionais, o Governo Britânico busca perenemente manter o Reino Unido como uma posição internacional singular.

3.2 A Política de Defesa no Governo John Major (1990-1997)

Em julho de 1990, a administração da então Primeira Ministra Margaret Thatcher anuncia uma nova “Revisão de Defesa”. Este documento visava estabelecer as diretrizes básicas das forças militares do país para os próximos anos, incluindo o tamanho, organização e investimento em equipamentos e novas tecnologias (UNITED KINGDOM, 2010a). A revisão, intitulada “*Options for Change*”, seria implementada nos anos de governo do sucessor de Thatcher, John Major. Isto, em partes, limitaria a capacidade do novo governo em adotar uma mudança da orientação estratégica das forças militares na conjuntura internacional que se transformava.

De acordo com os governos de Margaret Thatcher e John Major, diferentemente de suas antecessoras⁵⁶, a Revisão de 1990 não foi inicialmente elaborada visando equilibrar o orçamento governamental. Oficialmente, *Options for Change* possuía como influência primária as rápidas transformações no ambiente estratégico do pós-Guerra Fria e a subsequente oportunidade de realizar reduções no orçamento de Defesa sem o comprometimento da segurança nacional (UNITED KINGDOM, 2010a). Logo, o chamado “dividendo da paz”⁵⁷ seria materializado na redução das capacidades militares do Reino Unido, assim como ocorreria no restante da Europa Ocidental. Todavia, a pressão governamental sobre o orçamento do Ministério da Defesa estava presente desde a segunda metade da década de 1980 conforme os gastos com novos equipamentos e pessoal ativo cresciam em ritmo maior que o esperado (CROFT, 2001). Neste contexto, todos os três braços das Forças Armadas enfrentariam cortes amplos e as forças expedicionárias do país passariam por reformulações.

O efeito mais significativo da Revisão seria a redução em aproximadamente 18% dos efetivos totais das Forças Armadas Britânicas. Com o fim da ameaça de invasão soviética da Alemanha Ocidental, a presença militar terrestre no continente foi reduzida pela metade. Logo, o Exército Britânico seria o mais afetado, o efetivo em atividade seria gradativamente

⁵⁶O histórico pré-1990 de Revisões de Defesa do Reino Unido é constituído por: *Sandys Review* (1957), *Healey Reviews* (1965-1968), *Manson Review* (1974-1975) e *Nott Review* (1981). Neste período pré-1990, a nomenclatura popular dos documentos é baseada no nome do Secretário de Defesa incumbente durante sua elaboração. A Revisão de 1990 encerra essa prática.

⁵⁷O “dividendo da paz” seria a redução dos dispêndios dos governos no pós-Guerra Fria e o subsequente dividendo de recursos que poderiam ser economizados ou destinados à outras áreas. Contudo, o cenário internacional pós-Guerra Fria seria permeado pelo surgimento de conflitos, especialmente nas regiões periféricas do sistema internacional e pelo intervencionismo militar de potências como o Reino Unido. Logo, o “dividendo” se mostraria divergente do esperado.

reduzido de 160 mil para 120 mil em meados da década de 1990. A Royal Air Force (RAF) passaria ser composta por 75 mil militares ao invés dos então 89 mil. Por fim, a Royal Navy e os Royal Marines (Fuzileiros Reais) passariam de 63 mil para 60 mil militares (UNITED KINGDOM, 2010a).

Ademais, a Revisão declarava a intensão do Governo Britânico de reduzir o número total de esquadrões da Royal Air Force de 24 para 18 e o tamanho da frota de fragatas e contratorpedeiros (*destroyers*)⁵⁸ da Royal Navy, essenciais para a escolta de porta-aviões, de 48 para 40 embarcações. Aeronaves de patrulha antissubmarino, os *Nimrod*, enfrentariam destino semelhante: redução de 15% dentro de cinco anos (SELF, 2010). Dessa forma, a capacidade de manutenção de uma força tarefa nos níveis vistos na Guerra das Malvinas/Falklands começava a apresentar sinais de erosão.

Em geral, as Forças Armadas Britânicas, enfrentando um cenário sem um inimigo convencional aparente, encontraram dificuldade em pleitear a preservação de capacidades. No caso da Royal Navy, a ausência da ameaça soviética foi o suficiente para o Governo Major retirar de serviço a força de submarinos movidos a diesel e reduzir o números de navios de superfície. A frota seria altamente sofisticada, mas com números reduzidos. Além da redução de esquadrões, a Royal Air Force (RAF) caminhava para delegar a capacidade de realizar ataques com armas nucleares somente para a marinha, apesar de o serviço⁵⁹ ser relativamente poupado. Como exposto, o Exército Britânico seria o principal atingido pelas mudanças de prioridades em Londres. Durante parte significativa da Guerra Fria, o Exército foi a principal força convencional na estratégia britânica de proteção dos membros da OTAN contra um avanço soviético. Com o fim dessa ameaça, a força terrestre seria reajustada para padrões do Reino Unido, tendo a marinha o tradicional destaque relativo. Por fim, similarmente ao ocorrido com as forças convencionais, a ausência de um inimigo estatal aparente levou ao início da redução do arsenal nuclear do Reino Unido (UNITED KINGDOM, 2010a).

Apesar dos cortes, o governo britânico buscava manter a mesma composição e balanceamento básico entre os três serviços militares, mas em escala reduzida para a conjuntura pós-Guerra Fria. A *Options for Change* apresenta-se como o início de uma reestruturação das Forças Armadas do Reino Unido. Desde 1990, seguindo uma tendência

⁵⁸Os contratorpedeiros ou *destroyers* são uma classe de navios encarregada da defesa da esquadra contra submarinos e aeronaves.

⁵⁹No decorrer do texto os termos “serviços” e “forças” são empregados como sinônimos ao se referir aos três braços das Forças Armadas do Reino Unido.

presente em outros países, as sucessivas Revisões de Defesa buscariam substituir a tradicional política de defesa baseada em ameaças – *threats-based policy* –, adotando uma política centrada em capacidades militares (*capability-based*) (UNITED KINGDOM, 2004). Esta mudança possibilitaria que o Reino Unido mantivesse sua capacidade de projeção de poder independente ao passo que reduzia o tamanho total das suas forças militares e restabelecia a Royal Navy como o principal serviço para a nova conjuntura internacional.

Neste contexto, torna-se possível identificar o início de uma política voltada para o desengajamento da estratégia de defesa britânica do continente europeu. As decisões iniciadas por Thatcher, e continuadas por Major, resultariam nas reduções das forças terrestres na Alemanha, na reorientação da estratégia de guerra antissubmarino - que durante a Guerra Fria estava focada na defesa da região contra a presença naval soviética -, e a redução do arsenal nuclear. Estas estratégias davam espaço para uma ainda discreta reorientação para o campo das forças expedicionárias de alcance global, desde que não atingissem a redução dos gastos do Ministério da Defesa (DORMAN, 2000).

Mesmo detendo ambições globais, o efeito da Revisão de 1990 nas capacidades expedicionárias britânicas está presente nos cortes mencionados anteriormente. Com a redução das forças terrestres, das escoltas navais e de esquadrões aéreos, o Governo Britânico presumia que a necessidade de operações de grande escala havia cessado junto com o fim da União Soviética. A eliminação de aproximadamente 55 mil militares das forças entre 1991 e 1995 e o corte planejado de 25% de todo o orçamento destinado ao Ministério da Defesa (SELF, 2010), implicava na diminuição de capacidades totais para operações além-mar.

Apesar de *Options for Change* apresentar os cortes mais severos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1994 o Governo John Major publica um novo documento visando novas políticas orçamentárias para as Forças Armadas. Por meio do *Frontline First: The Defence Costs Study*, o Governo Britânico estabeleceu novos cortes de curto e médio prazo. No total uma redução de quase 19 mil militares seria realizada até o ano 2000, sendo todos os serviços das forças militares afetados, em especial a Royal Air Force com mais de 7 mil ativos retirados de serviço. Cargos civis, ligados à aspectos de apoio logístico para as operações militares sofreriam cortes similares (UNITED KINGDOM, 2010a).

Apesar de as decisões de 1994 não se apresentarem significativas em números absolutos quando comparadas com as tomadas em 1990, seus efeitos negativos para a capacidade expedicionária do país não foram insignificantes:

Embora esses cortes não aparentem ter efeitos na linha de frente, a realidade era diferente. Eles levantaram inúmeras questões sobre a

capacidade das forças armadas do Reino Unido em sustentar diferentes tipos de operações em que se envolveram. Além disso, o afastamento contínuo de uma política de defesa baseada em ameaças [...] para uma política baseada em capacidades que demanda o envio de forças militares para além da Europa requeria um significativo sistema de apoio logístico, que seria a área mais afetada por esta revisão. (CROFT, 2010, p. 22, tradução nossa)⁶⁰.

A área logística foi o aspecto mais afetado pelos cortes presentes na *Frontline First* no momento em que o Reino Unido reiniciava um período de operações militares em teatros de guerra além da Europa. Em suma, ao passo que o Governo de John Major realizava cortes severos nas capacidades militares, envolvia o país em missões além-mar, com destaque para a intervenção na Guerra do Golfo e na Bósnia (CROFT, 2010). Entende-se que nos anos pós-Segunda Guerra Mundial os cortes nas capacidades militares do Reino Unido raramente estão correlacionados com o nível e intensidade das atividades das Forças Armadas.

A tentativa de manter-se como uma “potência de primeira-classe” ao passo que capacidades militares são gradativamente reduzidas em números totais e por vezes eliminadas sem substitutos adequados pode ser indicado como originário grandemente na reação governamental à crises econômicas de curto prazo. Ademais, por vezes, é possível indicar há a ausência de clareza sobre os objetivos governamentais na área da Defesa, que acaba determinando políticas relevantes sem as devidas considerações mais amplas da política externa (SELF, 2010). Esta característica seria marcante da política de Defesa do período John Major, um momento em que o Reino Unido buscava uma nova dosagem para seus gastos militares no contexto do mundo “multipolar”.

O resultado das políticas desses anos podem ser apresentadas como controvérsias e prejudiciais para as capacidades militares do país, contudo não ocorrera um conflito de escala significativa que testasse os limites dos efeitos da Revisão de 1990. Como notado:

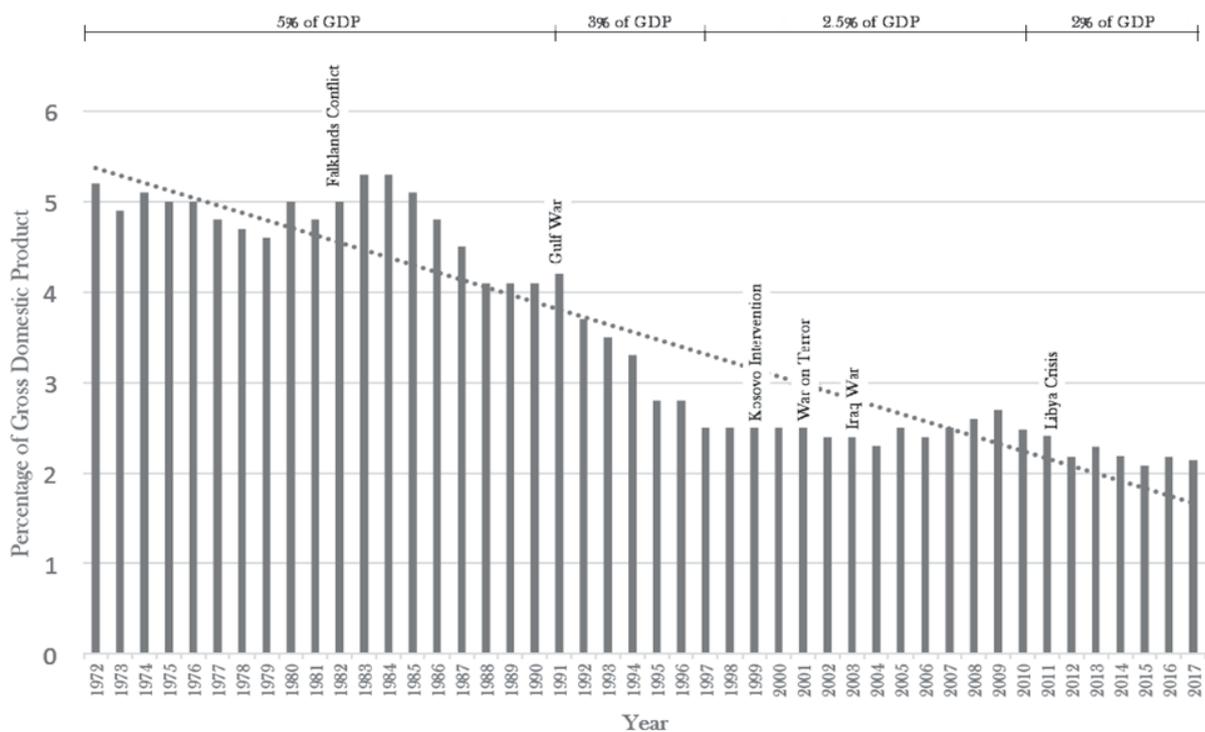
[...] os anos Major entre 1990 e 1997 foram principalmente caracterizados pela redução das capacidades militares, tendo que o orçamento da Defesa (em porcentagem do PIB) caiu para o ponto mais baixo do século XX, enquanto o tamanho das forças era menor desde os anos 1930, deixando as Forças Armadas ‘claramente no limite de suas capacidades e

⁶⁰ “While these cuts did not look as though they would have an effect on the frontline the reality was somewhat different. They raised a number of questions about the ability of Britain’s armed forces to sustain the number of different types of operations that British forces became involved in. Moreover, the ongoing shift away from a threat-based defence policy [...] toward a capabilities-based policy requiring the dispatch of forces outside the European region required a significant logistical tail, the area most affected by this review.” (CROFT, 2010, p. 22).

provavelmente sobrecarregadas'. (SELF, 2010, p. 171, tradução nossa)⁶¹.

A Revisão de 1990, *Options for Change*, juntamente com seu adendo, *Frontline First*, possuem como legado o início do “sobrecarregamento” das Forças Armadas britânicas. Entre 1990 e 1996 os gastos militares caíram de pouco mais de 4,2% do PIB para cerca de 2,8%, uma redução total de aproximadamente 33% em seis anos (ver Gráfico) (FREEDMAN, 1999; ROGERS, 2017). O país possuiria compromissos militares e ambições numerosas para forças numericamente reduzidas por anos de cortes excessivos.

Gráfico: Gasto Militar em Porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: ROGERS, 2017, p. 20.

Nota-se que os anos 1990 foram marcados pela redução dos orçamentos militares ao redor do globo, especialmente nos membros europeus da OTAN. A França, tradicional competidor do Reino Unido na Europa, experimentou similar redução de seu orçamento militar. Contudo, o ritmo de cortes no orçamento francês foi caracterizado por ser relativamente mais lento e prolongado do que o implementado pelos britânicos. Em 1990, a França destinava 3,3% do PIB para a Defesa contra os 4,2% do Reino Unido. Uma década depois, no ano 2000, o orçamento de Defesa francês era de 2% do PIB contra 2,5% do

⁶¹ “[...] the Major years between 1990 and 1997 were characterised largely by declining capabilities as the defence budget (as a percentage of GDP) fell to its lowest point in the twentieth century, while personnel numbers were smaller than they had been at any time since the 1930s, leaving the Armed Forces ‘clearly stretched and probably overstretched’”. (SELF, 2010, p. 171).

britânico (FOUCAULT, 2012). Comparativamente, Londres havia implementado cortes mais significativos do que Paris nos anos 1990, a grande maioria dessas reduções ocorreram durante o Governo Major. Contudo, a França continuaria a experimentar um longo período de redução do orçamento militar mesmo quando o Reino Unido testemunhava um governo mais simpático com as capacidades militares britânicas, como ocorreria de 1997 a 2004⁶², e em menor escala até 2010.

Esta concepção da implementação de cortes excessivos será abordada pelo novo governo em 1997 que tentará suprir parcialmente essa deficiência ao passo que adota uma política externa significativamente mais agressiva do que seu antecessor e consolida a reorientação estratégica britânica para forças expedicionárias. Adicionalmente, como pode ser notado no Gráfico, divergindo dos anos de Governo Major, o orçamento de Defesa encontraria um período de relativa estabilidade durante o Governo Tony Blair (1997-2007) e Gordon Brown (2007-2010).

Em suma, a revisão *Options for Change* e o adendo *Frontline First*, simbolizam uma contradição da política de Defesa do Reino Unido nos anos John Major. Cortes severos em meio a uma intervenção de grande porte na Guerra do Golfo e participações secundárias nos Balcãs destacavam que o mundo pós-Guerra Fria não simbolizava um pleno “dividendo da paz”. Contudo, as pressões econômicas levaram à desconsideração das necessidades do país que mantinha um compromisso incessante em ser reconhecido como uma grande potência militar. Assim, nesses anos a política de defesa do Reino Unido passou por uma fase peculiar:

Por um lado, as ameaças diretas à segurança nacional foram, pelo menos temporariamente, eliminadas. Por outro lado, as obrigações indiretas haviam se expandido drasticamente como resultado de uma presunção geral que os Estados ocidentais, e especialmente os membros do Conselho de Segurança, têm ampla responsabilidade pela ordem internacional. Mais do que nunca, aspirações globalistas estavam inquietas e com uma determinação de evitar abordagens diretas e de manter o mínimo das responsabilidades militares. (FREEDMAN, 1999, p. 21, tradução nossa)⁶³.

⁶² O orçamento de Defesa francês continuou em queda até 2002. Entre 2002 e 2010 ocorre uma estabilização dos dispêndios militares. Contudo, período contínua marcado por reduções pontuais do orçamento de Defesa em relação ao PIB e, similar ao que ocorreu no Reino Unido, por cortes superficiais nas capacidades militares (FOUCAULT, 2012).

⁶³ “*On the other hand the direct threats to national security had, at least for the moment, been eliminated. On the other hand, the indirect obligations had expanded dramatically as a result of a general presumption that the Western states, and especially permanent members of the Security Council, have broad responsibility for international order. More than ever, globalist aspirations rested uneasily with a determination to avoid direct approaches and to keep military liabilities to a minimum.*” (FREEDMAN, 1999, p. 21).

3.3 A Política de Defesa do Governo Tony Blair (1997-2007)

Antes de abordar o impacto da vitória do Partido Trabalhista liderado por Tony Blair nas eleições gerais de 1997, que encerrou mais de 17 anos de governos do Partido Conservador, se faz necessário uma breve análise da política de defesa nos anos de seus antecessores conservadores, especialmente Margaret Thatcher (1979-1990). Como notado anteriormente, o histórico dos antecessores de Blair estava marcado pela tendência de redução de cortes militares, somente interrompidos com o conflito no Atlântico Sul, os subsequentes investimentos na infraestrutura e defesa das Ilhas Malvinas/Falklands e a demonstração prática da necessidade de reter determinados instrumentos de combate.

A primeira Revisão de Defesa do Governo de Margaret Thatcher, popularmente intitulada “*Nott Review*” e oficialmente “*The UK Defence Programme: The Way Forward*”, foi marcada pela proposta de diversos cortes. Publicada em 1981, a Revisão objetivava a redução de um quinto da frota de escoltas navais, a retirada de serviço de um porta-aviões – representando um terço da força -, dois navios anfíbios da Royal Fleet Auxiliary e a retirada de serviço do único navio-patrolha da Royal Navy presente no Atlântico Sul. No total as forças navais seriam o alvo de 57% dos cortes planejados (UNITED KINGDOM, 1998c).

Contudo, com a eclosão da Guerra das Malvinas/Falklands no ano seguinte e a subsequente centralidade da Royal Navy e da Royal Fleet Auxiliary resultaram na reversão da maioria dos cortes propostos. Dessa forma, do início do Governo Thatcher, em 1979, até 1984 (ver Gráfico) o orçamento de defesa cresceu 18% em termos reais (SELF, 2010). Nos anos seguintes, o orçamento seria relativamente estabilizado, sem revisões adicionais, mas com uma crescente pressão para novas reconsiderações de gastos. Nesse período, o PIB britânico cresceu em um ritmo mais acentuado que o orçamento. Quando Thatcher deixa o cargo de Primeiro Ministro em 1990 o orçamento da defesa havia crescido 9,2% em termos reais (STEWART, 2013), significando que a Revisão de 1981 havia sido relativamente compreendida como um engano a ser superado, especialmente no quesito dos cortes navais. Nesse sentido, a guerra levava o Governo Thatcher a reconhecer a necessidade de manter forças capazes de operar além da área de atuação da OTAN, que até então dominava o pensamento geoestratégico britânico (DORMAN, 2001; FREEDMAN, 1999). Contudo, como exposto anteriormente, as pressões orçamentais e as mudanças geopolíticas resultariam nos cortes realizados a partir de 1990.

Tony Blair ao assumir o governo com a proposta de manter o Reino Unido como um aliado relevante para os Estados Unidos e para a Europa levaria em consideração as lições de

1982. Ou seja, havia a necessidade da manutenção de forças expedicionárias para defender os interesses britânicos, como a defesa do território nacional e das possessões ultramarinas, proteção de aliados, rotas marítimas comerciais, dentre outros, seja por meio de coalizões ou, se necessário, de forma independente (UNITED KINGDOM, 1998).

Além das lições herdadas pela Guerra das Malvinas/Falklands, o Governo Blair adotaria uma posição inicialmente mais favorável às capacidades militares do país devido aos próprios planos de política externa do novo Primeiro Ministro e da oportunidade eleitoral deixada por anos de cortes na Defesa pelo Partido Conservador liderado por Major (FREEDMAN, 1999). Durante os anos de Tony Blair, o Reino Unido buscou fortalecer sua posição como grande potência mundial o que incluía a adoção de uma política externa disposta a engajamentos militares além-mar, valorizando a “relação especial” com os Estados Unidos e sendo uma liderança na Europa (KAMPFNER, 2004). Logo, seria necessário novos investimentos na capacidade expedicionária do país, o aumento de sua presença militar ao redor do globo e a redução na tendência de cortes militares presente nos governos anteriores (UNITED KINGDOM, 1998).

Nesse contexto, Tony Blair se apresentava como um dos principais apoiadores da política de “intervencionismo liberal”, intervenções militares em outros Estados em nome da defesa dos direitos humanos, da estabilidade regional, das instituições democráticas e de fornecimento de auxílio visando finalizar crises humanitárias (DADDOW; SCHNAPPER, 2013). Esta política externa intervencionista era reflexo direto da visão do Governo Britânico, e especialmente do Partido Trabalhista (*New Labour*⁶⁴) sobre a posição do Reino Unido no sistema internacional pós-Guerra Fria: um ator global e uma grande potência com a responsabilidade de ser uma força pela estabilidade da ordem internacional (BROWN, 2010). Diferentemente da visão do Governo dos Estados Unidos sobre a atuação internacional do país, o Governo Britânico possuía um histórico de reservas sobre o compromisso retórico ou prático na implementação de mudanças na forma de governos ao redor do globo em defesa da “democracia”, como pode ser visto nos anos Bill Clinton⁶⁵. Todavia, nos anos Blair, esse

⁶⁴ Concomitantemente a uma política externa intervencionista, a política doméstica do “Novo Partido Trabalhista” (*New Labour*) se baseava na “Terceira Via” (*Third Way*) dos anos 1990, valorizando uma “social democracia” com o Governo garantindo aspectos do Estado de bem-estar social ao passo que mantinha elementos neoliberais. Assim, no Reino Unido, a política doméstica de Blair buscava manter-se como o meio-termo entre o antigo Partido Trabalhista dos anos 1970 e as políticas Conservadoras dos anos 1980. Contudo, nota-se que o “meio-termo” ou “centro” político no Reino Unido havia passado por uma severa alteração na década anterior estando próximo das orientações políticas neoliberais do Governo Thatcher (1979-1990) (ASSINDER, 2000; CAMMACK, 2004).

⁶⁵ A aceleração da expansão do número de Estados democráticos e do livre-mercado era um dos objetivos presentes durante o Governo Clinton (1993-2001), ficando conhecido como “*Democratic Enlargement*”.

pragmatismo britânico, derivado de séculos de interações imperiais, deixaria de ser a prática governamental predominante dos Trabalhistas, aprofundando as concepções comuns entre Londres e Washington no fim dos anos 1990 e início dos 2000 (BROWN, 2010).

Conseqüentemente, a estratégia intervencionista dos anos de Tony Blair levaria ao período de maior envolvimento militar britânico além-mar desde a Segunda Guerra Mundial⁶⁶. Intervenções ocorreram, como parte coalizões, no Oriente Médio e nos Balcãs e, de forma independente, em Serra Leoa, na África Ocidental. A política externa intervencionista, junto com a tradicional “relação especial” com os Estados Unidos e a busca de uma posição de liderança dentro da União Europeia, foram as características dos dez anos de Governo Blair (LUNN; MILLER; SMITH, 2008).

Objetivando possuir os meios para consolidação de seus objetivos, o Governo Britânico anuncia uma nova Revisão de Defesa, intitulada *The Strategic Defence Review (SDR): Modern Forces for the Modern World*. Publicada em 1998, a Revisão de Defesa do Partido Trabalhista representava os planos de longo prazo para a defesa nacional. Considerando os interesses do novo governo e a percepção de uma conjuntura internacional caracterizada pela ascensão de novas ameaças em regiões de interesse nacional:

[...] dois temas principais surgiram a partir do SDR: a necessidade de avançar em direção a forças expedicionárias mais rapidamente deslocáveis, capazes de enfrentar qualquer ameaça potencial em todo o espectro militar e em qualquer local, além da necessidade de coordenar as atividades dos três Serviços de maneira mais próxima, combinando seus conhecimentos para alcançar a máxima eficácia operacional e, concomitantemente, eliminando a duplicação de recursos. Esta abordagem ‘Conjunta’ dos três serviços foi sintetizada pelo estabelecimento de estruturas para apoiar uma e, se necessário, duas Forças de Reação Rápida Conjunta (JRRFs) formadas a partir dos três Serviços, planejadas para estar operacionais em 2001. [...] Buscava-se alcançar uma capacidade expedicionária aprimorada por meio da utilização do conceito da JRRF, do compromisso em adquirir dois novos e maiores porta-aviões objetivando projetar poder com mais eficiência em escala global, e com a aquisição de novos recursos estratégicos de transporte aéreo e marítimo. (UNITED KINGDOM, 2010a, p. 19, tradução nossa)⁶⁷.

⁶⁶Considerando um período de apenas cinco anos, as Forças Armadas do Reino Unido seriam oficialmente empregadas em quatro intervenções militares.

⁶⁷ “[...] two main themes emerged from the SDR: the need to move towards more rapidly deployable expeditionary forces capable of addressing any potential threat across the full military spectrum and in any location, and the need to co-ordinate the activities of the three Services more closely by pooling their expertise to achieve maximum operational effectiveness, while at the same time eliminating the duplication of resources. This triservice ‘Joint’ approach was epitomised by the establishment of structures to support one, and if necessary two, Joint Rapid Reaction Forces (JRRFs) formed from across all three Services and due to be operational by 2001. [...] An improved expeditionary capability was intended to be achieved through the utilisation of the JRRF concept, through a commitment to acquire two new larger aircraft carriers in order to project power more effectively on

A Revisão de 1998 representava uma mudança significativa de orientações para a política de Defesa. O estabelecimento de duas *Joint Rapid Reaction Forces* (JRRFs) mobilizando 30 mil militares, representados pelos três serviços das Forças Armadas, o comprometimento em manter a Royal Navy com uma frota de novos porta-aviões e a aquisição de meios de transporte aeronavais (UNITED KINGDOM, 1998) indicavam que o Partido Trabalhista buscava manter o Reino Unido como uma grande potência militar e, conseqüentemente, com alcance global.

Nessa linha, o Governo Blair entendia que as Forças Armadas deveriam ser capazes responder: “a uma grande crise internacional que pode exigir um esforço militar e operações de combate em escala e duração similares à Guerra do Golfo, quando nós empregamos uma divisão blindada, 26 grandes navios de guerra e mais de 80 aeronaves de combate.” (UNITED KINGDOM, 1998, p. 32, tradução nossa)⁶⁸. Isto reforçava a necessidade dos 30 mil militares reservados às *Joint Rapid Reaction Forces*. Ademais, a Revisão colocava como objetivo que as forças fossem capazes de sustentar uma operação de longa duração com efetivos menores e, caso necessário, uma operação de maior intensidade por um curto prazo. Todas essas operações eram pensadas para ocorrerem além do continente europeu (Idem).

Assim, diferentemente dos governos das três décadas anteriores, o Governo de Tony Blair, procurava realizar uma Revisão de Defesa que considerasse a posição global do Reino Unido e a possibilidade do fim de anos de cortes orçamentários que poderiam afetar na manutenção do status britânico. Logo, a elaboração do documento teve o envolvimento de acadêmicos, industriais, políticos e militares, resultando em uma revisão que não era motivada pelos desejos do “Tesouro de Sua Majestade” em cortes puramente centrados em balanceamento de contas. Similarmente, o envolvimento de diversos setores resultou na diversificação das áreas de concentração da presença militar britânica, que passou na Guerra Fria por um processo de agrupamento na Europa continental em detrimento de engajamentos ultramarinos (FREEDMAN, 1999).

Ademais, demonstrando a centralidade das capacidades expedicionárias para o novo Governo Britânico, a *Strategic Defence Review* de 1998 estabelece a reorientação

a global scale, and through the acquisition of new strategic air and sealift capabilities.”(UNITED KINGDOM, 2010a, p. 19).

⁶⁸ “*to a major international crisis which might require a military effort and combat operations of a similar scale and duration to the Gulf War when we deployed an armoured division, 26 major warships and over 80 combat aircraft.”* (UNITED KINGDOM, 1998, p.32).

organizacional do Exército Britânico. Sendo o principal serviço representando o comprometimento do Reino Unido para a segurança dos aliados continentais, o Exército assumiu, ao longo da Guerra Fria, uma configuração de combate dedicada a guerra convencional de larga escala. A Revisão de 1998 iniciou o processo de transformação do Exército em uma força mais integrada com os demais serviços e novamente estruturada para operações além-mar (UNITED KINGDOM, 2010a).

Concernente à Royal Navy, a Revisão representava um comprometimento de extrema relevância. O Governo Britânico assumia oficialmente a responsabilidade de manter uma força de ataque a partir de porta-aviões (*Carrier Strike Group*). A classe *Invincible* de “porta-aviões ligeiros”⁶⁹ composta por três embarcações seria substituída por uma nova classe maior e mais flexível. O projeto resultaria na classe de “super porta-aviões” *Queen Elizabeth* de duas embarcações que foram comissionadas em 2017 e 2019 (ROYAL NAVY, 2019). A força de superfície seria modernizada com a implementação de novos sistemas de ataque mar-terra e três fragatas obsoletas seriam retiradas de serviço. Ademais, a Revisão confirmava a substituição dos submarinos nucleares britânicos, com a determinação do início da construção da nova e mais avançada classe *Astute* (UNITED KINGDOM, 1998).

As ambições de Tony Blair eram apoiadas por um cenário geopolítico favorável ao país: “O Reino Unido estava excepcionalmente seguro, mesmo entre seus aliados, distante da maioria das áreas problemáticas e sem precisar se preocupar em balancear um poder hegemônico na Europa.” (FREEDMAN, 1999, p. 99, tradução nossa)⁷⁰, possibilitando a expansão da atenção britânica para além da zona de atuação da OTAN. As preocupações em Londres estariam, em partes, direcionadas aos Estados considerados frágeis e instáveis que seriam alvo da política externa do intervencionismo liberal de Blair.

Contudo, os limites orçamentários continuavam presentes, apesar de constrangidos por um governo simpático ao aparato militar nacional e por uma economia que apresentava sinais de crescimento significativos para os padrões europeus. Neste ponto, apesar de propor um aumento nos recursos do Ministério da Defesa, a Revisão destacava que a economia britânica apresentaria níveis de crescimento que eventualmente significariam a redução da parcela do PIB destinada à Defesa (UNITED KINGDOM, 1998).

⁶⁹*Light Aircraft Carrier* ou Porta Aviões Ligeiros são reduzidos em tamanho de convés e em requerimentos de tripulação, contudo apresentam maior velocidade e custos de manutenção menores.

⁷⁰ “*Britain was unusually secure, even amongst its allies, far away from most trouble-spots and not needing to worry about balancing a would-be hegemonic power in Europe.*” (FREEDMAN, 1999, p. 99).

Nesse contexto, o Governo Britânico declarou a intenção de realizar cortes marginais nas forças. Tais cortes seriam grandemente gerados pelas promessas do Partido Trabalhista em estabelecer maior eficiência na obtenção de equipamentos militares e manutenção de pessoal (FREEDMAN, 1999). As mudanças na composição dos serviços afetariam a Royal Navy e a Royal Air Force (RAF), sendo o Exército Britânico presenteado com uma expansão de 3,3 mil tropas, apesar dos cortes nas forças voluntárias do Exército Territorial. A marinha teria um corte de 1,4 mil militares e sua frota de fragatas e contratorpedeiros seria reduzida de 35 para 32; neste caso específico, a remoção de três navios de uma classe obsoleta sem substituí-los encontrava-se dentro do esperado pela Royal Navy. Navios caça-minas⁷¹ passariam de 25 para 22 embarcações; estes três navios não haviam sido construídos e eram parte de uma expansão planejada. Os 12 submarinos nucleares de ataque passariam por modernizações e instalação de sistemas de ataque de longo alcance, sendo dois submarinos retirados de serviço. Por fim, a RAF teria uma redução de aproximadamente 10% de sua força operacional em aeronaves e a presença na Alemanha seria reduzida nos anos finais da década de 1990 (UNITED KINGDOM, 1998). Assim, Blair avançava com o desengajamento militar britânica na Alemanha, modificando prioridades estratégicas vigentes desde o início da Guerra-Fria.

Destaca-se que parte significativa das reduções estabelecidas em 1998 pelo Governo Britânico eram superficiais, acompanhadas de investimentos de modernização das forças que continuavam em serviço e, como no caso das forças navais, recebendo compromissos de expansão de suas capacidades. Entre 1998 e 2003 entrariam em serviço novas embarcações para incrementar a capacidades anfíbias britânicas, a nova geração de caças *Eurofighter Typhoon* começariam sua atividade operacional e os blindados de combate *Challenger II*⁷² seriam entregues ao Exército. Em suma, os três braços das Forças Armadas receberiam modernizações extensas sem cortes significativos. Isto era reflexo das críticas do Governo Blair às Revisões de Defesa anteriores que realizaram cortes nas capacidades militares e deram início ao “sobrecarregamento” logístico das forças (UNITED KINGDOM, 1998).

Entre os anos 2002 e 2004 a política estabelecida na Revisão de Defesa seria complementada por dois adendos. O *New Chapter* de 2002 foi o resultado dos esforços

⁷¹ Em inglês: *mine countermeasure vessels*. Estas embarcações possuem como objetivo básico detectar, desativar, recolher e lançar minas navais. Geralmente, são empregados em estreitos e/ou corredores marítimos.

⁷² Apesar dos *Challenger II* terem sua origem em 1988 no Governo Thatcher, quando o design inicial foi aprovado por Londres, a fase de implementação de 1998 a 2002 ocorreu durante o Governo Blair sem que ocorressem reduções nos números planejados.

governamentais em responder aos desafios assimétricos expostos pelos eventos do 11 de setembro de 2001. O segundo documento, *Defence White Paper*, além de abordar questões como terrorismo e ameaça assimétrica, reconhecia que a área de atuação das forças do país seria maior do que o estabelecido na Revisão de 1998, apesar desta destacar a reformulação dos três serviços armados visando maior eficiência expedicionária (UNITED KINGDOM, 2010a). Notavelmente, o *White Paper* de 2003 destacava que o Reino Unido considerava improvável realizar operações expedicionárias de grande porte contra Estados adversários sem a parceria dos Estados Unidos. Logo, apesar de buscar manter a capacidade militar para conduzir operações ultramarinas de forma independente, o Governo Britânico priorizava parcerias com aliados tradicionais. Contudo, Londres não pressupunha que os Estados Unidos estariam sempre engajados diretamente, sendo necessário a manutenção de uma força expedicionária significativa para agir de forma independente ou como a principal força militar em uma eventual coalizão com aliados europeus (UNITED KINGDOM, 2003; 2010a).

Apesar disso, no ano seguinte ao *White Paper* de 2003, o Governo Britânico declara cortes que não estavam previstos pela Revisão de 1998 ou pelos seus adendos. Em 2004 é anunciado as maiores reduções em números totais desde a *Options for Change* de 1990. A Royal Air Force perderia 7,5 mil militares, a Royal Navy 1,5 mil e o Exército perderia quatro batalhões de infantaria, representando cerca de 2,4 mil militares. Ademais, seis fragatas e contratorpedeiros seriam retirados de serviço, deixando o número de escoltas navais em 25 embarcações. O projeto de substituição da frota de contratorpedeiros seria afetado pela redução no número encomendado de 12 para oito. A frota de navios caça-minas da Royal Navy seria reduzida de 22 para 16. No total 20 mil posições, entre civis e militares, seriam eliminadas das Forças Armadas e do Ministério da Defesa entre 2004 e 2006 (CONNELL, 2010). De acordo com o Governo, os cortes eram parte de planos de modernização. Todavia, os custos das crescentes operações no Iraque e no Afeganistão podem ser indicadas como fatores que influenciaram as medidas de 2004.

Conclui-se que o período Blair foi marcado pela tentativa realizar o menor número de cortes possível na área da Defesa. As Forças Armadas estavam no centro da política externa do governo e deveriam ser reorganizadas para que cumprissem com êxito os objetivos políticos estabelecidos. Destarte, a Revisão de 1998 tornou-se um símbolo dos anseios do Reino Unido. Todavia, as limitações orçamentárias apareceriam na própria Revisão com cortes marginais em determinadas áreas. Seis anos depois, em 2004, com os crescentes custos do envolvimento militar no Afeganistão e Iraque, o Governo Britânico realiza novas reduções

nos números totais. Assim, torna-se claro que o Reino Unido passava por um período (1997-2007) em que o Governo Britânico desejava reafirmar a posição do país com uma grande potência miliar, dando início a investimentos em modernização e expansão das capacidades expedicionárias, mas não possuía a mesma disposição frente aos crescentes custos das ações militares além-mar, resultando em tentativas de redução de gastos que acabariam por lembrar os cortes de 1990 e 1994, mesmo que sendo relativamente brandos.

Nota-se que em 2004 o Governo Blair possuía duas alternativas para lidar com os crescentes dispêndios da Defesa. Uma das opções seria a redução dos compromissos e, conseqüentemente, das operações militares britânicas além-mar, o que resultaria na retirada das forças militares do Reino Unido das operações adquiridas durante os anos anteriores no Iraque, Afeganistão e Serra Leoa. Outra possível decisão residia na manutenção desses compromissos ao passo que as forças militares fossem reduzidas em suas capacidades. Assim, o Governo Britânico opta por manter as operações e retomar uma política de cortes nas Forças Armadas. A decisão de Londres pode ser interpretada como uma maneira de continuar a possuir uma voz de decisão nessas regiões e, especialmente, alguma influência em Washington. Ademais, o custo político de “abandonar” esses compromissos e aliados, incluindo os Estados Unidos, não apresentava-se como o desejado pela política externa do Governo Blair que valorizava a Aliança Atlântica e a posição do Reino Unido como principal parceiro dos norte-americanos.

3.4 A Política de Defesa do Governo Brown (2007-2010)

Em junho de 2007 Gordon Brown sucede a Tony Blair como Primeiro Ministro do Reino Unido. Os seus três anos no cargo seriam ofuscados pela Crise Financeira de 2007-2008 que afetaria gravemente a economia britânica, uma das mais globalizadas entre as maiores economias do globo. Desde 1992 o PIB nominal do Reino Unido experimentava um crescimento contínuo. Contudo, em abril de 2008 a economia começa sua retração, encerrando 63 trimestres sucessivos de expansão econômica que haviam assegurado a posição do Reino Unido entre as cinco maiores economias mundiais e segunda maior da Europa. Apenas entre 2008 e 2009, a economia do país encolhe em 6% e o desemprego atinge os maiores níveis desde 1995 (OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS, 2018).

Apesar da recessão global, Gordon Brown seguiu a política de seu antecessor reservando aumentos para o orçamento do Ministério da Defesa. Por meio do *Comprehensive Spending Review* (CSR) de 2007 era previsto que o gasto com a defesa crescesse em 1.5%

acima da inflação nos próximos três anos⁷³. Assim, o orçamento que desde a ascensão de Blair em 1997 apresentava um crescimento real de 2.1% ao ano e uma média de 2.5% do PIB continuaria em ascensão apesar de em escala reduzida. Destaca-se que os gastos do novo governo com a questão estavam influenciados pelos dispêndios com as operações do país no Iraque e no Afeganistão e tal comprometimento na continuidade do crescimento do orçamento do Ministério da Defesa era considerado insuficiente por diversos setores do Governo Britânico no Parlamento (UNITED KINGDOM, 2008). No período fiscal de 2007-2008 os gastos com as operações no Afeganistão e Iraque atingiram três bilhões de libras, um aumento de quase 50% em relação ao ano fiscal 2006-2007, e continuaria expandindo nos próximos anos, chegando a quase cinco bilhões de libras em 2009-2010 (TAYLOR, 2010) de um orçamento de aproximadamente 40 bilhões destinado à Defesa (DEMPSEY, 2018). Adicionalmente, projetos como os dos futuros porta-aviões testemunhavam a expansão de custos para além das estimativas, expandindo as pressões sobre o orçamento de Defesa britânico (CONNELL, 2010).

Com a subsequente redução da arrecadação governamental, o Ministério da Defesa sinalizava que o ano fiscal de 2008/2009 poderia apresentar um déficit de aproximadamente dois bilhões de libras. Logo, o Governo Blair inicia mediadas discretas para a redução de gastos militares, desacelerando o ritmo de produção de projetos significativos como os novos porta-aviões da Royal Navy, reduzindo encomendas ou realizando cancelamentos temporários de equipamentos para as Forças Armadas. A natureza dessas escolhas de ajustes no orçamento de Defesa objetivavam evitar que o Governo do Partido Trabalhista se tornasse alvo de críticas ou aparentasse realizar decisões estratégicas por motivações econômicas que colocassem em questionamento as capacidades militares do Reino Unido (CORNISH; DORMAN, 2009).

Cortes de programas significativos que envolvem a indústria bélica do Reino Unido foram planejados em 2008. Assim, considerações que resultariam em eliminação de aeronaves da Royal Air Force foram apresentados ao Primeiro Ministro no mesmo ano. Gordon Brown recusou qualquer proposta de cancelamento de projetos militares que afetasse a indústria britânica, optando pela redução marginal das forças em atividade e na reserva, além da redução do ritmo de determinados projetos militares (Idem).

⁷³ Em média, a inflação na área da Defesa é significativamente maior do que no restante da economia, especialmente em países centrais que apresentam taxas de inflação reduzidas, como é o caso do Reino Unido. Dessa forma, no longo prazo, mesmo com pequenas expansões orçamentárias superiores à inflação média nacional o orçamento de Defesa pode apresentar reduções (KIRKPATRICK, 2008).

Nesse contexto, ocorre o principal corte para as forças convencionais do período, a redução do número de contratorpedeiros de oito para seis unidades, o que, considerando a redução feita em 2004 representava uma frota 50% menor do que o planejado em 1998 (DORMAN, 2017). A redução da frota de contratorpedeiros da Royal Navy e em outras áreas levantavam questionamentos sobre as capacidades militares do Reino Unido no final dos anos 2000 e acentuavam a percepção de que as Forças Armadas não possuíam os recursos para cumprir seus compromissos adequadamente.

As operações militares no Afeganistão e no Iraque marcaram profundamente as considerações do Governo Brown na área da Defesa. A retirada britânica desses compromissos para redirecionar seus gastos militares significaria o enfraquecimento da “relação especial” com os Estados Unidos, uma das bases da política externa do Reino Unido desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Contudo, conforme o orçamento sofria pressões crescentes com compromissos dispendiosos, as Forças Armadas Britânicas adentraram em um período de “sobrecarregamento” severo.

O Governo Brown buscou manter a maioria das capacidades militares, proteger a indústria de defesa britânica de cortes, e continuar com operações além-mar, ao passo que realizava reduções em projetos em desenvolvimento e iniciava uma redução do crescimento do recursos destinados ao Ministério da Defesa. Em suma, embora expansões de orçamento eram desconsideradas devido à Crise Financeira de 2007-2008, Gordon Brown objetivou dar continuidade às políticas e compromissos do Governo Tony Blair ao passo que hesitava na implementação de políticas de austeridade na Defesa devido ao custo político e econômico-industrial dessas medidas.

Em 2009, com a aproximação das Eleições Gerais de 2010, o Governo Brown anuncia a intenção de publicar uma Revisão de Defesa em caso de vitória nas urnas. Similarmente, o Partido Conservador, liderado por David Cameron, assume o mesmo compromisso. Apesar de não elaborar uma revisão completa das capacidades militares do país, o Governo de Gordon Brown (2007-2010) buscou manter o orçamento de defesa relativamente estável para lidar com a manutenção dos compromissos originados pelo Governo Blair no Oriente Médio, apesar dos crescentes custos de novos equipamentos e projetos militares, muitos dos quais iniciados na Revisão de 1998. A hesitação para implementar decisões significativas na área da Defesa por Brown seria interrompida com as eleições gerais de 2010.

3.5 A Política de Defesa do primeiro Governo David Cameron (2010-2015)

Em 2010, a vitória nas eleições do Partido Conservador liderado por David Cameron levou rapidamente a uma mudança na política orçamentária de defesa do Governo. Nos anos de Gordon Brown, essa relação foi marcada por uma continuidade das políticas de Blair e pelo desinteresse e apatia pessoal do Primeiro Ministro em realizar mudanças significativas na área (DYSON, 2011). Com David Cameron, a Crise Financeira teria suas implicações para o orçamento militar ao passo que o novo governo adotava uma política de austeridade no contexto dos efeitos da Crise Financeira de 2007-2008.

Nesse sentido, uma nova revisão de defesa foi publicada em 2010 visando reduzir os dispêndios do governo. A Revisão de 2010, intitulada *Securing Britain in an Age of Uncertainty: The Strategic Defence and Security Review*, marcaria a mudança mais significativa desde 1998, ano da última revisão geral de defesa. Logo no início da Revisão de 2010, o Governo aborda os “enganos” realizados pela Revisão de 1998, afirmando que “Devemos evitar o erro duplo de reter muitos equipamentos ultrapassados para os quais não há demanda, ou nos vincular com projetos de capacidades futuras desnecessariamente ambiciosos” (UNITED KINGDOM, 2010b, p. 9, tradução nossa)⁷⁴. Os cortes mais severos desde o fim da Guerra Fria seriam realizados ao eliminar as “ambiciosas capacidades futuras” das Forças Armadas.

Os anos seguintes seriam marcados pela redução de efetivos do Exército, Força Aérea e Marinha e pelo adiamento ou cancelamento de programas de renovação de armamentos. Ademais, seria iniciado a retirada das forças britânicas na Alemanha e, conseqüentemente, o fechamento de suas instalações militares no país, abrindo caminho para o término do compromisso do Reino Unido de manter divisões militares no continente, datado do início da Guerra Fria (Idem). Nota-se que os cortes determinados pela Revisão de 2010 ocorreriam como essenciais para a política econômica e tornaram-se um imperativo fiscal em detrimento da política estratégica de defesa britânica (CORNISH, 2010).

Assim, o Governo Britânico destaca, por meio da Revisão de 2010, a realidade fiscal acabou por forçá-lo em adotar cortes na Defesa que não implementaria em outros contextos (UNITED KINGDOM, 2010b). Sobre os possíveis riscos derivados da decisão governamental, é visto que:

⁷⁴“We must avoid the twin mistakes of retaining too much legacy equipment for which there is no requirement, or tying ourselves into unnecessarily ambitious future capabilities” (UNITED KINGDOM, 2010b, p. 9).

Há uma aceitação de que deve haver níveis significativos de risco em certas áreas. A composição das forças deve ser orientada para apoiar as operações atuais no Afeganistão, com a aceitação de riscos significativos em termos de habilidade de projetar poder militar em outras regiões, como as Falklands/Malvinas. No longo prazo, há uma aceitação de redução na capacidade do Reino Unido em realizar projeção estratégica de poder. (CORNISH, 2010. p.7, tradução nossa)⁷⁵.

As principais críticas dos objetivos determinados pela Revisão recaíam sobre a capacidade do Reino Unido em projetar poder e, conseqüentemente, proteger áreas estratégicas como as Ilhas Malvinas/Falklands no Atlântico Sul após a implementação dos cortes. O planejamento do governo consistia em reduzir entre 10% e 20% o orçamento de defesa em quatro anos, valores percentuais que não estavam distantes dos 25% da *Options for Change* de 1990, contudo, após reconsiderações, o valor foi reduzido para aproximadamente 8% (BEALE; GARDNER, 2010). Apesar disto, como mencionado anteriormente, a Revisão de 2010 indicava que o Governo Britânico aceitava os riscos que novos cortes nas forças poderiam trazer para a defesa de seus interesses em determinadas regiões ao enfraquecer a projeção de poder do país.

A Royal Navy teve seu pessoal reduzido em 5 mil, alcançando a baixa histórica de 30mil militares na ativa. No período de vigência dessa revisão, a França, uma tradicional competidora britânica, realizou reduções similares em suas capacidades navais, estabelecendo uma marinha com números similares aos britânicos, mas com apenas um porta-aviões. Em 2013, a Marinha Francesa era composta por aproximadamente 37 mil militares (FRANCE, 2014). Contudo, diferentemente do Reino Unido que separa unidades auxiliares em uma frota civil, a Royal Fleet Auxilliary, esse efetivo incluía a totalidade das forças navais francesas. Ademais, a Marinha Francesa não testemunharia expansão de seus números no período entre 2015 e 2016, como seria o caso britânico, adentrando cortes discretos, com uma redução de cerca de 2 mil militares na Marinha, que atingiria 35 mil ativos em 2015 (FRANCE, 2016).

Divergindo dos objetivos da Revisão de 1998, foram implementadas reduções nas capacidades anfíbias do país. Navios anfíbios comissionados no fim dos anos 1990 foram colocados em reserva temporária. Embarcações da Royal Fleet Auxiliary, comissionadas após a Revisão de 1998, foram vendidas para países parceiros, como a Austrália. O número

⁷⁵“There is an acceptance that there must be significant levels of risk in some areas. The force posture is supposed to be geared towards supporting current operations in Afghanistan, with significant risk accepted in terms of the ability to project military power to other areas such as the Falklands. In the longer term there is an acceptance of an order of magnitude reduction in Britain’s ability to undertake strategic power projection.” (CORNISH, 2010. p.7).

de contratorpedeiros seria gradualmente reduzido para seis embarcações, como estabelecido pelo Governo Brown, parcialmente compensado pela introdução da classe *Daring* tecnologicamente mais avançada⁷⁶ (UNITED KINGDOM, 2010b).

Como pode ser notado na tabela abaixo, a frota de porta-aviões – *light aircraft carrier* –, que em 2010 era constituída por duas embarcações, seria totalmente eliminada em cinco anos. O primeiro corte ocorreria em 2011, com *HMS Ark Royal* sendo descomissionado. O único porta-aviões restante, *HMS Illustrious*, seria igualmente retirado de serviço em menos de quatro anos, sendo temporariamente substituído pelo porta-helicópteros *HMS Ocean* até que o primeiro porta-aviões da classe *Queen Elizabeth* entrasse em serviço⁷⁷ (UNITED KINGDOM, 2010b). Logo, a partir de 2014 até o comissionamento do porta-aviões *HMS Queen Elizabeth* em dezembro 2017, o Reino Unido não possuiria um navio desta classe em atividade pela primeira vez desde a introdução dessa tecnologia (ver Tabela 1). Por fim, o futuro do segundo porta-aviões da classe *Queen Elizabeth* foi colocado em dúvida pela Revisão, sinalizando que o Governo Cameron considerava a eventual retirada de serviço de ambas embarcações.

Tabela 1: Composição das principais unidades da Royal Navy entre 1990 e 2020

Classe	1990	1997	2004	2010	2015	2020 ⁷⁸
Fragatas	35	23	20	17	13	13
Contratorpedeiros	14	12	11	7	6	6
Porta-aviões	3	3	3	2	0	2
Navios anfíbios ⁷⁹	7	7	6	6	5	5
Submarinos	33	15	15	11	11	11

Fonte: Elaborada pelo autor com base em: ALLISON, 2020; NATIONAL AUDIT OFFICE, 2018; UNITED KINGDOM, 2000.

Não obstante a partir de 2010, com a precoce retirada de serviço do jato de combate *Harrier II*, usado pelos porta-aviões, a Royal Navy não possuiria capacidade de ataque

⁷⁶A classe *Daring* de seis navios, substituiu 12 embarcações da classe *Sheffield* lançada no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. A tonelagem da classe *Daring* é mais que o dobro de um equivalente *Sheffield*.

⁷⁷O porta-helicópteros *HMS Ocean* seria mantido em serviço até março de 2018 quando foi vendido ao Brasil. Contudo, a venda da embarcação não envolveu a transferência de tecnologias como o sistema Phalanx de defesa contra mísseis anti-navio que o *Ocean* possuía durante os seus anos na Royal Navy. A venda do *HMS Ocean* ocorreu poucos meses após o porta-aviões *HMS Queen Elizabeth* ser comissionado.

⁷⁸Dados de fevereiro de 2020.

⁷⁹Os dados incluem navios operados pela Royal Fleet Auxiliary e não consideram porta-helicópteros. Entre 1975 e 2000 a Royal Navy operou continuamente entre dois e três navios dessa classe, sendo o restante complementado pela frota auxiliar. Em 2015, três das cinco embarcações anfíbias eram operadas pela Royal Fleet Auxiliary.

provindo de porta-aviões – *carrier strike capability* - até a entrada em serviço dos novos caças multipropósito F-35B “*Lightning II*” produzidos pelos Estados Unidos com parceria do Reino Unido⁸⁰. Ademais, em 2011, seriam retiradas de serviço quatro das 17 fragatas *Type 22* da Royal Navy, deixando a frota de fragatas em 13 no total, seu menor número histórico (ver Tabela 1). Assim, a força de superfície da Royal Navy passaria a ser composta por 19 navios, 13 fragatas e seis contratorpedeiros.

O Exército Britânico sofreu reduções de pessoal de aproximadamente 20%, sendo gradativamente reduzido para um total de 82 mil ativos e 30 mil reservistas. Os blindados de ataque *Challenger II*, o centro da composição blindada do Exército, seriam reduzidos em 40%, demais peças de artilharia receberiam cortes de quase 35%. A Royal Air Force (RAF), teve seu efetivo reduzido em 5 mil para 33 mil. Projetos militares nacionais foram abruptamente cancelados sem substituição no curto ou médio prazo, exemplo disso foi o caso do cancelamento do “*Nimrod MRA4*” uma classe de aeronaves de ataque e patrulha marítima, com destaque para a patrulha antissubmarino (UNITED KINGDOM, 2010b). O cancelamento provocou um vácuo de capacidades de patrulha submarina que somente seria ocupado com a Revisão de Defesa de 2015, que, com um cenário econômico relativamente mais favorável e após severas críticas, objetivou reverter parcialmente várias decisões da Revisão de 2010 (UNITED KINGDOM, 2010b).

Consequentemente, os planos afetariam diretamente a organização das forças expedicionárias estabelecidas no Governo Tony Blair por meio da Revisão de 1998. Assim, foi criada uma Força Expedicionária Conjunta, *Joint Expeditionary Force* (JEF), semelhante às duas Forças Conjuntas de Reação Rápida, *Joint Rapid Reaction Forces* (JRRFs), que visava substituir. As antigas JRRFs previam, em casos especiais, a mobilização de até 45 mil militares das forças terrestres, marítimas e áreas, sendo empregadas em quase sua totalidade na intervenção anglo-americana no Iraque. A única JEF prevista na Revisão 2010 previa no máximo um efetivo de 30 mil militares das três áreas (UNITED KINGDOM, 2010b).

Assim, ocorria uma redução significativa da capacidade de mobilização expedicionária do Reino Unido. Operações similares a invasão do Iraque, que envolveu cerca de 45 mil militares não seriam possíveis (EUROPEAN UNION, 2011). Apesar disso, em tese, o país continuaria capaz de mobilizar uma força expedicionária similar àquela empregada no Atlântico Sul em 1982 que mobilizou 28 mil militares (HASTINGS;

⁸⁰Aproximadamente 15% de uma aeronave *Lighthning II* é fabricada no Reino Unido. Outras aeronaves de combate como o *Saab Gripen* possuem até 35% de seus componentes produzidos por empresas britânicas.

JENKINS, 2010). Todavia, o tamanho da Royal Navy, da Royal Fleet Auxiliary e da Royal Air Force colocariam limitações nos números a serem mobilizados para uma Força Tarefa similar à de 1982 e, como mencionado, entre 2011 e 2017 o Reino Unido não operaria jatos especializados para combate aeronaval e porta-aviões, ambos centrais na campanha das Malvinas/Falklands.

Destarte, os resultados de curto prazo da Revisão de 2010 foram a diminuição dos efetivos militares britânicos, assim como a redução da capacidade expedicionária do país. O Governo Britânico planejava, por meio da Revisão, deixar cortes adicionais programados até 2020. Isto significava que além das reduções mencionadas entre 2010 e 2015, inicialmente o Governo buscava mais cortes nas Forças Armadas, sem exceções (UNITED KINGDOM, 2010b). Com isso exposto, a Revisão de 2010 tornava-se a mais severa desde a *Options for Change* de 1990 e simbolizava o fim de aproximadamente 13 anos de políticas Trabalhistas mais favoráveis à capacidade militar britânica.

Os níveis dos cortes em 2010 seriam recebidos nos Estados Unidos com preocupação, assim como foram recebidas as revisões dos anos 1960 e 1970 (RENEWICK, 2017). A centralidade da “relação especial” com os Estados Unidos funcionaria para limitar políticas que levassem a redução do orçamento da defesa para menos de 2% do PIB, meta mínima estabelecida pelos membros da OTAN. O próprio compromisso de Cameron com os 2% seria uma maneira indireta de assegurar que o Reino Unido não deixaria de ser um aliado especial para os Estados Unidos (CROFT, 2010). Contudo, a maior pressão advinda de Washington seria sentida nos anos seguintes, em especial quando a Revisão de 2015 foi anunciada, visto que novas reduções de capacidades ainda poderiam ocorrer (DORMAN; UTTLEY; WILKISON, 2016).

O cenário negativo para as forças convencionais foi parcialmente compensado pelos investimentos na infraestrutura disponível para uso nos territórios além-mar e pela introdução de novos equipamentos altamente avançados. O principal exemplo foi o comprometimento do Governo Cameron em financiar um novo aeroporto de grande porte na Ilha de Santa Helena, no auge dos cortes orçamentários em 2011. Com a conclusão do projeto, a possessão britânica de Santa Helena se tornou um novo ponto de apoio para voos – militares e civis – em direção às Ilhas Malvinas/Falklands, contribuindo para a diminuição do isolamento dessa possessão em relação à Londres (ST. HELENA, 2011).

Ademais, com a finalização da construção em 2016, o Reino Unido passou a deter controle de quatro aeroportos no Atlântico Sul, um militar em Ascensão, um civil e outro militar nas Malvinas/Falklands e um civil em Santa Helena. Reforçando a concepção –

abordada no capítulo 2 – de que essas ilhas podem atuar como pontos de projeção de poder aeronaval ao longo do Atlântico Sul. Considerando o papel significativo da infraestrutura militar em Ascensão para as operações britânicas durante a Guerra das Malvinas/Falklands, o Reino Unido investiu em expandir o número de territórios que possam desempenhar papel similar em caso de crises na região. Em outubro de 2014, o Governo Britânico anunciou investimentos em melhorias das instalações do Aeroporto de Gibraltar, utilizado pela Royal Air Force, além de planos para maior inclusão do Royal Gibraltar Regiment, no Exército Britânico (UNITED KINGDOM, 2014). Nota-se que em 2010, o porto de Gibraltar voltou a estar entre os 10 mais utilizados para reabastecimento no mundo, reforçando sua relevância estratégica (HOLLAND, 2012).

Similarmente, em dezembro de 2014 é anunciado a firmação de um acordo entre o Reino Unido e o Bahrein para a construção de uma base militar britânica no país árabe. A base, intitulada *HMS Jufair*, parcialmente financiada pelo governo do Bahrein, se tornou o principal local de apoio para operações navais do Reino Unido no Golfo Pérsico (UNITED KINGDOM, 2014d). Não obstante, contribui para o barateamento e sustentação da projeção de poder militar britânico no Oriente Médio e regiões vizinhas (UNITED KINGDOM, 2018). Assim, destaca-se das restrições orçamentárias e, conseqüentemente, nas capacidades militares, o Governo Britânico buscou alternativas para balancear os efeitos de sua política econômica de austeridade no ramo da defesa, encontrando outras opções para a manutenção da sua capacidade de projeção de poder.

Por fim, outro resultado da Revisão de 2010 está na ausência de coordenação das prioridades entre os serviços militares. Em outras palavras, cada braço das Forças Armadas preservou capacidades visando missões divergentes, afetando diretamente a capacidade britânica em projetar uma força tarefa conjunta. A Royal Navy foi direcionada para operações de pequena escala como a intervenção em Serra Leoa em 2000, enquanto o Exército foi planejado para lidar com os aspectos da campanha no Afeganistão em uma escala reduzida. Por sua vez, a Royal Air Force foi direcionada em proteger o espaço aéreo do Reino Unido e determinados territórios, como as Malvinas/Falklands, renunciando a determinadas capacidades relevantes para forças expedicionárias (CORNISH, 2010).

O impacto da Revisão de Defesa de 2010 reside principalmente na percepção de que as Forças Armadas Britânicas alcançaram um limiar em que quaisquer novos cortes significariam o fim de sua posição como uma força militar de uma grande potência. Apesar de permanecer altamente tecnológica, a capacidade militar do Reino Unido sofreu significativamente com as políticas do primeiro Governo Cameron que descartou as

considerações estratégicas e as substituiu por necessidades econômicas. Seus números reduzidos, altamente treinados e tecnologicamente avançados, possuíam forças concorrentes em expansão e modernização, como a China, a Rússia e, em menor escala no período analisado, a Índia. Nesse sentido, as previsões do Governo Cameron para o cenário internacional feitas em 2010 se mostrariam fragilizadas pelos acontecimentos dos anos seguintes no sistema internacional que reforçariam as críticas internas à atuação governamental na área da Defesa.

3.6 A Política de Defesa do segundo Governo Cameron (2015-2016)

Cinco anos após a sua primeira vitória nas eleições gerais britânicas, David Cameron alcança novamente o sucesso nas votações de 2015. Dentre as promessas eleitorais, Cameron assumiu o compromisso de realizar um referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia. Realizado em junho de 2016, o referendo resultou na escolha pela saída britânica. Tendo defendido a continuidade da participação do Reino Unido na União Europeia, Cameron renuncia ao cargo de Primeiro Ministro sendo Theresa May a sucessora escolhida pelo Partido Conservador em julho de 2016 (UNITED KINGDOM, 2020).

Concernindo à política de defesa, o período entre 2010 e 2015 havia deixado certas “lacunas” nas capacidades militares do país, dentre elas a ausência da operação de porta-aviões por parte da Royal Navy. Ademais, a severidade dos cortes resultariam na redução do pessoal ativo em uma taxa acima do planejado com as três forças apresentando números totais inferiores ao determinado em 2010. Assim, a nova Revisão de Defesa de 2015 buscaria remediar certas decisões dos anos precedentes.

Além da exposição das falhas estratégicas da Revisão de 2010, outros fatores contribuíram para a publicação de uma nova Revisão em 2015. Os anos anteriores haviam testemunhado uma mudança relevante nas ameaças no cenário internacional, dentre eles a anexação da Crimeia por parte da Rússia, a crescente assertividade chinesa nas regiões disputadas no Mar do Sul da China, a Primavera Árabe e posterior ascensão do “Estado Islâmico” no Iraque e Síria. Destacam-se as preocupações com uma Rússia expansionista e uma China em ascensão com interesses geoestratégicos que ameaçassem o Reino Unido. Nesse contexto, é válido mencionar a melhora da economia britânica com a recuperação econômica que ocorreu nesses anos. Logo, todos esses fatores, externos e internos, influenciaram nas decisões da nova Revisão (CHAPMAN, 2016).

Outro fator relevante encontra-se na “relação especial” com os Estados Unidos.

Apesar de as reações negativas vindas de Washington datarem da Revisão de 2010, nos meses anteriores à publicação da Revisão de 2015, enfrentando a possibilidade de novos cortes por parte do Reino Unido, essas reações tornaram-se mais claras e críticas. Além disso, o Governo Britânico concluíra que as reduções nos cinco anos anteriores haviam possibilitado que a França surgisse como o principal parceiro dos Estados Unidos, especialmente após os franceses concederem suporte aéreo a partir de seu porta-aviões para operações aeronavais da Marinha dos Estados Unidos (US Navy) no Golfo Pérsico em um momento em que a Royal Navy não operava essas embarcações. Por fim, Washington buscava que o Reino Unido continuasse com gastos significativos para que os britânicos fossem modelos a serem seguidos pelos demais aliados europeus (DORMAN; UTTLEY; WILKINSON, 2016).

Neste ponto é válido destacar que a possibilidade da França se consolidar como a principal força militar na Europa e principal aliada dos Estados Unidos significaria o enfraquecimento severo da posição especial do Reino Unido na “Aliança Atlântica”. Desde a Segunda Guerra Mundial, Londres buscou influenciar as decisões em Washington (RENEWICK, 2017). Entende-se que a participação militar britânica na Guerra da Coreia, na Guerra do Golfo, na invasão do Iraque, dentre outras operações, são meios do Reino Unido possuir alguma influência nas decisões estratégicas da superpotência norte-americana. Assim, visando a manutenção dessa estratégia, o Reino Unido necessita de um poderio militar relevante. Adicionalmente, o país buscou ser a principal potência militar ocidental na Europa ao passo que mantinha – de forma reduzida devido à existência das duas superpotências durante a Guerra Fria – uma política de balanceamento no continente europeu. Reflexo dessa política perene está na relutância britânica em aderir aos projetos continentais de integração regional, optando por acordos bilaterais e valorizando a OTAN. Nesse contexto, mesmo durante o período como membro da Comunidade Econômica Europeia, posteriormente União Europeia, Londres adotou uma posição de balanceamento da influência franco-alemã (KROTZ; SCHILD, 2018).

Com isso exposto, a segunda revisão do Governo Cameron pode ser melhor analisada. A Revisão de 2015, oficialmente intitulada *National Security Strategy and Strategic Defence and Security Review 2015: A Secure and Prosperous United Kingdom* (NSS/SDSR), foi publicada visando ser a base organizacional e estratégica das Forças Armadas do Reino Unido até 2025. Por meio dela o Governo Britânico buscava respostas práticas para as mudanças nas ameaças. Similarmente à suas antecessoras a Revisão de 2015 visava três objetivos básicos: proteger os cidadãos britânicos, proteger a influência global do Reino Unido e promover a sua prosperidade (UNITED KINGDOM, 2015). Nesse sentido, o aspecto

visando “proteger a influência global” do país refletia uma consequência das medidas tomadas pelo Governo Cameron que aparentavam ter diminuído a participação do Reino Unido no cenário internacional:

A vertente sobre ‘Proteger nossa influência global’ refletia o reconhecimento do governo de que, apesar de suas declarações de que não haveria ‘encolhimento estratégico’, havia uma percepção geral dentro de Whitehall e entre os aliados mais próximos do Reino Unido que a voz britânica foi menos ouvida. [...] Portanto, o NSS/SDSR de 2015 enfatizou que a voz do Reino Unido seria ouvida novamente e que o país continuaria a desempenhar um papel global (DORMAN, 2017, p. 22, tradução nossa)⁸¹.

Para isso, seria necessário novas medidas favoráveis às forças expedicionárias do Reino Unido. Assim, lembrando a política de defesa do Governo Tony Blair, a principal mudança estabelecida seria a expansão das forças expedicionárias do país. Estas forças seriam expandidas de 30 mil – como estipulado em 2010 – para 50 mil militares, números superiores aos 45 mil máximos estabelecido nos anos Blair. O emprego dessas forças seria normalmente em coalizões com os Estados Unidos, a OTAN ou uma coalizão mais ampla. Todavia, há a ressalva que o uso independente poderia ocorrer sempre que necessário (UNITED KINGDOM, 2015).

Logo, “Proteger nossa influência global” significava em 2015 manter o Reino Unido como a principal força militar da OTAN na Europa, não sendo ultrapassado em capacidades pela França, e expandir as forças expedicionárias como sinal de compromisso britânico para seus aliados dentro e fora da área de atuação da OTAN. A vertente de “promover a prosperidade” possuiria duas direções. A primeira focada nos benefícios econômicos da robusta indústria de defesa britânica para a economia do Reino Unido e no compromisso do Governo Britânico em priorizar a indústria nacional e elaborar planos para promover a indústria de defesa do país no exterior (UNITED KINGDOM, 2015). A segunda vertente, menos explícita, pode ser inferida através do papel das Forças Armadas na contenção de ameaças ao território britânico.

O emprego desses 50 mil militares seria por meio de uma nova força expedicionária, intitulada de *Joint Force*. Esta força seria constituída por um Grupo Marítimo, variando entre 10 a 25 navios e entre 4 mil a 10 mil tropas. O elemento terrestre seria uma divisão do

⁸¹“The ‘Protect our global influence’ strand reflected the government’s acknowledgement that, despite its protestations that there would be ‘no strategic shrinkage’, there was a general feeling within Whitehall and amongst the United Kingdom’s closest allies that the UK’s voice had been heard less. (...) The 2015 NSS/SDSR therefore stressed that the United Kingdom’s voice would again be heard and that the United Kingdom would continue to play a global role” (DORMAN, 2017, p. 22).

Exército com pessoal variando entre 30 mil e 40 mil militares, incluindo aspectos logísticos. Um Grupo Expedicionário Aéreo seria constituído com 4 a 9 esquadrões de combate, entre 6 e 20 “plataformas de vigilância” (*surveillance platforms*) e entre 5 e 15 aeronaves de transporte, significando a mobilização de efetivo de no mínimo 2 mil e no máximo 6 mil da Royal Air Force. Isso significaria que no total as forças envolvidas poderiam variar entre aproximadamente 40 mil e 60 mil (UNITED KINGDOM, 2016a). Logo, a capacidade expedicionária estabelecida em 2015 possuiria um alto nível de flexibilidade, sendo especialmente elaborada para operar em conflitos de grande e média escala para além do continente europeu.

A Royal Navy receberia o comprometimento do Governo Britânico de renovar a frota de submarinos nucleares, responsáveis pelo lançamento das armas de destruição em massa do país. Ademais, a Revisão trouxe a consideração do Governo em expandir a frota de fragatas e o compromisso de adquirir três novas embarcações para a esquadra auxiliar, revertendo décadas de cortes incessantes no número de navios da Royal Navy e da Royal Fleet Auxiliary. O reconhecimento da necessidade de interromper o ciclo de cortes na frota de superfície resultou no estabelecimento de uma nova classe de fragatas. Inicialmente cinco seriam encomendadas com a possibilidade de outros pedidos. Adicionalmente, essa classe, conhecida como *Type 31*, poderia ser destinada ao mercado externo. Assim, os objetivos de longo prazo seriam o aumento da frota de superfície da Royal Navy (UNITED KINGDOM, 2015) e o estímulo à indústria de construção naval britânica.

Apesar da relevância das medidas mencionadas acima, o principal tópico para a Royal Navy seriam os porta-aviões e suas aeronaves. O Governo Britânico se comprometia em comissionar e operar as duas embarcações da classe *Queen Elizabeth* e reafirmar a aquisição dos novos caças *F-35 Lightning II* produzidos em parceria com os Estados Unidos. Por fim, a frota de navios-patrolha receberia duas embarcações adicionais e seria modernizada por meio de um novo “lote” com significativas melhorias (UNITED KINGDOM, 2015). Essas embarcações seriam grandemente baseadas nos navios-patrolha, por vezes chamados de corvetas⁸², da classe Amazonas, fabricadas no Reino Unido e vendidas ao Brasil em 2012. Os novos “navios-patrolha” são significativamente superiores aos seus antecessores, com extensas melhorias nos quesitos de durabilidade, operabilidade e autonomia se assemelhando mais à “corvetas” do que típicos navios-patrolha levemente armados (CAMPBELL, 2016).

⁸²Dentre as classificações navais, a “corveta” é um navio de guerra levemente armado com dimensões inferiores às fragatas e aos contratorpedeiros (*destroyers*). Dependendo das dimensões e capacidades, navios de patrulha podem ser inclusos nessa denominação.

Concernindo a Royal Air Force, três novos esquadrões seriam criados, dois baseados no Reino Unido e o terceiro designado para reforçar os esquadrões dos novos porta-aviões que entrariam em serviço a partir de 2017. A mencionada deficiência estratégica deixada pela Revisão de 2010 sobre a patrulha área de submarinos seria eliminada com a introdução de substitutos aos *Nimrods*, retirados de serviço nos anos anteriores. Adicionalmente, as aeronaves de combate *Lightning II* seriam adquiridas com maior urgência do que planejado em 2010. A RAF receberia um discreto aumento no contingente operacional com o incremento total de 300 militares (UNITED KINGDOM, 2015).

Por sua vez, o Exército Britânico não sofreria alterações em seus números totais, com a manutenção dos 82 mil ativos e 35 mil reservistas propostos na Revisão de 2010. A confirmação de que a nova classe de veículos blindados ligeiros *Ajax*⁸³ seria adquirida junto com a extensão da vida útil dos blindados de combate *Challenger II*, representaria a principal adição ao Exército. Ademais, seriam criadas até 2025 duas brigadas de reação rápida (*Strike Brigades*) compostas de 5 mil militares cada e auxiliadas por blindados *Ajax*. Estas brigadas seriam utilizadas em operações de pequena e média escala. Como medida adicional, seria criada uma nova brigada, nomeada *77th Brigade*, especialmente designada para conter táticas de guerra híbrida (Idem).

Por fim, a Revisão de 2015 expôs novamente o incessante compromisso de Londres com seus Territórios Ultramarinos. Além da tradicional reafirmação da defesa dessas possessões, o Reino Unido iniciaria novos projetos de investimento na ampliação de sua presença e na infraestrutura dessas áreas. O investimento de 300 milhões de libras na melhoria das instalações militares e na renovação do sistema de defesa aéreo e de comunicações nas Ilhas Malvinas/Falklands apresenta-se somente como uma das decisões sobre os territórios tomadas em 2015. Outras medidas incluem a expansão do efetivo do esquadrão naval estacionado em Gibraltar e das forças em Akrotiri, um dos enclaves das Bases Soberanas do Reino Unido no Chipre. (UNITED KINGDOM, 2015).

Com referência à presença militar britânica em outros Estados soberanos, a Revisão destacava que os planos do Governo Britânico consistiam em manter e expandir essa presença. Primeiramente, o Reino Unido “retornaria” oficialmente à Leste de Suez com o estabelecimento de uma base permanente no Bahrain, nomeada *HMS Jufair*. Como mencionado anteriormente, o acordo sobre Jufair foi estabelecido em 2014, antes da revisão

⁸³Diferentemente dos blindados *Challenger II*, os *Ajax* possuem como propósito o reconhecimento de áreas de conflito e rápida locomoção, sendo utilizados como suportes para a força principal de blindados.

em questão, mas foi confirmado como sendo um compromisso do Governo por meio da Revisão de 2015. Representações militares britânicas seriam estabelecidas no Oriente Médio, África e na Ásia-Pacífico. Os acordos de defesa com Brunei, continuariam sendo centrais para a presença permanente do Reino Unido no Sudeste Asiático, sendo essa presença financiada pelo Sultão do país asiático. Ademais, a presença e as instalações militares britânicas no Belize seriam restabelecidas após a decisão da Revisão de 2010 que resultou no fechamento dessas bases em 2011. (UNITED KINGDOM, 2015).

Em 2015 o Governo Cameron apresentou o comprometimento de seguir os 2% de gasto mínimo em relação ao PIB para a Defesa, como acordado pelos membros da OTAN. Concomitantemente, haveria o crescimento mínimo de 0,5% - acima da inflação anual – do orçamento do Ministério da Defesa na próxima década, colocando fim aos anos de austeridade iniciados em 2010. Outro incremento significativo esteve reservado aos projetos futuros e equipamento para os três braços das Forças Armadas, com mais 12 bilhões de libras para à área na próxima década, atingindo a marca de 178 bilhões em dez anos para modernizações, projetos, equipamentos, dentre outros (UNITED KINGDOM, 2015). Como pode ser observado na Tabela 2, apesar dos cortes do primeiro Governo Cameron, em 2015 o Reino Unido ainda possuía o quinto maior orçamento militar com 2.0% do PIB destinado à Defesa. Com os novos compromissos assumidos na Revisão de 2015, esse percentual apresentou sinais de crescimento em 2016 e 2017 (ver Gráfico).

Tabela 2: Os oito países com os maiores orçamentos militares em 2015⁸⁴

País	Orçamento em bilhões de dólares (2015)	Orçamento em relação ao PIB (%)	Varição entre 2006-2015 (%)
Estados Unidos	596	3.3	-3.9
China	215	1.9	132
Arábia Saudita	87.2	13.7	97
Rússia	66.4	5.4	91
Reino Unido	55.5	2.0	-7.2
Índia	51.3	2.3	43
França	50.9	2.1	-5.9
Japão	40.9	1.0	-0.5

Fonte: Elaborada pelo autor com base em SIPRI, 2016.

Em suma, por meio da Revisão de 2015, o Governo Britânico buscou implementar respostas às mudanças favoráveis na economia nacional e aos novos desafios que surgiam no cenário internacional. Da mesma maneira, indicava que o Reino Unido estava se movendo

⁸⁴Tabela elaborada a partir dos dados disponibilizados pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI). Os dados do SIPRI sobre a Arábia Saudita incluem gastos com policiamento interno. O orçamento militar da China é uma estimativa do Instituto.

do posicionamento estratégico discreto e em retração do primeiro Governo Cameron (2010-2015) para um maior engajamento internacional (CHAPMAN, 2016. DORMAN; UTTLEY; WILSON, 2016). Sinais dessa reorientação são encontrados na aprovação parlamentar para a ampliação de bombardeios aéreos na Síria, no restabelecimento de bases militares no Belize, na construção de bases no Bahrein⁸⁵ e na eliminação de cortes no orçamento de defesa e nas considerações de expansão de suas forças convencionais.

Contudo, os efeitos da Revisão de 2010 continuaram presentes nas Forças Armadas Britânicas. A seriedade dos cortes nos período 2010-2015 resultaria em uma situação caracterizada por dificuldades de recrutamento e retenção. Em outras palavras, as reduções foram mais severas do que planejado para os números totais das forças, sendo especialmente o Exército Britânico e a Royal Air Force atingidos por essa política, gerando a saída de pessoal ativo para outros setores com maior estabilidade. Os 82 mil militares determinados em 2010 e 2015⁸⁶ para o Exército, os pouco mais de 30 mil para a Royal Navy e os 32 mil para a RAF não foram marcas atingidas por nenhuma das forças em 2019 ou nos quatro anos anteriores, sendo que a questão de retenção se agravou grandemente a partir das medidas estabelecidas em 2010 (UNITED KINGDOM, 2019a).

Neste ponto, destaca-se que algum déficit de recrutamento apresenta-se como algo relativamente comum, contudo, no caso britânico a Revisão de 2015 não obteve efeitos significativos para amenizar a questão. Em 2019, os números totais estavam em média 7% menores que o determinado, com 7,5 mil (9%) postos em falta para o Exército, 1,3 mil (4%) para a Royal Navy e 1,8 mil (6%) para a Royal Air Force (UNITED KINGDOM, 2019a). A principal consequência desses postos vacantes está na operabilidade da Royal Navy que passou pela incorporação de dois porta-aviões e navios patrulha e, principalmente, na mobilização de forças que colocam em prática a *Joint Force* (Força Conjunta) de 50 mil militares estabelecida em 2015.

Nessa linha, nota-se que apesar da Revisão de 2015 ser relativamente mais simpática com o orçamento de Defesa e com as Forças Armadas Britânicas, problemas aprofundados

⁸⁵Em 2018, no Governo Theresa May (2016-2019), após acordos com o Sultanato de Omã, o Reino Unido estabelece uma segunda base militar permanente no Oriente Médio. As instalações no Omã são consideravelmente mais complexas, capazes de receber em doca-seca – essenciais para reparos e melhorias - os novos porta-aviões britânicos (SPENCER, 2019). Além disso, o Omã disponibiliza uma vasta área de treinamento para tropas do Reino Unido.

⁸⁶Destaca-se que os números totais estabelecidos em 2015 resultaram em apenas um aumento total de 700 militares para a Royal Navy e Royal Air Force, e sem cortes ou acréscimos no Exército Britânico, resultando em números similares à Revisão de 2010 (UNITED KINGDOM, 2015).

ou criados em 2010 continuaram presentes em menor escala. Logo, é possível destacar que o Governo Britânico buscou uma política assertiva em 2015, com investimentos e compromissos significativos com forças severamente reduzidas em um período em que considerações econômicas suplantaram quase completamente as considerações estratégicas.

3.7 Conclusões Parciais

Com o que foi exposto é possível concluir que, na questão orçamentária, o período entre 1990 e 2015 foi marcado por uma continuidade da tendência do Governo Britânico optar pela redução do orçamento militar do país. John Major não buscou se desviar do estabelecido na Revisão de 1990, elaborada nos meses finais do Governo Thatcher, mantendo a capacidade militar do Reino Unido grandemente focada na área de atuação da OTAN, assim como ocorrera durante parte significativa da Guerra Fria. Contudo, é possível identificar decisões de que o Reino Unido retomaria a sua tradicional orientação expedicionária, com foco para além da Europa, presentes nas políticas da Revisão de 1990, a primeira revisão desde a Guerra das Malvinas/Falklands. Além disto, o Governo Major (1990-1997) foi responsável pelos principais cortes no período analisado de 1990 a 2015.

Os anos entre 1997 e 2004 apresentam-se como uma exceção em que o Governo Tony Blair (1997-2007) buscou amenizar cortes, adaptar o aparato militar para capacidades expedicionárias após décadas de foco no continente europeu e, principalmente, engajar o Reino Unido em uma política externa intervencionista. Logo, infere-se que o principal legado para as Forças Armadas Britânicas dos dez anos de Governo Blair pode ser encontrado no restabelecimento do foco expedicionário e projeção de poder, centrados na Royal Navy, como ocorrera nos anos anteriores à Guerra Fria. Similarmente, Hyde-Price, pesquisador de segurança e defesa europeia, ao analisar o Reino Unido e a França aponta que ambos voltaram-se “[...] para guerra expedicionária e projeção de poder. A projeção de poder sempre foi um elemento do pensamento militar britânico e francês, dados seus interesses residuais além-mar, mas agora moveu-se para o centro do palco” (HYDE-PRICE, 2007, p. 105, tradução nossa)⁸⁷.

Apesar do cenário inicialmente favorável ao orçamento da defesa, a segunda metade do período do Partido Trabalhista no governo foram marcados por novos cortes, com

⁸⁷ “[...] *towards expeditionary warfare and power projection. Power projection has always been an element of British and French military thinking given their residual overseas interests, but it has now moved centre stage*” (HYDE-PRICE, 2007, p. 105).

destaque para o ano de 2004. Estes cortes, apesar de brandos quando comparados com os dos anos Major, significavam que os recursos financeiros e a vontade política de Tony Blair eram limitados. Assim, quando cresciam os custos da política intervencionista do Primeiro Ministro, tornou-se necessário ajustes. Apesar disso, a Revisão de 1998 pode ser considerada como um marco significativo para a reorientação das forças britânicas e para o fortalecimento de suas capacidades expedicionárias, os cortes de 2004 não significariam a reversão das decisões da Revisão implementadas nos anos anteriores. Nesse sentido, a influência das decisões de 1998 continua a marcar a política de defesa dos sucessores de Blair. Mesmo em momentos de austeridade, a força militar do Reino Unido seria uma força grandemente expedicionária.

Assim, no fim dos anos Blair, a estrutura organizacional da Royal Navy estaria modelada para campanhas anfíbias e litorâneas (*litoral manoeuvre*) e projeção de poder, minimizando planos de combate em águas abertas. Similarmente, o Exército Britânico foi redirecionado para obter maior mobilidade e ser uma força capaz expedicionária mais integrada com os demais serviços (CONNELL, 2010). Contudo, as operações no Iraque e Afeganistão apresentariam pressões constantes para a estrutura organizacional das forças, especialmente a do Exército, divergisse do planejado e lentamente implementado pelo Governo Blair até 2003/2004.

O Governo Gordon Brown (2007-2010) foi marcado pela relativa indiferença com a situação das Forças Armadas, apesar de poupá-las de pressões significativas quando a Crise Financeira de 2007-2008 atinge as contas governamentais. A economia do Reino Unido adentraria uma severa recessão que aumentaria as pressões do Tesouro Britânico para a redução de gastos governamentais, sendo a Defesa uma área grandemente almejada para ajustar os dispêndios britânicos (EUROPEAN UNION, 2011). Contudo, Brown evitaria a formulação de uma nova revisão de defesa, tendo que a implementação de cortes seria parcialmente transferida para o vencedor das eleições gerais de 2010.

A ascensão de David Cameron trouxe novamente o Partido Conservador ao governo e com este a política de austeridade fiscal para o Ministério da Defesa. A Revisão de Defesa de 2010 apresentou-se como a mais severa desde os cortes do “dividendo da paz” dos anos John Major. Durante o primeiro Governo Cameron (2010-2015) os três serviços foram profundamente afetados, deixando lacunas de capacidades militares inéditas para o Reino Unido. O principal exemplo foi a decisão da retirada de serviço dos porta-aviões e suas aeronaves, eliminando temporariamente a capacidade da Royal Navy de operar essa plataforma de projeção de poder aeronaval. A Royal Navy atingiu seu menor tamanho

histórico, com apenas 19 navios escolta de superfície (fragatas e contratorpedeiros), o Exército Britânico foi reduzido para 82 mil (UNITED KINGDOM, 2010b), atingindo o menor número em mais de dois séculos (RASLER, 1994). Como comparação, em 1990, a Royal Navy possuía 48 navios escolta e o Exército 158 mil militares.

Nota-se que nos anos 1990 o contexto geopolítico em que o Reino Unido estava inserido passou por uma relativa redução de demandas para as Forças Armadas Britânicas, levando a Políticas de Defesa que reduziram os efetivos militares e privilegiaram unidades com maior capacidade relativa. A partir deste contexto, com a retomada de compromissos e os desejos do Governo Britânico desde Tony Blair por maior centralidade no sistema internacional, os números reduzidos começaram a restringir a flexibilidade das capacidades militares britânicas.

Os cortes de 2010 seriam grandemente realizados por motivações orçamentárias e debilitariam a capacidade do Reino Unido em realizar operações militares além-mar, como ocorreu na intervenção na Líbia em 2011. Neste caso, a decisão de retirar as aeronaves dos porta-aviões e operar somente uma dessas embarcações até 2014, quando a restante seria descomissionada, expuseram os equívocos estratégicos do Governo Cameron (SERGEANT, 2014). A dependência de aliados para a projeção de poder poderia resultar no declínio do Reino Unido como potência militar e principal parceiro dos Estados Unidos. Nesse sentido, essas considerações levariam o Governo Cameron a reconsiderar as medidas dos seus primeiros cinco anos, contribuindo para uma série de novas políticas que reafirmassem o Reino Unido como uma potência de primeiro escalão (DORMAN, UTTLEY; WILKISON 2016)

A Revisão de 2015, a segunda dos anos Cameron (2010-2016), caracterizou-se em larga medida por ser uma reversão das decisões estabelecidas em 2010 em nome da responsabilidade orçamental. A possibilidade de a França se tornar a principal força militar europeia e aliada especial dos Estados Unidos, contribuiu para que a Revisão de 2015 fosse uma resposta para que isso não se concretizasse: “Nosso compromisso com os gastos em Defesa assegurará que continuemos sendo o maior poder militar da OTAN na Europa.” (UNITED KINGDOM, 2015, p. 51, tradução nossa)⁸⁸. Apesar de aliados, o Reino Unido não poderia deixar que a França ocupasse a posição de “maior força militar da Europa” sem

⁸⁸“Our defence spending commitment will ensure that we remain NATO’s strongest military power in Europe.” (UNITED KINGDOM, 2015, p. 51).

consequências negativas para a relação com Washington e sua influência no continente europeu.

Assim, o Governo Cameron apresentava uma política mais ambiciosa para as Forças Armadas, ao passo que reassegurava aliados que o Reino Unido continuava com os meios para salvaguardar seus interesses globais, sejam estes individuais ou compartilhados com membros da OTAN. Logo, os sucessivos cortes realizados após a Revisão de Defesa de 2010, seriam parcialmente revertidos com a expansão de investimentos em equipamentos, comprometimento com o fim da austeridade no Ministério da Defesa e um discreto aumento real no orçamento das Forças Armadas (UNITED KINGDOM, 2015). Em 2018, o Reino Unido mantinha a posição de maior orçamento militar da Europa, excluindo a Rússia, responsável por 19,7% do orçamento de defesa europeu (IISS, 2019). A liderança britânica em 2018 indica que mesmo com os efeitos dos cortes do período 2010-2015, o Reino Unido manteve-se como uma força proeminente no continente, além de apontar para os efeitos da relativamente ambiciosa Revisão de 2015. Ademais, considerando o orçamento militar britânico em 2018, entende-se que a saída do Reino Unido da União Europeia (“*Brexit*”) não havia apresentado, entre 2016 e 2020, efeitos diretos significativos para a posição britânica como detentora do principal orçamento militar da OTAN na Europa.

Considera-se que, no período analisado, as diversas reduções em números totais se devem, em partes, ao fim da ameaça de um conflito de grande escala no continente europeu com o término da Guerra Fria, sendo parte de uma tendência presente em diversos países da OTAN. Contudo, as limitações orçamentárias do Reino Unido possuem peso igualmente significativo. A Revisão de 1990, descrita como impulsionada por mudanças geoestratégicas, era elaborada pelo Governo Margaret Thatcher antes dos acontecimentos que levaram ao intitulado fim da Guerra Fria (CROFT, 2001). Isto indica que reconsiderações sobre as capacidades militares do país seriam feitas independentemente da conjuntura internacional.

Logo, torna-se possível apontar que o Partido Conservador – autointitulado “Partido da Defesa” (HARROIS, 2015) - implementou os dois principais cortes orçamentários na Defesa durante o período pós-Guerra Fria, sendo eles os anos do Governo Major (1990-1997) e o primeiro Governo Cameron (2010-2015). Somente a partir do segundo Governo Cameron (2015-2016) e após críticas internas e alterações na percepção da segurança do Reino Unido no sistema internacional que os Conservadores implementaram políticas de expansão do orçamento e das capacidades militares britânicas. Apesar da eventual aplicação pontual de reduções orçamentárias, durante os anos do Partido Trabalhista no governo, liderado por Tony Blair (1997-2007) e Gordon Brown (2007-2010) as capacidades militares receberam

investimentos e maior estabilidade orçamentária, além de diversos comprometimentos governamentais de aquisição de capacidades futuras que começaram a ser incorporadas nos anos 2000. Contudo, durante os anos do Governo Blair o Reino Unido assumiria diversos compromissos militares ao redor do globo, com destaque para as operações no Iraque e Afeganistão, eventualmente pressionando o orçamento militar.

Dessa forma, como posto pelo pesquisador de política externa britânica, Robert Self, o Reino Unido encontrou-se com “muitos compromissos e pouco dinheiro” (SELF, 2010) desde a retomada de uma política externa intervencionista por Tony Blair e seus sucessores. Logo, as aspirações não são recebidas pelo suporte orçamentário adequado, gerando o que Self (2010) chama de “esperanças de poder militar” com gastos reduzidos nos escalões do Governo Britânico. Além disso, nota-se que a saída do Reino Unido da União Europeia possui potencial para afetar a expansão da economia britânica e, conseqüentemente, as dimensões do orçamento e capacidades militares do país.

Por fim, como exposto, apesar do histórico de reduções e das limitações financeiras, as forças expedicionárias do Reino Unido continuam capazes de serem empregadas em conflitos de pequena e média escala de maneira independente. A expansão das forças expedicionárias de reação rápida de 30 mil para 50 mil, a retomada da operação de porta-aviões com a entrada em serviço dos dois novos porta-aviões, *HMS Queen Elizabeth* e *HMS Prince of Wales*, (ROYAL NAVY, 2019), as considerações de expansão da frota pela primeira vez desde a Guerra das Malvinas/Falklands, além da manutenção de uma força altamente tecnológica e com capacidades aeronavais apoiadas pela Royal Fleet Auxiliary – detentora de tonelagem similar ao da Royal Navy – e pelos Territórios Ultramarinos no Atlântico Sul, Mediterrâneo, Caribe e Oceano Índico, com um gasto de 2% do PIB em Defesa, apontam que o Reino Unido continua detendo os meios para se manter entre o quadro das grandes potências militares.

4 A NATUREZA DA PRESENÇA MILITAR BRITÂNICA NO ATLÂNTICO SUL

A presença militar britânica cresceu expressivamente após a Guerra das Malvinas/Falklands (BEACH, 1986). Como exposto, a Ilha de Ascensão havia demonstrado sua utilidade militar durante o conflito como ponto de apoio para as operações no extremo sul da região contra as forças argentinas. Similarmente, o território de Gibraltar, tradicionalmente um entreposto militar britânico, operou como ponto de partida de parte da Força Tarefa enviada para a retomada das Ilhas Malvinas/Falklands (HASTINGS; JENKINS, 2011). Assim, Ascensão e Gibraltar receberiam maior atenção de Londres devido à importância dos mesmos para a manutenção do controle britânico das Ilhas Malvinas/Falklands (EUROPEAN UNION, 2009).

A partir de 1982 as Ilhas Malvinas/Falklands se tornariam o centro da presença militar britânica no Atlântico Sul. Essa presença seria expandida com a construção de uma vasta base militar em *Mount Pleasant* para o Exército e Royal Air Force e de portos permanentes e docas flutuantes para os navios e submarinos da Royal Navy (BEACH, 1986). A infraestrutura construída nos anos seguintes ao conflito tornaram as Ilhas Malvinas/Falklands em um dos principais pontos de concentração de forças militares britânicas fora do Reino Unido.

Ademais, a presença militar do Reino Unido não ficaria restrita aos seus territórios. Algumas das antigas colônias britânicas na costa ocidental africana manteriam relações próximas com Londres, prestando auxílio para as Forças Armadas Britânicas por meio da disponibilização de portos para a Royal Navy e exercícios militares conjuntos, como nos casos de África do Sul e Serra Leoa. Neste último caso, o Governo Britânico interveria na guerra civil de Serra Leoa em 2000, conservando o governo simpático a Londres no poder e estabelecendo uma presença militar no país.

Com isso exposto, serão analisados individualmente a presença militar do Reino Unido em Serra Leoa e África do Sul e como estes países disponibilizam auxílio para as forças britânicas. Em seguida, adentrar-se-á nas operações militares mantidas pelo Governo Britânico no Atlântico Sul, com os Territórios Ultramarinos Britânicos regionais sendo analisados separadamente em dois tópicos, abordando primeiramente as Ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, seguidas pelas Ilhas Malvinas/Falklands e Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul. Por fim, as consequências da presença militar do Reino Unido será abordada no último tópico deste capítulo. Com isso, serão expostas as considerações parciais sobre a natureza da presença do Reino Unido no Atlântico Sul.

4.1 Serra Leoa e o intervencionismo do Reino Unido no Governo Blair

A política externa intervencionista britânica do pós-Guerra Fria possui no Governo Blair seu principal expoente. Contudo, o retorno dessa política intervencionista possui suas raízes no meses finais do Governo Thatcher, um dos principais apoiadores do avanço de medidas diplomáticas para ações militares contra o Iraque após este invadir o Kuwait, especialmente depois da emissão de um série de resoluções do Conselho de Segurança, incluindo a Resolução 665 que permitia o estabelecimento de um bloqueio naval contra o Iraque (MARGARET THATCHER FOUNDATION, 2020). O sucessor de Thatcher, John Major, formou um novo governo em 28 de novembro de 1990 e manteve os planos de envolvimento britânico na Guerra do Golfo. A contribuição militar do Reino Unido no conflito garantiu que o país ficasse apenas atrás do Estados Unidos em números de militares envolvidos (FREEDMAN, 1999).

O Governo Blair continuava a retomada da política externa intervencionista britânica, que ganhou espaço com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética. O Governo em Londres buscava uma posição de liderança para o Reino Unido no sistema internacional pós-Guerra Fria, sendo este um país central para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Europa, um aliado relevante para os Estados Unidos e capaz de realizar suas próprias operações militares ou liderar coalizões quando necessário (UNITED KINGDOM, 1998). Logo, como previamente exposto, os anos Blair seriam marcados pelo engajamento militar do Reino Unido em uma série de operações além-mar, dentre elas Serra Leoa em maio do ano 2000.

Quando o Governo Britânico inicia a intervenção militar em Serra Leoa, o país africano enfrentava uma guerra civil por quase uma década. A ausência de comprometimento de outras potências com o conflito e a crescente possibilidade da queda do governo democrático, relativamente simpático com Londres, impulsionou a intervenção no país membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e da Comunidade das Nações. Além disso, a operação contou com o respaldo da Organização das Nações Unidas (DORMAN, 2009).

A intervenção em Serra Leoa possuía a maioria dos aspectos estabelecidos pelo Governo Britânico que justificavam a aplicação do intervencionismo liberal. Além disso, o envolvimento na Guerra Civil apresentava-se como uma oportunidade prática para demonstrar como Londres desejava alcançar os objetivos estabelecidos pela primeira versão governamental de uma “Doutrina de Defesa Britânica” publicada em 1998 e incrementada

em 2001. Reelaborada durante o envolvimento direto no país africano, a Doutrina reafirmava a disposição do Governo Blair em tornar o Reino Unido um ator disposto a utilizar a força militar quando os esforços diplomáticos falhassem em assegurar os interesses nacionais (UNITED KINGDOM, 2001). A operação em Serra Leoa se colocava como a execução prática dessa política em conjunto com os primeiros resultados da política de Defesa estabelecida pelo Governo Blair em 1998, por meio de uma Revisão de Defesa que confirmava o enfoque das capacidades militares do Reino Unido no quesito expedicionário (UNITED KINGDOM, 1998).

Nesse contexto, antes da intervenção em maio de 2000, outras potências, como os Estados Unidos e França não se mostravam dispostos a se envolverem no conflito interno de Serra Leoa. Washington e Paris consideravam que o país africano estava mais próximo politicamente do Reino Unido e que seriam os britânicos os que poderiam melhor manejar qualquer intervenção externa na Guerra Civil em andamento desde 1991 (STEWART, 2008; EVOE, 2008; DORMAN, 2009). Tendo a percepção de sucesso da intervenção, com o encerramento das hostilidades no início de 2002 e o estabelecimento de uma presença militar britânica no país africano, o posicionamento do Governo Blair sobre a necessidade de uma política externa intervencionista seria reforçada, o que eventualmente culminaria na invasão do Iraque de 2003 ao lado dos Estados Unidos.

No primeiro mês de intervenção, o Reino Unido possuía um destacamento em Serra Leoa que superava 4.500 militares, incluindo a presença de um porta-aviões, o *HMS Illustrious*⁸⁹, operando um esquadrão de sete jatos de combate *Harrier II* e helicópteros *Merlin AW101* e *Sea King*⁹⁰. Adicionalmente, o *Illustrious* transportava um destacamento de Royal Marines, especializados em operações anfíbias (RICHARDS, 2000). Este número havia crescido a partir dos 600 militares inicialmente enviados ao país e constituíam o efetivo do principal batalhão de paraquedistas do Exército, o *1st Battallion Parachute Regiment*. Além disso, o batalhão era apoiado pelo Grupo Anfíbio de Reação Rápida da Royal Navy, o *Amphibious Ready Group*, que continha um porta-helicópteros, *HMS Ocean*, uma fragata, *HMS Chatham*, uma embarcação de reabastecimento e outros dois navios de desembarque anfíbio operados pela Royal Fleet Auxiliary (RFA) (EVOE, 2008; RICHARDS, 2000).

⁸⁹O *HMS Illustrious*, parte da classe *Invincible* composta por três navios em serviço de 1980 a 2014.

⁹⁰Oficialmente, *Westland WS-61 Sea King*, é a versão britânica do helicóptero *Sikorsky S-61* de origem norte-americana. A versão produzida pelo Reino Unido possui capacidade para “operações de combate antissubmarino” (ASW), motores Rolls-Royce com maior potência e capazes de suportar o transporte de um reduzido número de militares.

Destaca-se que o *Amphibious Ready Group*, constituído por quatro navios e quase 700 Royal Marines, utilizou durante seu deslocamento em direção ao Atlântico Sul, o Território Ultramarino Britânico de Gibraltar como base de suporte logístico (EVOE, 2008), similar a estratégia utilizada 18 anos antes, durante a Guerra das Malvinas/Falklands (HASTINGS; JENKINS, 2011).

Considerando que a intervenção britânica ocorria independentemente de coalizões, o Reino Unido buscava um envolvimento de pequeno porte com no máximo 4.500 militares no auge das operações. Entretanto, conforme o envolvimento britânico se aprofundava, passando por diversos estágios operacionais por meio da *Operation Palliser, Barras e Khukri*, o governo em Londres iniciava um planejamento estratégico para que os números de militares em Serra Leoa não crescessem além do esperado (DORMAN, 2009).

Apesar disso, a intervenção do Reino Unido em Serra Leoa se tornaria a maior mobilização militar unilateral realizada pelo país desde a Guerra das Malvinas/Falklands (STERWART, 2008). Com a vitória das forças do Reino Unido e do governo eleito de Serra Leoa, o Governo Blair estabeleceu uma presença no país visando treinar e reformular aos moldes britânicos os três braços das forças armadas de Serra Leoa. A presença de militares do Reino Unido ocorreria especialmente pelo *International Military Assistance Training Team* (IMATT), criado por Londres (ANGELIDES; ROSS; WELCH; 2017). Esta nova força seria capaz de combater eventuais insurgentes remanescentes que contestassem o governo democrático do então Presidente Ahmad Tejan Kabbah e de seus sucessores.

Consequentemente, o Reino Unido restabelecia sua presença militar na África Ocidental, interrompida na década de 1960 pelas independências regionais, além de reafirmar a dependência do país periférico perante Londres. Ademais, tendo a localização de Serra Leoa como um dos pontos mais próximos entre a América do Sul e a África, Londres retornava à região de “entrada” ao Atlântico Sul. A posição oficial do Governo Britânico indicava que a presença dos militares seria focada no treinamento das forças de Serra Leoa, sendo que o efetivo britânico seria gradativamente reduzido até que a sua presença no país africano não fosse mais necessária (EVOE, 2008). Assim, a presença militar seria de curto prazo e com poucos dispêndios para o orçamento do Ministério da Defesa do Reino Unido.

Apesar da redução nos números permanentes entre 2002 e 2012, em 2008 havia um destacamento britânico que variava de 100 a 160 militares em Serra Leoa (STEWART, 2008; ANGELIDES; ROSS; WELCH; 2017). Este efetivo permaneceria relativamente constante durante nos próximos cinco anos. Em 2013, o IMATT seria substituído pelo *International Security Advisory Team* como parte da redução dos números totais de militares do Reino

Unido no país. No ano seguinte, Londres mantinha apenas dez militares responsáveis pelo *Advisory Team* (ANGELIDES; ROSS; WELCH; 2017).

Nesse período, com a culminação dos planos estabelecidos no pós-Guerra Civil de treinamento dos militares de Serra Leoa, a presença britânica passava por uma reorientação. A partir de 2017, a presença britânica seria centrada na realização de exercícios conjuntos entre as forças militares dos dois países, objetivando estreitar laços e aproveitar o ambiente provido pela localização geográfica de Serra Leoa (UNITED KINGDOM, 2017). Logo, o Reino Unido passaria a desfrutar de um novo local para a especialização de suas tropas em clima equatorial ou tropical, como ocorre com a presença das Forças Armadas Britânicas em Brunei no Sudeste Asiático e Belize na América Central.

Destaca-se que a redução nos números totais da presença militar britânica desde o fim da Guerra Civil não deve ignorar quase duas décadas de relações próximas e fortalecidas entre Freetown e Londres, que se tornou uma das principais relações bilaterais do Reino Unido na África. No período pós-intervenção, Serra Leoa pode ser categorizada como um dos Estados africanos com maior proximidade com o Reino Unido em questões de Defesa e Segurança ao lado do Quênia⁹¹.

Nesse sentido, além das áreas de treinamento para as tropas britânicas e os exercícios militares conjuntos, a Royal Navy possui acesso aos portos de Serra Leoa para a realização de abastecimentos e reparos, incluindo submarinos nucleares⁹² que rotineiramente patrulham o Atlântico (FARIA, 2011; GUIMARÃES, 2016). Assim, torna-se possível constatar que as instalações em Freetown passam a exercer papel similar ao período das estações carvoeiras que no passado prestavam auxílio direto às operações navais da Royal Navy.

A presença britânica em Serra Leoa se apresenta como uma exceção da maneira tradicional da projeção de poder do Reino Unido no Atlântico Sul, centrado em seus territórios ultramarinos e na capacidade expedicionária de suas Forças Armadas. Em Serra Leoa, o Governo Britânico lida com um Estado soberano, membro da Comunidade das Nações (*Commonwealth of Nations*), parceiro nas áreas de Defesa e Segurança e que busca no relacionamento com Londres a melhoria de suas forças militares e ajuda econômica.

Neste ponto, o Reino Unido mostrou-se como uma grande fonte de ajuda econômica bilateral. Em 2015, Serra Leoa foi destino de 220 milhões de libras esterlinas, figurando como

⁹¹A presença militar do Reino Unido no Quênia é significativamente mais expressiva do que em Serra Leoa, com uma vasta área de treinamento e com centenas de militares britânicos anualmente treinando no país.

⁹²O Governo Britânico raramente disponibiliza as atividades militares de sua força submarina.

o sexto maior destino de ajuda econômica do Governo Britânico naquele ano (MORRIS, 2017). Considerando que o Produto Interno Bruto nominal de Serra Leoa foi de aproximadamente 4,4 bilhões de dólares em 2015 (IMF, 2016), a ajuda britânica representou cerca de 5,1% do PIB do país. Apesar das variações anuais, o auxílio econômico do Reino Unido está presente desde o processo de estabilização de Serra Leoa a partir de 2002. Em 2018, o auxílio internacional britânico destinado à Serra Leoa foi de 94 milhões de libras esterlinas, colocando o país como apenas o vigésimo destino de auxílio econômico britânico (UNITED KINGDOM, 2019b) e demonstrando que com o distanciamento do fim da Guerra Civil e a recuperação econômica do país, o auxílio de Londres apontou sinais de redução.

Ademais, durante o surto do vírus Ebola na África Ocidental entre o fim de 2013 e meados de 2016, o Reino Unido assumiu um papel central na contenção da epidemia em Serra Leoa. Em setembro de 2014, representantes da Organização Mundial da Saúde (OMS) se reuniram com oficiais civis do Governo Britânico visando estabelecer uma resposta internacional e auxiliar na situação interna do país africano. No mesmo mês, o Governo de Serra Leoa e a OMS requisitaram oficialmente que Londres assumisse a liderança das operações de assistência internacional. O Reino Unido apresentava-se em 2014 como o principal doador de ajuda econômica e como o único país a deter uma presença militar permanente em Serra Leoa, além de possuir um grupo de conselheiros do Departamento para o Desenvolvimento Internacional britânico na nação africana, fatores que contribuíram para o protagonismo de Londres (ANGELIDES; ROSS; WELCH; 2017).

O Governo Britânico respondeu aos requerimentos de Serra Leoa e da OMS com o envio de destacamentos militares, incluindo engenheiros e médicos do Exército Britânico, e equipamentos para a construção e manutenção de hospitais temporários. A presença militar britânica seria rapidamente expandida em outubro de 2014 quando Londres anunciou o envio de um adicional de aproximadamente 750 militares (ANGELIDES; ROSS; WELCH; 2017). Um total de 1.500 militares britânicos estiveram envolvidos até novembro de 2015, quando as operações foram. Ademais, com envolvimento direto do Reino Unido na contenção da epidemia, a resposta das Forças Armadas de Serra Leoa foi grandemente guiada pelas Forças Armadas Britânicas. Durante esse período, oficiais britânicos tinham reuniões semanais com o presidente do país, estabelecendo as principais sugestões de medidas que eram aprovadas por Freetown encerradas (UNITED KINGDOM, 2015b), exercendo significativa influência nas decisões presidenciais no decorrer da pandemia.

Por fim, nota-se que a proximidade com o Reino Unido pode ser vista quando o Governo de Serra Leoa expressou suporte ao princípio de autodeterminação dos povos no

caso dos habitantes das Ilhas Malvinas/Falklands, significando apoio a posição do Reino Unido na disputa sobre o território com a Argentina (MILLER, 2012), em detrimento das reivindicações argentinas e da ZOPACAS. Destaca-se que a posição de Freetown sobre a soberania das Malvinas/Falklands possui um histórico marcado pelo apoio direto ou indireto ao Reino Unido. Durante o conflito militar de 1982 sobre o arquipélago, o Governo de Serra Leoa emitiu suporte ao Reino Unido e condenou a ação militar argentina ao passo que permitiu o uso de seus portos, caso necessário, por parte da Força Tarefa britânica enviada ao Atlântico Sul para a retomada do território em disputa (MARGARET THATCHER FOUNDATION, 2013).

A posição de Serra Leoa como membro das ZOPACAS, que visa a eliminação da presença militar extrarregional do Atlântico Sul, não possuiu influência em alterar o suporte do país africano sobre a soberania britânica das Malvinas/Falklands, demonstrando as limitações da organização regional. Ademais, como exposto, no pós-Guerra Fria as relações bilaterais entre Londres e Freetown passaram por um período de fortalecimento, especialmente nos quesitos de cooperação em Defesa e Segurança, tornando remotas as possibilidades de adoção posições contrárias ao Reino Unido por parte de Serra Leoa.

Logo, tendo a exposição acima, a presença militar do Reino Unido em Serra Leoa, um membro da ZOPACAS, apresenta-se como uma questão politicamente oposta aos objetivos regionais. O período a partir da intervenção do Reino Unido na Guerra Civil de Serra Leoa em 2000 é caracterizado pela crescente influência britânica no país africano, marcando o retorno militar britânico a antiga colônia e contribuindo indiretamente para o enfraquecimento da posição da ZOPACAS sobre o estabelecimento de um Atlântico Sul sem a presença territorial e militar de potências externas. Deste modo, a influência de Londres, somada aos próprios interesses de Serra Leoa nesta relação bilateral, possui potencial para se mostrar como um dos desafios para a eventual consolidação e coesão de uma Zona de Paz no Atlântico Sul ao passo que reforça a permanência militar-territorial do Reino Unido na região.

4.2 África do Sul: O porto de Simon's Town

Além de Serra Leoa, o Reino Unido manteve vínculos relativamente próximos com outro país africano banhado pelo Atlântico Sul e membro da ZOPACAS. Os laços históricos da África do Sul com o Reino Unido remontam às Guerras Napoleônicas, quando forças britânicas conquistaram as possessões holandesas da Colônia do Cabo em 1806. A decisão

de Londres pela junção de colônias britânicas na região em 1910 estabeleceu a União da África do Sul, um Domínio⁹³ dentro do Império Britânico. As transformações dentro do império nas décadas seguintes levaram ao Estatuto de Westminster de 1931, que garantiu a igualdade entre os parlamentos dos Domínios, estabelecendo uma *de facto* independência legislativa. Todavia, a ligação política com o Reino Unido perduraria por mais três décadas, quando em 1961 a África do Sul deixou de ser um dos reinos (*Commonwealth Realms*) da Monarquia Britânica (WELSH, 2000).

A posição estratégica da África Sul, entre os oceanos Atlântico e Índico, estimulou que o Governo Britânico buscasse manter ao menos uma base de apoio naval na ex-colônia. Dessa forma, a base naval de Simon's Town ficaria sob o controle administrativo e operacional do Reino Unido até 1955. Neste ano os dois Estados celebraram o Acordo de Simonstown, resultando na transferência do controle da base para o governo da África do Sul em retorno da continuidade do uso das instalações por parte da Royal Navy em períodos de guerra ou paz (DODD, 1975).

O acordo possibilitava o uso da maior base naval do país africano não apenas pelo Reino Unido, mas se necessário pelos aliados britânicos. Logo, por duas décadas Simon's Town foi um ponto de apoio para o Reino Unido e seus aliados da OTAN, um símbolo de Londres como peça-chave na proteção dos interesses da Aliança Atlântica na região e de como os aliados da OTAN poderiam usufruir da influência do Reino Unido em determinadas regiões ultramarinas fora da área de atuação da organização.

A proximidade entre os dois países era traduzida nos exercícios anuais entre suas marinhas entre os anos 1950 e 1974, que envolvia o envio de um flotilha da Royal Navy ao Atlântico Sul. Ademais, o Reino Unido mantinha-se como principal fornecedor de artigos militares do país, com destaque para a Marinha da África do Sul que era formada somente por navios fabricados no Reino Unido até meados dos anos 1970 (DU TOIT, 2009).

Todavia, determinados fatores contribuiriam para o distanciamento das relações bilaterais. Primeiramente, o sistema de segregação racial sul-africano – *apartheid* – gerou um desgaste político crescente em Londres e pressões por parte de outros membros africanos da Comunidade das Nações pela tomada de sanções contra a África do Sul⁹⁴ (WELSH, 2000).

⁹³Os *Dominions* eram unidades políticas dentro do Império Britânico que receberam o “governo responsável” (*responsible self-rule*). Nestes casos, Londres detinha o controle das relações exteriores e das questões de defesa e segurança imperial.

⁹⁴Apesar disso o Governo Margaret Thatcher (1979-1990) foi resistente em impor sanções econômicas contra a África do Sul, um dos principais parceiros comerciais do Reino Unido no continente africano.

Adicionalmente, os sucessivos governos britânicos davam continuidade à política de desengajamento de diversas bases ultramarinas, processo iniciado com a independência do subcontinente indiano em 1947-1948 e acentuado após a Crise de Suez em 1956. Como resultado, em 1975 o Acordo de Simonstown foi suspenso, encerrando a presença militar britânica no país. A Royal Navy e a Marinha da África do Sul não realizariam novos exercícios conjuntos por quase duas décadas e a preponderância da indústria de defesa britânica nas forças sul-africanas declinaria rapidamente devido à adoção gradativa de restrições de exportações ao regime sul-africano enquanto o *apartheid* vigorasse (DU TOIT, 2009). Somente com o fim do regime do *apartheid* nos anos 1990 que as relações entre os dois Estados adentrariam um período de reaproximação. A readmissão da África do Sul na Comunidade das Nações apresenta-se como um dos primeiros movimentos diplomáticos nesse novo contexto.

No campo econômico, o Reino Unido reafirmava sua posição como um dos cinco principais parceiros comerciais sul-africanos e a segunda maior fonte de investimento estrangeiro da África do Sul durante os anos 2000 (VINES; WEIMER, 2011), alcançando o primeiro lugar em investimentos externos no país em 2017 com 27% do total (SOUTH AFRICAN RESERVE BANK, 2019). Com a saída do Reino Unido da União Europeia, os governos britânicos em conjunto com os governos membros do bloco da União Aduaneira da África Austral e o Moçambique finalizaram em 2019 um novo acordo comercial visando a continuidade do comércio entre os países regionais e o Reino Unido (SOKO, 2019). Sendo grandemente um acordo que espelha os arranjos comerciais que a União Europeia mantém com a África do Sul e outros países do sul da África, simbolizando a continuidade das relações comerciais entre a África do Sul e o Reino Unido.

Concernindo à área de cooperação militar, em 1994 é estabelecido o *British Military Advisory and Training Team* (BMATT)⁹⁵, um destacamento militar britânico na África do Sul, como parte de acordos entre os dois países para que o Reino Unido auxiliasse no treinamento e na integração das forças militares da África do Sul no pós-*apartheid*. O BMATT foi criado seguindo os pedidos do Governo Sul-Africano para que Londres participasse do processo de integração à Força Nacional de Defesa dos braços armados de movimentos contrários ao regime do *apartheid*. Gradativamente, o BMATT assumiu compromissos de treinamento das forças militares da África do Sul e de prestação de assessoria em questões de Defesa, perdurando neste papel até 2017 quando o Reino Unido e

⁹⁵Posteriormente intitulado *British Peace Support Team*.

a África do Sul concordaram em encerrar o BMATT (MARTIN, 2017).

Adicionalmente, os exercícios conjuntos entre as marinhas seriam retomados. Contudo, com o fim da Guerra Fria e a conseqüente redução da ameaça à Passagem do Cabo, o Reino Unido não daria a mesma relevância para esses exercícios que nos anos 1960 envolviam um flotilha da Royal Navy (DU TOIT, 2009), mas a retomada em escala reduzida cumpriria o objetivo de reaproximar as forças e reafirmar o interesse britânico na região. Logo, o Governo Britânico aproveitaria os deslocamentos de embarcações da Royal Navy que patrulham o Atlântico Sul para realizar exercícios navais frequentes com a Marinha África do Sul (ROYAL NAVY, 2015a).

Assim, o Reino Unido estabeleceu acordos com a África do Sul objetivando acesso ao antigo porto e base naval de Simon's Town. Ademais, um novo memorando de entendimento referente à continuidade da cooperação militar entre os dois países para manutenção da segurança e estabilidade regional foi firmado em 2015 (SOUTH AFRICA; UNITED KINGDOM, 2015). A configuração da cooperação bilateral entre a África do Sul e o Reino Unido são revisitados por meio de um fórum próprio e de caráter permanente criado em 1997 pelos dois países. O *South Africa-United Kingdom Bilateral Forum* ocorre bianualmente e caracteriza-se como um dos poucos do tipo mantidos pelo Reino Unido, simbolizando a importância que Londres reserva às relações com a África do Sul (CHATHAM HOUSE, 2011).

Destes pontos, destaca-se a liberdade de acesso ao porto de Simon's Town por parte das forças navais britânicas, especialmente relevante para as unidades que operam no Atlântico Sul ou em rota ao Oceano Índico. O navio patrulha britânico *HMS Clyde*, permanentemente baseado nas Ilhas Malvinas/Falklands entre os anos 2007 e 2019, passou por reparos e atualizações na base sul-africana de Simon's Town em 2011 e 2017. Segundo a Royal Navy, no período de doca-seca de 2011, o *HMS Clyde* passou por significativa inspeção após cinco anos no Atlântico Sul. Além disso, demonstrando a complexidade dos trabalhos realizados em Simon's Town, aponta que o “*Clyde* também receberá trabalhos de manutenção em seu convés superior e uma série de sistemas de engenharia para garantir que estará pronta para operações.”⁹⁶ (ROYAL NAVY, 2017, tradução nossa).

O *HMS Clyde* foi somente uma dentre as várias embarcações da Royal Navy que desfrutaram da base naval a partir da retomada das relações próximas do pós-apartheid. A

⁹⁶ “*Clyde will also have maintenance work carried out on her upper deck and a host of engineering systems to ensure that she is ready for operations.*” (ROYAL NAVY, 2017)

partir dos anos 2010 essas visitas receberiam maior destaque ao passo que passaram a ser divulgadas pela Royal Navy. Os navios britânicos que utilizam a base de Simon's Town são especialmente contratorpedeiros (*destroyers*) e fragatas, com menor frequência navios caçaminas. Estas unidades são regularmente acompanhadas por ao menos um navio da Royal Fleet Auxiliary para apoio logístico. Nota-se que fragatas e contratorpedeiros são as principais classes designadas para a patrulha do Atlântico Sul, indicando que a Royal Navy utiliza Simon's Town como ponto de apoio de suas operações sul-atlânticas. Todavia, o uso dos portos da África do Sul por parte da Royal Navy não indica uma dependência operacional. As forças navais britânicas possuem autonomia operacional garantida especialmente pelas instalações nas Ilhas Malvinas/Falklands e na Ilha de Ascensão. Para os navios da Royal Navy permanentemente baseados no Atlântico Sul, os portos sul-africanos cumprem o papel de facilitadores de operações que requisitariam deslocamentos mais extensos, incluindo eventuais retornos ao Reino Unido para manutenções significativas.

Assim, somente em 2013 e excluindo navios da Royal Fleet Auxiliary, quatro navios da Royal Navy utilizaram a base de Simon's Town para reabastecimentos ou reparos (ROYAL NAVY, 2013a; 2013b; 2013c; 2013d). No ano seguinte, duas outras embarcações utilizaram Simon's Town após patrulhas no Atlântico Sul e no Índico⁹⁷ (ROYAL NAVY, 2014a; 2014b). Em 2015, as visitas foram repetidas por meio da presença do contratorpedeiro *HMS Dragon* (ROYAL NAVY, 2015b) e da fragata *HMS Lancaster*, ambos os navios realizaram manutenção seguida de treinamentos conjuntos com a Marinha da África do Sul. Em seguida, o *HMS Lancaster* iniciou um período de três meses de patrulha no Atlântico Sul antes de retornar ao Reino Unido (ROYAL NAVY, 2015c). Nos anos seguintes, outros navios britânicos continuariam a utilizar a base naval sul-africana, incluindo o mencionado *HMS Clyde* em 2017.

A relevância das instalações disponibilizadas pela África do Sul é destacada pela presença frequente da Royal Navy e da Royal Fleet Auxiliary. Foram realizados trabalhos no *Iron Duke*, *Lancaster*, *Argyll*, *Endinburgh*, *Clyde*, dentre outros navios britânicos, não sendo executados na infraestrutura militar do Reino Unido existente nas Ilhas Malvinas/Falklands. A localização estratégica de Simon's Town e sua infraestrutura adequada para trabalhos mais complexos possibilita que a Royal Navy e a Royal Fleet Auxiliary usufruam de um ponto de

⁹⁷Em 2013, as quatro embarcações britânicas que utilizaram Simon's Town foram: o navio patrulha *HMS Protector*, as fragatas *HMS Richmond* e *HMS Argyll* e o contratorpedeiro *HMS Endinburgh* que iniciou reparos no local ainda em dezembro de 2012. No ano seguinte, em 2014, as fragatas *HMS Iron Duke* e *HMS Portland* atracaram no porto sul-africano.

apoio adicional em seus deslocamentos facilitando ainda mais o controle relativo do Reino Unido sobre o Atlântico Sul e, por conseguinte, reforçando o entendimento que os portos da África do Sul desempenham papel de facilitadores da presença britânica na região.

Com isso exposto, a estratégia militar envolvendo o uso frequente da base naval de Simon's Town e de determinados portos e infraestrutura de Serra Leoa pode ser caracterizada como similar – em escala reduzida - ao sistema imperial de bases navais e estações carvoeiras do século XIX que asseguravam o controle dos oceanos por parte do Reino Unido (KENNEDY, 2004). Como mencionado anteriormente, a descolonização entre os anos 1950 e 1970 desmantelaria uma parcela importante desse sistema, com destaque nos Oceanos Índico e Pacífico. Contudo, isso não afetaria com a mesma gravidade as bases de apoio no Mediterrâneo, Caribe, Atlântico e Golfo Pérsico⁹⁸. Parte desses pontos seria preservada por meio de acordos com ex-colônias, como demonstrado nos casos de Serra Leoa e da África do Sul, e o restante seria mantido por meio do controle territorial direto na forma dos Territórios Ultramarinos Britânicos.

A configuração da presença militar britânica no Atlântico Sul indica que a região se coloca como a de maior grau de preservação dessa forma de projeção de poder do Reino Unido. Até a Primeira Guerra Mundial, as principais estações carvoeiras da Royal Navy na região estavam na Ilha de Ascensão, Ilha de Santa Helena, Ilhas Malvinas/Falklands, Freetown, Simon's Town e na Costa do Ouro, atual Gana (GRAY, 2014; KENNEDY, 2004). Destes, os três primeiros permanecem sob tutela britânica e Freetown e Simon's Town continuam sendo utilizadas pelas forças navais de Londres. Apenas as antigas bases em Gana estão fora do uso das forças do Reino Unido no Atlântico Sul.

Em suma, apesar do fim do Império, o Reino Unido assegurou controle ou acesso aos principais pontos de apoio para suas forças navais no Atlântico Sul. Cenário similar ocorre no Caribe, Mediterrâneo, no Atlântico Norte e em menor escala no Oceano Índico. Ademais, o Atlântico continua a ser a principal área de atuação da Royal Navy, seguido pelo Mar Mediterrâneo. Em síntese, é nesse contexto geoestratégico global de projeção de poder em que as relações na área de Defesa e Segurança entre a África do Sul e o Reino Unido se situam.

⁹⁸A presença imperial do Reino Unido no Golfo Pérsico cessou com a independência de seus protetorados em 1971. A partir de 1971 a presença militar britânica ocorreu sem a existência de bases permanentes até o restabelecimento de uma base no Bahrein em 2014, complementada por outra base regional britânica no Sultanato de Omã.

4.3 O contingente militar do Reino Unido no Atlântico Sul

O Reino Unido destina um destacamento organizacional próprio composto pelos três braços das forças armadas do país ao cinturão regional de ilhas sob a sua proteção. Este cinturão parte da Ilha de Ascensão, próxima a Linha do Equador, passando pelas ilhas de Santa Helena, Tristão da Cunha, Malvinas/Falklands e se estende até as Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, no extremo meridional do Atlântico.

O denominado *British Forces South Atlantic Islands* inclui as forças encarregadas pela defesa dessas possessões e de suas populações locais. O Governo Britânico declara que essa presença militar possui como objetivo demonstrar o compromisso de Londres em defender seus territórios na região. Consequentemente, as capacidades militares na região incluem “[...] equipamentos de defesa aérea, capacidade de patrulha marítima e forças de infantaria. Também há deslocamentos navais regulares na região e deslocamentos temporários para exercícios de rotina.”⁹⁹ (UNITED KINGDOM, 2014, tradução nossa).

A percepção de ameaças regionais por parte de Londres e a utilidade dos territórios para operações em áreas circunvizinhas contribuem para um destacamento “mínimo” de dissuasão seja mantido permanentemente nessas ilhas. Além disso, nota-se que o compromisso de defesa dos Territórios Ultramarinos consta em todas as Revisões de Defesa desde 1990¹⁰⁰ (UNITED KINGDOM, 1998; 2010; 2010b; 2015). A abordagem do Governo Britânico nessas Revisões concentra-se grandemente no aspecto estratégico-militar dos territórios na região, excluindo concepções de cooperação.

O efetivo militar aproximado do Reino Unido em todos as suas possessões sul-atlânticas na primeira metade dos anos 2000 era de 500 militares do Exército Britânico concentrados nas Ilhas Malvinas/Falklands (BRITISH ARMY, 2006), além de números não especificados da Royal Navy e Royal Air Force. A partir de 2006 esse número apresenta ter passado por um crescimento, estabilizando nos anos 2010 no patamar entre 1.200 (JACKSON, 2015) e 1.100 militares permanentemente estacionados na região (GUIMARÃES, 2016). Estes números não incluem as tripulações de navios como submarinos, contratorpedeiros e fragatas que patrulham a região e que não possuem afiliação

⁹⁹ “[...] *air defence assets, maritime patrol capability and infantry forces. There are also regular naval deployments to the region and temporary deployments for routine exercises.*” (UNITED KINGDOM, 2014).

¹⁰⁰A Revisão de 1990 foi a primeira a ser publicada desde 1981, oito anos após a Guerra das Malvinas/Falklands.

permanente aos portos dos territórios britânicos. Como será exposto, a partir do fim da Guerra das Malvinas/Falklands e até o restabelecimento das relações com a Argentina em 1990, as forças britânicas eram superiores aos números dos anos 2000 e 2010.

O Reino Unido mantém duas zonas de patrulha ativas na região: o *Atlantic Patrol Task South* e o *Antartic Patrol* (ROYAL NAVY, 2020). Por meio deste último, a Royal Navy reserva um navio patrulha quebra gelo¹⁰¹, como forma de complementar a defesa das Ilhas Malvinas/Falklands e Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, além de patrulhas nas águas da área reivindicada por Londres na Antártica. Além disso, o Reino Unido possui o compromisso de manter ao menos um navio de superfície no Atlântico Sul, sendo a presença naval complementada por uma fragata ou contratorpedeiro da Royal Navy em conjunto com um navio da Royal Fleet Auxiliary, conduzindo a patrulha sul-atlântica intitulada “*Atlantic Patrol Task (South)*” (UNITED KINGDOM, 2012a).

Considerando os revezamentos ao longo do ano entre diferentes embarcações de superfície, conclui-se que, desde os anos 2000, até dois navios de superfície da Royal Navy, acompanhados por ao menos uma embarcação da Royal Fleet Auxiliary, possam estar regularmente presentes no Atlântico Sul. Ademais, há um navio-patrulha exclusivamente alocado às Ilhas Malvinas/Falklands. Esta unidade realiza manutenções e reabastecimento no porto de Mare Harbour no território britânico sendo enviado para a base naval sul-africana de Simon’s Town para a trabalhos mais complexos. A embarcação responsável pela patrulha das Ilhas Malvinas/Falklands não deixa as águas sul-atlânticas durante seu tempo de serviço. O *HMS Clyde* foi o primeiro navio a estabelecer essa prática durante seus doze anos no Atlântico Sul (2007-2019). Anteriormente, os navios-patrulha – menores que embarcações de superfície como as fragatas – realizavam revezamentos entre as Malvinas/Falklands e o Reino Unido. O fim do revezamento pode ser associado diretamente com a redução dos números da Royal Navy nos anos 1990, levando ao estabelecimento de uma patrulha permanente nas Malvinas/Falklands e a acordos com a África do Sul para o uso de estaleiros para a realização de manutenções complexas quando necessário.

Em 2019, o *Clyde* foi substituído pelo *HMS Forth*, um “equivalente” com maior autonomia, mais espaço para transporte de tropas e tripulação, com capacidade para operar

¹⁰¹Desde a Guerra das Malvinas/Falklands, o *HMS Protector* é a terceira embarcação reservada para patrulhas no extremo sul do Atlântico. Antes dele o *HMS Endurance* serviu na região entre 1967 e 1991, seguido por outro navio de mesmo nome entre 1991 e 2011.

helicópteros *Merlin*¹⁰² e com maior tonelagem. Com isso, o *HMS Forth* apresenta-se como um incremento significativo em comparação com o *Clyde*. O *Forth* e os seus navios-irmãos se assemelham mais à corvetas do que navios-patrolha que são levemente armados e sem grande espaço para incrementos e modificações¹⁰³ (CAMPBELL, 2016).

Assim, no período analisado, o Reino Unido procurou manter uma presença naval permanente na região por meio de três operações: o *Atlantic Patrol Task South*, o *Antartic Patrol* e a força naval de patrulha exclusiva das Malvinas/Falklands. Como será exposto, dos cerca de 1.200 militares presentes nos anos 2010 declarados pelo Governo Britânico, parcela significativa se encontrava nas Ilhas Malvinas/Falklands e somente entre 20 e 50 estavam permanentemente baseados na Ilha de Ascensão que abriga uma força similar de militares dos Estados Unidos. Tendo que a presença militar britânica em Serra Leoa passou na segunda metade dos anos 2000 por uma redução e lenta adaptação para uma presença intermitente, os números dos militares britânicos no país africano não estão inclusos.

4.3.1 Ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha

O “Território Ultramarino de Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha” é constituído por um conjunto de ilhas que possuem um histórico significativo de utilidade para as forças militares do Reino Unido desde a incorporação dessas áreas ao Império Britânico entre os séculos XVII e XIX. Desde o início do domínio britânico, este conjunto de ilhas atuou como bases de suporte para a Royal Navy e para a frota mercante do país. A partir da Guerra das Malvinas/Falklands em 1982, elas passaram a deter a função de funcionarem como pontos de apoio estratégico para as forças militares britânicas baseadas no Atlântico Sul, com destaque para a então crescente capacidade militar que seria alocada para a defesa das Malvinas/Falklands.

Ademais, o território possui uma extensa Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e localiza-se em uma região de grande relevância geoestratégica: entre a África e a América do Sul e entre as Ilhas Britânicas e as Malvinas/Falklands. A Zona Econômica Exclusiva do Território possui cerca de 1,64 milhão de km², sendo a 21ª maior ZEE. Esta extensão é

¹⁰²O *Merlin* ou *AgustaWestland AW101* possui como funções o transporte de tropas e guerra antissubmarino (Anti-Submarine Warfare ou ASW), sendo especializado em operações a partir de navios.

¹⁰³Corvetas apresentam capacidades e dimensões superiores aos navio-patrolha tradicionais, podendo atuar como navios escolta e de operações navais mais complexas.

superior às Zonas de países circunvizinhos como a África do Sul e Argentina. Considerando que as ZEEs dos demais territórios britânicos na região¹⁰⁴ alcançam 2,01 milhões de km², a área total das Zonas Econômicas Exclusivas controladas pelo Reino Unido representam aproximadamente 3,65 milhões de km². Assim, os territórios fornecem a Londres uma ZEE sul-atlântica similar à do Chile com 3,68 milhões de km² e logo atrás do Brasil com 3,83 ou 4,4 milhões de km² se incluídas as reivindicações brasileiras de expansão da plataforma continental¹⁰⁵. Logo, o Reino Unido possui um significativo potencial em recursos abertos à exploração, como ocorre nas Malvinas/Falklands.

Dentre as três principais ilhas do território, Ascensão se destaca no quesito de utilização e presença militar. Utilizada na era do vapor como estação carvoeira, a Ilha continua exercendo papel como entreposto para as forças expedicionárias britânicas, seja por meio de seu porto relativamente adequado¹⁰⁶ para navios de superfície como fragatas e contratorpedeiros ou pela extensiva base militar existente em seu território. Em 1986, a base da Royal Air Force (RAF) na ilha, a *RAF Ascension* ou *RAF Wideawake*, deixou de ser a principal base de operações aéreas do Reino Unido no Atlântico Sul após o Governo de Margaret Thatcher inaugurar um vasto complexo militar nas Ilhas Malvinas/Falklands. Anteriormente ao conflito, nota-se que a Ilha de Ascensão era a principal base militar do país na região (HASTINGS; JENKINS, 2010).

Contando com *RAF Ascension*, o Reino Unido possui a capacidade de projetar poder aeronaval a partir do que pode ser classificado como um “porta-aviões inafundável” no Atlântico Sul sem ameaça direta de Estados regionais. A percepção da existência de porta-aviões britânicos permanentemente atracados ao longo do Atlântico Sul, sintetiza a utilidade militar dos Territórios Ultramarinos Britânicos na região para o Reino Unido ao passo que auxilia o entendimento da relevância dessas diminutas possessões. Desde 1982, Londres expandiu esse sistema de projeção de poder, visando principalmente assegurar sua posição nas Ilhas Malvinas/Falklands. Como exposto previamente, a relevância militar desses territórios reside na ampliação da zona de alcance das aeronaves britânicas e no apoio

¹⁰⁴Desconsiderando as reivindicações britânicas na Antártica.

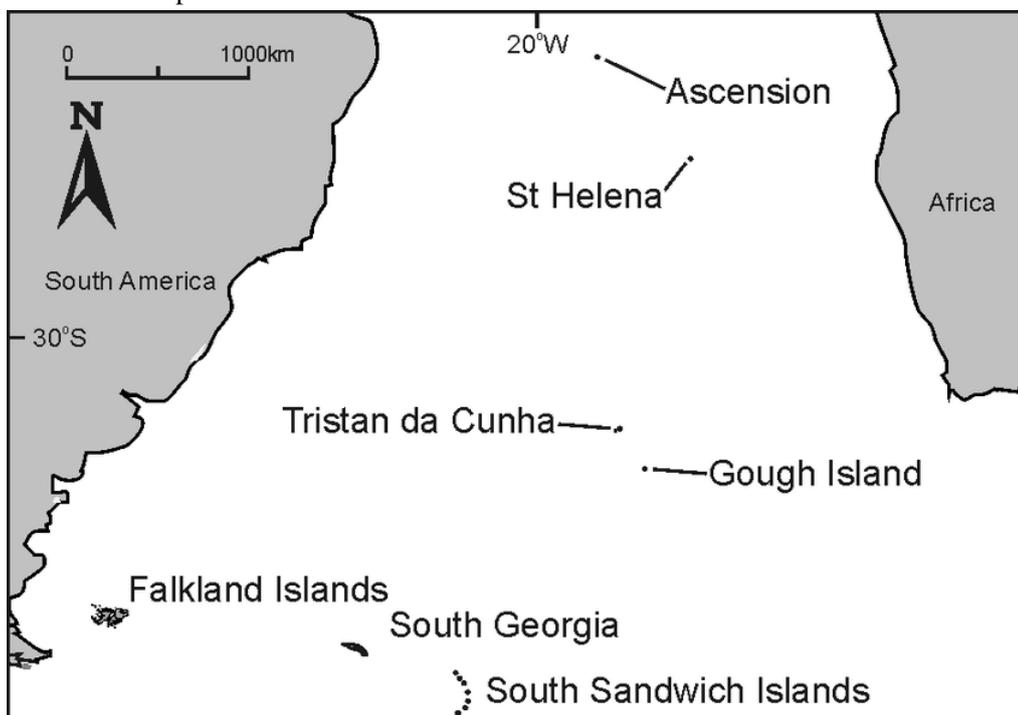
¹⁰⁵Em 2004, o Governo Brasileiro submeteu o pedido de reconhecimento de expansão da Plataforma Continental à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU. Uma segunda versão da requisição foi enviada em 2007 (WIESERBRON, 2017).

¹⁰⁶O porto, situado na capital costeira de Georgetown, não é designado como militar e adequado para reparos. Apesar da ausência de docas-secas e estaleiros, o porto recebe embarcações militares como navios-patrolha, fragatas e contratorpedeiros para transferência de equipamentos, reabastecimentos e desembarque de tropas.

complementar para a Royal Navy, assegurando que embarcações militares britânicas não dependam do uso dos portos de Estados sul-atlânticos ao operar no Atlântico Sul.

Como pode ser notado no Mapa 4, a Ilha de Ascensão está localizada a aproximadamente dois mil quilômetros do Recife, sendo a possessão britânica mais próxima da costa do Brasil. Além disso, para o Governo Britânico, a localização estratégica entre o Reino Unido e as Ilhas Malvinas/Falklands fornece à base militar em Ascensão o papel de “[...] deter agressão militar contra os Territórios Ultramarinos do Reino Unido no Atlântico Sul visando manter a soberania britânica.” (ROYAL AIR FORCE, 2020, tradução nossa)¹⁰⁷.

Mapa 4: Os Territórios Ultramarinos do Reino Unido no Atlântico Sul



Fonte: DARLOW; SHINE; STRINGER; SUMMERS, 2011, p. 500.

O ponto de “deter agressão militar” reforça o extensivo uso da infraestrutura na ilha em operações militares, incluindo mobilizações de grande porte. A Guerra das Malvinas/Falklands foi evento que testou a relevância militar de Ascensão. Como exposto previamente, as instalações em Ascensão prestariam suporte direto ou indireto aos quase 130 navios britânicos, às dezenas de aeronaves que tornaram o seu aeroporto militar o mais movimentado de seu tipo no mundo durante o conflito e à parcela dos 28 mil militares britânicos na região (HASTINGS; JENKINS, 2010).

Gibraltar e Ascensão agiram como “trampolins” ou pivôs que facilitaram e reduziram os custos e riscos da projeção de poder militar do Reino Unido. Similarmente, as operações

¹⁰⁷ “[...] deter military aggression against the UK’s South Atlantic Overseas Territories in order to maintain UK sovereignty.” (ROYAL AIR FORCE, 2020).

de bombardeiro conduzidas contra as posições argentinas nas ilhas partiram do aeródromo de *RAF Ascension*¹⁰⁸, assim como combustíveis e outros suprimentos para as forças expedicionárias (HASTINGS; JENKINS, 2010).

Sendo o único local em mais de 3mil milhas de distância em que as forças britânicas poderiam operar, durante os 74 dias de conflito, Ascensão colocou-se como o centro das atividades de logísticas do Reino Unido:

Na Ilha de Ascensão, os navios de Woodward carregavam reservas sobressalentes e equipamentos a partir dos vastos estoques que eram transportados pela Royal Air Force até o aeródromo. Durante os três próximos meses, o pináculo solitário de lava de Ascensão [...] se tornaria o centro da maior operação de logística britânica desde 1945. (HASTINGS; JENKINGS, 2010, p. 150, tradução nossa)¹⁰⁹.

Nos anos 1950, após o seu uso na Segunda Guerra Mundial, a posição geoestratégica de Ascensão atraiu a atenção do aliado mais próximo do Reino Unido, os Estados Unidos. A presença de militares norte-americanos em Ascensão se resume ao sistema de Radar de Detecção e Rastreamento, *Detection and Tracking Radar*, para o monitoramento do espaço aéreo e possui vínculo com o *US Strategic Command* (IISS, 2013). Adicionalmente, a ilha abriga uma das quatro antenas encarregadas de operar o Sistema de Posicionamento Global (GPS) de propriedade do Governo dos Estados Unidos¹¹⁰.

Contudo, o número de efetivos militares de Washington na Ilha de Ascensão passou por uma gradual redução de mais de uma centena no fim dos anos 1970 para não mais que 50 militares e operadores nos anos 2000. Ademais, a agência espacial norte-americana, a NASA, sob a supervisão da Força Aérea dos Estados Unidos (USAF) e portando autorização do Governo Britânico, possui um centro de observação em Ascensão, o *John Africano NASA/Air Force Research Laboratory Orbital Debris Observatory* (NASA, 2016).

A “relação especial” entre os dois países permite que aeronaves da USAF utilizem facilmente a infraestrutura militar do único membro da OTAN a possuir portos, aeródromos

¹⁰⁸*Operation Black Buck* foi uma operação de bombardeamento contra as posições argentinas nas Ilhas Malvinas/Falklands. Os bombardeiros *Vulcans* partiram de Ascensão com o objetivo de inutilizar o Aeroporto de Stanley. Os graus de “sucesso” das sete operações *Black Buck* foram variados.

¹⁰⁹“*At Ascension Island, Woodward’s ships were loading spares and equipment from the vast stocks being flown to the airfield by the Royal Air Force. For the next three months, Ascension’s lonely pinnacle of lava [...] was to be the hub of the greatest British logistics operation since 1945*” (HASTINGS; JENKINS, 2010, p. 150).

¹¹⁰A posição geográfica dos territórios do Reino Unido, somado a proximidade com Washington, contribuiu para que outra antena esteja localizada no Território Britânico do Oceano Índico.

e infraestrutura permanente e sob sua soberania no Atlântico sul do Equador. No caso do aeródromo existente na *RAF Ascension*, essa relação possibilita aos Estados Unidos participarem da administração da base em conjunto com o Reino Unido (ROYAL AIR FORCE, 2020). Entretanto, essa administração compartilhada não significa soberania compartilhada ou que as instalações militares sejam de uso exclusivo por parte das forças dos Estados Unidos.

Tendo em consideração a geoestratégia do Reino Unido, a Ilha de Ascensão detém uma posição significativa. Ascensão se apresenta como a base de apoio para operações que objetivam reforçar a defesa das Ilhas Malvinas/Falklands ou das demais possessões ultramarinas de Londres na região. Dessa forma, a Ilha de Ascensão pode ser considerada como uma das principais bases ultramarinas do Reino Unido em conjunto com Diego Garcia, as Bases Soberanas no Chipre, Gibraltar e as Ilhas Malvinas/Falklands.

As duas outras ilhas do Território, Santa Helena e Tristão da Cunha, possuem potencial econômico e especialmente militar para o Governo Britânico. Em ambas o interesse do Reino Unido foi revigorado nos anos 2000, com destaque para Santa Helena recebendo investimentos, em sua maioria estatais, usados na construção de um aeroporto internacional. Nota-se que decisão do Governo Britânico em financiar um aeroporto de duplo propósito – civil e militar - em Santa Helena coincide com o período dos governos Kirchner na Argentina que possuíam a questão das Ilhas Malvinas/Falklands como um prioridade governamental (ST. HELENA, 2011).

Com uma população de cerca de 4,5 mil habitantes, o que faz da ilha a mais populosa do Reino Unido na região¹¹¹, Santa Helena era apenas acessível pelo mar no início dos anos 2000. Assim, em 2003 o então Governo de Tony Blair declara a intenção de construir um aeroporto internacional¹¹² para fomentar a economia local e reduzir o seu isolamento (HOPE; MCELROY, 2010). Em 2005, o *Department for International Development* reafirmou que o governo planejava entregar o projeto concluído por volta de 2010 (SAINT HELENA, 2005).

¹¹¹O Território de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha possui aproximadamente 5,6 mil habitantes. As Ilhas Malvinas/Falklands possuem 3 mil e as Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul não possuem população permanente. Estes números não incluem os militares presentes nessas possessões.

¹¹²A pista de pouso de Santa Helena, com 2250 metros, seria menor que a presente na RAF Ascension que possuiu 3050 metros, sendo mais similar aos 2590 metros da maior pista da RAF Mount Pleasant nas Malvinas/Falklands. Dificuldades com o terreno local, contribuíram para que o tamanho fosse reduzido para 2000 metros.

Durante a fase inicial de planejamento diversos atrasos surgiram devido à problemas com as parcerias privadas e à Crise Econômica de 2007-2008 que colocou o projeto brevemente em pausa (BOWCOTT, 2008). A construção seria autorizada em 2011 pelo Governo Cameron, com previsão para entrega no início de 2016. Em outubro de 2015 ocorre o primeiro pouso no novo aeroporto britânico na região feito por um helicóptero militar *AgustaWestland Wildcat*¹¹³ da fragata *HMS Lancaster* (ROYAL NAVY, 2015d), simbolizando o estabelecimento de uma nova base operacional para as forças militares do Reino Unido na região.

A relevância estratégica do aeroporto em Santa Helena repousa em dois pontos. Primeiramente, a partir de seu funcionamento em 2015 o Reino Unido minimizou a sua dependência das instalações e da ponte aérea em Ascensão. Em segundo lugar, tendo em consideração a localização mais meridional de Santa Helena, as novas instalações diminuem o isolamento das Ilhas Malvinas/Falklands em relação ao Reino Unido¹¹⁴, estabelecendo um novo ponto de apoio para a Royal Air Force e reforçando o concepção de utilizar esses territórios insulares diminutos como porta-aviões inafundáveis. Logo, como pode ser observado na Tabela 3, o Governo Britânico passa a deter quatro aeroportos no Atlântico Sul.

A disposição dessa infraestrutura contribui para o aumento do controle relativo por parte do Reino Unido das áreas vizinhas, incluindo os pontos estratégicos regionais da Passagem de Drake, do Estreito de Magalhães, a Passagem do Cabo da Boa Esperança. A partir da Ilha de Santa Helena, e Tristão da Cunha que será exposto mais adiante, o Cabo está confortavelmente dentro do alcance do monitoramento aeronaval das forças britânicas. Do mesmo modo, a Passagem de Drake e o Estreito de Magalhães estão dentro do alcance operacional do Reino Unido, o que ocorre desde o estabelecimento da presença britânica nas Ilhas Malvinas/Falklands (MELLO, 1996).

Destarte, a Ilha de Santa Helena detém significativa utilidade militar para o Governo Britânico no Atlântico Sul. A construção do aeroporto internacional entre 2011 e 2015, em um período de austeridade dos anos do primeiro Governo David Cameron, tornou-se um exemplo da exploração dessas potencialidades por parte de Londres ao passo que serve para reduzir a dependência econômica da ilha em relação ao Reino Unido, especialmente por meio do turismo.

¹¹³Introduzido a partir de 2014, o *Wildcat* ou *AgustaWestland AW159 Wildcat* tornou-se o mais novo helicóptero multipropósito operado pela Royal Navy e pelo Exército Britânico.

¹¹⁴Santa Helena localiza-se a 1,300 quilômetros ao sudeste da Ilha de Ascensão.

Por fim, Tristão da Cunha, a terceira ilha habitada do conjunto e que se localiza mais próxima das Malvinas/Falklands. Com cerca de 250 habitantes permanentes, Tristão da Cunha possui um modesto porto na capital *Edinburgh of the Seven Seas*, não detendo aeródromos e acessível somente pelo oceano. Nota-se que Tristão é a maior e única ilha habitada de um arquipélago formado pelas ilhas Inaccessible, Naghtingale e Gough.

Tabela 3: Infraestrutura e Presença Militar nos Territórios britânicos no Atlântico, Mediterrâneo e Índico¹¹⁵.

Possessões	Aeródromos/Heliportos	Portos	Presença Militar
Ascensão	1	1	RAF/USAF
Santa Helena	1	1	¹¹⁶
Tristão da Cunha	0	1	-
Malvinas/Falklands ¹¹⁷	+2	+2	RAF/RN/RFA/BA
Geórgia do Sul	0	1	-
Bermuda	+1	+1	BA ¹¹⁸
Gibraltar	1	1	RN/RAF/BA
Akrotiri/Dhekelia	2	1	RAF/BA
Diego Garcia	1	1	RN/USAF/USN

Tabela elaborada pelo autor com base em BEACH, 1986; HASTINGS; JENKINS, 2010; ROYAL AIR FORCE, 2020; UNITED KINGDOM, 1998; 2010b; 2012a; 2015.

A capital portuária, *Edinburgh of the Seven Seas*, recebe visitas da Royal Navy, com maior frequência de navios-patrolha e fragatas, em direção ao porto de Simon's Town na África do Sul ou em rota as Ilhas Malvinas/Falklands (ROYAL NAVY, 2013e; 2015e). Entretanto, as dimensões inadequadas do porto impedem que os navios de grande porte da Royal Navy, como as fragatas e contratorpedeiros, atraquem diretamente nas docas, sendo necessário o uso de embarcações de transporte para o deslocamento das tripulações para a terra-firme (ROYAL, NAVY, 2017).

O isolamento relativo de Tristão da Cunha e ilhas adjacentes não reduz completamente o seu potencial. Tristão da Cunha pode ser usada como uma base de lançamento e apoio para aeronaves não tripuladas objetivando a vigilância do Atlântico Sul (CLOSS; HORING; WEBER, 2014). Similarmente, devido à sua localização, a Ilha de

¹¹⁵Os dados incluem os principais portos e aeródromos de duplo propósito, civil e militar. As instalações militares na Ilha de Diego Garcia são extensas, assim, o “único” porto e aeródromo da ilha representam uma capacidade superior aos presentes nos demais territórios. O mesmo se aplica ao “único” porto do enclave de Gibraltar, que possui parte de sua economia voltada ao meio portuário.

¹¹⁶Santa Helena não possui presença militar permanente. Desde a conclusão de seu aeródromo em 2016, tornou-se mais uma ponte aérea entre o Reino Unido e as Ilhas Malvinas/Falklands.

¹¹⁷Além da infraestrutura presente em *RAF Mount Pleasant* e “Port Stanley”, o Reino Unido possui diversas pistas de pouso civis/militares no território. Estas são relativamente menores – entre 500 e 700 metros - e destinadas especialmente ao transporte de civis entre as ilhas que compõem o arquipélago (FICAD, 2018)

¹¹⁸A presença militar do Exército Britânico (British Army) em Bermuda ocorre por meio do *Royal Bermuda Regiment* com militares recrutados no território.

Gough é base de uma Estação Climática operada em grande parte pela África do Sul desde os anos 1950 (HÄNEL, 2008).

Com o exposto acima é possível destacar que o Território de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha possui significativa utilidade militar para a projeção de poder britânico além-mar. Durante os anos 2000 o Reino Unido demonstrou interesse em explorar as potencialidades dessas possessões com a construção, financiada pelo Governo Britânico, de um aeroporto em Santa Helena e pela utilização das ilhas para assegurar o controle relativo e a vigilância do Atlântico Sul acompanhado de modernizações e expansão da infraestrutura local.

Em adição, essa possessão ultramarina do Reino Unido se coloca como uma das poucas áreas do hemisfério sul que não está incluída nos tratados de zonas livres de armas nucleares, como o Tratado de Tlatelolco ou Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe e o Tratado de Pelindaba que cobre o continente, determinadas ilhas e nações insulares da África, ambos não mencionam o Território Ultramarino Britânico no Atlântico Sul¹¹⁹ (PREEZ; RAND; STOTT, 2008). Assim, a presença militar do Reino Unido e dos Estados Unidos na Ilha de Ascensão não está submetida às restrições dos tratados, abrindo espaço para a presença e armazenamento de armas nucleares na região.

Logo, a relevância das ilhas na geopolítica do Reino Unido apresenta-se como reforçada ao passo que eleva a importância do país como parceiro global para os Estados Unidos. Regionalmente, a consequência reside no extensivo e permanente uso das ilhas para fins militares, além delas agirem como base legal para armas nucleares que o Reino Unido, como terceiro país a obter a tecnologia, contínua a deter em forma dissuasória por meio de seus submarinos nucleares balísticos intercontinentais.

Por fim, o território fornece ao Reino Unido dois “porta-aviões inafundáveis” no Atlântico Sul na forma das instalações presentes em Ascensão e Santa Helena. Ambas as ilhas possuem como propósito assegurar a projeção de poder militar britânico em direção às Malvinas/Falklands, sendo partes essenciais da presença dissuasória estabelecida por Londres na região desde 1982. Logo, o cenário que se desenha na região está diretamente em desacordo com os desejos de Estados regionais como o Brasil e Argentina de estabelecerem uma efetiva Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS).

¹¹⁹Outro caso similar ocorre com o Território Britânico no Oceano Índico. O Governo Britânico defende que a possessão não está inclusa no Tratado de Pelindaba, apesar de, neste caso particular, o Tratado considerá-lo como parte de sua área de vigência. A principal ilha do território, Diego Garcia, abriga um vasto complexo militar anglo-americano.

4.3.2 Ilhas Malvinas/Falklands e Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul

Apesar da relevância do Território de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, as Ilhas Malvinas/Falklands são a principal base de apoio militar do Reino Unido no Atlântico Sul e uma das principais bases do país além-mar. Por esta razão, o Governo Britânico descarta qualquer negociação sobre a soberania das ilhas. Londres sustenta sua posição alegando que o desejo dos ilhéus de permanecerem sob a proteção britânica deve ser respeitada em acordo com o direito de autodeterminação, presente na Carta das Nações Unidas (UNITED KINGDOM, 2012). Nota-se que o princípio de autodeterminação, reconhecido pela ONU, apresenta-se como uma das principais bases argumentativas do Reino Unido para a defesa de sua posição no Atlântico Sul. Nesse contexto, em 2013, um referendo sobre a soberania das Ilhas Malvinas/Falklands foi organizado pelo governo local em parceria com o Governo Britânico. A participação dos elegíveis chegou a 91.94%, dos quais 99.80% votaram “sim” pela manutenção do status quo das Ilhas Malvinas/Falklands, ou seja, a favor de continuarem como um Território Ultramarino Britânico (FALKLANDS GOVERNMENT, 2013).

A presença militar britânica na primeira metade dos anos 2000 nas Ilhas Malvinas/Falklands era formada por 500 militares do Exército Britânico. Segundo o Exército esses militares “[...] trabalham dentro dos seguintes grupos: um Grupo de Companhia de Infantaria, um Esquadrão de Engenheiros, uma Unidade de Sinais, um Grupo de Logística e Serviços de Suporte.” (BRITISH ARMY, 2005, tradução nossa)¹²⁰.

Esse número cresceria entre a segunda metade dos anos 2000 e 2013, ultrapassando a marca dos 1.000 militares do Exército Britânico e da Royal Air Force nas Ilhas, em parte como resposta aos crescentes desentendimentos com Buenos Aires. Contudo, a organização do Exército no local não passou por mudanças significativas, continuando a ser baseado em grande medida em uma Companhia de Infantaria, um Esquadrão de Engenheiros, um Grupo de Logística e um destacamento de Comunicações. Destaca-se que a partir de 2005 essas forças foram reforçadas pela presença de um destacamento de dimensão não especificada da Artilharia Real e por militares do Batalhão dos Rifles, estes últimos sendo parte da infantaria leve do Exército Britânico (BRITISH ARMY, 2020).

¹²⁰ “They work within the following groups: an Infantry Company Group, an Engineer Squadron, a Signals Unit, a Logistics Group and Supporting Services” (BRITISH ARMY, 2005).

Referente à presença militar britânica no território no início dos anos 2010, o Reino Unido mantinha entre 1.200 e 1.300 militares da Royal Air Force e do Exército Britânico, além de aproximadamente 50 civis do Ministério da Defesa britânico e 700 prestadores de serviços para a infraestrutura militar local (UNITED KINGDOM, 2012a). Os números precisos variam levemente devido a rotatividade que os regimentos destacados para as Malvinas/Falklands enfrentam ao realizar visitas aos demais territórios britânicos na área, como as Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, ou ao retornarem para o Reino Unido e serem substituídos por novos destacamentos. Ademais, os números citados concernem apenas aos efetivos permanentes terrestres, tripulações das forças da Royal Navy e da Royal Fleet Auxiliary em patrulha na região não estão incluídas.

A Royal Air Force possui um destacamento aéreo permanente nas ilhas desde 1982. Nos anos seguintes ao conflito com a Argentina, o Governo Thatcher expandiu e incrementou a infraestrutura militar britânica no território, sendo a Royal Air Force significativamente beneficiada pela construção da Base Aérea de Mount Pleasant, operacional em 1985 e inaugurada em 1986 (BEACH, 1986). A *RAF Mount Pleasant* supera em dimensões e capacidade operacional todas as demais instalações militares do país no Atlântico Sul, somente equiparando-se às instalações em Diego Garcia no Oceano Índico e às Bases Soberanas no Chipre, tornando-a a principal base de operações do Reino Unido na região.

A infraestrutura de *Mount Pleasant* conta com duas pistas de pouso, uma com 2600 metros e outra com 1500 metros, possibilitando operações de alta intensidade com a utilização simultânea de ambas as pistas. Ademais, há o relativamente pequeno *Stanley Airport*, improvisadamente usado pelos argentinos durante a Guerra das Malvinas/Falklands e pelas forças britânicas até 1986 quando deixou de ser um aeródromo militar, *RAF Stanley*, retornando ao uso civil (HASTINGS; JENKINS, 2010).

Durante os anos 1980, o Reino Unido manteria um esquadrão com quatro caças de combate *Douglas Phantom*, complementados por helicópteros de combate *Chinook HCl* e *Westland Sea King* e dois C-130 Hercules para reabastecimento (BEACH, 1986). Os *Phantoms* seriam substituídos por equivalentes da nova geração, os *Panavia Tornado F3*, em 1992. Quatro anos depois, os Hercules de reabastecimento aéreo e transporte, dariam espaço para os *Vicker VC-10* com o mesmo propósito de seus antecessores e planejados para substituição em 2013 (KINGSLEY-JONES, 2012).

Em 2009, seguindo o compromisso de manutenção de uma força moderna nas ilhas, os quatro *Tornados* – presentes nas ilhas desde 1992 - deram espaço para quatro caças multipropósito *Eurofighter Typhoon*. Visando acomodar adequadamente as novas aeronaves,

Mount Pleasant passou por modernizações pontuais (UNITED KINGDOM, 2010c). Concomitantemente, uma nova geração da aeronave de transporte *Hercules C3* entrou em serviço na base de *Mount Pleasant* em 2010, seguida pela aeronave de reabastecimento aéreo *Lockeed TriStar* em 2013, o que resultou na retirada dos antigos *Vickers* do serviço operacional. O *TrisStar*, sendo um substituto temporário, rapidamente deu lugar ao *Voyager KC3* em 2014 (POCOCK, 2014). Estas forças auxiliares formaram o destacamento *No. 1312 Flight RAF* e os *Typhoons* são parte do *No. 1435 Flight*, ambos permanentemente baseados em *Mount Pleasant*. Nota-se que os as aeronaves *Typhoon* possuem um raio de combate máximo de aproximadamente 1.400km (PIKE; SHERMAN, 2016), sendo que as Ilhas Malvinas/Falklands estão localizadas a cerca de 500km da costa argentina.

Além disso, o Reino Unido opera um sistema de radares nas Ilhas Malvinas/Falklands. Divididas geograficamente em duas ilhas principais, *West Falkland* e *East Falkland*, o Governo Britânico estabeleceu duas bases de radares de aviso-prévio – *early-warning system* – e de monitoramento do espaço aéreo em *West Falkland* e uma outra base de natureza idêntica em *East Falkland*. Estas bases de monitoramento, *Remote Radar Head* (RRD), são as *RRH Mount Alice*, *RRH Byron Heights* e *RRH Mount Kent*, as três asseguram que o Reino Unido tenha conhecimento da movimentação aérea na região com antecedência suficiente para reação rápida (HEYMAN, 2014). Em 2015, esse sistema de radares fixos seria complementado por unidades de radar móveis, os *Giraffe AMB* da sueca Saab, com 100km de alcance, mas passíveis de adaptações que estenderiam o alcance até 470km. Os *Giraffe* foram parte do início de um reforço das defesas aéreas do território que teve seu ápice com o anúncio da introdução sistema de mísseis *Sky Sabre* em 2017-2018 (ARMY TECHNOLOGY, 2018; CHUTER, 2015; 2017).

Concernindo defesa antiaérea, Artilharia Real fornece vários *Rapiers*, o sistema de proteção de mísseis superfície-ar – surface to air missile – para a proteção dos aeródromos e do espaço aéreo das Ilhas Malvinas/Falklands. Em 2018, Londres destacou seu cronograma para substituir os *Rapiers* pelo novo sistema *Sky Sabre Land Ceptor* a partir de 2020, expandindo o sistema de defesa antiaéreo das Ilhas de curto para médio alcance (BRITISH ARMY, 2018). Assim, nos anos 2020 com o *Sky Sabre*, o sistema móvel de defesa antiaérea do Reino Unido nas Ilhas Malvinas/Falklands passará a deter um raio de atuação de três vezes maior do que com os *Rapiers*, com cerca de 28 km de alcance (ARMY TECHNOLOGY, 2018). O sistema possui auxílio das três bases de radares fixos – que não possuem seu alcance especificado por Londres – e pelos móveis por meio dos *Giraffe AMB*, estabelecendo um raio

mínimo de aviso prévio (*early-warning*) que pode variar de 100 a 470km dependendo dos ajustes empregados pelas forças britânicas no sistema *Giraffe* (Idem).

Essas instalações de radares moveis e fixos e o sistema *Sky Sabre* de defesa terra-ar garantem que a principal infraestrutura militar britânica na ilha esteja relativamente segura. A relevância da base de *RAF Mount Pleasant* para a defesa das Ilhas Malvinas/Falklands é destacada pela Royal Air Force em:

O mais recente aeródromo construído especialmente para a RAF, *Mount Pleasant* foi aberto em 1985 para estabelecer uma presença de caças de combate e de transportes nas Ilhas. A RAF provê elementos centrais das forças que o Quartel-General das Forças Britânicas nas Ilhas do Atlântico Sul utilizam para garantir a segurança das Malvinas/Falklands, Ilhas Sandwich do Sul e Geórgia do Sul. Não apenas pela ponte aérea da RAF Brize Norte para a Ilha de Ascensão e daí para as Ilhas Malvinas/Falklands, mas também por meio de patrulhas de dissuasão na imensa área entre as ilhas. (ROYAL AIR FORCE, 2020a)¹²¹.

Assim, além de ser utilizada como ponto base de partida para as “patrulhas dissuasórias” da Royal Air Force, *Mount Pleasant* é utilizada para fornecer suprimentos as forças britânicas e, especialmente, incrementar a capacidade militar em caso de ameaças contra a soberania do Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas/Falklands e Geórgia do Sul e Sandwich do Sul.

Estrategicamente, *Mount Pleasant* se destaca por ser a base militar britânica mais próxima do continente sul-americano, da Antártica e da Passagem de Drake dando espaço para a legitimação das reivindicações do Reino Unido no continente antártico (MELLO, 1996). Adicionalmente, *Mount Pleasant* se localiza na posição mais meridional do cinturão que assegura a projeção aeronaval britânica no Atlântico, iniciando-se no próprio Reino Unido e passando por Gibraltar, Ascensão, Santa Helena até sua conclusão nas Ilhas Malvinas/Falklands (EUROPEAN UNION, 2009). Nota-se que este “cinturão” possui outra extensão em direção ao Atlântico Norte e Caribe, sempre partindo das Ilha Britânicas, passando pela Ilha de Bermuda, Turks e Caicos, Anguilla, Cayman, dentre outros territórios, e concluindo-se na nação soberana do Belize. Algo similar ocorre em direção ao

¹²¹ *The most recent purpose-built airfield in the RAF, Mount Pleasant was opened in 1985 to establish a fighter and transport presence in the Islands. The RAF provides key elements of the forces that Headquarters British Forces South Atlantic Islands use to ensure the security of the Falklands, the South Sandwich Islands and South Georgia. Not only through the air bridge from RAF Brize Norton to Ascension Island and onwards to the Falkland Islands, but also through deterrence patrols across the immense area between the islands* (ROYAL AIR FORCE, 2020a).

Mediterrâneo e Índico, contando com Gibraltar, as Bases no Chipre e o Território Britânico no Oceano Índico, além de bases nos Estados soberanos de Omã, Bahrein e Brunei.

No que concerne a infraestrutura para as forças navais do país, as Ilhas Malvinas/Falklands se colocam como centrais para as patrulhas da Royal Navy e da Royal Fleet Auxiliary na região. Devido à sua localização privilegiada, os portos do território podem funcionar como pivôs ideais para as forças britânicas em direção ao oceano Pacífico e, em menor escala, ao Índico, além de atuarem como estações para o controle relativo das águas do Atlântico Sul, especialmente quando consideradas em conjunto com as instalações aéreas do Reino Unido nas Malvinas/Falklands.

Contrastando com Tristão da Cunha, as Ilhas Malvinas/Falklands possuem diversos portos de proporções heterogêneas. Dentre estes, se destacam o porto da capital Stanley e *Mare Harbour*. Como capital e maior povoação das Ilhas, Stanley detém um longo histórico de relações com a Royal Navy. O porto foi uma estação carvoeira no século XIX e desempenhou papel de destaque durante a Primeira Guerra Mundial quando se tornou uma das principais bases para as operações da Royal Navy no Pacífico e no Atlântico Sul (GRAY, 2014). Somente com a construção do porto exclusivamente militar de *Mare Harbour* pelo Governo Thatcher (BEACH, 1986) que Stanley deixou de ser a principal base para as forças navais do Reino Unido nas Ilhas.

Mare Harbour recebe contínuos investimentos por parte do Governo Britânico, visando a modernização e expansão das instalações desde sua construção nos anos 1980. Em 2016, Londres anunciou um pacote de investimentos para a melhoria da infraestrutura de *Mare Harbour*, *Mount Pleasant* e das três estações fixas de radares (UNITED KINGDOM, 2016). Concluídas em 2018 as obras resultaram na expansão de *Mare Harbour*, possibilitando que os navios de suprimentos - *Falkland Islands Resupply Ships* (FIRS) - de maior porte e tonelagem atraquem diretamente no porto¹²² responsável por aproximadamente 85% dos suprimentos militares que adentram as ilhas (UNITED KINGDOM, 2018c). Regionalmente, *Mare Harbour* se tornou a mais adequada base controlada por Londres para as operações da Royal Navy, superando as capacidades dos portos em Tristão da Cunha, Santa Helena e Ascensão.

No Território das Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, a presença militar britânica ocorreu por meio do Exército em *King Edward Point* na Geórgia do Sul entre 1982 e 2001,

¹²²Embarcações militares de superfície como navios-patrulha, fragatas e contratorpedeiros utilizavam essas instalações desde os anos 1980, atracando diretamente no porto.

quando o último destacamento terrestre se retirou do território (BRITISH ANTARTIC SURVEY, 2020). Apesar da ausência de população permanente na possessão, as Ilhas Geórgia do Sul são base para duas estações de pesquisa da *British Antarctic Survey* (BAS). Durante os anos 2000, o BAS operou quatro embarcações de médio porte para pesquisa antártica. Estes navios são propriedade do Governo Britânico, possuindo o prefixo “RRS” de *Royal Research Ship* e são parte da Marinha Mercante do país. Nesse sentido, visando acomodá-los, há um pequeno porto em *King Edward Point* (BRITISH ANTARTIC SURVEY, 2019?). Em 2001, as instalações do Exército Britânico na ilha passaram para a administração do BAS, não restando forças militares permanentes no território.

Por fim, a presença naval do Reino Unido é sustentada pelo mencionado *Atlantic Patrol Task South*, encarregado da patrulha do Atlântico Sul, das ZEEs e do mar territorial das ilhas sob a proteção britânica. A força militar dessa patrulha foi reduzida conforme as instalações de *Mount Pleasant* eram concluídas e a percepção de um novo conflito contra a Argentina se dissipava. Entre 1982 e 1986, o *Atlantic Patrol Task South* era formado por quatro contratorpedeiros ou fragatas¹²³, três navios patrulha, um submarino nuclear e navios de suporte da Royal Fleet Auxiliary (BEACH, 1986). No início dos anos 2000, com a retomada das relações anglo-argentinas na década anterior, o Reino Unido mantinha uma fragata ou contratorpedeiro acompanhado por no mínimo uma embarcação da Royal Fleet Auxiliary, além de um navio patrulha quebra-gelo como parte do *Atlantic Patrol Task South*. Esta configuração seria mantida durante os anos 2010 (UNITED KINGDOM, 2016b).

Ademais, há o *Falkland Islands Patrol Task* designado especialmente para a patrulha das Malvinas/Falklands, representado por um navio patrulha¹²⁴. Acompanhando a tendência iniciada nos anos 1990, o Governo Britânico priorizou embarcações com maior tonelagem, tamanho e capacidades militares que suas antecessoras, capazes de embarcar helicópteros de combate e de guerra antissubmarino (ASW), mas em números reduzidos. Contudo, nota-se que desde 2007, o *Falkland Islands Patrol Task* conta com apenas uma embarcação e demonstra uma tendência de expansão das capacidades de cada navio destinado a essa tarefa (CAMPBELL, 2016).

¹²³Em 1986, ano em *Mount Pleasant* tornou-se totalmente operacional, esse número seria reduzido para dois navios, não considerando os “em trânsito” entre as Malvinas/Falklands e o Reino Unido (BEACH, 1986).

¹²⁴Desde 2019, o *HMS Forth* opera na região, tendo substituído o já citado *HMS Clyde* que atuou permanentemente no Atlântico Sul entre 2007 e 2019. Por sua vez, o *Clyde* havia substituído o *HMS Dumbarton Castle* e *HMS Leeds Castle* que revezavam a patrulha da região desde os anos 1990.

Logo, desde os anos 2000, a força naval do Reino Unido no Atlântico Sul possui no mínimo quatro embarcações: um navio patrulha ou corveta¹²⁵, uma fragata ou contratorpedeiro, um navio da frota auxiliar e um navio patrulha quebra-gelo¹²⁶, além de, embora não divulgado oficialmente, submarinos nucleares. Esta característica permite relativa flexibilidade da marinha britânica na região, sendo exemplo disto a assistência do Reino Unido durante o incêndio na Estação Antártica Comandante Ferraz do Brasil em 2012. Neste caso, o destacamento da Royal Navy na região, representado pelo *HMS Protector*, prestou auxílio direto aos representantes brasileiros durante o incidente, demonstrando as capacidades de reação rápida das forças britânicas na região (DODDS; HEMMINGS, 2013).

Com o exposto, entende-se que a presença militar do Reino Unido nas Ilhas Malvinas/Falklands e, conseqüentemente, no Atlântico Sul, passou por três períodos distintos desde 1982. Primeiramente, entre o fim da Guerra das Malvinas/Falklands e a retomada das relações diplomáticas com a Argentina em 1990, essa presença militar do Reino Unido passou por um crescimento significativo, passando de menos de 70 militares nos período pré-1982 para a casa dos milhares nos primeiros anos pós-guerra e reduzindo ao longo dos anos 1980 conforme a infraestrutura militar local era finalizada. O segundo período, entre 1990 e meados dos anos 2000, foi marcado pela reaproximação relativa entre Londres e Buenos Aires, resultando na redução da presença militar britânica na região. Todavia, essa presença reduzia permanecia significativamente superior aos anos pré-Guerra das Malvinas/Falklands.

O terceiro momento inicia-se na segunda metade dos anos 2000, ganhado força na década de 2010, sendo caracterizado pelo discreto crescimento relativo das forças militares britânicas e dos investimentos em infraestrutura militar ou de duplo propósito nos territórios controlados por Londres no Atlântico Sul. Durante a década de 2010, os números totais ficariam estáveis após crescimento devido especialmente à política externa do Governo Cristina Kirchner sobre a soberania dos territórios controlados por Londres e ao início da exploração de petróleo nas Malvinas/Falklands em 2011¹²⁷. Adicionalmente, nesse período,

¹²⁵Neste ponto é válido destacar que a Royal Navy oficialmente não possui “corvetas” em serviço. Apesar disso, as suas novas gerações de “navios-patrulha” apresentam características superiores e espaço para possíveis melhorias que podem classificá-los como corvetas.

¹²⁶Este cálculo não considera os navios em trânsito na região ou os submarinos nucleares que dificilmente possuem sua localização divulgada pelo Governo Britânico.

¹²⁷Diversas pesquisas constataram a possibilidade e, posteriormente, a existência de petróleo na Zona Econômica Exclusiva das Malvinas/Falklands, sendo as primeiras datando do início dos anos 1970. Contudo, somente no fim dos anos 2000 que as reservas se mostraram economicamente viáveis. Em 2011, as primeiras perfurações comerciais são realizadas a aproximadamente 130km ao norte das ilhas (DA COSTA, 2012).

as ilhas passaram a desempenhar um crescente papel como área de treinamento para as Forças Armadas Britânicas (ARGENTINA, 2010; GÕNI, 2018; UK, 2014) o que leva ao aumento temporário dos números de militares presentes no território durante treinamentos e demonstra como o Governo Britânico busca maximizar a utilidade dessa possessão. Apesar disso, a prática de treinamentos de menor escala ocorre desde 1982, com uma média de dois exercícios por ano (GUIMARÃES, 2010). Com o fim da Guerra Fria e a gradual redução da presença militar do Reino Unido na Alemanha desde 1990 (UNITED KINGDOM, 1990; 1998; 2010), a relevância relativa das Ilhas Malvinas/Falklands apenas se expandiu, sendo a principal base militar do Reino Unido ao sul da linha do Equador.

Por fim, a presença militar britânica no Atlântico Sul, apesar de ser relativamente reduzida em números totais – cerca de 1.300 militares – é altamente treinada e detentora de equipamentos de última geração, além de apoiada por instalações militares de grande porte, não encontrando equivalentes nas forças militares dos países regionais. Ademais, o Reino Unido possui Forças de Reação Rápida que podem ser destinadas ao Atlântico Sul em situações emergenciais para a defesa da soberania britânica sobre seus territórios na área. Não obstante, essas forças militares possuem no cinturão de ilhas controladas pelo Reino Unido bases de apoio que asseguram a independência da projeção de poder britânico.

4.4 O Reino Unido como ator regional e os efeitos para os Estados sul-atlânticos

Os Territórios Ultramarinos do Reino Unido no Atlântico Sul tornam possível que uma grande potência extrarregional possua uma presença permanente na região. Essa presença representa um aspecto significativo para o entorno estratégico dos Estados regionais, sendo fruto histórico de tensões e de conflito militar, além de simbolizar a fragilidade de iniciativas regionais de Defesa e Segurança que afetam o Atlântico Sul.

Todavia, a presença do Reino Unido apresenta-se como “extrarregional” grandemente na concepção do países banhados pelo Atlântico Sul, especialmente os sul-americanos, sendo que Londres não apresenta visão similar. O entendimento dos líderes britânicos de que Reino Unido apresenta-se como um ator regional coloca-se como uma constante reforçada desde a Guerra das Malvinas/Falklands, que sedimentou os territórios britânicos na região como parte das prioridades nacionais diretamente ligados ao prestígio do Reino Unido no sistema internacional (GRANDPIERRON, 2017).

Dessa forma, é possível apontar que a partir de 1982 a presença do Reino Unido no “Atlântico Sul” passou a ser compreendida por Londres como um prolongamento do

Atlântico Norte ou apenas um “Atlântico” parte da zona primária de atuação das forças britânicas. Assim, o Atlântico teria o Reino Unido como um “ator regional”, independentemente de suas subdivisões. Essa concepção auxilia no entendimento da ausência de menções às iniciativas sul-atlânticas na área da Defesa e Segurança regional, como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) que identifica Londres como um ator “extrarregional”, nos documentos de Defesa do Reino Unido. Desde sua criação em 1986, a ZOPACAS não recebe menção nas Revisões de Defesa britânicas, tendo sido apoiada pelo Reino Unido na Assembleia Geral da ONU, apesar do voto contrário dos Estados Unidos¹²⁸, e da sua retórica que pode ser interpretada como direcionada aos territórios britânicos na região.

O posicionamento do Reino Unido em 1986 apresenta-se como um exemplo do modo que Londres passou a compreender sua atuação no Atlântico Sul. O Reino Unido entendia-se, e continua a entender-se, como um ator regional. John Allan Birch, o representante britânico no encontro da Assembleia Geral que resultaria na resolução que marcaria a criação da ZOPACAS, destacou o apoio do Reino Unido ao estabelecimento de uma Zona de Paz no Atlântico Sul, reconhecendo o protagonismo do Brasil: “O Reino Unido acolhe com satisfação este projeto de resolução e elogia o Brasil pela iniciativa. Devemos, portanto, votar a favor do projeto de resolução.”¹²⁹ (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 1986a, tradução nossa). Em seguida, Birch declara que “Nós, junto com os outros Estados da região, nos preocupamos com a paz e segurança do Atlântico Sul.”¹³⁰ (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 1986, tradução nossa), demonstrando que o Governo Britânico buscava colocar o Reino Unido como um dos Estados da região. No mesmo discurso, Birch buscou destacar que a Resolução não poderia afetar os direitos e obrigações dos Estados garantidos especialmente pela Carta das Nações Unidas.

A Resolução 41/11 da Assembleia Geral da ONU de 27 de outubro de 1986, que deu origem formal às ZOPACAS, possui duas passagens de destaque que podem ser aplicadas ao Reino Unido dependendo da visão do papel desse ator no Atlântico Sul. A primeira delas se

¹²⁸A votação contou com 124 votos favoráveis, oito abstenções e com apenas o voto contrário dos Estados Unidos. As abstenções partiram de: Bélgica, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Portugal e República Federal da Alemanha.

¹²⁹ “*The United Kingdom welcomes this draft resolution and commends Brazil for its initiative. We shall therefore vote in favour of the draft resolution*” (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 1986a)

¹³⁰ “*We, along with other States of the region, are concerned for the peace and security of the South Atlantic.*” (Idem).

aplica aos Estados externos ao Atlântico Sul: “[...] em particular os Estados militarmente significativos, em respeitar a região do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação, especialmente através da redução e eventual eliminação da sua presença militar na área [...]” (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 1986, tradução nossa)¹³¹. A segunda passagem conclama especialmente os Estados regionais:

[...] todos os Estados da região e de outras regiões para cooperar na eliminação de todas as fontes de tensão na zona, respeitar a unidade nacional, a soberania, a independência política e integridade territorial de cada Estado nessa área, absterem-se do uso de ameaças ou da força, e seguir estritamente o princípio de que o território de um Estado não deve ser objeto de ocupação militar resultante do uso da força em violação da Carta das Nações Unidas, assim como o princípio da inadmissibilidade da aquisição de territórios pela força. (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 1986, tradução nossa)¹³².

Assim, as intenções originais da Zona de Paz possuem divergências de objetivos para atores regionais e extrarregionais. Com o chamado para a redução e eventual eliminação da presença militar externa, a primeira passagem representa parcela significativa dos desejos iniciais traçados em 1986 para a ZOPACAS. Contudo, no caso britânico, Londres não indica se reconhecer como um ator exógeno. Apesar da segunda passagem mencionar questões como o respeito pela “integridade territorial”, que para os argentinos não ocorre com a presença britânica nas Malvinas/Falklands, o trecho pode ser usado similarmente para a manutenção da posição do Reino Unido na região, além de condenar o uso da força militar para a aquisição de territórios como pretendido pela Argentina em 1982.

Outro fator que contribui para a ausência da ZOPACAS nas considerações das Políticas de Defesa britânicas reside nas deficiências internas da organização, como o desinteresse na sua institucionalização e a desarticulação entre os 24 países-membros (RUCKS, 2014), além da proximidade entre alguns desses países com potências consideradas externas. Assim, a ZOPACAS apresenta-se desprovida de relevância geopolítica para estar dentre as considerações estratégicas do Governo Britânico. Ademais, o objetivo da

¹³¹ “[...] *in particular the militarily significant States, scrupulously to respect the region of the South Atlantic as a zone of peace and cooperation, especially through the reduction and eventual elimination of their military presence there [...]*” (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 1986).

¹³² [...] *all States of the region and of all other regions to co-operate in the elimination of all sources of tension in the zone, to respect the national unity, sovereignty, political independence and territorial integrity of every State therein, to refrain from the threat or use of force, and to observe strictly the principle that the territory of a State shall not be object of military occupation resulting from the use of force in violation of the Charter of the United Nations, as well as the principle that the acquisition of territories by force is inadmissible.* (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 1986).

ZOPACAS de excluir a presença territorial e militar de Estados “extrarregionais” não apresentam deter meios para a sua execução. Logo, a presença militar do Reino Unido, dos Estados Unidos e, em menor escala, a da França no “norte” do Atlântico Sul com a Guiana Francesa, estão livres de sofrer “balanceamento” estratégico substancial por parte da ZOPACAS.

A organização não possui os recursos para estabelecer um controle relativo das águas sul-atlânticas e mostra-se detentora de limitações para prover soluções locais para questões de segurança regionais (ABDENUR; MATTHEIS; SEABRA, 2016), abrindo espaço para a ampliação da participação de grandes potências como o Reino Unido e os Estados Unidos, como ocorre no combate à pirataria no Golfo da Guiné e na intervenção militar britânica em Serra Leoa. Nesse sentido, mesmo com o período de “revitalização” da ZOPACAS entre 2007 e 2013¹³³, que testemunhou encontros frequentes entre seus membros, a organização continua a manter limitações políticas e materiais que dificultam sua classificação como um instrumento regional de segurança (PIMENTEL, 2016).

Ademais, a exposta proximidade entre o Reino Unido e Serra Leoa contribui para que Londres possua um Estado com interesses na manutenção da presença britânica na região, privilegiando a cooperação econômica e militar com o Reino Unido, em detrimento de relações bilaterais regionais. No caso da África do Sul, como já abordado, desde o fim do *apartheid* o Reino Unido consolidou-se como um dos maiores parceiros comerciais e investidores do país africano (VINES; WEIMER, 2011). Além da ausência de avanços na institucionalização da ZOPACAS, os interesses de cada Estado membro, como nos casos de Serra Leoa e África do Sul, contribuem para a ausência de medidas contrárias e significativas que afetem a posição do Reino Unido no Atlântico Sul.

Assim, para alguns dos países idealizadores da organização, a presença territorial-militar do Reino Unido no Atlântico Sul apresenta-se como uma questão diretamente oposta aos anseios regionais estabelecidos por meio de uma Zona de Paz, livre da presença militar de potências externas. Entretanto, sucessivos governos britânicos aparentam desconsiderar que o país seja classificado como um ator “extrarregional”. Isto auxilia no entendimento do apoio do Reino Unido para o estabelecimento da ZOPACAS em 1986. Do mesmo modo, a auto percepção que Londres possui sobre sua posição no Atlântico Sul reforça a prática

¹³³Pode ser apontado que o período de crescimento da presença militar britânica no Atlântico Sul ocorre paralelamente aos anos da “revitalização” da ZOPACAS. Todavia, como mencionado anteriormente, esses investimentos militares de Londres em seus territórios entre a segunda metade dos anos 2000 a 2015 ocorre dentro do contexto de tensões com a Argentina dos governos Kirchner.

adotada pelos governos britânicos de rejeitar negociações sobre a soberania de seus territórios.

O Reino Unido assinou e ratificou o Tratado de Tlatelolco de 1967 que estabeleceu uma Zona Livre de Armas Nucleares (ZLAN) na América Latina e Caribe (COBO, 1984). Apesar disso, como exposto, parcela dos Territórios Ultramarinos Britânicos no Atlântico Sul possuem o potencial de servir como base operacional e de armazenagem de armas de destruição em massa. A área de vigência do Tratado de Tlatelolco, delimitada pelo seu Artigo IV, inclui as Ilhas Malvinas/Falklands e as Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul mas exclui o território britânico de Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha. Similarmente, o Tratado de Pelindaba, que visa estabelecer uma ZLAN no continente africano, não menciona as ilhas britânicas no Atlântico Sul como dentro de seu escopo espacial (DU PREEZ; DURAND; STOTT, 2010). A ausência de compromissos internacionais por parte de Londres permite que, caso necessário, o Reino Unido utilize as ilhas de Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha para fins proibidos nos tratados de Pelindaba e Tlatelolco sem contrangimentos derivados desses acordos.

Nesse contexto, em 1994, o Reino Unido, juntamente com a França e os Estados Unidos, se opôs à Declaração de Desnuclearização do Atlântico Sul, derivada da Terceira Reunião Ministerial da ZOPACAS, submetida à Assembleia Geral da ONU em forma de resolução. O texto aprovado pela Assembleia apela para que todos os Estados cooperem para o estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares no Atlântico Sul. Apenas as grandes potências com alguma presença militar na região - Reino Unido, França e Estados Unidos - votaram contra a adoção da resolução (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 1994). Entende-se que a oposição do Reino Unido e dos seus aliados deriva das restrições que esse compromisso significaria para as suas forças militares operando no Atlântico Sul. Outro ponto de destaque é que a resolução passaria a incluir os mencionados territórios britânicos na região que estão fora da zona de vigência dos tratados de Tlatelolco e Pelindaba.

Destaca-se que com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, as capacidades nucleares do Reino Unido foram reduzidas. Desde 1998, o Reino Unido depende de sua frota de submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos¹³⁴ (SSBN) para o emprego desse armamento de destruição em massa. Os quatro submarinos balísticos da

¹³⁴Durante os anos 2010, a frota de submarinos nucleares do Reino Unido foi composta por três classes, sendo a classe *Vanguard* responsável pelos mísseis balísticos intercontinentais. A classe *Astute* e a *Trafalgar* são orientadas para combate convencional. Os submarinos da classe *Astute* estão programados para substituir totalmente a classe *Trafalgar* até meados da década de 2020.

classe *Vanguard* da Royal Navy operam desde 2010 com aproximadamente 40 ogivas de um estoque total de 180 ogivas nucleares mantidas pelo Reino Unido¹³⁵, considerado pelo Governo Britânico como um dissuasor nuclear mínimo para ser efetivo (UNITED KINGDOM, 2010). Importa frisar que essa frota de submarinos nucleares possuiu sua autonomia operacional somente limitada pela necessidade de suprimentos para a tripulação.

Apesar da relevância dessas questões, a presença militar-territorial britânica possui outro aspecto que se apresenta como fonte de desacordos entre o Reino Unido e países regionais. As tensões entre Londres e Buenos Aires sobre a soberania das Ilhas Malvinas/Falklands e das Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul demonstram que o Governo Britânico pode agir de forma a evitar que Estados regionais adquiram equipamentos e tecnologias militares desenvolvidas pela indústria de Defesa do Reino Unido.

Em 1982, com a invasão argentina das Ilhas Malvinas/Falklands, o Reino Unido estabeleceu um embargo total de exportações e importações para a Argentina, congelou ativos financeiros argentinos em instituições britânicas e suspendeu a realização de empréstimos a Buenos Aires por parte da City de Londres. Dias após a invasão, o Governo Britânico conquistou o suporte da Comunidade Econômica Europeia que adotou medidas similares às tomadas por Londres. Em maio, após o fracasso das tentativas de intermediação, os Estados Unidos juntam-se ao europeus nas sanções. Somente com o fim do conflito que as restrições foram gradativamente removidas. As sanções entre Reino Unido e Argentina somente adentrariam um período de flexibilização no fim de 1982 (DAJANI; DAOUDI, 1983).

As relações diplomáticas anglo-argentinas seriam retomadas em sua totalidade em 1990. Todavia, o Governo Britânico manteria um embargo de exportações de artigos militares ou de duplo propósito para a Argentina. Apesar da proibição passar por flexibilizações em 1998, que permitiam a exportação de equipamentos que não incrementassem as capacidades argentinas¹³⁶, Londres retomaria o bloqueio total de exportações militares, incluindo conhecimento tecnológico e assistência técnica, em 2012. A

¹³⁵Concernindo o programa nuclear britânico, o Reino Unido possui uma parceria próxima com os Estados Unidos desde de 1958, quando o Reino Unido já havia desenvolvido armas nucleares, incluindo bombas de hidrogênio, de forma independente. Londres adquire de Washington o sistema de lançamento das ogivas, *Trident II*, sendo as ogivas nucleares produzidas pelos britânicos por meio da *Atomic Weapons Establishment* (AWE).

¹³⁶A flexibilização de 1998 permitia apenas exportações que “não expandissem as capacidades militares” argentinas. Isto significava que as empresas britânicas poderiam apenas fornecer serviços ou componentes de manutenção de equipamentos militares.

retomada de medidas mais severas seria justificada pela crescente tensão com a Argentina liderada pelo Governo Cristina Kirchner (2007-2015). Segundo o Governo Britânico, as restrições seriam adotadas como resposta às políticas de Buenos Aires que visavam afetar a economia das Ilhas Malvinas/Falklands (UNITED KINGDOM, 2013).

Em 2014 o Governo argentino demonstrou interesse em adquirir o caça multipropósito Gripen da empresa Saab, da Suécia. O Brasil havia confirmado em dezembro de 2013 que a aeronave sueca foi a escolhida para aquisição (SALLES, 2013). Assim, o interesse argentino era apoiado pela decisão brasileira e pelas possíveis oportunidades futuras de maior integração operacional entre as duas forças aéreas. Contudo, as aeronaves Gripen possuem cerca de 30% de seus componentes, incluindo o radar, os sensores infravermelho, o sistema de aterrisagem, dentre outros, fabricados por empresas britânicas, impossibilitando a venda dos Gripens devido às restrições de exportações impostas pelo Reino Unido. Logo, os planos não avançaram devido à constatação de que haveria um veto por parte de Londres e que a Saab não possuiria a autoridade legal ou interesse para a negociação sem a aprovação britânica (SAAB, 2015).

O acordo firmado entre o Reino Unido e a Saab permite que parte dos 36 Gripens encomendados pelo Brasil possam ser fabricados em território brasileiro, fornecendo uma licença para a produção da aeronave nas instalações brasileiras. Apesar disso, a eventual venda desses caças multipropósito continuaria a necessitar da aprovação de Londres, visto que as empresas britânicas permaneceriam como fornecedores de componentes e tecnologia (SAAB, 2015a). Sobre esse caso e a possibilidade de venda de Gripens para a Argentina a partir do Brasil, o porta-voz da Saab declarou que “O Brasil se tornará um parceiro próximo no programa de desenvolvimento e produção do Gripen. Contudo, todas as exportações do Gripen continuaram sujeitas às atuais e muito rígidas regulamentações [...]”¹³⁷ (ARGENTINA, 2014, tradução nossa) que incluem a aprovação britânica.

Durante o Governo Mauricio Macri (2015-2019), as relações anglo-argentinas passam por um período de relativa reaproximação. Consequentemente, em 2018, o Governo Britânico flexibiliza a exportação de artigos militares para a Argentina. Apesar disso, a medida de 2018 apenas retomava as regras existentes antes do bloqueio total estabelecido em 2012. Em suma, as exportações autorizadas residiam em assistência técnica e manutenção de equipamentos militares. A venda de produtos que possibilitassem o incremento das

¹³⁷ “Brazil will become a close partner in the Gripen development and production program. However, all exports of Gripen will continue to be subject to the current, very stringent export regulations” (ARGENTINA, 2014).

capacidades militares argentinas continuava proibida por Londres. Ademais, o Governo Britânico manteria o poder de veto para todas as negociações de artigos militares, incluindo os que fossem liberados pela nova legislação (UNITED KINGDOM, 2018a).

O Reino Unido continuaria a vetar que artigos militares com participação britânica fossem exportados para a Argentina. Dois anos após o caso do Gripen, em 2016, o Governo argentino entraria em negociações preliminares com a empresa *Korea Aerospace Industries* (KAI), da Coreia do Sul, para a possível aquisição de dez caças de combate FA-50. As conversações incluíram uma reunião bilateral entre o então presidente argentino, Mauricio Macri, e seu equivalente sul-coreano, Moon Jae-in, em 2019 (LARRE, 2020). Todavia, a venda dos FA-50, parte do programa que visava modernizar a força aérea argentina, seria bloqueado pelo Reino Unido. Em 2020, a *Korea Aerospace Industries* informou formalmente a Embaixada Argentina na Coreia do Sul que a continuidade das negociações seriam impossibilitadas pela existência do embargo do Reino Unido, revelando que seis componentes significativos de cada FA-50 possuem fabricantes britânicos e não teriam a autorização para a exportação (JENNINGS, 2020; LARRE, 2020). Novamente a Argentina seria impossibilitada de continuar com o programa de modernização de sua força aérea devido ao embargo britânico.

Nota-se que no caso dos Gripens, a Saab descartou que haveria planos de buscar alternativas que culminassem na substituição da participação britânica nos caças de combate. Em 2019, o Reino Unido e a Suécia firmaram um acordo de cooperação para a construção de futuras aeronaves de combate, incluindo possíveis desenvolvimentos dos Gripens. Adicionalmente, essa cooperação abre caminho para a participação da Suécia no programa *Tempest* de caças de combate de sexta geração lançado pelo Reino Unido em 2019 (SPRENGER, 2019). Contudo, o principal aspecto desse acordo reside na manutenção dos laços próximos entre a indústria aeroespacial e de defesa britânica e sueca.

Os casos da Argentina e os Gripens e o FA-50 demonstram que a indústria de Defesa do Reino Unido continua a deter uma presença significativa nas cadeias produtivas globais, restringindo as opções de Estados alvos de embargos britânicos. Apesar disso, as restrições abrem caminho para que concorrentes britânicos adentrem o mercado argentino. Mesmo com a crescente competição chinesa e a existência de grandes competidores tradicionais, como a Rússia e os Estados Unidos, o Reino Unido manteve-se com uma extensa base industrial no ramo aeroespacial e de Defesa. Em 2018, o país era a origem de 10 das 100 maiores empresas da área, apenas superado pelos Estados Unidos e marginalmente à frente da China (DEFENSE NEWS, 2019). No mesmo ano, apesar das variações de demanda do Governo

Britânico, “[...] as vendas combinadas das companhias britânicas de armamentos permaneceram como as mais altas da Europa [...]” (SIPRI, 2019, p. 4, tradução nossa)¹³⁸, apenas superadas pelos Estados Unidos e, por uma pequena margem, pela Rússia¹³⁹.

Enquanto o Reino Unido mantém o embargo de artigos militares e de duplo propósito contra a Argentina, apenas com pequenas alterações desde 1982, outros países da América do Sul continuaram a ser compradores regulares de itens militares britânicos. Neste ponto é válido apontar que dentro do longo histórico do Reino Unido na América do Sul, o período analisado do pós-Guerra Fria não se apresenta, em termos de lucros relativos, como o mais favorável aos interesses econômicos britânicos. Todavia, desde os anos 1990, as exportações britânicas para a América do Sul passaram por expansão significativa. Em parte isso se deve ao próprio crescimento regional e por iniciativas de Londres para retomar parte do mercado sul-americano. O comércio do Reino Unido com países da América Latina cresceria aproximadamente 75% entre 1990 e 1996 (BULMER-THOMAS, 1998).

Contudo, a porcentagem britânica no comércio com esses países declinaria no mesmo período devido, dentre outras questões, às iniciativas locais de integração que estimulavam o comércio regional. As principais exceções para esse declínio relativo do comércio britânico foram o Brasil, a Argentina e a Costa Rica onde o percentual de comércio exterior com o Reino Unido cresceu entre 1990 e 1997 (BULMER-THOMAS, 1998). Nos anos seguintes, o Brasil manteria sua posição como principal parceiro comercial do Reino Unido na região. Destaca-se que mesmo com uma participação comercial discreta, o Reino Unido continuou a ser uma das principais fontes de investimento estrangeiro direto¹⁴⁰ na América do Sul e um dos grandes fornecedores de serviços financeiros no subcontinente (HARDIE, 2016).

As exportações do Reino Unido na área da Defesa para países da América do Sul passaria por um declínio menos acentuado. A presença de artigos militares britânicos nas forças armadas sul-americanas se manteria no pós-Guerra Fria, incluindo nas forças argentinas¹⁴¹. Em meados dos anos 2000, o Chile figurava como o principal destino de

¹³⁸ “[...] *the combined arms sales of British companies remained the highest in Europe [...]*” (SIPRI, 2019).

¹³⁹A Rússia apresenta-se como um tradicional competidor pelos mercados de Defesa, contudo a China apresenta-se como a grande concorrente do Reino Unido no longo prazo, com sua crescente influência político-econômica em países próximos de Londres na África e Ásia.

¹⁴⁰Entre 2010 e 2014 o investimento britânico no Brasil cresceu mais que dobrou, passando de seis bilhões de libras para aproximadamente 15 bilhões de libras (HARDIE, 2016).

¹⁴¹Os últimos vestígios das relações na área de Defesa entre Londres e Buenos Aires datam de antes da Guerra das Malvinas/Falklands, sendo vistos na Marinha Argentina (*Armada de la República Argentina*) que em 2021 ainda operava um contratorpedeiro *Type 42 (Sheffield-class)* adquirido do Reino Unido na década de 1970.

exportações militares do Reino Unido para a região. O ápice das aquisições chilenas ocorreram em 2007, quando Chile representou cerca de 9% de todas as exportações britânicas daquele ano (VILLA; VIGGIANO, 2012). Dentre as principais aquisições estavam quatro fragatas britânicas, comissionadas na Marinha Chilena entre 2003 e 2008¹⁴² (UNITED KINGDOM, 2007). Mesmo com eventuais vendas significativas, para Londres a região representava uma das áreas menos lucrativas, com uma média de apenas 1% dos contratos aprovados para exportações britânicas em Defesa entre 2004 e 2019 (UNITED KINGDOM, 2014b; 2020).

Além do Chile, dentro do contexto latino-americano, tradicionalmente o Brasil apresenta-se como outro significativo mercado de artigos militares britânicos. A Marinha recebe a vasta maioria das compras militares advindas do Reino Unido. No período analisado do pós-Guerra Fria até o fim da década de 2010, a Marinha Brasileira possuía uma frota de superfície de fragatas constituída especialmente por embarcações construídas ou planejadas por empresas britânicas. A classe Niterói de fragatas, operacional nos anos 2010, foi fornecida pelo Reino Unido durante a década de 1970, sendo três das sete embarcações construídas no Brasil¹⁴³. Ademais, nos anos 1990, o Brasil adquiriu quatro fragatas *Type 22*, sendo duas retiradas de serviço nos anos 2010 (SAILING, 2018). A classe Tamandaré, construída em parceria entre Brasil e Alemanha, passará a substituir parcialmente a classe Niterói e as *Type 22* a partir de meados dos anos 2020, reduzindo a participação de navios fabricados no Reino Unido ativos na Marinha Brasileira. Contudo, a presença da indústria britânica nas cadeias produtivas garantem que empresas britânicas forneçam itens essenciais para a classe Tamandaré, como os radares e armamento contra ameaças aéreas¹⁴⁴ (*surface-to-air missiles*) (REZENDE, 2018).

Além da frota de fragatas, o Brasil adquiriu três navios patrulha do Reino Unido em 2012. Originalmente as embarcações seriam destinadas à República de Trinidad e Tobago,

¹⁴²As quatro fragatas serviram na Royal Navy nos anos 1980 e 1990 antes de serem retiradas de serviço e vendidas ao Chile. Três embarcações são as *Type 23* operadas pelo Reino Unido. Londres planeja a retirada de serviço dessa classe a partir de meados dos anos 2020. Ademais, há uma fragata da classe *Type 22*. As quatro embarcações representam metade da frota de fragatas do Chile.

¹⁴³Em 2020 cinco embarcações continuavam em atividade, sendo uma delas apenas para treinamento não equipada com sensores e armamentos.

¹⁴⁴A classe Tamandaré possuirá seu radar *Type 997 Artisan* fornecido pela britânica BAE Systems. Além disso, o sistema de defesa antiaéreo (CAMM) será disponibilizado pela MBDA que é parcialmente controlada pela BAE Systems com 37.5% das ações, em conjunto com a italiana Leonardo (25%) e a multinacional Airbus (37.5%). A cadeia de produção da MBDA é distribuída principalmente entre Reino Unido, Itália, Alemanha e França.

após o cancelamento do acordo por parte do governo caribenho, o Brasil realizou uma “compra de oportunidade”. Os três navios da nomeada “classe Amazonas” entrariam em serviço na Marinha do Brasil entre 2012 e 2013 com a tarefa auxiliar na patrulha do extenso litoral do país (BAE, 2012). Contudo, o principal acordo de exportação aprovado por Londres e destinado ao Brasil nesse período seria a venda do porta-helicópteros *HMS Ocean* em 2018 (UNITED KINGDOM, 2018a), tornando-se a “nau-capitânia” da marinha brasileira. O *Ocean*, renomeado como “Atlântico”, foi vendido ao Brasil após a remoção de determinados sistemas operados pela Royal Navy, dentre eles o sistema *Phalanx* de defesa contra mísseis anti-navio e o sistema de proteção contra torpedos, além de armamentos de pequeno calibre. Assim, o Atlântico entrou em serviço apenas com os radares e um sistema de proteção contra navios de curto alcance (BARREIRA, 2018).

No caso do porta-helicópteros, o Reino Unido procurou evitar que determinados equipamentos fossem transferidos, sejam aqueles originários de aliados como o sistema *Phalanx* dos Estados Unidos ou os sistemas britânicos de proteção anti-torpedos. Os sistemas mantidos, como os radares do “Atlântico” e da classe Tamandaré, além da própria operabilidade dos navios patrulha da classe Amazonas e do porta-helicópteros abrem caminho para a continuidade da dependência técnica das forças militares do Brasil, em especial a Marinha, para com o Reino Unido. Nesse sentido, as “compras de oportunidade” realizadas pelo Brasil contribuem para a manutenção uma relativa proximidade com a indústria de defesa britânica, dificultando avanços na integração operacional entre forças armadas locais, em especial com a Argentina, como evidenciado no caso dos Gripen. Por outro lado, indisposições com o Reino Unido que levem o Governo Britânico a bloquear vendas e auxílio técnico às forças brasileiras, possui potencial de restringir as oportunidades de aquisições militares por parte do Brasil e dificultar a manutenção dos itens de origem britânica em serviço ativo nas forças armadas do país sul-americano.

Adicionalmente, o Reino Unido apoia parcialmente as ambições do Brasil de ser um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Todavia, o Governo Britânico indicou que não defende a extensão do poder de veto para eventuais novos membros permanentes (UNITED KINGDOM, 2014a). Dessa forma, a posição do Reino Unido sobre o pleito do Brasil possui uma restrição significativa. Apesar disso, o apoio britânico, junto com o francês, apresenta-se como mais significativo do que a posição dos Estados Unidos que apresentou maior interesse oficial nas candidaturas do Japão e, especialmente, da Índia (COELHO; GARCIA, 2018). Logo, mesmo restrito, o apoio do Reino Unido apresenta-se como um fator que auxilia as reivindicações brasileiras.

Eventuais tensões no Atlântico Sul sobre os territórios britânicos, opondo os Estados regionais ao posicionamento britânico, podem afetar no longo prazo o “compromisso” do Reino Unido com o Brasil no Conselho de Segurança.

Com o exposto acima, entende-se que a presença militar do Reino Unido no Atlântico Sul possui consequências diretas para os países da região. Destaca-se o embargo de exportações militares do Reino Unido para a Argentina que levou a restrições frequentes das opções disponíveis ao Governo argentino como exemplificado pelo caso da tentativa de aquisição dos Gripen. Neste ponto torna-se necessário destacar novamente que a presença territorial-militar é reforçada pela influência relativa de Londres em países da África banhada pelo Atlântico Sul e membros da ZOPACAS, com destaque para Serra Leoa.

Desde 1982, os Territórios Ultramarinos Britânicos no Atlântico Sul tornaram-se a principal fonte das considerações de Londres no Atlântico Sul à frente de estratégias de cooperações com Estados regionais, como pode ser visto nas Revisões de Defesa e Segurança britânicas que priorizam as possessões e concebem o Atlântico Sul grandemente no aspecto estratégico-militar (UNITED KINGDOM, 1998; 2010; 2015). Nesse sentido, o Atlântico Sul tornou-se uma das zonas de atuação permanente da potência nuclear britânica, apesar da região não ser a principal área de atuação das forças armadas do Reino Unido.

4.5 Conclusões Parciais

As possessões ultramarinas remanescentes do Reino Unido se apresentam como valiosas bases de projeção de poder, apesar de serem diminutas em população e extensão geográfica. Além disso, os Territórios Ultramarinos Britânicos são instrumentos que auxiliam o Reino Unido em legitimar sua presença militar e seus interesses econômicos ao redor do globo, a garantir o controle relativo das regiões vizinhas e a manter seu status como grande potência militar. Não obstante, as Ilhas Malvinas/Falklands e Geórgia do Sul e Sandwich do Sul são bases essenciais para reafirmar e consolidar as reivindicações do Governo Britânico na Antártica (MELLO, 1996; SILVA, 1987) em detrimento dos interesses da Argentina e do Chile que possuem pleitos territoriais que se sobrepõem entre si e ao Território Antártico Britânico (DODDS, 2006).

A presença militar e territorial britânica de longo prazo, especialmente nas Ilhas Malvinas/Falklands, se mostra como fonte de tensão entre Londres e Buenos Aires. Desde o conflito entre os dois países em 1982, o Reino Unido iniciou o reforço das defesas das ilhas clamadas pela Argentina e descartou sumariamente negociações sobre a soberania desses

territórios. Além de atender aos desejos dos habitantes dessas possessões, o Governo Britânico procurar manter a sua posição relativamente privilegiada no Atlântico Sul, reforçando seu interesse e compromissos com esses territórios ao realizar regularmente exercícios militares e investimentos na expansão e modernização da infraestrutura civil-militar regional.

As tensões entre Argentina e Reino Unido passaram por um crescimento nos anos do Governo de Cristina Kirchner (2007-2015) que adotou uma posição diplomática mais ativa que seus antecessores e coincidiu com as novas descobertas e o início dos planos para a exploração dos recursos de hidrocarbonetos das ilhas (DUMPSEY, 2010). No ano da celebração do trigésimo aniversário da Guerra das Malvinas/Falklands, o auge dessas tensões foi traduzido na proibição total por parte do Governo Britânico da venda de produtos, serviços e tecnologias militares do Reino Unido para a Argentina visando evitar que armamentos e tecnologias britânicas pudessem ser empregadas contra as ilhas (UNITED KINGDOM, 2013).

Por meio de variações nesse embargo, sucessivos governos em Londres buscaram evitar ou postergar que a Argentina, a principal ameaça para as possessões britânicas na região, alcançasse incrementos em sua capacidade militar. Logo, o recrudescimento das regras durante os anos Cristina Kirchner pode ser interpretado como uma retaliação aos esforços de Buenos Aires em obter suporte dos demais Estados-membros da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e, especialmente, às ameaças de bloquear a ponte aérea entre o continente sul-americano e as Ilhas Malvinas/Falklands.

Ademais, a indústria de defesa britânica é constituída por algumas das maiores da área, como a *BAE Systems*, *Qinetiq*, *Cammell Laird*, *Rolls-Royce Holdings* e *Babcock*, participando ativamente de várias cadeias produtivas de programas militares do Ocidente, como o *Saab Gripen*, adquirido pelo Brasil, o FA-50 da *Korea Aerospace Industries* e o *Lockheed Martin F-35 Lightning II*. Em consequência, a Argentina pode ser excluída de uma parcela significativa de modernos equipamentos militares produzidos pelo Ocidente, afetando possíveis planos de maximização da interoperabilidade com as forças de Estados sul-americanos, clientes tradicionais de países como os Estados Unidos, França, Alemanha e Reino Unido.

Adicionalmente, o Governo Britânico desfruta de uma “relação especial” com os Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial e o Reino Unido continua a ser uma potência militar relevante, especialmente no âmbito naval. Estes fatores contribuem para manter o país como o principal parceiro dos Estados Unidos, o que foi evidenciado pelo apoio

de Washington aos britânicos durante a Guerra das Malvinas/Falklands em detrimento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) (MELLO, 1996). Por fim, o Reino Unido pode ser identificado como a principal força militar europeia dentro da OTAN, buscando manter essa posição (UNITED KINGDOM, 2010; SABBAGH, 2020), além de ser um defensor tradicional de uma interpretação elástica da área original de atuação da Organização em acordo com a posição dos Estados Unidos (STUART, 1991).

A posição do Reino Unido no Atlântico Sul e seu status como membro da OTAN aparentam se reforçar mutuamente. O conjunto de bases permanentes e territórios ao longo do Atlântico fortalecem a posição britânica dentro da Aliança, pois o país é o único membro a deter bases permanentes ao sul do Equador nesse oceano. Por sua vez, ser membro proeminente da OTAN pesa nas considerações outros Estados na tomada de medidas contra o Reino Unido e assegura relativa coesão entre os aliados-membros durante crises que ameassem a posição britânica, como pode ser notado novamente durante a Guerra das Malvinas/Falklands (MELLO, 1996; HASTINGS; JENKINS, 2011). Considerando que o Reino Unido possui um histórico de disponibilizar as instalações militares de seus territórios aos seus aliados, como no caso de Diego Garcia e Ascensão para os Estados Unidos, torna-se vantajoso para estes países que os britânicos mantenham a soberania dessas áreas.

Ademais, a natureza da presença de uma potência como o Reino Unido no Atlântico Sul, envolvendo aspectos militares e territoriais, se coloca oposta aos anseios da ZOPACAS. A tradicional e próxima relação que o Reino Unido cultiva com Serra Leoa e África do Sul - ambos membros da ZOPACAS -, envolvendo aspectos de Defesa, investimentos e auxílio econômico, contribui para minar o interesse destes Estados na consolidação de um projeto que contrarie a posição do Reino Unido na região, como expressado pelo apoio de Serra Leoa a autodeterminação dos habitantes das Ilhas Malvinas/Falklands em permanecer sob a soberania britânica (MILLER, 2012). Logo, o Reino Unido pode ser identificado como um dos principais desafios da ZOPACAS, organização que, além do desafio imposto pela potência europeia, testemunhou frequentes períodos de estagnação, enfrentando questões de comprometimento interno de seus membros para sua efetiva consolidação e ainda não possui peso estratégico no Atlântico Sul (CARVALHO; NUNES, 2014).

Com o exposto, o Reino Unido demonstra possuir um histórico que envolve o compromisso de longo prazo com suas possessões no Atlântico Sul, realizando investimentos na infraestrutura e na manutenção de sua capacidade militar na região. Este comportamento é resultado da característica da presença militar ultramarina do Reino Unido que diverge da projeção de poder dos Estados Unidos baseada majoritariamente em “operações cirúrgicas”

das frotas ou em bases localizadas em nações soberanas. Por meio dos Territórios Ultramarinos, o Governo Britânico valoriza a permanência de longo prazo, mesmo que secundária ao seu aliado norte-americano, objetivando legitimar sua presença e ser um ator independente em regiões além-mar. A presença militar do Reino Unido no Atlântico Sul apresenta-se com duas faces: um fim em si mesma, estando na região para a proteção de seus territórios, e como pontos de apoios logísticos para controle relativo e operações militares em áreas circunvizinhas.

Apesar de resultados diversos, essa estratégia global possui êxito em determinadas áreas como o Atlântico Sul – junto com o Mediterrâneo e o Caribe – que está assegurado dentro do controle relativo das forças militares do Reino Unido. Em suma, a presença britânica pode se manter ativa mesmo enfrentando a ausência de cooperação com países regionais sul-americanos ou do continente africano. Novamente, a resultante da estratégia de Londres no Atlântico Sul assemelha-se ao posicionamento britânico no Mar Mediterrâneo, caracterizado pela (1) presença de longo prazo, (2) controle relativo regional e (3) legitimação do domínio territorial de pequenas possessões por parte das populações locais, possibilitando que o Reino Unido seja um ator relevante mesmo em períodos marcados pelo declínio nacional.

Em adição, a segurança dos Territórios Ultramarinos pode ser mantida com números e custos relativamente reduzidos, como ocorre nas Malvinas/Falklands com vasta infraestrutura e cerca de 1.300 militares que custam em média 0.17% do orçamento do Ministério da Defesa do Reino Unido (FALKLANDS GOVERNMENT, 2012). Durante emergências, o sistema de bases facilita o envio de reforços advindos do Reino Unido. As forças de reação rápida constituem parte essencial da projeção de poder de potenciais militares como o Reino Unido, sendo o foco estratégico do país desde o fim da Guerra Fria.

Por fim, os efeitos mencionados da presença britânica no Atlântico Sul residem em dois pontos principais. O primeiro deles está na divergência de poder relativo dos Estados regionais, incluindo o Brasil, e o Reino Unido, permitindo que, quando necessário, Londres adote uma política relativamente unilateral no Atlântico Sul, ignorando os anseios locais de uma Zona de Paz e as reivindicações argentinas sobre parte dos territórios britânicos na área. Este cenário manteve-se apesar dos cortes do “dividendo da paz” (1990-1997) e do primeiro Governo Cameron (2010-2015). A Royal Navy iniciou os anos 2000 com projetos que visavam adaptá-la ao século XXI. Seguindo essa tendência, em 2020, Londres anuncia o crescimento de 10% do orçamento de Defesa, a maior expansão desde o fim da Guerra Fria, abrindo caminho para a expansão da frota de superfície da marinha (SABBAGH, 2020),.

Resumidamente, as Forças Armadas Britânicas não encontram paralelo em Estados regionais do Atlântico Sul, sendo tecnologicamente superiores e flexíveis.

Nesse âmbito, torna-se possível caracterizar essa posição do Reino Unido no Atlântico Sul como símbolo das assimetrias sistêmicas, mas apoiada pelas populações dos territórios controlados pelo país. Este apoio, o segundo aspecto que baseia a presença do Reino Unido, fortalece a posição britânica na região. Logo, a presença britânica no Atlântico Sul deve ser considerada como baseada nos territórios, na capacidade militar e na identidade das populações sob proteção da Coroa. Assim, para o Governo Britânico, essas questões contribuem para tornar o país um ator regional, priorizando esses territórios ao ponto de relegar as relações com os Estados sul-atlânticos como secundárias. O posicionamento de um ator regional que não possui prioridade no estabelecimento de laços com seus vizinhos pode ser considerado como contraditório, contudo, o Reino Unido se coloca como “ator regional” no sentido de possuir no Atlântico Sul uma presença territorial permanente e – derivado dessa presença - considerar a região como parte de sua zona de influência e atuação militar. Apesar de se considerar como um ator regional, o Reino Unido pode ser caracterizado como uma grande potência externa que se apresenta como um denominador comum das considerações estratégicas dos Estados sul-atlânticos, uma consideração compartilhada que contribui para a formação das identidades regionais, especialmente nos membros da ZOPACAS na América do Sul.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os interesses geoestratégicos do Reino Unido no Atlântico Sul residem em duas bases centrais de sustentação. A primeira base apresenta-se como a estratégia perene que visa manter o Reino Unido como uma potência de primeiro escalão, com alcance militar global. Outro aspecto de sustentação reside no marco que a Guerra das Malvinas/Falklands representou na política nacional britânica, com a vitória militar simbolizando para Londres o fim do recuo estratégico do país no sistema internacional – que pode ser notado entre o fim dos anos 1940 até a década de 1970 - e o prevalecimento dos valores democráticos britânicos contra a Junta Militar ditatorial argentina. O conflito daria às Malvinas/Falklands uma relevância político-estratégica que poucos territórios além-mar alcançariam nos anos após o fim do império, tornando-se diretamente associadas ao prestígio internacional do Reino Unido e às capacidades militares que a antiga potência imperial poderia reunir para a defesa de seu território e soberania.

Assim, entende-se que no caso das Malvinas/Falklands existe o fator estratégico-militar para o estabelecimento da projeção de poder britânica e o controle relativo do extremo sul do Atlântico e o aspecto simbólico impulsionado pela guerra contra a Argentina. Com isso, pode-se apontar a existência de um paralelo do caso das Malvinas/Falklands, ameaçada por forças externas não democráticas, com o histórico britânico em relação ao continente europeu. Logo, a existência de ilhéus, súditos da Coroa, ameaçados por forças continentais apresenta-se no Reino Unido como uma miniaturização da posição das Ilhas Britânicas perante as sucessivas tentativas de invasão por parte das potências continentais europeias, como a Espanha de Felipe II, a França dos Bourbon e das Guerras Napoleônicas e a Alemanha Imperial e Nazista.

No aspecto geoestratégico, a presença militar e territorial no Atlântico Sul pode ser identificada como parte de uma abordagem de conservação do poder relativo britânico perante as demais potências do sistema internacional. Todavia, os Territórios Ultramarinos regionais de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Ilhas Malvinas/Falklands, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul são apenas uma parte de um cinturão de possessões e bases militares ao redor do globo que asseguram ao Reino Unido a habilidade de projeção de poder militar independente de outros atores quando necessário. Além das ilhas mencionadas, este cinturão inclui as Ilhas Cayman, a Ilha de Bermuda, Gibraltar, as Bases Soberanas e o Território Britânico no Oceano Índico (Diego Garcia). Ademais, a disponibilização de bases em possessões ultramarinas aos Estados aliados contribui para a sustentação do status do

Reino Unido como um parceiro relevante. Esta estratégia pode ser exemplificada no planejamento deliberado do Governo Britânico para manter continuidade do controle sobre territórios na ilha do Chipre por meio de duas Bases Soberanas, e no Oceano Índico com o Arquipélago de Chagos, em especial Diego Garcia. No Atlântico Sul, a Ilha de Ascensão era parte da planejada “Estratégia de Ilhas” da Royal Air Force e não possuía Estados que reivindicassem sua posse ou população local que almejassem independência, dispensando a necessidade de acordos para a manutenção do controle ou uso militar britânico. Posteriormente, Ascensão e Santa Helena teriam sua relevância relativa incrementada com os tratados de Pelindaba e Tlatelolco que ao estabelecerem as Zonas Livres de Armas Nucleares na África e na América Latina e Caribe, não incluiriam as ilhas britânicas. Assim, caso Londres desejasse, a base anglo-americana em Ascensão poderia receber e armazenar armas de destruição em massa britânicas e norte-americanas.

As negociações entre o Reino Unido e África do Sul sobre a base naval em Simon’s Town representam outro exemplo da atuação britânica visando a retenção de outras instalações militares na região. O fim da presença militar permanente do Reino Unido no país africano em 1975 pode ser indicada como derivada de extensas pressões domésticas e internacionais, com destaque para a Comunidade das Nações, que desejavam uma política mais assertiva em relação ao regime do apartheid sul-africano, acompanhadas pelo desengajamento britânico das áreas “a Leste de Suez” que reduziam a necessidade de bases de apoio no sul da África. Entretanto, mesmo com o fim dos acordos de Simon’s Town, o Reino Unido permaneceria como um parceiro econômico relevante, apresentando resistência na adoção de sanções contra a África do Sul. Após o fim do apartheid, Londres rapidamente consolidou-se como um dos principais parceiros comerciais e fontes de investimentos no país. A proximidade entre o Reino Unido e a África do Sul, ainda que relativamente reduzida desde os anos de vigência dos acordos de Simon’s Town, possibilitam o uso dos portos e da antiga base naval por parte das forças britânicas para operações de patrulha e deslocamentos além-mar, contribuindo para o enlaçamento do Atlântico Sul como uma zona dentro do controle relativo de Londres. Todavia, entende-se que a capacidade operacional do poder naval britânico na região não depende do acesso aos portos sul-africanos, podendo ser grandemente sustentado pela infraestrutura e estoques de suprimentos e equipamentos nos territórios britânicos.

Nesse contexto, a intervenção militar do Reino Unido na Guerra Civil de Serra Leoa no ano 2000 possui como consequência o restabelecimento da presença militar britânica na África Ocidental e consolidação de Serra Leoa como um dos principais parceiros na área de

Defesa e Segurança britânicos na África. A redução dos números totais de tropas de Londres nos anos 2010 foi acompanhada pelo início da prática de treinamentos conjuntos com as forças armadas do país africano, indicando que o Reino Unido visou a expansão das possibilidades dessa relação. Por mais de uma década após o fim da Guerra Civil a presença britânica detinha como função auxiliar no treinamento das Forças Armadas de Serra Leoa e, em menor escala, na manutenção dos acordos de cessar-fogo. Este papel, direcionado para treinamentos conjuntos, prolongou a presença britânica ainda que os números permanentemente baseados em Serra Leoa sejam menores no fim da década de 2010 quando comparados aos anos 2000. Ademais, as forças navais britânicas continuaram a reter acesso aos portos serra-leoninos, indicando que a cooperação do Reino Unido com Serra Leoa e África do Sul serve, no campo estratégico-militar, a propósitos similares de sustentação da frota britânica em tempos de paz e, em ambos os casos, podem ser substituídas pelo sistema de Territórios Ultramarinos Britânicos no Atlântico Sul, em especial nos quesitos de fornecimento de suprimentos e reparos de menor complexidade. A liderança assumida pelo Governo Britânico no combate ao surto do vírus Ebola em Serra Leoa em 2014, demonstrou a multifacetada relação entre Londres e Freetown, consolidou o Reino Unido como um dos principais parceiros bilaterais de Serra Leoa e uma fonte significativa de auxílio econômico nos anos após a Guerra Civil do país africano.

A proximidade do Reino Unido com a África do Sul e, especialmente, Serra Leoa, apresenta outro aspecto do impacto que a presença de uma potência de maior poder relativo possui em regiões periféricas. A ajuda financeira e as relações próximas de cooperação em Defesa e Segurança com Londres, contribuíram para que Serra Leoa adotasse uma posição favorável ao Reino Unido no caso da soberania disputada das Malvinas/Falklands. No período analisado, Freetown defendeu o princípio de autodeterminação dos povos ao posicionar-se sobre os territórios britânicos alinhando-se com a posição de sucessivos governos da potência europeia. Assim, o Reino Unido possui apoio de um Estado regional para a continuidade de sua presença territorial-militar no Atlântico Sul, enfraquecendo concepções de unidade sul-atlântica. O caso da África do Sul apresenta-se menos intenso em sua simpatia pela posição britânica, não possuindo apoio ao controle do Reino Unido sobre os territórios contestados. Contudo, o Governo Sul-Africano permite o uso extensivo da base naval de Simon's Town pelas forças navais britânicas que patrulham o Atlântico Sul, resultando em contribuição indireta ao Reino Unido na questão da disputa com a Argentina.

As ramificações dessas relações próximas com o Reino Unido aprofundam as limitações da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), da qual Serra Leoa

e África do Sul são membros. Como indicado, a ZOPACAS possui desafios internos de coordenação política e institucionalização desde sua criação em 1986. Tendo como um de seus objetivos a eliminação da presença territorial e militar de atores extrarregionais do Atlântico Sul, a ZOPACAS possui no Reino Unido o principal entrave externo para concretização destes anseios. As dificuldades internas e o frequente desinteresse de governos regionais, somados à proximidade britânica com alguns de seus membros diluem a expressão geopolítica desse projeto regional. Além disso, deve-se considerar as disparidades de poder relativo dos membros da organização em relação ao Reino Unido que aprofundam os entraves da ZOPACAS. Dessa forma, esses fatores contribuem para que a ZOPACAS não seja considerada por Londres como um ameaça para a sua posição regional, o que pode ser visto na ausência de menções a Zona de Paz em todas as Revisões de Defesa do Reino Unido.

No caso da disputa sobre as Ilhas Malvinas/Falklands e o Território das Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, a Argentina enfrenta o constante embargo de equipamentos e serviços de Defesa britânicos. Com a adoção de uma política externa mais ativa sobre a soberania desses territórios nos Governos Cristina Kirchner, as capacidades militares da Argentina voltariam a ser alvo da atenção e dos esforços britânicos para evitar sua expansão. A habilidade do Reino Unido em negar o acesso argentino a determinados equipamentos considerados para aquisições, como as aeronaves de combate Saab Gripen e KAI T-50, demonstram a persistência das tensões na região e o alcance da indústria de Defesa britânica nas cadeias produtivas globais. Consequentemente, a Argentina enfrentaria desafios para avançar com a modernização de sua força aérea e de estabelecer uma possível maior interoperabilidade com o Brasil, como no caso do Saab Gripen.

Adicionalmente, Londres apresenta uma percepção sobre seu papel no Atlântico Sul divergente dos Estados regionais. Diferentemente dos Estados Unidos que votaram contra a resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que daria origem à ZOPACAS, o Reino Unido apresentou voto favorável. A partir do posicionamento dos representantes britânicos em 1986, entende-se que o voto de apoio à ZOPACAS ocorreu devido ao entendimento em Londres de que os seus territórios tornavam o Reino Unido um ator regional. Logo, o objetivo de eliminar a presença territorial e militar de atores “extrarregionais” não se aplicaria ao caso britânico. Em adição, a resolução explicitava o repúdio ao emprego de meios militares para a resolução de litígios, amparando a posição do Governo Britânico em manter o status quo nas Malvinas/Falklands, sendo apenas necessário a negação de negociações diplomáticas com a Argentina sobre as ilhas.

Entende-se que a percepção do Reino Unido como ator regional pode ser reservada apenas ao aspecto territorial-militar: o controle de ilhas e arquipélagos com populações locais que se consideram britânicas traz permanentemente a potência europeia ao Atlântico Sul, tornando-a um denominador comum das reflexões estratégicas dos Estados circunvizinhos. Contudo, o Reino Unido está inserido primariamente no contexto da comunidade transatlântica da OTAN, possuindo seus principais laços políticos, econômicos e estratégicos com os membros dessa organização. Ademais, o Reino Unido opta por não ser um signatário da ZOPACAS, demonstrando as limitações do engajamento britânico com os Estados regionais. Ainda que Londres mantenha uma longa presença no Atlântico Sul, com diminutas comunidades políticas espelhadas em sua imagem e presença militar que pode ser indicada como parte de uma estratégia que tem na região um fim em si mesma e não apenas um trampolim estratégico para outras áreas, essa presença não é reconhecida como regional pela maioria dos Estados limítrofes ao Atlântico Sul, especialmente os da América do Sul.

Neste contexto, pode-se destacar os esforços britânicos nas relações com países africanos banhados pelo Atlântico Sul como um meio de encontrar atores que percebam o Reino Unido como parte da dinâmica regional, não contestando sua presença ou, como no caso de Serra Leoa, apoiando a posição britânica. Com isso exposto, é necessário destacar que este fenômeno seria parte das consequências da influência britânica, não sendo o motivo inicial do engajamento de Londres que reside em questões comerciais, políticas e estratégicas. Todavia, na ótica do Direito Internacional, tendo que Estados da região não se opõem diretamente ao controle britânico de Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha, é possível apontar que, mesmo com ressalvas quanto a questão identitária e a falta de reconhecimento pelos atores vizinhos, o Reino Unido se caracteriza por ser um ator regional ao possuir fundações territoriais, populacionais e econômicas no Atlântico Sul.

Essas fundações contribuem diretamente para o fortalecimento da legitimidade das reivindicações de Londres na Antártica. As Ilhas Malvinas/Falklands e as Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul apresentam peso especial nesta questão por estarem geograficamente próximas e ligadas com o histórico de reivindicações territoriais e de pesquisas científicas britânicas no continente antártico. Apesar de, no período analisado, a posição do Reino Unido na Antártica continuar a respeitar e prezar pelo vigor do Tratado Antártico, as reivindicações da Argentina e do Chile – posteriores à britânica – se sobrepõem entre si e ao setor ambicionado pela potência europeia. Destaca-se o reconhecimento das reivindicações do Reino Unido no continente pela Austrália, Nova Zelândia, Noruega e França. Consequentemente, o fortalecimento da legitimidade do britânica na Antártica enfraquece as

posições chilenas e argentinas no continente. O Reino Unido como um ator regional no Atlântico Sul reforça essa possibilidade.

Os territórios e bases ultramarinas, juntamente com a manutenção de relações próximas com determinados Estados ao redor do globo, estão diretamente inseridas nas limitações do Reino Unido como antiga potência hegemônica. Em outras palavras, o sistema global de bases em territórios britânicos e em Estados soberanos representa a forma de acomodação encontrada por Londres no ajuste de sua posição sistêmica no pós-Segunda Guerra Mundial. Como indicado, possessões e bases além-mar detêm como uma de suas funções a redução dos dispêndios e dos desafios logísticos que a projeção de poder apresenta ao Estado. A utilidade dessas bases é incrementada para potências que enfrentaram períodos de declínio relativo e buscam novas alternativas para a manutenção de parcela de suas antigas capacidades e seu status, como o caso do Reino Unido. Similarmente, potências em ascensão podem optar por essa estratégia ao iniciar a expansão de suas forças expedicionárias.

Com isso, nota-se que o cinturão de ilhas britânicas no Atlântico Sul, no Atlântico Norte e Caribe, no Mediterrâneo e no Índico está incluso nas tentativas de conservação de status do Reino Unido por parte de sucessivos governos em Londres. Em outras palavras, os interesses geoestratégicos britânicos na região aparentam ser parte de uma estratégia de contenção do declínio relativo do país, especialmente após 1982, quando os territórios ganham um significado nacional de destaque. Análises e estudos sobre as estratégias adotadas pelo Reino Unido no campo estratégico-militar para conter ou desacelerar seu declínio relativo no sistema internacional, com destaque para os anos pós-Guerra Fria, contribuiriam para expandir o entendimento da atuação global deste Estado que, apesar do fim de sua hegemonia, almeja perenemente a continuidade de sua posição privilegiada.

A questão orçamentária apresenta-se como outro ponto de interesse para o entendimento da característica da presença sul-atlântica e global do Reino Unido. Nos anos analisados do, o orçamento de Defesa e as capacidades militares britânicas passaram por quatro períodos distintos. O primeiro deles no Governo John Major (1990-1997), marcado por políticas severas de austeridade na área de Defesa. A posição de Major estaria em linha com o entendimento dos governos ocidentais sobre a redução dos orçamentos militares a partir do fim da Guerra Fria e da dissolução da União Soviética. A maior redução no orçamento de Defesa britânico desde a desmobilização após a Segunda Guerra Mundial teria como principal consequência o início do sobrecarregamento das Forças Armadas Britânicas. Capacidades militares em declínio e compromissos em ascensão seriam o principal legado de John Major para as capacidades expedicionárias do Reino Unido. Entretanto, nesse

período foram realizados os primeiros e discretos passos para reorientação estratégica britânica para o foco em projeção de poder, como o início da redução das forças militares do país na Alemanha e os cortes mais expressivos centrados no Exército.

O segundo momento seria o Governo do Partido Trabalhista liderado por Tony Blair (1997-2007) ao elaborar uma Revisão de Defesa visando estabilizar o orçamento militar, objetivando cessar o período de cortes iniciados em 1990. Os anos Blair foram marcados por uma expansão das capacidades convencionais das Forças Armadas Britânicas, com ênfase na guerra expedicionária, além de intervenções militares ao redor do globo, incluindo Serra Leoa, Iraque e o Afeganistão. Pode-se apontar que as operações em Serra Leoa e a invasão do Iraque foram demonstrações das capacidades que Blair introduziu desde o início do seu governo. Ainda que cortes relativamente superficiais ocorreram entre 2004 e 2007 e as forças foram empregadas em diversos teatros de conflito dissipando a possibilidade de amenizar o sobrecarregamento presente desde os anos Major, o legado de Blair no campo estratégico-militar foi singular no período analisado. O Governo Blair retomou e consolidou a tradição das Forças Armadas Britânicas para a projeção de poder ultramarino. O sucessor de Blair, Gordon Brown (2007-2010) continuaria mantendo uma política de conservação do orçamento militar do país. Contudo, os custos do prolongamento das campanhas no Iraque e Afeganistão, além da Crise Financeira de 2007-2008, contribuiriam para o retorno da austeridade no primeiro governo de seu sucessor, David Cameron.

Assim, o terceiro momento seria o primeiro Governo Cameron (2010-2015), marcado pelo retorno da austeridade que visava o ajuste das contas públicas e a recuperação econômica. Os cortes no orçamento do Ministério da Defesa seriam os mais amplos desde o dividendo da paz de John Major. A decisão da retirada de serviço da frota de porta-aviões e suas aeronaves antes que os substitutos – idealizados pelo Governo Blair – entrassem em atividade resultaria na breve, mas simbólica e relevante, ausência da capacidade de operar essa classe de navios pela Royal Navy. Desde a introdução dessa tecnologia nos anos 1910, da qual a Royal Navy foi uma das pioneiras, o Reino Unido operou porta-aviões continuamente. O símbolo da projeção de poder das grandes potências estaria ausente no poder naval britânico até 2017. Outros cortes criaram lacunas de capacidades semelhantes que afetavam a habilidade de combate expedicionário das forças britânicas. A austeridade dos anos entre 2010 e 2015 afetaria uma força militar amplamente sobrecarregada pelas demandas das campanhas no Oriente Médio e pelos cortes da primeira metade dos anos 1990, levantando questionamentos sobre a posição do Reino Unido como um potência militar e sobre a habilidade do país em replicar uma Força Tarefa similar a empregada na Guerra das

Malvinas/Falklands. A possibilidade de outro Estado europeu tornar-se o detentor de uma relação especial com os Estados Unidos, substituindo Londres, ao passo que ascendesse à posição de principal potência militar da OTAN na Europa, contribuiria – juntamente com as críticas domésticas - para a alteração das políticas do Governo Britânico na área da Defesa.

O quarto período apresenta-se como iniciado no segundo Governo Cameron (2015-2016) que marcou a tentativa de reverter parcialmente os cortes mais significativos dos anos anteriores. Os anos de 2015 a 2017 testemunharam a restauração da operação de porta-aviões, a expansão das forças destinadas a operações expedicionárias e, pela primeira vez desde a Segunda Guerra, a indicação da possibilidade de a Royal Navy ter sua frota de superfície expandida. Apesar de lacunas de capacidades serem remediadas, o legado dos anos Cameron no campo da Defesa pode ser sumarizado em dois pontos principais. O primeiro seria a persistência da sobrecarga das Forças Armadas Britânicas, aprofundada pela continuação das demandas por operações militares sem financiamento inadequado. O segundo ponto seria o ressurgimento da estratégia de investimentos em infraestrutura militar ou de duplo propósito em bases e territórios além-mar. A retomada da ênfase em bases ultramarinas no período a partir de 2010 pode ser entendido como meio de balancear os cortes em capacidades convencionais de projeção de poder que afetaram as forças britânicas nesses anos.

Durante a elaboração da Revisão de Defesa de 2015, o segundo Governo Cameron possuía a opção de continuar com uma política de austeridade e arriscar a posição do Reino Unido como uma grande potência militar e aliado especial dos Estados Unidos, ou encerrar os cortes, reafirmar o Reino Unido como a principal força militar da Aliança Atlântica na Europa e expandir as capacidades expedicionárias do país. O Governo Britânico escolheria a última opção, indicando a recusa de conceber o Reino Unido como uma potência de menor relevância internacional. Logo, entende-se que as reduções implementadas no período analisado seriam parcialmente revertidas na segunda metade dos anos 2010, visto que a manutenção dessa tendência representaria o fim da concepção do Reino Unido como uma das grandes potências. As medidas do Governo Britânico em 2020 estabelecendo a maior expansão do orçamento de Defesa desde a Guerra das Malvinas/Falklands sinalizou a continuidade do compromisso tomado em 2015 em manter o Reino Unido como um potência militar de primeira grandeza, marcando a recuperação das capacidades militares britânicas.

O posicionamento dos governos britânicos na Defesa entre 1990 e 2016 é caracterizado pela relação com as pressões no orçamento e a busca de manutenção da proeminência militar do Reino Unido dentre os membros europeus da OTAN. A partir deste contexto, nota-se que no período analisado, governos que empregam reduções nos gastos em

Defesa foram sucedidos por outros com políticas de estabilização e eventual expansão orçamentária. Comparando brevemente os gastos destes anos com o período da Guerra Fria, mais especificamente entre 1947 e 1982, essas alterações – ou políticas de encerramento da austeridade no meio da Defesa - apresentam-se como quase inexistentes, somente com a Guerra das Malvinas/Falklands que o Reino Unido encerraria a tendência de cortes no meio militar iniciados no fim da Segunda Guerra, adentrando uma fase que ainda apresentaria cortes e reduções, mas com períodos mais favoráveis ao orçamento do Ministério da Defesa.

A redução observada do Orçamento de Defesa em relação ao PIB britânico deve ser considerada em conjunto com políticas similares em diversos Estados no pós-Guerra Fria, e com o entendimento de apesar dos cortes no efetivo militar e unidades de combate, os governos britânicos mantiveram as Forças Armadas altamente tecnológicas, optando por unidades mais avançadas no lugar da manutenção de números totais expressivos. Esta característica demonstra que, detendo recursos relativamente limitados, o Reino Unido adota a orientação de continuidade de uma força avançada, ainda que reduzida em comparação com os anos da Guerra Fria. Em adição, a expansão dos investimentos na área de Defesa possuem papel especial na manutenção do Reino Unido como uma potência de primeiro escalão, especialmente após o *Brexit*. Os investimentos anunciados em novembro de 2020 pelo Governo Boris Johnson indicam que Londres busca expandir suas capacidades militar visando compensar pela sua saída do bloco europeu ao passo que valoriza a OTAN.

Conclui-se que a presença militar do Reino Unido no Atlântico Sul permaneceu no período analisado sem sinais de enfraquecimento, mesmo em períodos de austeridade, principalmente por ser baseada nos (1) Territórios Ultramarinos Britânicos - que recebem destaque na política nacional do país desde 1982 – nas (2) populações destes territórios que desejam manter a associação com Londres, nas (3) relações próximas com países da África sul-atlântica, com destaque para Serra Leoa e África Sul, na (4) persistência da relevância das possessões além-mar para a projeção de poder militar britânico, contribuindo para o estabelecimento do controle relativo do Reino Unido na região e auxiliando para amenizar os efeitos de cortes orçamentários, e na (5) disparidade de poder relativo entre a potência britânica pertencente ao centro sistêmico e os Estados regionais periféricos. Dentre esses fatores, podem ser apontados com maior peso para a persistência da presença militar britânica a importância político-militar dos Territórios Ultramarinos e o maior poder relativo do Reino Unido, em conjunto com o desejo dos habitantes dos territórios britânicos em permanecerem sob a proteção de Londres. O recente aspecto econômico derivado do início da exploração

de petróleo nas Malvinas/Falklands a partir dos anos 2010, apenas reforça e expande os interesses da antiga potência imperial no Atlântico Sul.

Desse modo, entende-se que a hipótese do trabalho encontrou respaldo nas análises expostas ao longo dos capítulos antecedentes. Os Territórios Ultramarinos Britânicos reduzem os desafios e os dispêndios da projeção de poder militar, expandem o escopo de atuação das Forças Armadas Britânicas e contribuem para que o antigo *hegemon* sistêmico retenha o status de grande potência militar focada na guerra expedicionária, podendo ser classificado como uma “superpotência de bolso”. Esta posição britânica no quarto de século desde o fim da Guerra Fria apresenta-se como singular, pois o Reino Unido mantém o enfoque no poder aeronaval, apesar dos custos, apresentando capacidade de projeção de poder superada apenas pela superpotência, os Estados Unidos. A *superpotência de bolso britânica* demonstra a retenção de determinadas capacidades do seu passado hegemônico, em especial uma indústria de Defesa robusta, bases e territórios além-mar, relações próximas e acordos com ex-colônias, poder expedicionário significativo e o compromisso de manter-se como um ator global. Ainda assim, a superpotência de bolso não se equivale aos Estados Unidos e pode ser superada – na projeção de poder – pela rápida ascensão econômico-militar da China desde os anos 2010. O termo pode ser empregado para diferenciar o Reino Unido como uma grande potência com capacidades expedicionárias inferiores apenas a superpotência, apesar de possuir uma capacidade de combate terrestre de grande escala relativamente inferior a Rússia e a China.

Por fim, é válido reforçar que a presença do Reino Unido no Atlântico Sul possui equivalente na sua presença no Mediterrâneo, adquirindo uma lógica própria no sentido de não ser apenas um instrumento para atingir objetivos políticos, econômicos ou estratégico-militares em outras regiões, conservando as pequenas representações da sociedade britânica ao sul do Equador. Os territórios britânicos no Atlântico Sul irradiam a influência e o escopo espacial de atuação do Reino Unido na região do mesmo modo que Gibraltar e as Bases Soberanas no Chipre fazem no Mediterrâneo. A presença territorial-militar britânica no Atlântico Sul – ainda que útil para auxiliar em deslocamentos militares para outra áreas – possui como objetivo básico o exercício de um papel atlântico ou sul-atlântico, mesmo sendo um papel que difira das concepções e planos regionais. Dessa forma, como no Mediterrâneo, as possessões britânicas no Atlântico Sul apresentam-se como uma continuação de um império insular, completo em suas diminutas partes e que incessantemente procura ser autossuficiente como uma grande potência. No período analisado, o Atlântico Sul está inserido neste contexto.

REFERÊNCIAS

- 20,000 posts go in defence cuts. UK. *British Broadcast Corporation*. 21 July 2004. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/politics/3912283.stm Acesso em: 02 set. 2020.
- ABDENUR, Adriana Erthal ; MATTHEIS, Frank; SEABRA, Pedro. *An ocean for the Global South: Brazil and the Zone of Peace and Cooperation in the South Atlantic*. *Cambridge Review of International Affairs*, 02 Nov. 2016.
- AGHION, Philippe. et al. *Investing for prosperity*. *Centre for Economic Performance: Report of the LSE Growth Commission*. 2013.
- ALLISON, George. *Lord Adonis makes incorrect claim regarding Royal Navy size*. *UK Defence Journal*. 19 February 2020. Disponível em: <https://ukdefencejournal.org.uk/lord-adonis-makes-incorrect-claim-regarding-royal-navy-size/> Acesso em 31 jul. 2020.
- ALMEIDA, Franciso E. Alves de. Alfred Thayer Mahan - A história. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 129, n. 7/9, jul./set. 2009.
- ALMEIDA, Francisco E. Alves de.; CABRAL, Ricardo P. *Navy Classification: Proposal for a Comparative Methodology*. Austral: *Brazilian Journal of Strategy & International Relations*. v.5, n.10, Jul./Dec. 2018 | p.13-39.
- ANGELIDES, P.; ROSS, E.; WELCH, G. H.; *Sierra Leone's Response to the Ebola Outbreak – Management Strategies and Key Responder Experiences*. *Chatham House*. Research Paper, March 2017.
- ARGENTINA Protests British Military Exercises on Falklands. *Voice of America (VOA)*. 9 October 2010. Disponível em: <https://www.voanews.com/americas/argentina-protests-british-military-exercises-falklands> Acesso em: 27 mar. 2020.
- ARGENTINA Buying SAAB Gripens? Saab Planet.com. November 10, 2014. Disponível em: <https://www.saabplanet.com/argentina-buying-saab-gripens-brits-say-no-way/> Acesso em: 31 out. 2020.
- ARMY TECHNOLOGY. *Sky Sabre: inside the UK's missile defence system*. Analysis. 25 April 2018. Disponível em: <https://www.army-technology.com/features/sky-sabre-inside-uks-missile-defence-system/> Acesso em 25 mar. 2020.
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Clássicos IPRI 4. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- ASSINDER, Nick. *Sacrifices in the scramble for power*. *British Broadcast Corporation (BBC)*. 22 February 2000. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/uk_politics/2000/labour_centenary/651231.stm Acesso em 23 set. 2020.

ATHWAL, Amardeep. *China-India Relations: Contemporary Dynamics*. London: Routledge, 2007.

BAE Systems sells patrol vessels to Brazil. BBC. 2 January 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-scotland-scotland-business-16383765> Acesso em: 05 out. 2020.

BARREIRA, Victor. *Brazil commissions helicopter carrier*. Rio de Janeiro - *IHS Jane's Defence Weekly*. 29 June 2018. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180722092018/http://www.janes.com/article/81405/brazil-commissions-helicopter-carrier> Acesso em 05 out. 2020.

BAKER, Luke. *The coral sea vista opened up by British judges*. Reuters May 25, 2007. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSL2524531120070525> Acesso em: 4 jan. 2021.

BARBER, Josh. SIPOS, Joe. 'The Future Maritime Security Environment', in Robert H. Edwards (ed.), *The Future of Canada's Maritime Capabilities: the Issues, Challenges and Solutions in a New Security Environment*. Centre for Foreign Policy Studies, Dalhousie University: Halifax, 2004.

BATTON, Patrick; TILL, Geoffrey. *Sea Power and the Asia-Pacific: The Triumph of Neptune?* London & New York: Routledge, 2012.

BEACH, General Sir Hugh. *British Defence Policy and the South Atlantic*. *South Atlantic Council Occasional Papers*. No.2 May 1986.

BEALE, Jonathan; GARDNER, Frank. *Q&A: Strategic defence and security review*. 18 October, 2010. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-11563598> Acesso em 05 set. 2019.

BIRKELAND, John O. *The Unsinkable Aircraft Carrier – An American Response to the Chinese Anti- Access/Area Denial (A2/AD) challenge*. CDOS Research Paper. CDOS Seminar 1. Air Command and Staff College - Air University, 2013.

BLECHMAN, Barry M.; KAPLAN, Stephen S. *Force Without War. U.S. Armed Forces as a Political Instrument*. Washington, DC: Brookings Institution, 1978.

BORGER, Julian. *US feared Falklands war would be 'close-run thing', documents reveal*. The Guardian. 1 Apr 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2012/apr/01/us-feared-falklands-war-documents> Acesso em 6 jan. 2021.

BOULDING, Kenneth E. *Conflict and Defense: A General Theory*. New York: Harper and Row, 1962.

BOWCOTT, Owen. *St Helena smoulders as airport plan is frozen*. The Guardian. 10 December 2008. Disponível em: <https://www.theguardian.com/travel/2008/dec/10/st-helena-airport-travel-tourism> Acesso em 20 mar. 2020.

BRITISH ANTARTIC SURVEY. *King Edward Point Research Station*. 2020. Disponível em: <https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/facility/king-edward-point/> Acesso em 24 mar. 2020.

BRITISH ANTARTIC SURVEY. *Research ships*. 2019? Disponível em: <https://www.bas.ac.uk/polar-operations/sites-and-facilities/ship/> Acesso em: 24 mar. 2020.

BRITISH ARMY. *Deployments: The Falklands Islands*. April 2005. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20060615050043/http://army.mod.uk/aroundtheworld/flk/index.htm> Acesso em: 24 mar. 2020.

BRITISH ARMY. *Army Unveils Sky Sabre Air Defence System*. February 2018. Disponível em: <https://www.army.mod.uk/news-and-events/news/2018/02/army-unveils-sky-sabre-air-defence-system/> Acesso em: 25 mar. 2020.

BRITISH ARMY. *Deployments: South Atlantic Islands*. 2020. Disponível em: <https://www.army.mod.uk/deployments/south-atlantic-islands/> Acesso em: 24 mar. 2020.

BRITISH ARMY. *Deployments: The Falklands Islands*. 2006. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20060615050043/http://army.mod.uk/aroundtheworld/flk/index.htm> Acesso em: 16 mar. 2020.

BROWN, David. *The Development of British Defence Policy: Blair, Brown and own and Beyond*. Burlington, VT: Ashgate Publishing Company, 2010.

BULMER-THOMAS, Victor. *British Trade With Latin America in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. University of London Institute of Latin American Studies Occasional Papers No. 19. 1998.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure of International Security* [e-book]. New York: Cambridge University Press, 2003.

CAMMACK, Paul. *Giddens's Way with Words*. In HALE, Sarah; LEGGETT, Will; MARTELL, Luke (eds.). *The Third Way and Beyond: Criticisms, Futures and Alternatives*. Manchester: Manchester University Press, 2004.

CARVALHO, J. R.; NUNES, R. C. A ZOPACAS no contexto da geopolítica do Atlântico Sul: história e desafios atuais. Seminário Temático de Relações Internacionais: **Revista Perspectiva**, v. 7, n. 13, 2014.

CASTRO, T. de. **Atlântico Sul**: Geopolítica e Geoestratégia. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2002.

CAMPBELL, Keith. *Some thoughts on the Batch 2 River Class*. *Think Defence*, 17 Jun, 2016. Disponível em: <https://www.thinkdefence.co.uk/2016/06/thoughts-batch-2-river-class/> Acesso em 01 fev. 2020.

CHAPMAN, Bert. *Geopolitics of the 2015 British Defense White Paper And Its Historical Predecessors*. *Geopolitics, History, and International Relations*, 8 (2), 2016: p. 42-63.

CHILDS, Nick. *The aircraft carrier that never was*. BBC. *World Affairs*. 2 July 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/magazine-28128026> Acesso em 4 jan. 2021.

CHILDS, Nick. *China's carrier-aviation developments: making a difference*. IISS Military Balance. 3rd June 2018. Disponível em: <https://www.iiss.org/blogs/military-balance/2018/06/china-carrier-aviation-development> Acesso em 5 jan. 2021.

CHATHAM HOUSE. *UK-South Africa Relations and the Bilateral Forum. Programme Paper*. June 2011.

CHUTER, Andrew. *Britain beefs up defenses in the Falkland Islands*. London: Defense News. 7 March 2017. Disponível em: <https://www.defensenews.com/global/europe/2017/03/07/britain-beefs-up-defenses-in-the-falkland-islands/> Acesso em: 25 mar. 2020.

CHUTER, Andrew. *Britain Orders Giraffe Air Defense Radars for Falkland*. London: Defense News. 24 August 2015. Disponível em: <https://www.defensenews.com/air/2015/08/24/britain-orders-giraffe-air-defense-radars-for-falklands/> Acesso em 25 mar. 2020.

CLOSS, Marília B.; HORING, Jéssica S.; Weber, Leonardo. *A presença de potências extrarregionais como ameaça à manutenção da Zona de Paz e Cooperação*. UFRGS Model United Nations, v.2, 2014, p. 479-529.

COBO, José R. Martinez. *The Tlatelolco treaty: An update. International Atomic Energy Agency Bulletin*. Vol. 26-03. September 1984. Disponível em: <https://www.iaea.org/publications/magazines/bulletin/26-3> Acesso em 28 out. 2020.

COELHO, Natalia B. R.; GARCIA, Eugenio V. *A Seat at the Top? A Historical Appraisal of Brazil's Case for the UN Security Council*. **SAGE Open**, July-September 2018: p.1-13.

CONNELL, N. McG. *UK Defence: Has the vision of the 1998 Strategic Defence Review died? Royal College of Defence Studies/Ministry of Defence*. July 2010.

CORBETT, Julian S. *Some Principles of Naval Strategy*, London: Longmans, Green, 1911.

CORBETT, Julian S. *Some Principles of Maritime Strategy*. Annapolis: Naval Institute Press, 1988.

CORNISH, Paul; et al. *Evaluating the 2010 Strategy Review*. Chatham House. October 2010.

CORNISH, Paul; DORMAN, Andrew. *Blair's wars and Brown's budgets: From Strategic Defence Review to strategic decay in less than a decade. International Affairs* 85(2): 247-261. March 2009.

COUTAU-BEGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval. 2006.

CROFT, S. et al. *Britain and Defence 1945-2000: A Policy Re-evaluation*. London: Routledge, 2001.

DA COSTA, Wanderley M. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica e Estratégia. *Revista USP*. São Paulo. N. 95, P. 9-22. Setembro/outubro/novembro 2012.

DADDOW, Oliver; SCHNAPPER, Pauline. *Liberal Intervention in the Foreign Policy Thinking of Tony Blair and David Cameron*. *Cambridge Review of International Affairs*. pp. 330-349. 2013.

DAJANI, M. S.; DAOUDI, M. S. *Sanctions: the Falklands episode*. *The World Today*, Vol. 39, No. 4. Apr. 1983, pp. 150-160.

DARLOW, A.; SHINE, C.; STRINGER, C.; SUMMERS, B. *Developing a Regional Invasive Species Strategy for the United Kingdom's Overseas Territories in the South Atlantic*. In: CLOUT, M. N. and TOWNS, D. R.; VEITCH, C. R. (eds.). *Island invasives: eradication and management*. Gland, Switzerland. P. 500-503, 2011.

DARWIN, John. *The Empire Project: The Rise and Fall of the British World-System, 1830-1970*. Cambridge University Press; Ed. Reprint. 2011.

DAVIES, Lizzy; PHILLIPS, Tom. *Falklands boat ban sparks new row between UK and Argentina*. *The Guardian*. Rio de Janeiro, 21 December 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk/2011/dec/21/falklands-boat-ban-row-argentina> Acesso em 18 jan. 2021.

DEFENSE NEWS. *Top 100 for 2019*. *Defense News* 2019. Disponível em: <https://people.defensenews.com/top-100/> Acesso em 20 out. 2020.

DEMPSEY, William. *Staggering to War in the Falklands?* U.S, Naval Institute. 2010. Disponível em: <https://www.usni.org/staggering-war-falklands> Acesso em: 27 mar. 2020.

DEMPSEY, Noel. UK Defence Expenditure. **House of Commons Library**. Briefing Paper. Number CBP 8175, 8 November 2018.

DE SEVERSKY, Alexander P. *Victory through Air Power*. New York: Simon & Schuster, 1942.

DITTMER, J.; DODDS, K.; *Popular Geopolitics Past and Future: Fandom, Identities and Audiences*. *Geopolitics*, v.13, n.3, p.437-457, 2008.

DODD, Norman L. *The Simonstown Agreement and the Cape Sea Route*. *The RUSI Journal*, p.49-53. 1975.

DODDS, Klaus. *Pink Ice: Britain and the South Atlantic Empire*. *International Library of Human Geography* (Book 6). London: I.B.Tauris. 2006.

DODDS, Klaus; HEMMINGS, Alan. *Britain and the British Antarctic Territory in the wider geopolitics of the Antarctic and the Southern Ocean*. *International Affairs* 89: 6, p. 1429-1444, 2013.

DORMAN, Andrew M. *Blair's Successful War: British Military Intervention in Sierra Leone*. Farnham: Ashgate Publishing, 2009.

DORMAN, Andrew M.; UTTLEY, Matthew R.H.; WILKISON, Benedict. "The Curious Incident of the United Kingdom Defence Budget: A New Legacy" *The Political Quarterly* 87(1). January/March 2016.

DORMAN, Andrew. 'Crises and Reviews in British Defence Policy', in Croft, S., Dorman, A., Rees, W., and Uttley, M., *Britain and Defence 1945-2000*. Abingdon: Routledge, 2000.

DORMAN, Andrew. *John Nott and the Royal Navy: The 1981 Defence Review Revisited*. *Contemporary British History*, 15(2), 98–120. 2001.

DORMAN, Andrew. *The Future of British Defence Policy*. *Focus Stratégique*, No. 74. Ifri, July 2017.

DU PREEZ, Jean; DU RAND, Amelia; STOTT, Noel. *A Brief Guide to the Pelindaba Treaty: Beyond Entry-into-Force of the African Nuclear-Weapon-Free Zone Treaty*. Institute for Security Studies. March 2010. Disponível em: <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/Handbooks-2008-PelindabaGuideENG.PDF> Acesso em: 29 out. 2020.

DU TOIT, Allan. *The Commonwealth Navies: 100 Years of Cooperation*. Sea Power Centre Australia, UNSW Canberra, pp. 111 - 128, presented at King-Hall Naval History Conference, UNSW Canberra, 1st May 2009.

DYSON, Tom. *Defence Policy under the Labour Government: Operational Dynamism and Strategic Inertia*. *The British Journal of Politics and International Relations*. Vol 13, Issue 2, 2011.

EUROPEAN UNION. European Parliament. *The status and location of the military installations of the Member States of the European Union and their potential role for the European Security and Defence Policy (ESDP)*. Policy Department External Policies. EU Parliament, February 2009.

EUROPEAN UNION. *The Impact of the Financial Crisis on European Defence*. Directorate-General for External Policies; Policy Department. April 2011. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201106/20110623ATT22406/20110623ATT22406EN.pdf> Acesso em 22 set. 2019.

EVOE, Patrick J. *Operation Palliser: The British Military Intervention into Sierra Leone, a Case of Successful Use of Western Military Interdiction in a Sub-Sahara African Civil War*. Thesis presented to the Texas State University-San Marcos in fulfilment of the Requirements for Master of Arts. San Marcos, Texas. 2008.

FALKLANDS GOVERNMENT. *Results of the referendum on the Political Status of the Falkland Islands*. March 2013. Disponível em: <https://www.falklands.gov.fk/results-of-the-referendum-on-the-political-status-of-the-falkland-islands/> Acesso em 24 mar. 2020.

FALKLANDS GOVERNMENT. *Self Sufficiency*. 2012. Disponível em: <https://www.falklands.gov.fk/self-sufficiency/> Acesso em 29 mar. 2020.

FARIA, Emilson Paiva de. O Poder Naval brasileiro e os interesses do país no Atlântico Sul. In **Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais**: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia, organizado por Luciana Acioly e Rodrigo Fracalossi de Moraes. Brasília: Ipea, 2011.

FARMER, Alan. *Access to History: The British Empire, c1857-1967*. London: Hodder Education, 2018.

FERGUSON, Niall. **Colosso** – Ascensão e queda do império americano. São Paulo: Editora Planeta, 2011.

FERGUSON, Niall. *Empire: The Rise and Demise of the British World Order and the Lessons for Global Power*. New York: Basic Books. 2004.

FICAD. *Camp Airstrips*. Falkland Islands Civil Aviation Department, 2018. Disponível em: <https://www.fig.gov.fk/aviation/camp-airstrips> Acesso em 1 ago. 2020.

FRANCE. Ministère de la Défense. *Defence Key Figures 2014 Edition*. 2014.

FRANCE. Ministère de la Défense. *Defence Key Figures 2016 Edition*. 2016. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/english/portail-defense> Acesso em 18 jul. 2020.

FREEDMAN, Lawrence. *Britain & the Falklands War*. Oxford: Wiley–Blackwell, 1988.

FREEDMAN, L. *The official history of the Falklands campaign*. London [etc.]: Routledge, 2005.

FREEDMAN, Lawrence. *The Politics of British Defence 1979-98*. London: Palgrave Macmillan UK, 1999.

FOUCAULT, Martial. *The Defence Budget in France: between Denial and Decline*. **Focus Stratégique** n° 36 bis. Laboratoire de Recherche sur la Défense. December 2012.

FULLER, J.F.C.: **A conduta da guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

FURTADO, Henrique Tavares; SANDERSON, Saymon. **Os custos da projeção de poder**. 3º Encontro Nacional ABRI 2011, São Paulo, 2011.

GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. *The Imperialism of Free Trade*. **The Economic History Review**, Second series, Vol. VI, no. 1, 1953.

GOÑI, Uki. *Argentina protests to Britain about military exercises in Falklands*. Buenos Aires, The Guardian. 14 October 2014. Disponível: <https://www.theguardian.com/world/2016/oct/14/argentina-protests-britain-military-exercises-falklands> Acesso em 18 nov. 2020.

GERMOND, Basil. *Small Navies in Perspective: Deconstructing the Hierarchy of Naval Forces*. In MULQUEEN, Michael (ed.), SANDERS, Deborah (ed.) - *Small Navies: Strategy and Policy for Small Navies in War and Peace*. Routledge. Corbett Centre for Maritime Policy Studies, 2014.

GOWLAND, David. *Britain and the European Union*. London: Routledge; 1st edition. 2016.

GRANDPIERRON, Matthieu. *Preserving 'Great Power Status': The Complex Case of the British Intervention in the Falklands (1982)*. **CIRR XXIII (79)** 2017, pp.127-156.

GRAY, Steven. *Black Diamonds: Coal, the Royal Navy, and British Imperial Coaling Stations, circa 1870–1914*. Thesis for the University of Warwick. Department of History. March 2014.

GRAY, Steven. *Fuelling mobility: coal and Britain's naval power, c. 1870-1914*. Elsevier; *Journal of Historical Geography* pp. 1-12, 2017.

GROVE, Eric. *The Future of Sea Power*. Annapolis: United States Naval Institute Press. 1990.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. *The Brazilian geopolitical strategy for the South Atlantic*. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, V. 12, N. 22, P. 295-322, 2016.

GUIMARÃES, Marina. **Unasul apoia Argentina contra ação inglesa nas Malvinas**. O Estado de S. Paulo. 13 outubro de 2010. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,unasul-apoia-argentina-contra-acao-inglesa-nas-malvinas,624229> Acesso em 18 jan. 2021.

HAMEIRI, Shahar; JONES, Lee. *Debunking the Myth of 'Debt-trap Diplomacy' How Recipient Countries Shape China's Belt and Road Initiative*. **Chatham House**. Research Paper August 2020.

HÄNEL, Christine. *Gough Island 500 years after its discovery: a bibliography of scientific and popular literature 1505 to 2005*. **South African Journal of Science**. vol.104 n.9-10. pp. 329–332. Pretoria Sep./Oct. 2008.

HARDIE, Michael. *The UK's trade and investment relationship with South America: 2016*. Office for National Statistics. 5 August 2016. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/economy/nationalaccounts/balanceofpayments/articles/uktradeandinvestmentwithsouthamerica/2016> Acesso em: 02 out. 2020.

HARROIS, Thibaud. *Une Grande-Bretagne isolationniste? Le débat sur les politiques étrangère et de défense*. **Revue Française de Civilisation Britannique**. XX-3, 2015.

HASTINGS, Max; JENKINS, Simon. *The Battle for the Falklands*. London: Pan Books. Third Ed. 2010.

HAZOU, Elias. *Anastasiades stays mum on 'secret' US base*. October 11, 2018. Cyprus Mail. Disponível em: <https://cyprus-mail.com/2018/10/11/anastasiades-stays-mum-on-secret-us-base/> Acesso em 27 set. 2020.

HEADLAND, Robert K. *Chronological List of Antarctic Expeditions and Related Historical Events*. Cambridge University Press; Subsequent Edition, 1990.

HEADLEY, Tyler. *China's Djibouti Base: A One Year Update*. The Diplomat. December 04, 2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/12/chinas-djibouti-base-a-one-year-update/> Acesso em: 5 jan. 2021.

HENTZ, Luiz Antonio Soares; VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri. Islas Malvinas versus Falkland Islands: o arquipélago da discórdia. **RIL: Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 50, n. 198, p. 187-207, 2013.

HEYMAN, Charles. *The Armed Forces of the United Kingdom 2014-2015*. Pen & Sword Military. 2014.

HOLLAND, Robert. *Blue-Water Empire: The British in the Mediterranean since 1800*. London: Penguin Books; Reprint Ed. 2013.

HOPE, Christopher; MCELROY, Damien. *Britain to pay for St Helena airstrip backed by Lord Ashcroft*. The Telegraph. 22 July 2010. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/sainthelena/7905386/Britain-to-pay-for-St-Helena-airstrip-backed-by-Lord-Ashcroft.html> Acesso em: 20 mar. 2020.

HOYLE, Craig. *Saab to complete Sea Gripen design work in UK*. London, Flight Global. 24 May 2011. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20131104012000/http://www.flightglobal.com/news/articles/saab-to-complete-sea-gripen-design-work-in-uk-357137/> Acesso em 27 mar. 2020.

HYDE-PRICE, Adrian. *Britain, France and the multipolar challenge. In European Security in the Twenty-First Century: The Challenge of Multipolarity*. London: Taylor & Francis Group, 2007.

IISS. *The Military Balance: The annual assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics. The International Institute for Strategic Studies*, 2019.

IISS. *The Military Balance: The annual assessment of global military capabilities and defence economics. Annual Report. The International Institute for Strategic Studies*, 2013.

IMF. *World Economic Outlook Database*. October 2016. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/02/weodata/index.aspx> Acesso em 12 abr. 2020.

JACKSON, Liz. *Where are British troops deployed overseas?* BBC. 1st December 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-34919954> Acesso em: 18 mar. 2020.

JAMES, Lawrence. *The Rise and Fall of the British Empire*. London: Abacus, New Ed. 1994.

JAMES, Lawrence. *Raj: The Making and Unmaking of British India*. London: Abacus; First edition. 1998.

JENNINGS, Gareth. *UK bars South Korea from selling FA-50 to Argentina*. *Janes Defence News*. 30 October 2020. Disponível em: <https://www.janes.com/defence-news/news-detail/uk-bars-south-korea-from-selling-fa-50-to-argentina> Acesso em: 01 nov. 2020.

JOMINI, Antoine Henri. *A Arte da Guerra*. Tradução: Napoleão Nobre. Rio de Janeiro: Bibliex, 1947.

KAMPFNER, John. *Blair's wars*. 1st. Ed. London: The Free Press, 2004.

KAPLAN, Robert D. *Why John J. Mearsheimer Is Right (About Some Things)*. *The Atlantic*. January/February Issue, 2012.

KATZENSTEIN, Peter J. (ed.). *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York, NY: Columbia University, 1996.

KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the British Naval Mastery*. London: PB. 3rd. Ed., 2004.

KIRCHBERGER, Sarah. *Assessing China's Naval Power: Technological Innovation, Economic Constraints, and Strategic Implications*. Heidelberg: Springer, 2015.

KINGSLEY-JONES, Max. *RAF squadron commander details VC10 retirement plans*. *Flight Global*. 10 July 2012. Disponível em: <https://www.flightglobal.com/news/articles/farnborough-raf-squadron-commander-details-vc10-retirement-plans-373990/> Acesso em 24 mar. 2020.

KIRKPATRICK, David. *Is Defence Inflation Really as High as Claimed?* *RUSI Defence Systems*, Oct. 2008, pp. 66–71.

KNUTSEN, Torbjorn. *The Rise and Fall of World Orders*. Manchester and New York: Manchester University Press, 1999.

LADWIG III, Walter. *India and Military Power Projection: Will the Land of Gandhi Become a Conventional Great Power?* *Asian Survey*, Vol. 50, No. 6, 12. 2010, p. 1162-1183.

LAKE, David A. *Entangling Relations: American Foreign Relations in Its Century*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1999.

LARRE, Agustín. *Argentina denuncia el bloqueo británico para la adquisición de diez aviones KAI FA-50*. Buenos Aires, Info Defensa. 30 octubre 2020. Disponível em: <https://www.infodefensa.com/latam/2020/10/30/noticia-argentina-denuncia-bloqueo-reino-unido-adquisicion-aviones.html> Acesso em 01 nov. 2020.

LECLERC-DESJARDINS, Yoann. *How the Falklands War Affected British National Power*. Canadian Forces College. JCSP 44 – PCEMI 44, 2018.

LINDBERG, Michael; TODD, Daniel. *Navies and Shipbuilding Industries: The Strained Symbiosis*. Greenwood Publishing Group, 1996.

LISTON, Timothy; PETERS, John E.; SHLAPK, David. *Allied Power Projection Capabilities*. In SOKOLSKY, Richard; JOHNSON, Stuart; LARRABEE, F. Stephen (editors). *Persian Gulf Security: Improving Allied Military Contribution*, p.71-104, 2010.

LUNN, Jon; MILLER, Vaughne; SMITH, Ben. *British foreign policy since 1997*. *Research Paper 09/56*; House of Commons Library. International Affairs and Defence Section. 23 June 2008.

MACDONALD, Paul K.; PARENT, Joseph M. *Graceful Decline? The Surprising Success of Great Power Retrenchment*. *International Security*, Vol. 35, No. 4. Spring 2011, pp. 7–44.

MACKINDER, H. J. *The Geographical Pivot of History*. *The Geographical Journal*. No. 4. Vol. XXIII. April 1904.

MAHAN, Alfred T. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Boston: Little, Brown, and Company, 1890. Disponível em: <https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MARGARET THATCHER FOUNDATION. *George Bush (Sr) Library*. 2020. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/archive/us-bush> Acesso em 10 nov. 2020.

MARGARET THATCHER FOUNDATION. *Falklands: MT message to President Stevens of Sierra Leone (thanks for allowing Navy ships to refuel at Freetown. Declassified Documents, released in 2013*. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/123285> Acesso em 12 dez. 2020.

MARTIN, Guy. *British Peace Support Team concludes SA mission*. 5th December 2017. Disponível em: <https://www.defenceweb.co.za/joint/diplomacy-a-peace/british-peace-support-team-concludes-sa-mission> Acesso em: 13 dez. 2020.

MCQUEEN, Robert. *Island Base: Ascension in the Falklands War*. Caithness, Scotland: Whittles Publishing, 2008.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton, 2001.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *A geopolítica do Brasil e a bacia do Prata*. Editora da Universidade do Amazonas, Manaus, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: A balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume Editora, 1996.

MILLER, Vaughne. *Argentina and the Falklands Islands*. *Library of the House of Commons*, SN/IA/5602. Section IADS. 27 January 2012.

MODELSKI, George; THOMPSON, William R. *Seapower in Global Politics, 1494–1993*. London: Palgrave Macmillan UK, 1988.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations: the struggle for power and peace*. 6th Edition. New York: McGraw-Hill, 1997.

MORRIS, Chris. *Reality Check: How much does the UK spend on overseas aid?* BBC, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-39658907> Acesso em 14 mar. 2020.

MORRIS, Michael. *Expansion of Third World Navies*. Virginia: Palgrave MacMillan, 1988.

NASA. *Searching for “Space Junk” in Paradise*. 11 August 2016. Disponível em: <https://www.nasa.gov/feature/searching-for-space-junk-in-paradise> Acesso em: 20 mar. 2020.

NATIONAL AUDIT OFFICE. *The Royal Navy and its equipment support*. *Memorandum for the House of Commons Committee of Public Accounts*. January 2018.

NIETZL, Scott C. *The Falklands War understanding the power of context in shaping Argentine strategic decisions*. Monterey, California. Naval Postgraduate School, 2007.

NYE, Joseph S. *The Future of Power*. New York: Public Affairs, 2011.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. *The 2008 recession 10 years on*. Office for National Statistics (ONS). 30 April 2018. Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/economy/grossdomesticproductgdp/articles/the2008recession10years/2018-04-30> Acesso em 22 set. 2020.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

PETRIE, Stephen. *Britain’s Expeditionary Approach 1997-2010: The Failure to Maintain Pocket Superpower Status*. Seaford House Papers. London: Royal College of Defence Studies, July 2010.

PIKE, John; SHERMAN, Robert. *Typhoon EF-2000 Eurofighter*. FAS. November 2016. Disponível em: <https://fas.org/man/dod-101/sys/ac/row/eurofighter.htm> Acesso em 09 nov. 2020.

PIMENTEL, Cauê Rodrigues. O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, V. 12, N. 22, P. 113-143, 2016.

POCOCK, Chris. *RAF Retires TriStar Tankers As Voyager Fleet Grows*. AIN Defense. 26 March 2014. Disponível em: <https://www.ainonline.com/aviation-news/defense/2014-03-26/raf-retires-tristar-tankers-voyager-fleet-grows> Acesso em: 24 mar. 2020.

PORTER, Andrew, ed. *The Oxford History of the British Empire: The nineteenth century*. Oxford: Oxford University Press, 1999. pp. 146–155.

PREEZ, Jean du; RAND, Amelia du; STOTT, Noel. *A Brief Guide to the Pelindaba Treaty: Towards Entry-into-Force of the African Nuclear-Weapon-Free Zone Treaty*. Arms Management Program, Institute for Security Studies. October 2008.

PRIVRATSKY, Kenneth L. *Logistics in the Falklands War*. Barnsley, South Yorkshire: Pen and Sword Books, 2014.

PROENÇA, Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador Guelfi. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

RAMOS, Sandro Fortes da Silva. *Segurança Marítima no Golfo da Guiné: uma análise crítica sobre o processo de securitização da pirataria*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Março de 2015.

RASLER, Karen. *The Great Powers and Global Struggle, 1490–1990*. United States: University Press of Kentucky, 1994. p. 149.

RENEWICK, Robin. *Fighting With Allies: America and Britain in Peace and War*. London: Biteback Publishing, 2017.

REZENDE, Pedro Paulo. *Classe Corveta Tamandaré - As corvetas podem virar fragatas*. DefesaNet. Brasília, 10 de jan. 2018. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/prosuper/noticia/28139/Classe-Corveta-Tamandare---As-corvetas-podem-virar-fragatas> Acesso em: 05 out. 2020.

RICHARDS, David. *Operation Palliser. Journal of the Royal Artillery*. Woolwich: Royal Artillery Institution. CXXVII (2): 10–15. October 2000.

ROGERS, James. *Global Britain' and the Future of the British Armed Forces*. London: The Henry Jackson Society, 2017.

ROYAL AIR FORCE. *RAF Ascension Island*. 2020. Disponível em: <https://www.raf.mod.uk/our-organisation/stations/raf-ascension-island/> Acesso em: 25 mar. 2020.

ROYAL AIR FORCE. *RAF Mount Pleasant*. 2020a. Disponível em: <https://www.raf.mod.uk/our-organisation/stations/raf-mount-pleasant/> Acesso em: 25 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *Antartic Patrol*. 2020? Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/operations/south-atlantic/antarctic-patrol> Acesso em: 18 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *Clyde's high and dry as she's out of the water for the first time in five years*. 09th January 2017. Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2017/january/09/170109-clyde-high-and-dry> Acesso em: 14 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *Commissioning Day for HMS Prince of Wales*. 10 December 2019. Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2019/december/10/191210-hms-prince-of-wales-commissioning> Acesso em: 02 fev. 2020.

ROYAL NAVY. *Deep water training with South African Navy*. September 2015c. Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2015/september/25/150925-lancaster-and-gold-rover-south-africa> Acesso em 16 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *Distant shores for HMS Portland on visit to world's remotest island*. January 2017. Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2017/january/19/170119-hms-portland-visit-to-worlds-remotest-island> Acesso em: 21 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *HMS Dragon badge adorns South African Naval Base*. March 2015b. Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2015/march/09/150309-dragon-badge-adorns-south-african-naval-base> Acesso 16 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *HMS Richmond undertakes community project in South Africa*. November 2013b. Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2013/november/14/131114-richmond-community-work> Acesso em 15 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *HMS Richmond visits the most remote inhabited island in the world*. November 2013e Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2013/november/05/131105-hms-richmond-remote-inhabited-island> Acesso em: 22 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *Royal Navy warship arrives in South Africa all guns blazing*. May 2013c. Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2013/may/30/130530-argyll-south-africa> Acesso em: 15 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *South African and British Navies Train Together*. 20 August 2015a. Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2015/august/20/150820-lancaster-and-gold-rover-train-with-south-african-navy> Acesso em: 14 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *HMS Dragon visits remote Atlantic island*. February 2015e. Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2015/february/04/150204-hms-dragon-visits-atlantic-island> Acesso em 20 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *HMS Edinburgh to cross South Atlantic*. January 2013d. Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2013/january/07/130107-hms-edinburgh-to-cross-south-atlantic> Acesso em: 15 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *HMS Iron Duke sails from South Africa*. September 2014a Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2014/september/22/140922-iron-duke-sa> Acesso em: 16 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *HMS Protector returns to Portsmouth*. May 2013a. Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2013/may/10/130510-hms-protector-returns-to-portsmouth> Acesso em 15 mar. 2020.

ROYAL NAVY: *HMS Portland pays visit to South Africa*. April 2014b Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2014/april/11/140411-hms-portland-south-africa> Acesso em: 16 mar. 2020.

ROYAL NAVY. *Wildcat becomes first helicopter to land at St Helena Airport*. October 2015d. Disponível em: <https://www.royalnavy.mod.uk/news-and-latest-activity/news/2015/october/23/151023-wildcat-first-helicopter-at-st-helena-airport> Acesso em 20 mar. 2020.

RUCKS, Jessica Tessaro. **A Geopolítica do Atlântico Sul: A Importância da ZOPACAS para o Brasil**. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 147-158.

SAAB dismisses prospect of Gripen jet fighters sale to Argentina. Reuters. Aerospace & Defence. 4 May 2015. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/saab-brazil-argentina/corrected-saab-dismisses-prospect-of-gripen-jet-fighters-sale-to-argentina-idUSL1N0XO1SV20150504> Acesso em 31 out. 2020.

SAAB Rules Out Gripen Fighter Jet Sale to Argentina. Defense World. 29 April 2015a. Disponível em: https://www.defenseworld.net/news/12817/Saab_Rules_Out_Gripen_Fighter_Jet_Sale_To_Argentina#.X53BOIhKhPY Acesso em: 31 out. 2020.

SABBAGH, Dan. *UK defence now has £16.5bn coming*. The Guardian. 19 Nov. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2020/nov/19/uk-defence-now-has-165bn-coming-but-where-is-it-going> Acesso em: 12 jan. 2021.

SAILING under a different flag – former Royal Navy vessels serving with other navies. *Save the Royal Navy*. April 5 2018. Disponível em: <https://www.savetheroyalnavy.org/sailing-under-a-different-flag-former-royal-navy-vessels-serving-with-other-navies/> Acesso em: 05 out. 2020.

SAINT HELENA *to get first airport*. 15 March 2005. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/4350605.stm Acesso em: 10 nov. 2018.

SALLES, Felipe. *Saab wins Brazil's F-X2-fighter contest with Gripen NG*. *Fight Global*. 18 December 2013. Disponível em: <https://www.flightglobal.com/saab-wins-brazils-f-x2-fighter-contest-with-gripen-ng/112006.article> Acesso em 31 out. 2020.

SELF, Robert. *British Foreign and Defence Policy since 1945: Challenges and Dilemmas in a Changing World*. London: Palgrave, 2010.

SERGEANT, Jean-Claude. *Shaping the 2010 Strategic Defence & Security Review: An Exercise in Squaring Conflicting Priorities*. *Revue LISA/LISA* e-journal, vol. XII-nº8, 2014

SILVA, Maria Cristina Lima Ribeiro. **Contribuição ao estudo da Antártica no sistema de relações internacionais**. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da USP, 1987.

SIPRI. *Trends in World Military Expenditure, 2015*. *SIPRI Fact Sheet*, April 2016.

SIPRI. *The SIPRI Top 100 Arms-Producing and Military Services Companies, 2018*. *SIPRI Fact Sheet*, December 2019.

SOKO, Mills. *Southern Africa is anxious about post-Brexit trade talks*. University of the Witwatersrand. 23 September 2020. Disponível em: <https://www.wits.ac.za/news/latest-news/opinion/2020/2020-09/southern-africa-is-anxious-about-post-brexit-trade-talks.html> Acesso em 13 dez. 2020.

SOUTH AFRICA; UNITED KINGDOM. *Joint Communiqué on the occasion of the 11th Meeting of the United Kingdom – South Africa Bilateral Ministerial Forum*. London: 19 October 2015.

SPRANCE, William R. *The Russo-Japanese War: The Emergence of Japanese Imperial Power*. *Journal of Military and Strategic Studies*, winter 2004, Vol. 6, Issue 3.

SPRENGER, Sebastian. *Saab banks on Gripen upgrade in new UK-Sweden warplane alliance*. Cologne, Germany. Defense News. July 19, 2019. Disponível em: <https://www.defensenews.com/global/europe/2019/07/19/saab-banks-on-gripen-boost-in-new-uk-sweden-warplane-alliance/> Acesso em 02 out. 2020.

STAVRIDIS, James. *China's 3,000-Acre Aircraft Carriers Could Change the Balance of Power in the Pacific*. *Foreign Policy*. October 1, 2015. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2015/10/01/china_south_china_sea_aggression/ Acesso em 5 jan. 2021.

ST. HELENA airport a key Falklands link. Defence News, Stanley: Nov. 7, 2011. Disponível em: <https://www.upi.com/Defense-News/2011/11/07/St-Helena-airport-a-key-Falklands-link/78911320686806/?ur3=1> Acesso em: 20 mar. 2020.

STEWART, Andrew. *An Enduring Commitment: The British Military's Role in Sierra Leone*. *Defence Studies*. London: Routledge, 2008.

STUART, Douglas T. *Can NATO Transcend its European Borders? NATO out-of-area Disputes*. *Strategic Studies Institute*. 21st. Feb. 1991.

SOUTH AFRICAN RESERVE BANK. *Quarterly Bulletin June 2019*. Disponível em: <https://www.resbank.co.za/Lists/News%20and%20Publications/Attachments/9328/08Statistical%20tables%20%E2%80%93%20External%20economic%20accounts.pdf> Acesso em 14 mar. 2020.

SUMIDA, Jon. *The Historian as contemporary analyst. Sir Julian Corbett and Admiral Sir John Fisher*. In: HATTENDORF, John; GOLDRICK, James. ***Mahan is not enough. The proceedings of a Conference on the works of Sir Julian Corbett and Sir Herbert Richmond***. Newport: Naval War College Press, 1993.

TAYLOR, Claire. ***Strategic Defence Review. Key Issues for the New Parliament 2010***. House of Commons Library Research. 2010. Disponível em: https://www.parliament.uk/globalassets/documents/commons/lib/research/key_issues/key-issues-strategic-defence-review.pdf Acesso em: 25 set. 2020.

THATCHER, Margaret H. ***The Downing Street Years***. London: HarperCollins, 1993.

TILL, Geoffrey. ***Sea Power. A Guide for the 21st Century***. 2ed. United Kingdom: Routledge, 2009.

UEBEL, Roberto R. Georg. Julian Corbett: Muito Além da Geoestratégia Naval, um pensador e autor da Geopolítica. ***Revista Marítima Brasileira*** 2ºT/2018, pp. 83-92.

UK Falklands military exercises 'provoke' Argentina. British Broadcast Corporation. 12 April 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-26999735> Acesso em: 27 mar. 2020;

UNITED KINGDOM. HM Government. ***2010 to 2015 government policy: Falkland Islanders' right to self-determination***. 2012. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/2010-to-2015-government-policy-falkland-islanders-right-to-self-determination> Acesso em: 24 mar. 2020.

UNITED KINGDOM. HM Government. ***A Brief Guide to Previous British Defence Reviews. International Affairs and Defence Section***. 19 October 2010a.

UNITED KINGDOM. HM Government. ***British forces overseas: Falkland Islands and Ascension Island***. October 2014. Disponível em: <https://www.gov.uk/guidance/british-forces-overseas-falkland-islands-and-ascension-island> Acesso em: 18 mar. 2020.

UNITED KINGDOM. HM Government. ***British Defence Policy since 1997. House of Commons***. Research Paper 08/57. 27 June 2008.

UNITED KINGDOM. HM Government. ***Defence Secretary sees brighter future on Falklands visit***. February 2016. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/defence-secretary-sees-brighter-future-on-falklands-visit> Acesso em: 26 mar. 2020.

UNITED KINGDOM. HM Government. ***Defence Select Committee, The Strategic Defence Review***, HC 138-I, Session 1997-1998. 1998c.

UNITED KINGDOM. HM Government. ***Export licensing policy for Argentina***. Published 7 August 2019. Disponível em: <https://www.gov.uk/guidance/export-licensing-policy-for-argentina> Acesso em: 27 mar. 2020.

UNITED KINGDOM. HM Government. *Improvements to Mare Harbour jetty in Falklands complete*. February 2018c. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/improvements-to-mare-harbour-jetty-in-falklands-complete> Acesso em: 26 mar. 2020.

UNITED KINGDOM. HM Government. *Military support to the fight against Ebola comes to a close*. 13 November 2015b. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/military-support-to-the-fight-against-ebola-comes-to-a-close> Acesso em: 10 jan. 2021.

UNITED KINGDOM. HM Government. *National Security Strategy and Strategic Defence and Security Review 2015 A Secure and Prosperous United Kingdom. Presented to Parliament by the Prime Minister by Command of Her Majesty*. Cm 9161. November 2015.

UNITED KINGDOM. HM Government. *New investment to strengthen Gibraltar relationship*. 16 October 2014c. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/new-investment-to-strengthen-gibraltar-relationship> Acesso em: 18 jul. 2020.

UNITED KINGDOM. HM Government. *Notice to exporters 2018/17: Argentina export control policy updated. Department of International Trade*. 27 June 2018a. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/notice-to-exporters-201817-argentina-export-control-policy-updated> Acesso em: 01 nov. 2020.

UNITED KINGDOM. HM Government. *Securing Britain in an Age of Uncertainty: The Strategic Defence and Security Review. Presented to Parliament by the Prime Minister*. October, 2010b.

UNITED KINGDOM. HM Government. *Security Council reform: The UK supports new permanent seats for Brazil, Germany, India and Japan, alongside permanent African representation*. 12 November, 2014a. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/security-council-reform-the-uk-supports-new-permanent-seats-for-brazil-germany-india-and-japan-alongside-permanent-african-representation> Acesso em: 06 out. 2020.

UNITED KINGDOM. HM Government. *The Defence White Paper. International Affairs and Defence Section. House of Commons Library*. 17 September 2004.

UNITED KINGDOM. HM Government. *The Strategic Defence Review. Presented to Parliament by the Secretary of State for Defence*. July 1998.

UNITED KINGDOM. HM Government. *UK-Bahrain sign landmark defence agreement*. 5 April 2018. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/uk-bahrain-sign-landmark-defence-agreement> Acesso em: 22 set. 2019.

UNITED KINGDOM. HM Government. *UK agrees sale of HMS Ocean to Brazil*. 19 February 2018b. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/uk-agrees-sale-of-hms-ocean-to-brazil> Acesso em 05 out. 2020.

UNITED KINGDOM. HM Government. *UK defence and security export figures 2013*. Department for International Trade Defence & Security Organisation. 8 July 2014b. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/statistics/uk-defence-and-security-export-figures-2013> Acesso em: 02 nov. 2020.

UNITED KINGDOM. HM Government. *UK defence and security export statistics for 2019*. Department for International Trade. 6 October 2020. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/uk-defence-and-security-export-statistics-for-2019/uk-defence-and-security-export-statistics-for-2019> Acesso em: 02 nov. 2020.

UNITED KINGDOM. HM Government. *United Kingdom Strategic Export Controls Annual Report 2012*. Presented to Parliament pursuant to Section 10 of the Export Control Act 2002. Ordered by the House of Commons. London: The Stationery Office, HC 561, July 2013.

UNITED KINGDOM. HM Government. *Securing Britain in an Age of Uncertainty: The Strategic Defence and Security Review*. Presented to Parliament by the PM. October 2010.

UNITED KINGDOM. HM Government. *Sierra Leone Jungle Training Underlines Britain's role in Africa*. Published 7 January 2017. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/sierra-leone-jungle-training-underlines-britains-role-in-africa> Acesso em: 12 abr. 2020.

UNITED KINGDOM. HM Government. *Statistics on International Development - Final UK Aid Spend 2018*. Department for International Development. National Statistics. September 2019b.

UNITED KINGDOM. House of Commons. *Defence Statistics 2000*. Research Paper 00/99. 21 December 2000.

UNITED KINGDOM. House of Commons. *UK Defence Personnel Statistics*. Briefing Paper. Number CBP7930, 26 September 2019a.

UNITED KINGDOM. House of Commons. *UK–Brazil Relations*. Ninth Report of Session 2010–12. Foreign Affairs Committee. 11 October 2011.

UNITED KINGDOM. House of Commons. *Written Answers – European Fighter Aircraft: Falklands Islands*. 25 January 2010c. Disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/cm200910/cmhansrd/cm100125/text/100125w0003.htm> Acesso em 24 mar. 2020.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. *Appendix 3: Standing commitments for the Royal Navy*. In *Restoring the Fleet: Naval Procurement and the National Shipbuilding Strategy*. Ministry of Defence (RNT0006). 17 November 2016b.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. *British Defence Doctrine*. Joint Warfare Publication. 2nd Ed. October, 2001. Disponível em: <http://ids.nic.in/UK%20Doctrine/30%20jun.pdf> Acesso em: 20 mar. 2020.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. *Delivering Security in a Changing World: Supporting Essays*, Cm 6041-II, December 2003.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. *History of the Ministry of Defence. Published by the Ministry of Defence*, 10 December 2012a.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. *Joint Doctrine Publication 0-10. UK Maritime Power. Development, Concepts and Doctrine Centre*. (JDP 0-10) Fifth Edition. October 2017a.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. *New Royal Navy operations hub opens in Gulf*. 5 December 2014d. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/new-royal-navy-operations-hub-opens-in-gulf> Acesso em: 02 maio. 2020.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. *Overseas Territories: The Ministry of Defence's contribution. Directorate-General Security Policy*. Defence White Paper. 2012a.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. *Preview for Defence Equipment and Support, the Equipment Capability Customer and Industry*. Issue No. 159. May 2007. Disponível em: https://web.archive.org/web/20071212080043/http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/F410D168-EB00-48B8-9E15-4E741F4601F9/0/20070511_Preview_May07.pdf Acesso em 03 out. 2020.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. *SDSR 2015. Defence Fact Sheets*. Ref. DDC 01010. 15 January, 2016a.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. *Declaration of a zone of peace and co-operation in the South Atlantic*. 1986. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/123188> Acesso em: 25 out. 2020.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. *General Assembly Welcomes International Court of Justice Opinion on Chagos Archipelago Adopts Text Calling for Mauritius' Complete Decolonization. Seventy-Third Session, 83rd & 84th Meetings; GA/12146 22* May 2019. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2019/ga12146.doc.htm> Acesso em 4 jan. 2021.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. *Provisional verbatim record of the 50th meeting, held at Headquarters, New York, on Monday, 27 October 1986: General Assembly, 41st session*. New York: United Nations, 29 Oct. 1986a. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/123534?ln=en> Acesso em 27 out. 2020.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. *The South Atlantic region as a nuclear-weapon-free zone: resolution/adopted by the General Assembly. Resolution A/RES/49/84*. (United Nations Digital Library). 1994. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/283646> Acesso em 29 out. 2020.

UNITED STATES. *Audit of the Department of State's Administration of its Aviation Program*. Office of Inspector General, Office of Audits. U.S. Department of State, Security

and Intelligence Division; AUD-SI-18-59. September 2018. Disponível em:
<https://www.stateoig.gov/system/files/aud-si-18-59.pdf> Acesso em: 28 set. 2020.

UNITED STATES. *Department of Defense. Base Structure Report: Fiscal Year 2018 Baseline. A Summary of the Real Property Inventory.* Department of Defense (DoD), 2015. Disponível em:
<https://www.acq.osd.mil/eie/Downloads/BSI/Base%20Structure%20Report%20FY18.pdf>
 Acesso em: 4 jan. 2021

UNITED STATES. *Department of Defense. Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms. Joint Publication 1-02.* 12 April 2001, As Amended Through April 2010.

VALOVICIN, Paul. *Logistics Lessons for the Operational Commander – The Falklands War (Report).* Newport, Rhode Island: Naval War College. February 1992.

VAN DER BIJL, Nick. *Victory in the Falklands.* London: Pen & Sword Military, 2007.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Consequências Estratégicas para uma Marinha de Águas Marrons. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 16, p 7-20, dez. 2010

VILLA, Rafael Duarte; VIGGIANO, Juliana. *Trends in South American weapons purchases at the beginning of the new millennium.* **Rev. Bras. Política Internacional**, Brasília, v. 55, n. 2, p. 28-47, Dec. 2012.

VINES, Alex; WEIMER, Markus. *UK–South Africa Relations and the Bilateral Forum.* Chatham House. June 2011.

VIOLANTE, Alexandre R. A Teoria do Poder Marítimo de Mahan: Uma Análise Crítica à Luz de Autores Contemporâneos. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 223 – 260, jan./jun. 2015.

WALTZ, Kenneth. N. *Theory of international politics.* Reading: Addison-Wesley Pub, 1979.

WATT, Nicholas. *Crucial Falklands role played by US missiles.* The Guardian. 6 Sep. 2002. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk/2002/sep/06/falklands.world>>
 Acesso em 6 jan. 2021.

WELSH, Frank. *A History of South Africa.* London: HarperCollins, New Edition. 2000.

WIESERBRON, Marianne. *The new Brazilian space: Amazônia Azul and its implications.* **Rev. Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (Online), Recife, V.19, N.2, P.379-396, maio-ago. 2017.